UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS DE
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

ADRIANO GUILHERME DE ALMEIDA

O Brasil-menor de idade –
crianças e infâncias em Graciliano Ramos e João Antônio

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo

2018

ADRIANO GUILHERME DE ALMEIDA

**O Brasil-menor de idade –
crianças e infâncias em Graciliano Ramos e João Antônio**

(VERSÃO CORRIGIDA)

Tese apresentada à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Benjamin Abdala Jr.

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

ALMEIDA, ADRIANO

A447b

O Brasil-menor de idade: infâncias e crianças em
Graciliano Ramos e João Antônio / ADRIANO ALMEIDA;
orientador BENJAMIN ABDALA JR. - São Paulo, 2018.
169 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
de concentração: Estudos Comparados de Literaturas de
Língua Portuguesa.

1. CH794.7.4.3. 2. Infâncias e literatura. 3.
Graciliano Ramos. 4. João Antônio. 5. literatura
engajada. I. ABDALA JR, BENJAMIN, orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Adriano Guilherme de Almeida

Data da defesa: 27/02/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Benjamin Abdala Junior

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 26/04/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

“Uma sociedade impermeável, endurecida pelo tempo,
calejada na e pela violência.”

José Carlos Garbuglio

ALMEIDA, A.G. O Brasil-menor de idade: crianças e infâncias em Graciliano Ramos e João Antônio. Tese apresentada à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Dedicatória:

a Alaor Guilherme Christiano (in memoriam)

a Antônio Palombello (in memoriam)

a todas as minhas companheiras e companheiros de luta política

Agradecimentos

Especiais:

Elenira Peixoto Silva

Dora Peixoto Silva de Almeida

Maria Peixoto Silva de Almeida

Ariedalva Félix Miranda

Madalena Guasco Peixoto

Antonio Souza da Cruz

Rosane Schiller

Renata Telles

Vima Lia Martin

Pela orientação generosa, por sua história e sua relevância para a intelectualidade crítica do Brasil, agradeço a:

Benjamin Abdala Jr.

Pela contribuição prática e cotidiana, agradeço a:

Elenira Peixoto Silva

Ariedalva Félix Miranda

Arli Félix Miranda

Agenor da Silva Júnior

Leina Carvalho

Eliza Almeida de Oliveira

Ênio Fernandes

Xantilee Jesus

Danilo Celso Dias Júnior

Amanda Gregório da Silva

Karoline Gregório de Silva

Mércia da Silva

Fábio Mesquista

Mariana Nicolletti

Manuela Penha

Andressa Capriglione

Otávio Sasseron

Elenice Lobo

Pelo diálogo, interlocução e cumplicidade, agradeço a:

Elenira Peixoto Silva

Antonio Souza da Cruz

Mário de Almeida

Márcio Lellis

Tarso Loureiro

Manuela Penha

Juliana Fernandes

Pelo apoio e o incentivo, desde o início, agradeço a:

Daniel Bianchi

Daniel Candeias

Pelo apoio teórico e o debate regulares, agradeço a:

Elenira Peixoto Silva

Eliza Almeida de Oliveira

Mário de Almeida

Antonio Souza da Cruz

Júlio Rubinstein

Juliana Fernandes

**Às professoras, professores e colegas
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas:**

Tania Macêdo
Rejane Vecchia
Hélder Garmes
Duarte Braga
Ieda Lebensztayn
Miguel Yoshida
Luzia Barros
Carla Kinzo
Paula Fábrio

Aos funcionários da pós-graduação do DLCV, em especial a Vera

**À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Ministério
da Educação)**

E finalmente – pelo apoio e o incentivo, desde o início; pela contribuição prática e cotidiana;
pelo apoio teórico e o debate – **Elenira Peixoto Silva**, a pessoa a quem mais devo
agradecimentos em todo esse processo.

RESUMO

Neste trabalho, pretendemos destacar a relevância dos personagens infantis nos textos de Graciliano Ramos e João Antônio, escritores brasileiros do século XX, marcados pela crítica e pela denúncia da realidade nacional, elementos centrais em ambos os projetos literários. Buscamos demonstrar como os personagens infantis presentes nos textos desses dois escritores tornam mais explícitos os traços de arbitrariedade e autoritarismo próprios da formação social brasileira que eles denunciavam em seus escritos. Nossos *corpora* são contos ou capítulos de romances e têm como critério de seleção, não a simetria de gêneros, mas o protagonismo dos personagens infantis, cujos processo de integração social são marcados pela violência e pelo autoritarismo, característicos da “cultura senhorial” (CHAUÍ, 1996) e da “violência estrutural” (GORENDER, 2000), associadas aos dois traumas fundamentais de nossa formação: o processo colonial e a escravização dos negros (RIBEIRO, 1999). A leitura comparativa dos textos de Graciliano Ramos e João Antônio possibilita uma percepção mais apurada da centralidade do tema das infâncias e das crianças na obra de cada um deles, pelo fato de que a abordagem delas evidencia e, ao mesmo tempo, redimensiona as contundentes críticas que os autores fizeram à realidade nacional.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Graciliano Ramos 2. João Antônio 3. Personagens infantis
4. Literatura engajada 5. Infância e realidade nacional

ABSTRACT

In this work, we intend to highlight the relevance of children's characters in the texts of Graciliano Ramos and João Antônio, Brazilian writers of the twentieth century, marked by criticism and denunciation of national reality - central elements in both literary projects. We seek to demonstrate how the children's characters present in these two writers' texts make more explicit the traits of arbitrariness and authoritarianism proper to the Brazilian social formation that they denounce in their writings. Our corpora are made of tales or novels chapters, and have as selection criteria, not the symmetry of genres, but the protagonism of the children's characters, whose social integration process is marked by violence and authoritarianism, characteristic of the "manorial culture" (CHAUI, 1996) and of "structural violence" (GORENDER, 2000), associated with the two fundamental traumas of our formation: the colonial process and the enslavement of black people (RIBEIRO, 1999). The comparative reading of Graciliano Ramos's and João Antônio's texts allows a more accurate perception about the centrality of the theme of childhoods and children in the work of each one of them, due to the fact that their approach evidences and at the same time resizes the blunt criticisms that the authors made to the national reality.

KEY WORDS: 1. Graciliano Ramos 2. João Antônio 3. Children's characters 4. Engaged literature 5. Childhood and national reality

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 13
 1. O BRASIL-MENOR DE IDADE.....	p. 16
1.1 “Violência estrutural”	p. 18
1.2 Crianças e instituições no Brasil	p. 20
1.3 Os menores	p. 25
1.4 Retrocessos de direitos no Brasil da década de 10 do século XXI	p. 30
 2. “HISTÓRIAS INCOMPLETAS”: <i>CORPORA</i>, EIXOS TEMÁTICOS E QUESTÕES DE GÊNEROS LITERÁRIOS	p. 36
2.1 “O espírito de jornada”	p. 37
2.2 Seções de textos	p. 41
2.3 Eixos temáticos	p. 44
 3. PROJETOS LITERÁRIOS	p. 49
3.1 A “tradição oratória”	p. 50
3.2 “Ouro falso”	p. 53
3.3 “Um corpo-a-corpo com a vida brasileira”	p. 57
3.4 <i>Malhação do Judas Carioca</i>	p. 58

4. INFÂNCIAS EM GRACILIANO RAMOS: APRENDIZAGENS

DOLOROSAS	p. 66
4.1 “O Menino Mais Novo”	p. 67
4.2 “O Menino Mais Velho”	p. 72
4.3 “Um cinturão”	p. 78
4.4 “O moleque José”	p. 84
4.5 “Minsk”	p. 89

5. AS INFÂNCIAS-PINGENTES EM JOÃO ANTÔNIO

p. 95

5.1 “Frio”	p. 99
5.2. “Meninão do caixote”	p. 100
5.3 “Malagueta, Perus e Bacanaço”	p. 112
5.4 “Paulinho Perna Torta”	p. 128
5.5 “Mariazinha Tiro a Esmo”	p. 141

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

p. 147

7. REFERÊNCIAS

p. 153

INTRODUÇÃO

Uma das coisas mais importantes da ficção literária é a possibilidade de “dar voz”, de mostrar em pé de igualdade os indivíduos de todas as classes e grupos, permitindo aos excluídos exprimirem o teor da sua humanidade, que de outro modo não poderia ser verificada.
Antonio Candido, “Na noite enxovalhada”

Neste trabalho temos por objetivo demonstrar a relevância das personagens infantis nos textos de Graciliano Ramos e João Antônio, partindo da hipótese de que as relações entre adultos e crianças em suas narrativas revelam aspectos importantes da já reconhecida crítica social praticada pelos autores.

Tomaremos, para objeto de análise, os seguintes textos: “O Menino Mais novo”, “O Menino Mais Velho”, “Um cinturão”, “O moleque José” e “Minsk”, de Graciliano Ramos; e “Frio”, “Meninão do Caixote”, “Malagueta, Perus e Bacanaço”, “Paulinho Perna Torta” e “Mariazinha Tiro a Esmo”, de João Antônio.

Nosso trabalho obedecerá ao seguinte esquema: considerações gerais, lugar das infâncias¹ na realidade nacional, justificação dos *corpora*, projetos literários de ambos os autores, análise dos textos e considerações finais.

No primeiro capítulo – “O Brasil-menor de idade” – apresentaremos aspectos sócio-históricos e teóricos relacionados às infâncias, discutindo ideias como “violência estrutural”, com especial atenção à de “função paterna”, e explorando episódios importantes da história social da infância brasileira, com destaque para as principais instituições que se responsabilizaram pelas crianças no Brasil. Ainda nesse momento, registraremos algumas considerações acerca de processos atuais da realidade brasileira, contemporâneos ao nosso trabalho e que lhe dizem respeito – como as mudanças políticas que interferem diretamente nas condições de vida das crianças brasileiras, ao mesmo tempo em que reestabelecem a relação entre estas e o Estado.

O segundo capítulo se destina a apresentar nossos *corpora*, justificar nossa seleção de obras, definir nosso recorte – temático – e debater a questão dos gêneros. Para esse último

¹Adotamos o termo “infâncias”, no plural, com o objetivo de destacar a diversidade presente nas experiências infantis, partindo das reflexões de Manuel Jacinto Sarmiento (2008). Tal uso é compatível com a diversidade expressa entre as infâncias que encontramos em Graciliano Ramos e João Antônio, conforme demonstraremos.

objetivo, recorreremos a considerações particulares sobre as edições dos textos dos autores, algumas delas produzidas por eles próprios, por meio de artigos ou cartas.

Como se pôde ver em nossa seleção de textos, não há, entre os dois *corpora*, exata simetria de gêneros. Esse foi o modo que encontramos para contornar a disparidade regular em termos de extensão entre os escritos dos dois autores – afinal, a despeito de todas as (profícuas) discussões acerca de gêneros, Graciliano é, com base no conjunto da obra, um romancista e João Antônio, um contista. Isso, em si, é um dado fundamental para o estabelecimento da leitura comparativa entre os dois autores, um desafio que esperamos ter conseguido, ainda que parcialmente, superar. O que fizemos foi tentar mostrar como as próprias concepções, execuções e processos editoriais de certos textos – tanto do escritor alagoano quanto do paulista – podem convocar seus leitores a complexificarem a visão que têm sobre gêneros e unidade literárias. No terceiro capítulo, comentaremos sobre os projetos literários dos autores, buscando estabelecer paralelos entre suas visões de literatura, destacando aspectos das concepções literárias de cada um deles, a crítica contumaz ao uso da palavra como forma de dominação, promoção social ou engambelamento. Cada qual, em seus termos e em seu contexto de produção, combateu a literatura feita para “enfeitar”, “brilhar como ouro falso”, a literatura “brilhosa e eloquente”, mistificadora. Dessa maneira, ambos marcaram seu posicionamento como escritores empenhados na sustentação da literatura como fenômeno de transformação social, voltada contra a injustiça, tendo em vista a necessidade de oferecer o poder de fala para aqueles que, sendo miseráveis ou apenas crianças, sejam do campo ou da cidade, são deixados de lado pelo pragmatismo da modernidade e da produção capitalista.

No quarto capítulo, abordaremos os textos de Graciliano Ramos, tecendo comentários que se vinculam aos de autores críticos, tanto os mais estabelecidos no cânone acadêmico quanto os que produziram recentemente nas universidades.

Conforme pretendemos demonstrar, nas narrativas de Graciliano Ramos, as famílias têm maior presença e os principais conflitos que examinaremos em seus textos dizem respeito à violência naturalizada dos pais contra os filhos, o que decorre da “violência estrutural” (GORENDER, 2000) da sociedade brasileira. No que concerne a essa característica, a exceção importante é o moleque José, que é filho de uma escrava da fazenda de Sebastião Ramos. Pela sua condição, o menino sofre uma carga de violência ainda maior e mais naturalizada, devido aos séculos de escravidão do povo negro e os estigmas e as brutalidades provenientes desse processo.

No capítulo número cinco, realizaremos as análises dos textos de João Antônio, de modo a proceder comparativamente, abarcando, portanto, as análises dos textos de Graciliano

Ramos e reaproveitando seus elementos e também estabelecendo contrastes entre os modos específicos como cada um dos autores representaram as experiências das infâncias. Também no caso de João Antônio, nossas análises buscam dialogar com a crítica, e neste caso também nos valem tanto de autores canonizados como de pesquisas acadêmicas mais recentes.

Procuraremos mostrar que as crianças de João Antônio ocupam mais o espaço da rua e há uma presença menor dos membros da família nos enredos, o que é contrabalançado pela maior presença de adultos do mundo externo, os quais estabelecem uma relação ambígua com elas: se por um lado eles oferecem proteção e afeto; por outro, seduzem os “menores” a abandonarem sua infância em nome de uma suposta “liberdade”, a qual se revela enganosa e reprodutora das relações autoritárias, hierarquizadas e não propícias à solidariedade entre os indivíduos. Esses pais “substitutivos” dos menores estimulam a maturação precoce das crianças e adolescentes, oferecendo-lhes uma falsa solução para os problemas da exclusão social: “abreviam-lhe” a infância e oferecem, em lugar dela, a via alternativa da marginalidade.

Nos textos de ambos os autores que tomamos para análise, encontramos crianças em situações de alto grau de violência, física e psicológica, comunicáveis com a “violência estrutural” (GORENDER, 2000) da sociedade brasileira. A rigidez das relações hierárquicas é outro traço marcante e está presente nas famílias do Nordeste da passagem do século XIX para o XX, presentes nos textos de Graciliano Ramos, e também nas “curriolas” de malandros das duas grandes capitais do Sudeste, entre os anos 50 e 60 do século XX, como encontramos em João Antônio.

Se os caminhos são estreitos, no horizonte simbólico permitido pela família e sua repressão ao pensamento infantil, na via alternativa ao conformismo dos “otários”, sejam eles vaqueiros ou engraxates, também se mostram hostis a pretensões humanitárias, mecanizando as relações e repetindo a lógica da exploração do mais fraco pelo mais forte.

Este trabalho foi escrito também com a intenção de testemunhar um determinado tempo.

1. O BRASIL-MENOR DE IDADE

Olho, olho aí o país, o da gente assim aturdido.
Mais parece uma criança em que todos, os de
dentro e os de fora, batem.
João Antônio, “Abraçado a meu rancor”

A infância brasileira sintetiza, como metáfora viva, os dramas e os impasses do Brasil. Tendo ocupado formalmente a posição de colônia portuguesa até 1822, ele continuaria a se manter numa posição submissa frente às decisões do capital internacional, com elites descomprometidas com a construção de um projeto para o país, e, muito pior, seriamente *comprometida* com o impedimento da emancipação popular, com ações totalitárias que vão do massacre contra a população em Canudos até a violência cotidiana nas periferias das grandes cidades. Uma elite que não vincula o desenvolvimento de seu próprio patrimônio ao progresso da nação e, portanto, ao bem da maioria.

Melhor seria mesmo dizermos *elites*, visto que os conjuntos de proprietários isolados entre si não formavam um todo coeso, tendo como termo decisivo para a formação de alianças a defesa de seus privilégios como senhores de escravos. Segundo Gorender, por esse motivo é possível afirmar que um dos poucos elos de convergência entre eles fosse nada menos que o regime escravocrata. Nas palavras do autor:

O que, no fundamental, permitiu ao poder central o triunfo sobre tendências fragmentadoras e a manutenção da unidade do território nacional foi a existência de uma classe dominante nacionalmente coordenada pelo interesse comum de defesa da instituição escravista. (GORENDER, 2000, p. 13)

A base para a produção e comercialização de produtos, para esses senhores de posses e terras, era a mão de obra escrava, fundamentalmente a de escravos africanos, homens e mulheres que participaram dessa migração forçada, a maior de toda a história da humanidade (VITORINO; EUGÊNIO, 2013).

A esse dado, somemos o fato de que o Brasil é o país que recebeu o maior número de escravos africanos em toda a história mundial (GORENDER, 2000, p. 32), processo decisivo para a formação social do país, com imenso impacto para a estruturação de um tipo de economia predatória, ligado ao que Florestan Fernandes chamou de “capitalismo dependente”, o qual reserva à população pobre no máximo a condição de trabalhadores mal remunerados, mulas de carga da ascensão dos proprietário em sua busca por enriquecimento imediato, desvinculado do interesse de construir a soberania nacional e, mais ainda, da necessidade de

atender às populações pobres que foram sistematicamente postas à margem dos vários processos de “modernização conservadora”²: conforme Carlos Nelson Coutinho, “a complexa articulação de ‘progresso’ (a adaptação ao capitalismo) e conservação (a permanência de importantes elementos da antiga ordem)” (COUTINHO, 2011, p. 206).

Os trabalhadores pobres ficaram à margem do desenvolvimento socioeconômico de que desfrutavam as elites nacionais, cujo padrão de vida tinha como ideal os hábitos de consumo, a moda e o luxo das elites europeias e estadunidenses.

Florestan Fernandes comenta sobre a crise vivida pela burguesia brasileira entre os anos 50 e 60 do século XX:

A crise do poder burguês aparece (...) como uma crise de adaptação da dominação burguesa às condições que se criaram, senão exclusivamente, pelo menos fortemente, graças ao desenvolvimento capitalista induzido de fora e amplamente regulado ou acelerado a partir de fora. (FERNANDES, 2005, p. 308)

E o sociólogo explica a solução encontrada para a crise:

(...) As linhas fundamentais de superação da crise são perfeitamente identificáveis, o que permite sugerir uma explicação aproximada e provisória dessa transformação. Os elementos basilares do processo são: 1º) a capacidade da iniciativa privada interna de captar as irradiações econômicas das grandes corporações, das nações capitalistas hegemônicas e do mercado capitalista mundial; 2º) a capacidade de mobilização social e política da burguesia *como classe possuidora e privilegiada*; 3º) a possibilidade de converter o Estado em eixo político da recomposição do poder econômico, social e político da burguesia, estabelecendo-se uma conexão direta entre dominação de classe, concentração do poder político de classe e livre utilização, pela burguesia, do poder político estatal daí resultante. (FERNANDES, 2005, p. 309)

O que queremos destacar aqui é o descompromisso das elites brasileiras para com a construção de um projeto extensivo à maioria da população. São elites que, portanto, embora ocupem o topo da pirâmide social e usufruam de privilégios materiais, conforto e poder de decisão, não buscam investir na solidificação de um projeto nacional, por exemplo com a formação da mão de obra qualificada, na pesquisa e na tecnologia, para o crescimento do país em escala ampla e agregadora das diversidades culturais espalhadas pelo imenso território brasileiro. Nossa “elite do atraso”, na expressão do professor Jessé Souza (2017), em vez disso, primou por defender, com ou sem a presença dos militares, políticas que apenas garantissem seus privilégios, relegando ao esquecimento e deixando à própria sorte a maioria da população.

A “elite do atraso”, pelas suas práticas ao longo da história nacional, esmerou-se em dificultar o acesso da maioria aos direitos mais básicos.

Nas palavras de Jessé Souza:

Como ninguém escolhe o berço onde nasce, é a sociedade que deve se responsabilizar pelas classes que foram esquecidas e abandonadas. Foi isso que fizeram, sem

² Carlos Nelson Coutinho atribui a Barrington Moore Jr. a autoria dessa expressão (COUTINHO, 2011, p. 206).

exceção, todas as sociedades que lograram desenvolver sociedades minimamente igualitárias. No nosso caso, as classes populares não foram abandonadas simplesmente. Elas foram humilhadas, enganadas, tiveram sua formação familiar conscientemente prejudicada e foram vítimas de todo tipo de preconceito, seja na escravidão, seja hoje em dia. (SOUZA, 2017, p. 89)

As crianças brasileiras das classes populares vivem essa dinâmica social marcada pelo arbítrio, em que menores de idade são mortos sistematicamente pela polícia e ao mesmo tempo apontados como “risco” social, perigo. A criança, de pequena, de frágil e dependente dos adultos, passa a ser vista como “problema social”.

O escritor João Antônio, entre suas observações da infância pobre dos centros urbanos, apresenta ao leitor, no livro *A malhação do Judas carioca* (ANTÔNIO, 1976c), a imagem descarnada da infância pobre na figura de “Mariazinha Tiro a Esmo”, menina que foi abusada pelo padrasto, fugiu de casa com um homem mais velho, ligado ao jogo do bicho, prostitui-se e, no tempo presente do “conto-reportagem” (AZEVEDO FILHO, 2008), explora a mão de obra de crianças menores do que ela. Nesse texto, João Antônio aborda a infância do “menor de idade”, literariamente tratada como “problema”, conforme poderemos observar no momento oportuno.

O emprego da palavra “menor”, no título de nosso trabalho, tem o propósito provocativo de apresentar o modo como o país se apresenta, ele próprio, a partir da dinâmica da *minoridade*, ou seja, do comportamento subserviente ao capital estrangeiro e aos interesses internacionais que são hegemônicos e, vinculados a eles, as expressões culturais, artísticas e linguísticas. Nossas elites – e como elas, a classe média – tomam, como parâmetro inquestionável, os costumes dos países ricos, sobretudo europeus e norte-americanos –, países que exerceram papéis de colonizadores, seja no período das Grandes Navegações, como colonizadores de tipo clássico, seja no modelo de capitalismo contemporâneo, de submissão ao poder concentrado do capital, na mão de pequenos grupos econômicos internacionais.

1.1 “Violência estrutural”

Segundo Jacob Gorender, a sociedade brasileira se organiza a partir de uma “violência estrutural”³ (GORENDER, 2000, p. 92), forjadora de valores, hábitos, práticas sociais e familiares que dizem respeito à nossa formação escravocrata, mas que sobrevivem para além da Abolição:

³ O termo completo empregado por Jacob Gorender é “violência endêmica estrutural”. (GORENDER, op. cit., p. 92)

Essa situação de despotismo senhorial mudou pouco ou nada com a Abolição. Os senhores de terras se converteram em “coronéis” e os negros livres se tornaram os sucessores dos escravos como trabalhadores ou indivíduos marginais, vitimados pela ausência de proteção do aparelho de Estado. (GORENDER, 2000, p. 93)

Essa continuidade da lógica escravocrata está retratada, por exemplo, em *Infância*, de Graciliano Ramos, o romance memorialístico em que o escritor narra uma parte de sua vida: dos primeiros anos até a puberdade, vividos entre o interior de Alagoas e Pernambuco, no ambiente opressor dos anos imediatamente seguintes à Abolição, proclamada em 1888, ou seja, apenas quatro antes do nascimento do autor.

José Carlos Garbuglio, em texto intitulado “Graciliano Ramos: a tradição do isolamento”, observa a tendência ao ensino pela e para a violência na sociedade brasileira, uma dinâmica social que repele o diálogo e o questionamento, vistos como abusivos e ameaçadores, por isso prontamente reprimidos. Nas palavras enfáticas do ensaísta:

No seu conjunto, a obra de Graciliano Ramos deixa perceber a presença de um universo regido pelo princípio da separação e do isolamento, que afeta a economia geral do meio e lhe determina a própria forma de composição. Uma força estruturante poderosa se impõe desde tempos remotos e torna as pessoas vítimas de uma prática que seguem sem pôr em dúvida nem jamais interrogá-la. É sobre essa prática que se assentam as bases em que Graciliano articula as relações das personagens, enquanto a obra, apreendendo a continuidade do sistema, sugere a ideia de que qualquer alteração do esquema passa necessariamente por sua ruptura. (GARBUGLIO, 1987, p. 366)

O medo dessa ruptura relaciona-se ao temor secular de nossas elites com pelo povo, vivendo num território que sequer dominavam geograficamente, precisaram construir como estratégia de sobrevivência a ideia de que o outro, o “menor”, o mais pobre, o mais vulnerável socialmente ou mais fustigado pela história, como é o caso das crianças e dos jovens negros, que viveram séculos de exclusão social.

A partir de nossos autores, podemos ver a perpetuação do lugar ocupado pelo “menor”, no sentido de pessoa tratada como menos importante, no sentido de *menosprezo* pela necessidade concreta de uma população enorme que precisa do Estado e ganha, em resposta, historicamente, a violência das elites. O malandro responde com galhardia, o que torna sua trajetória esteticamente vibrante, pela ousadia da combinação do precário com o sofisticado, por exemplo, mas a malandragem – é o que mostra João Antônio – não é uma solução para os problemas das crianças pobres que desde cedo são educadas para a servidão, a violência e o autoritarismo.

Da história do moleque José, enteado e serviçal da propriedade de Sebastião Ramos, pai de Graciliano – numa lógica que mistura laços familiares/amizade com a relação entre senhor e escravo, bem própria daquela configuração social –, até a do protagonista do conto

“Frio”, de João Antônio, temos pouco menos de um século, tempo suficiente para perceber que a condição dos negros pós-Abolição continuou, em muitos aspectos, relativamente igual, sendo que os negros e afrodescendentes permaneceram, em sua grande maioria, pobre e sem direitos.

Jacob Gorender demonstra como o legado de “violência estrutural” deixado pelo regime de trabalhos forçados continuou ativo na contemporaneidade. Nas palavras do autor:

O Brasil deixou de ter uma população predominantemente agrícola e é, hoje, um país altamente urbanizado.

No entanto, o mandonismo não só persiste na área rural e recrudesce à medida que se intensifica a luta pela reforma agrária, como transferiu seus comportamentos aos meios urbanos. Vivemos, por isso, num ambiente social em que, por assim dizer, se respira violência. O (sic) direitos individuais não são direitos, mas privilégios dos segmentos beneficiados pela fortuna ou pelo *status*. (GORENDER, 2000, p. 93)

A modernização manteve, se não aprofundou, esse estado de coisas. A *pietà* católica foi aos poucos cedendo espaço para o pavor aos pobres – e os *menores*, antes figuras dignas de piedade, transformam-se em “problema social”, perigo a ser combatido, temidos como caso de apelo à segurança pública. A ideia deixa de ser *proteger a criança* e passa a ser *proteger-se dela*, é o que se poderá deduzir, entre outros aspectos, do pequeno histórico das crianças no Brasil que apresentaremos a seguir.

1.2 Crianças e instituições no Brasil

Para estudar o tema da relação entre crianças e instituições no Brasil – um dos eixos de nossa análise sobre as infâncias em Graciliano Ramos e João Antônio – recorreremos, entre outros, ao livro *A arte de governar crianças – a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*, organizado por Irene Rizzini e Francisco Pilotti (2011).

Na introdução – “A infância sem disfarces: uma leitura histórica” –, os autores apresentam as principais instituições que se encarregaram de cuidar, zelar, instruir e “vigiar e punir” (FOUCAULT, 1987) as crianças no Brasil, um importante histórico para compreendermos o tratamento dado à infância em nossa formação social, tendo em vista a “violência estrutural” (GORENDER, 2000) da sociedade brasileira e visando, mais adiante, observarmos a presença de instituições ou instâncias de poder – como a escola, a família, a polícia – nas narrativas sobre crianças escritas por Graciliano Ramos e João Antônio. Trata-se de autores de acentuado e declarado compromisso com a crítica ao autoritarismo, à marginalização e à violência, presentes em suas narrativas, nas quais encontramos várias infâncias, uma diversidade de experiências pessoais e coletivas, as quais observaremos tendo em vista a presença maior ou menor das instituições na vida das crianças e a natureza das

relações estabelecidas entre estas e aquelas. Para, porém, nos debruçarmos sobre as perspectivas graciliânicas e joãoantonianas, julgamos importante compreender os diversos modos de “intervenção” sobre as infâncias brasileiras.

Antes de apresentarem seu roteiro historiográfico, Rizzini e Pilotti descrevem, em tom desalentado, o quadro geral da situação da infância no Brasil:

Reconhecemos o sincero e valioso empenho de personagens – ilustres ou incógnitos – que dedicaram suas vidas à causa da infância. Contudo, a história das políticas sociais, da legislação e da assistência (pública e privada), é, em síntese, a história das várias fórmulas empregadas, no sentido de manter as desigualdades sociais e a segregação das classes – pobres/servis e privilegiadas/dirigentes. Instrumentos-chave dessas fórmulas, em que pesem as (boas) intenções filantrópicas, sempre foram o recolhimento/isolamento em instituições fechadas, e a educação/reeducação pelo e para o trabalho, com vistas à exploração da mão de obra desqualificada, porém gratuita.

Assim, o “problema da infância”, claramente diagnosticado há pelo menos 100 anos como um “problema gravíssimo”, e, invariavelmente associado à pobreza, em momento algum foi enfrentado com uma proposta séria e politicamente viável de distribuição de renda, educação e saúde. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 16)

Os autores comentam sobre a desigualdade entre crianças ricas e pobres como um “abismo infranqueável”, outro aspecto que será fundamental em nossa análise das crianças em Graciliano Ramos e João Antônio: o pertencimento ao grupo ou classe social.

Sobre o tratamento oferecido às crianças pobres no Brasil, Pilotti e Rizzini comentam o seguinte:

No que se refere ao caso específico das políticas dirigidas à infância, prevaleceu, no Brasil até o presente, a “necessidade” de controle da população pobre, vista como “perigosa”. Manteve-se, pois, o abismo infranqueável entre infâncias privilegiadas e menores marginalizados. Impuseram-se reiteradamente propostas assistenciais, destinadas a compensar a ausência de uma política social efetiva, capaz de proporcionar condições equitativas de desenvolvimento para crianças e adolescentes de qualquer natureza. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 16)

Essas informações, nada alentadoras, referem-se ao Brasil de meados dos anos 1990 e 2000. Se, no entanto, quisermos buscar consolo no presente, tempo de enunciação deste trabalho, as informações são muito menos alentadoras: a mortalidade infantil, após décadas de queda, volta a crescer desde 2016, conforme noticia a imprensa diária: “Brasil registra alta de mortalidade infantil após décadas de queda” (Globo.com – G1, 16/07/2018)⁴; “Mortalidade de crianças no Brasil aumentou após 15 anos de queda no índice” (site Uol – Notícias,

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/brasil-registra-alta-de-mortalidade-infantil-apos-decadas-de-queda.ghtml>. Acesso em 15 set 2018.

26/05/2018)⁵ e, por fim, “Após 25 anos em queda, mortalidade infantil volta a subir no país” (Revista Fórum, 16 de julho de 2018)⁶.

Considerando a tendência desse noticiário, podemos inferir que no Brasil de hoje pioraram muito os índices de qualidade de vida das crianças. Entre as medidas diretamente prejudiciais à infância brasileira contemporânea, perpetradas pelo governo Michel Temer (eleito como vice, não como presidente da República), certamente deve ser destacada a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 – PEC DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS⁷, que impõe um congelamento de vinte anos no investimento em saúde e educação, elementos basilares do combate à desigualdade social.

É possível pensar, portanto, que um exercício de atualização da perspectiva crítica de Pilotti e Rizzini nos revele um quadro ainda pior do que o apresentado por eles. Por ora interessa-nos, entretanto, acompanhar a história, ainda que sucinta, do tratamento destinado às crianças pobres por parte das instituições no Brasil.

Segundo Pilotti e Rizzini, durante o período colonial, o principal agente de assistência à infância era a Igreja, por meio dos jesuítas, catequizadores também das crianças indígenas, que deviam abandonar o paganismo e converter-se à fé cristã e à cultura do homem branco europeu.

A partir do século XVII, as elites nacionais passaram a contar com a mão de obra dos africanos escravizados. Pilotti e Rizzini descrevem da seguinte maneira a condição dos filhos das mulheres escravizadas:

As crianças escravas morriam com facilidade, devido às condições precárias em que viviam seus pais e, sobretudo, porque suas mães eram alugadas como amas-de-leite e amamentavam várias outras crianças.

Mesmo depois da Lei do Ventre Livre, em 1871, a criança escrava continuou nas mãos dos senhores, que tinham a opção de mantê-la até os 14 anos, podendo, então, ressarcir-se dos seus gastos com ela, seja mediante o seu trabalho gratuito, até os 21, seja entregando-a ao Estado, mediante indenização.

Vale registrar que o abandono de crianças, escravas ou não, era uma prática bastante frequente até meados do século XIX, mesmo nos países considerados “civilizados”. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 18)

Os autores destacam ainda que a Igreja não aceitava crianças nascidas fora do casamento, deixando muitas fadadas ao abandono. E que a pobreza também levava as famílias a abandonarem as crianças, deixando-as em locais públicos, “como nos átrios das igrejas e nas

⁵ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2018/05/26/corte-bolsa-familia-investimento-saude-mortalidade-infantil-estudo.htm>. Acesso em 31 ago 2018.

⁶ Disponível em <https://www.revistaforum.com.br/apos-25-anos-em-queda-mortalidade-infantil-volta-a-subir-no-pais/>. Acesso em 01 set 2018.

⁷ Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acesso em 01 set 2018.

portas das casas. Muitas eram devoradas por animais”. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 19) Essa situação preocupou as autoridades e em 1726 o Vice-Rei propôs duas medidas: “esmolas e o recolhimento dos expostos em asilos”. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 19).

Nesse contexto, a Santa Casa de Misericórdia implantou o sistema da “roda” no Brasil: “um cilindro giratório na parede que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que se pudesse identificar qualquer pessoa”. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 19) O objetivo era ocultar a procedência da criança e resguardar a imagem das famílias. Essas crianças eram referidas como “enjeitadas” ou “expostas”.

Em geral, a assistência prestada pela Casa dos Expostos durava por volta de sete anos. Depois disso, a criança era submetida à decisão de um juiz, que definia seu destino a partir das intenções das pessoas que a pretendessem adotar. Era frequente utilizarem-na, desde pequenas, para trabalhar.

A Casa dos Expostos apresentava um índice elevado de mortalidade infantil, chegando a 70% nos anos de 1852 e 1853 no Rio de Janeiro, por conta das condições precárias de higiene, alimentação e cuidados básicos. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 20)

Tornou-se uma prática comum, no século XIX, recolher crianças órfãs, abandonadas e desvalidas em asilos. O objetivo era domar um perigo social que se tornava cada mais iminente, sobretudo nos centros urbanos, ameaçando a ordem pública. Essa preocupação motivou as autoridades a criarem uma educação industrial aos meninos e uma educação doméstica às meninas, preparando-os para as exigências da vida adulta. Essas instituições em geral eram mantidas por ordens católicas, doações e, em alguns poucos casos, pelo governo. No século XX foram criadas inúmeras instituições do gênero. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 20)

Essa prática de recolher ou abrigar crianças em instituições criou uma cultura acerca do tratamento da infância no Brasil que os autores problematizam:

A antiga prática de recolher crianças em asilos propiciou a constituição de uma cultura institucional profundamente enraizada nas formas de “assistência ao menor” propostas no Brasil, perdurando até a atualidade. O recolhimento, ou a institucionalização, pressupõe, em primeiro lugar, a segregação do meio social a que pertence o “menor”; o confinamento e a contenção espacial; o controle do tempo; a submissão à autoridade – formas de disciplinamento do interno, sob o manto da prevenção de desvios ou da reeducação dos degenerados. Na medida em que os métodos de atendimento foram sendo aperfeiçoados, as instituições adotavam novas denominações, abandonando o termo asilo, representante de práticas antiquadas, e substituindo-o por outros, como escola de preservação, premonitória, industrial ou de reforma, educandário, instituto... (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 20)

A meta dessas instituições era a mesma: incutir valores como o trabalho e a moralidade, sob a égide da moral católica e burguesa, fosse por meio da prevenção ou da regeneração.

Muitas críticas se destinaram às práticas dessas instituições, inclusive ao regime de caserna das escolas oficiais. As aglomerações de jovens em dormitórios coletivos e de tratamento impessoal iam de encontro à defesa das vantagens, vigente desde o início do século XX, da educação familiar.

Somente nos anos 1980, contudo, o sistema de internatos para as crianças pobres passou a ser de fato questionado, acusado de injusto e ineficiente, mas também pelo seu caráter dispendioso. A crítica também se ligava ao fato de que esse sistema “produzia o chamado ‘menor institucionalizado’ – jovens estigmatizados, que apresentam grande dificuldade de inserção social após anos de condicionamento à vida institucional”. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 21)

Na parte mais alta da pirâmide social, a educação em colégios internos já havia sido abolida, muito antes, pela sociedade, tornando extintas essas instituições. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 21)

Os higienistas, médicos e autoridades em geral que, tanto na Europa quanto nas Américas, defenderam e implementaram políticas de “limpeza social”, tornam-se cada vez mais presentes e atuantes em espaços institucionais destinados à infância e acabam por trazer benefícios práticos importantes para a saúde das crianças. Conforme Pilotti e Rizzini:

Os higienistas (...), preocupados com a alta mortalidade infantil nas cidades brasileiras, tinham como proposta intervir no meio ambiente, nas condições higiênicas das instituições que abrigavam crianças, e nas famílias. Em meados da metade do século XIX, surgiu a Puericultura, especialidade médica destinada a formalizar os cuidados adequados à infância. Estabeleceu-se, no meio médico, um debate sobre a melhor forma de se cuidar dos expostos, o que efetivamente determinou uma melhoria nas condições de higiene na Casa dos Expostos. A obediência à “lei de higiene” (...), ou seja, aos preceitos higiênicos, tornou-se uma necessidade incontestável no século XX, consolidando a importância do papel do médico nas instituições.

Foram várias as iniciativas dos higienistas, tais como a criação dos Institutos de Proteção e Assistência à Infância, o primeiro deles fundado no Rio de Janeiro pelo Dr. Moncorvo Filho, em 1901; a criação de dispensários e ambulatórios, com serviços de consulta médica às crianças pobres, “gotas de leite”, palestra para as mães, entre outros. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 21)

Os higienistas, alinhados ao movimento filantrópico da época, travavam um embate com os religiosos e outros grupos caritativos, preconizando um método defendido como científico na educação das crianças, com o objetivo de acompanhar de modo mais racional o enquadramento dessas aos ditames da “ordem e progresso”.

1.3 Os menores

A gente caía para a rua. Catava que catava um jeito de se arrumar. Vender pente, vender jornal, lavar carro, ajudar camelôs, passar retrato de santo, gilete, calçadeira... Qualquer bagulho é esperança de grana, quando o sofredor tem a fome. Vontade, jeito? A fome ensina. A gente nas ruas parecia cachorro enfiando fuça atrás de comida. (ANTÔNIO, 1976, p. 62)

Os “menores” representavam uma denúncia viva da exclusão social produzida sob o manto da modernidade e da República, conforme nos lembra Marinina Gruska Benevides, em seu livro *Entre ovelha negra e meu guri – família, pobreza e delinquência*:

O crescente intervencionismo do Estado na redefinição de hábitos e da própria cultura da classe pobre (...), principalmente a partir do início do século XX, e o endurecimento de procedimentos repressivos (...), a partir dos anos 20, fizeram-se justificar pelo perigo representado pela multiplicação da presença dos *menores*, especialmente nas ruas dos grandes centros urbanos: uma presença anunciando a ausência de *Ordem e Progresso* e denunciando o sistema excludente de relações sociais e econômicas. (BENEVIDES, 2008, p. 62)

Os menores que vivem perambulando pelas ruas, sem a vigilância dos pais, correndo atrás da própria subsistência estão representados nas narrativas de João Antônio que temos aqui como enfoque: crianças e adolescentes que, não encontrando na família o amparo necessário, constroem seus valores com base na “escola da vida” ou, melhor, na “educação das ruas”.

Conforme Vima Lia Martin, em *Literatura e marginalidade* (2008), as personagens de João Antônio vivem o dilema entre ocupar a condição de trabalhador explorado – “otário” – ou aderir à “viração” – como malandro:

No contexto perverso da modernização conservadora flagrado por João Antônio, os pobres podem assumir um dos dois papéis que são paradigmáticos de uma mesma condição de exclusão: o de otário ou de malandro. Os otários – termo utilizado no universo da malandragem – são os trabalhadores que se submetem às regras que regulamentam o mundo do trabalho, vivendo de acordo com as normas instituídas, enquanto que os malandros sobrevivem no mundo da “viração”, transgredindo essas mesmas normas. (MARTIN, 2008, p. 70)

Retomando a presença importante dos higienistas, destacados por Pilotti e Rizzini, lembramos que foi esse o discurso predominante em todos os processos de modernização conservadora das cidades brasileiras – como foi o caso da reforma urbana do Rio de Janeiro, de viés higienista haussmanniano, promovida pelo prefeito Pereira Passos, em 1906. Tais processos baniram os pobres para morros e espaços periféricos das cidades, deixando os centros

“preservados” dos horrores da pobreza, a qual remetia ao “atraso”, ou seja, a verdadeira condição de desigualdade e exclusão social que estão por trás da fachada de “Ordem e Progresso”.

Rizzini e Pilotti nos lembram que os higienistas, apesar de seu embate contra os apologistas da caridade, provaram-se tão ineficientes quanto estes no que diz respeito ao combate efetivo da pobreza e do desamparo da infância pobre brasileira, pois na prática apenas reforçavam a ideia de que era preciso proteger a sociedade do suposto mal que essas crianças representavam. Conforme os autores:

Os higienistas estavam identificados com o movimento filantrópico, que travava um embate com os representantes da ação caritativa, nas primeiras décadas do século. A filantropia distinguia-se da caridade, pelos seus métodos, considerados científicos, por esperar resultados concretos e imediatos, como o bom encaminhamento dos desviantes à vida social, tornando-os cidadãos úteis e independentes da caridade alheia. A noção de prevenção do desvio e recuperação dos degenerados entranhou de tal forma na assistência, que nas décadas seguintes, filantropia e caridade tornaram-se sinônimos. O conflito foi superado por uma acomodação das disparidades, pois ambas tinham o mesmo objetivo: a prevenção da ordem social. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 22)

Também a instância jurídica tem papel fundamental como poder responsável pela infância. É o que podemos verificar nos congressos internacionais do “novo direito”, que contou com a atuação de juristas dos Estados Unidos, Europa e América Latina. Defendia-se, nas primeiras décadas do século XX, uma justiça humanitária, que investisse mais em reabilitação do que em punição, como fica claro na fórmula Justiça e Assistência, que se consolida no Brasil pela década de 1920. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 22)

Essas novas ideias foram logo aplicadas ao caso dos menores, por duas razões: primeiramente, o fato de que as fases da infância e da juventude eram fonte de muito interesse para os estudiosos do direito penal, sobretudo por conta do aumento dos índices da criminalidade entre menores. Em segundo lugar, pesava o fato de que áreas como medicina e psicologia viam nos jovens pacientes grandes possibilidades de conhecimento e, portanto, melhoria da vida humana. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 22)

Os menores considerados viciosos e delinquentes eram vigiados pelo Juízo de Menores e pela polícia. Frequentemente iam parar nas casas de correção ou nas colônias correcionais, onde deveriam ficar separados dos detentos maiores de idade, determinação que nem sempre era cumprida. Esse fato indignava os defensores da reeducação dos menores, que propunham o estabelecimento de instituições próprias para as crianças pobres, com o objetivo de reinseri-las na sociedade por meio de formação profissional. Surgiram, assim, as escolas de reforma, por determinação do Código de Menores, de 1927, também conhecido como “Código Mello

Matos”, em homenagem ao primeiro juiz de menores do Rio de Janeiro. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 22)

Por essa época foram criadas também as delegacias especiais para os menores que esperavam encaminhamento ao juiz, mas esses estabelecimentos incorriam em inúmeras irregularidades, sendo os “menores” tratados com a mesma violência que encontravam nas delegacias comuns. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 23)

Essa prática de “limpar” as ruas, com a retirada dos indesejáveis, foi o *modus operandi* das forças políticas, jurídicas e policiais dos centros urbanos ao longo do século XX. Tal dinâmica, própria da “violência estrutural” (GORENDER, 2000), apesar dos muitos questionamentos recebidos ao longo do tempo, foi revertida juridicamente apenas nos anos 1980, com o advento da Constituição de 1988 e a criação do ECA.

Conforme Pilotti e Rizzini, em meados do século XIX, com a demanda de força de trabalho nas fábricas, principalmente as de tecido, a mão de obra de crianças e de mulheres passou a ser recrutada, em troca de baixíssimos salários. É a infância “nas mãos dos patrões”, “a criança trabalhadora” (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 23). Conforme os autores:

Menores eram recrutados em asilos e cumpriam carga horária semelhante a dos adultos. Outros trabalhavam para complementar a renda familiar.

Os patrões justificavam a exploração do trabalho infantil alegando que retiravam os menores da ociosidade e das ruas, dando-lhes uma ocupação útil. Foram, pois, contra o Código de Menores de 1927, que não autorizava o trabalho antes dos 12 anos. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 23)

Nos anos 1930 o governo implementou um sistema de ensino profissionalizante, o qual ficou, contudo, nas mãos do empresariado, por meio do SENAI e do SENAC, fundados na década seguinte, com baixo impacto na vida das grandes massas empobrecidas.

Com relação à instituição familiar, os autores comentam o seguinte:

Na história aqui retratada, a família aparece como aquela que não é capaz de cuidar de seus filhos. As mães eram normalmente denegridas como prostitutas e os pais como alcoólatras – ambos viciosos, avessos ao trabalho, incapazes de exercer boa influência (moral) sobre os filhos e, portanto, culpados pelos problemas dos filhos (os “menores”).

Surpreende o fato de que, salvo raríssimas exceções, não são documentados os incontáveis casos de famílias que, apesar da imagem (certamente introjetada por elas, em algum nível) e de todos os demais obstáculos encontrados, conseguiram criar seus filhos na pobreza. E, no entanto, sabe-se por observação e pelo senso comum, que a circulação de crianças entre famílias das classes socialmente menos favorecidas é bastante frequente – os chamados “filhos de criação”. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 24)

O mito criado em torno da família das classes empobrecidas serviu de justificativa para a violenta intervenção do Estado neste século. Com o consentimento das elites políticas da época, juristas delegaram a si próprios o poder de suspender, retirar e restituir o Pátrio Poder, sempre que julgassem uma família inadequada para uma criança. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 25)

Vemos aqui a violência do Estado dirigida às famílias pobres. Na era Vargas, a família e a criança das classes baixas receberam assistência do governo, com sua “política de proteção materno-infantil” (p. 25), num momento em que Estado e sociedade se encarregam de lutar para manter a estabilidade da família e a educação das crianças, dentro da concepção de cidadania que via a criança como “capital humano” (p. 25). Nas palavras dos autores:

Num período em que um contingente significativo de mulheres começou a se lançar no mercado de trabalho, provocando mudanças na estrutura e dinâmica familiares, Estado e sociedade se uniram para manter a estabilidade da família e garantir a adequada educação da criança, de acordo com a concepção de cidadania da época, isto é, a formação do trabalhador como “capital humano” do país, através do preparo profissional e o respeito à hierarquia pela educação moral. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 25)

Em 1941, pela primeira vez a causa da infância assume a instância de órgão federal, por meio do Serviço de Assistência a Menores (SAM), responsável pelo controle da assistência, oficial e privada, em escala nacional. Segundo os autores:

O SAM manteve o modelo utilizado, desde a década de 1920, pelos Juízos de Menores, atendendo os “menores abandonados” e “desvalidos”, através do encaminhamento às poucas instituições particulares, que estabeleciam convênios com o governo. Aos “delinquentes”, só restavam as escolas públicas de reforma, as colônias correccionais e os presídios, já que a iniciativa privada não dispunha de alternativas para o seu atendimento.

No ano de 1964, o SAM foi substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Criada pelos militares, a FUNABEM, tal como a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), era uma instituição que via a infância pobre, assim como a desigualdade de modo geral, como um “problema de segurança pública”:

Sua missão era velar para que a massa crescente de “menores abandonados” não viesse a transformar-se em presa fácil do comunismo e das drogas, associados no empreendimento de desmoralização e submissão nacional. A política adotada, neste sentido, privilegiou, a exemplo do que aconteceu em quase todos os setores, o controle autoritário e centralizado, tanto na formulação, quanto na implementação da assistência à infância, leia-se, aos “menores” enquanto problema social. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 26)

Além do medo da “má influência comunista” de um lado, havia de outro o receio de essa juventude desperdiçar seu potencial produtivo.

Com a associação entre pobreza e falta de estrutura familiar, o Estado aprofundava, no fim das contas, sua perseguição às classes pobres com a estigmatização do “menor abandonado”, proveniente de uma família considerada incapaz de criá-lo e, menos ainda, educá-lo. Segundo os autores:

Interessava, ainda, por causa das famílias marginalizadas e marginalizantes das quais essas crianças e adolescentes eram o produto socialmente mais visível, mais deletério e mais incômodo, para o modelo de crescimento adotado pelos governos militares. A infância “material ou moralmente abandonada” transformou-se, desse modo, em

motivo e canal legítimos de intervenção do Estado no seio e no meio das famílias pobres. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 27).

Tendo como palavras de ordem a “prevenção” e a “reintegração social”, FUNABEM E PNBEM, no fim das contas, apenas contribuíram para a internação em larga escala, e em todo o território nacional, desses “irregulares”.

Após muito tempo de debate e formulação de anteprojetos no meio jurídico para modificação do Código de Menores de 1927, em 1979 ele foi substituído pelo Novo Código de Menores, no qual o menor se transforma em vilão da sociedade, em “doença social”:

O Novo Código de Menores veio a consagrar a noção do “menor em situação irregular”, a visão do problema da criança marginalizada como uma “patologia social”. Caberia ao juiz de Menores intervir na suposta irregularidade, que englobava desde a privação de condições essenciais à subsistência e omissão dos pais, até a autoria de infração penal. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 27)

Nos anos 1980, a situação da infância no Brasil, à medida que foi sendo mais exposta e debatida, gerou intensa mobilização de vários setores sociais:

A noção de irregularidade começou a ser duramente questionada na medida em que as informações sobre a problemática da infância e da adolescência passaram a se produzir e a circular com maior intensidade. As estatísticas sociais retratavam uma realidade alarmante. Parcelas expressivas da população infanto-juvenil pertenciam a famílias pobres ou miseráveis. Eram cerca de 30 milhões de “abandonados” ou “marginalizados”, contradizendo a falácia da proporção minoritária dessa população. Como poderia se encontrar em “situação irregular” simplesmente metade da população de 0 a 17 anos? (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 28)

A luta pelos direitos da infância em situação de pobreza trouxe à tona novos atores políticos: lideranças populares, grupos católicos, ONGs e alas progressistas do governo. Essas frentes iniciaram uma forte campanha pelos direitos das crianças e dos adolescentes, e sua luta ganhou forma de lei a partir da inserção, na Constituição de 1988, do artigo 227, o qual “manda assegurar, com absoluta prioridade, os direitos de crianças e adolescentes, incumbindo desse dever a família, a sociedade e o Estado, aos quais cabe, igualmente, protegê-las contra qualquer forma de abuso”. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 29)

Como consequência desse processo, surge também o Estatuto da Criança e do Adolescente e, com ele, novas concepções. Nos termos dos autores:

De tudo isso resultou o Estatuto da Criança e do Adolescente e, com ele, supostamente, um novo paradigma jurídico, político e administrativo, destinado à resolução da problemática da infância e da juventude no Brasil, nos termos de uma sociedade democrática e participativa.

O atendimento a crianças e adolescentes é considerado parte integrante das políticas sociais. Deve ser proporcionado no seio da comunidade e em consonância com esta. A formulação de políticas específicas caberá, doravante, aos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e paritários entre governo e sociedade civil. A primeira instância do atendimento propriamente dito será constituída por Conselhos Tutelares, órgãos permanentes, autônomos e não jurisdicionais, com membros eleitos por cidadãos no plano local, e encarregados de

fiscalizar e implementar o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 29)

Vemos aí uma descentralização no modo de lidar com as crianças e os adolescentes, que passam então a ser considerados pessoas de direito.

As dificuldades do ECA em se fazer valer são, no entanto, numerosas: em meio a uma infraestrutura incompatível com as suas demandas e com a falta de vontade política, que tem sua base ideológica, o Estatuto encontrou uma série de desafios. Conforme os autores:

Os organismos governamentais centralizados de atendimento em larga escala, que deveriam ser extintos, continuaram a levar uma existência obscura, mas ainda ativa, dentro do novo contexto.

Os conselhos de Direitos, nos seus diversos níveis – nacional, estadual e municipal – demoraram a ser implementados, e onde foram criados e conseguiram consolidar-se, enfrentaram inúmeros dilemas e dificuldades de funcionamento, entre os quais, os que resultam da falta de experiência, capacitação e fundos.

Da mesma forma, os Conselhos Tutelares tiveram de enfrentar múltiplos e consideráveis obstáculos no seu processo de institucionalização, entre eles, a deficiência de “retaguarda” (instituições de atendimento direto), a relutância do poder público municipal, bem como dos órgãos de atendimento, públicos ou privados, em aceitar os novos princípios, as novas formas de gestão e, sobretudo, sua fiscalização pelos Conselhos. (PILOTTI e RIZZINI, 2011, p. 30)

Novamente, se atualizarmos o quadro, trazendo a questão dos direitos das crianças e dos adolescentes para o ano de 2016, por exemplo, o que encontramos?

Encontramos um cenário de retrocessos e de descrédito do ECA e mesmo da Constituição. Retrocessos que aprofundam o desemprego e não oferecem perspectiva para o trabalhador pobre, que conviveu por uma década com pleno emprego e “a valorização real do salário mínimo além da inflação”. (SOUZA, 2016, p. 97)

1.4 Retrocessos de direitos no Brasil da década de 10 do século XXI

No presente momento da história do país, momento de retrocesso no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente, encontramos simultaneamente as seguintes situações: de um lado, alto índice de crimes praticados contra crianças e adolescentes no território nacional⁸; de outro, redução da maioria penal aprovada na câmara dos deputados por meio de “manobra” do presidente da Câmara Eduardo Cunha⁹.

⁸ A edição de 2012 do Mapa da Violência divulgou que o Brasil ocupa o 4º lugar, num contexto de 99 países, em homicídios contra crianças e adolescentes. O mesmo estudo mostra que a taxa de homicídios contra esses grupos subiu 346% entre 1980 e 2010 no país. Cf. WASELSFSZ, 2012.

⁹ A aprovação do PEC 171/1993 se deu de modo polêmico, após estratégia que o site G1 caracterizou de “manobra” do presidente da câmara Eduardo Cunha. Movimentos de oposição, como a UNE e a Ubes, não tiveram tempo de reagir, uma vez que a votação foi feita apenas 24 horas depois de o plenário rejeitar a Proposta de Emenda. Cf. PASSARINHO, 2015. O PEC foi aprovado no segundo turno na Câmara em agosto do presente ano.

A defesa da redução da maioria penal já havia se mostrado, como expressão da “violência estrutural” (GORENDER, 2000) e da “cultura senhorial” (CHAUÍ, 1996), ser uma espécie de tradição na sociedade brasileira. É para ela que apelam a imprensa e parte significativa da opinião pública, quando um crime é cometido por crianças ou adolescentes.

Como vimos, por exemplo, em 1993, no caso do homicídio de Liana Friedenbach e Felipe Silva Café, em São Paulo, praticado pelo adolescente de apelido Champinha e mais quatro adultos. E é também o que indicam dados recentes de uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha: 87% dos brasileiros seriam favoráveis à redução da maioria¹⁰. Boa parte da população, no entanto, não está informada sobre o grande interesse que a iniciativa privada tem no “negócio penitenciário”, conforme revela a reportagem “Quanto mais presos, maior o lucro”, publicada por Paula Sacchetta no site Agência Pública¹¹. Sob a alegação de estar combatendo a impunidade, esse projeto defende interesses que nada têm de cívicos; dizem respeito apenas aos lucros garantidos para os investidores dessa parceria entre o sistema público e o privado.

No entanto, ainda que houvesse no caso uma autêntica preocupação de ordem ética ou social, é importante ressaltar que a PEC 171/1993 parte de uma falsa premissa: a de que as crianças e os adolescentes seriam responsáveis pelos altos índices de violência do país. Não é o que nos mostram dados como os apresentados em “Menor bom é menor preso?”, artigo de Rodrigo Martins publicado no site da Carta Capital em 27 de dezembro de 2013¹², no qual aparece esta declaração do coordenador do programa de Cidadania dos Adolescentes da Unicef, Mário Volpi:

Os adolescentes são mais vítimas que autores de violência. Em 2011, eles foram responsáveis por, aproximadamente, 1,8 mil homicídios, 8,4% do total. No mesmo ano, 4,3 mil jovens entre 12 e 18 anos incompletos foram assassinados. Mas quando um garoto negro é morto na periferia poucos dão atenção. A mídia costuma dar destaque apenas quando cidadãos de classe média ou alta são as vítimas.

Como vemos, o que ocorre é mais um exemplo de culpabilização da vítima, processo que é sistemático no Brasil e que tem insistente presença na abordagem de temas graves como

¹⁰ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/492614-MAIORIA-DA-SOCIEDADE-QUER-REDUCAO-DA-MAIORIDADE-PENAL-GOVERNO-E-CONTRA.html>. Acesso em 17 nov 2015

¹¹ <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/>. 17/nov/2015. No site pode ser também encontrado um vídeo-documentário bastante elucidativo sobre o caráter lucrativo que está previsto nesse processo de privatização dos presídios. Um dos exemplos é a obrigatoriedade, prevista em uma das cláusulas contratuais entre iniciativa privada e Estado, de as unidades presidiárias terem pelo menos noventa por cento da lotação.

¹² Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/revista/765/menor-bom-e-menor-presos-436.html>. Acesso em 18 nov 2015.

a violência praticada contra as mulheres, dinâmica que passou a ser chamada de “cultura do estupro”¹³.

Até o momento em que redigimos, a PEC 171/1993 permanece no Senado, aguardando nova votação. A maioria dos senadores, no segundo semestre de 2017, escolheu adiar a decisão para 2018¹⁴.

Seja como for, a hipótese otimista de que, com o passar do tempo, o ECA teria se tornado hegemônico na defesa das crianças e dos adolescentes no Brasil, propalada algumas vezes pelos seus defensores, infelizmente não só não resiste a dados concretos, como mostram os indicativos do Mapa da Violência (Waiselfisz, 2012). Ela é mais evidentemente frágil frente ao panorama brasileiro da segunda década do século XXI, com a já comentada política de cortes na área da educação e da saúde, a partir da PEC do Teto dos Gastos Públicos (PEC nº 5), em 2016, além dos crescimento da taxa de mortalidade infantil, após mais de duas décadas consecutivas de queda, tendo o governo Lula atingido a Meta do Milênio estipulada pela ONU. A análise da Fundação Abrinq daquele ano, sobre os dados do Ministério da Saúde, apontou que a faixa de mortalidade de crianças (de até os cinco anos de idade) havia subido de 14,3 para 14,9 por 1.000 nascidos vivos, uma alta de 4,19%¹⁵.

Também é de se destacar, como índice de escalada da violência, a agressão praticada contra um adolescente de quinze anos de idade, no Rio de Janeiro, fato ocorrido em 2014 e descrito da seguinte maneira:

Um adolescente de 15 anos foi agredido a pauladas e acorrentado nu pelo pescoço a um poste, na noite de sexta-feira (31), no Flamengo, zona sul do Rio. Moradora da região, a filóloga Yvonne Bezerra de Mello, 67, do Projeto Uerê, encontrou o garoto desorientado e chamou os bombeiros.

Sem documentos, ele foi socorrido e levado para o Hospital Municipal Souza Aguiar, no centro, e depois desapareceu. Segundo Yvonne Mello, o jovem nem sequer conseguia falar porque estava muito machucado – a maioria dos ferimentos era na cabeça.¹⁶

Nesse momento, o lema “direitos humanos para humanos direitos” andava em alta pelo país, a tomar como parâmetro as redes sociais e a banalização pública do antipetismo, um

¹³ O termo é de autoria de Susan Brownmiller, em seu livro *Against our will* (1975)

Disponível em <http://www.direitosdoshomens.com/a-cultura-do-estupro/>. Acesso em 19 nov 2015

¹⁴ “Votação da PEC que reduz maioridade penal fica para 2018, diz Lobão”. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2017/11/votacao-da-pec-que-reduz-maioridade-penal-fica-para-2018-diz-lobao>.

Acesso em 15 set 2018.

¹⁵ <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2018/05/26/corte-bolsa-familia-investimento-saude-mortalidade-infantil-estudo.htm>. Acesso em 16 set 2018.

¹⁶ <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/adolescente-e-agredido-a-pauladas-e-acorrentado-nu-a-poste-ej2lw64fplt51uvync38vphe6/>. Acesso em 16 set 2018.

sentimento difuso que encontrou espaço aberto nas manifestações de 2013, as quais, com a devida habilidade da “mídia conservadora no seu papel de ‘partido político da elite do dinheiro’” (SOUZA, 2016, p. 88), converteram-se em megaeventos contando até com coberturas ao vivo.

Sobre esse contexto nacional recente, Jessé Souza comentou:

É importante perceber todo o alcance da aliança entre mídia conservadora e a construção de uma classe média “revolucionária”, que tem início em junho de 2013. Com o sucesso da estratégia de pautar as manifestações e distorcer seu sentido inicial de modo a atingir o executivo e federalizar o descontentamento difuso da população, a mídia dominante percebeu sua força de criar uma realidade virtual. Efetivamente, como mostra o exemplo do Jornal Nacional, a habilidade de distorcer pautas populares espontâneas e conseguir manipulá-las para enfraquecer o executivo, que gozava de amplo apoio popular até então, foi extraordinária.

Seu sucesso se dá, na ocasião, de forma ainda limitada. Sua base de apoio real em junho de 2013 ainda é a velha classe média conservadora, que nunca havia comprado a pauta de reforma social petista e que sempre votara contra esse projeto em todas as eleições. Até aí, nenhuma novidade. Mas essa classe ganha nesses episódios, por força da construção da narrativa midiática que lhe reserva o papel de “herói cívico”, um estímulo novo e gigantesco. A intensidade do apoio aumenta, e a mobilização desses setores chega a graus inéditos na história do país. A direita conservadora e moralista de ocasião começa a sair do armário e se assumir.

A novidade aqui não é o simples acordo de sentimentos e de visão de mundo, que sempre existiu entre as grandes redes de TV e os grandes jornais e esse seu público cativo há décadas. O que é novo, tornando-se um dado decisivo a partir de 2013, é a verdadeira conversão midiática desse ator político conservador normalmente discreto e recluso em “classe revolucionária” com extraordinária e súbita autoconfiança, podendo exprimir-se nas ruas sem qualquer vergonha ou pejo. Em vez de reclamar a boca pequena, apenas entre amigos, dos rolezinhos dos jovens da periferia de São Paulo, ou do “populismo petista” com os programas de transferência de renda, ou ainda dos aeroportos, “com gente sem educação e que fala alto”, tornando-os mais parecidos a rodoviárias do que aos antes seletivos aeroportos para uma minoria, essa classe, agora, se torna “orgulhosa” de si mesma. (SOUZA, 2016, p. 96)

O trecho resume bem o momento em que a direita “saiu do armário” e o discurso de perseguição às forças democráticas atuou como sangria desatada, até culminar na deposição da presidenta Dilma Rousseff (SOUZA, 2016) – o também chamado “Golpe de 2016” (CLETO; DORIA; JINKINGS, 2016).

Consideramos importante acrescentar que é a partir dessa experiência política concreta, resultante do aprofundamento da crise promovida pelo Golpe, com maior esgarçamento do tecido social e aumento da mortalidade infantil, que nos detivemos a estudar as infâncias e as crianças abordadas na contundente crítica social que é tão recorrentemente referida em ambos os autores.

Ainda sobre o Golpe de 2016, vale a pena mais uma citação extensa, dessa vez de uma figura notável da política, o senador Roberto Requião, que explica o panorama do Brasil e também justifica, em alguma medida, a pertinência de comentarmos, neste estudo, sobre a situação do Brasil nesta segunda década do século XXI:

É sempre a mesma coisa. Uniformemente, invariavelmente a mesma coisa. Eis aí, mais uma vez, o país em convulsão. E o continente sob risco.

Todavia, não me parece que seja o caso de se fazer aqui uma análise de conjuntura. Porque não se trata de uma realidade momentânea, circunstancial. Não estamos diante de um cenário fortuito. Reflete-se no palco toda uma história, longa, secular e dolorosa história de agruras, angústias e tragédias.

A triste Bahia que Gregório de Matos lastimava no século XVIII, diante da submissão da colônia ao *sagaz brichote*, é o triste Brasil de agora. Ontem, condenados pelos deuses coloniais e, hoje, amaldiçoados pelos deuses globais, o deus do mercado, a carregar sem descanso o fardo do subdesenvolvimento, da dependência, do atraso.

Todas as vezes que nos aproximamos do topo com a carga excruciante, vemos rolar ladeira abaixo o imenso sacrifício despendido em mais uma subida frustrada, para recomeçar a maldita sina.

Na verdade, é fácil prever: sempre que acontece algum avanço, do ponto de vista dos interesses populares e nacionais, segue-se um retrocesso institucional, político, social-econômico. Com uma diferença: os avanços, quase sempre, são epidérmicos, pequenos arranhões na casca grossa que protege os proveitos, as vantagens e os ganhos das classes dominantes, enquanto os recuos entranham-se fundo no lombo desprotegido das classes populares. (REQUIÃO, 2016, p. 93)

O tom emotivo de indignação, usado por Requião não só no texto aqui citado mas também em seus pronunciamentos, foi o mesmo adotado pela escola Paraíso do Tuiuti, que no Carnaval de 2018 desfilou com o samba-enredo “Meu Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão?”, em protesto ao Brasil do Golpe de 2016 e denunciando o processo de aprofundamento da exclusão social vivida pela população preta, herdeira das feridas objetivas e subjetivas da escravidão:

Meu Deus! Meu Deus!
Se eu chorar não leve a mal
Pela luz do candeeiro
Liberte o cativo social¹⁷

Os retrocessos vividos, do Golpe de 2016 até o momento, infelizmente vêm confirmar certas tendências de nossa formação social, como “cultura senhorial” e “violência estrutural” próprias do país. Vêm a confirmar por meio da PEC 95/2016 e do retorno do aumento da mortalidade infantil, que a própria imprensa – protagonista do Golpe, como mostra Jessé Souza (2016) – divulga:

Um antigo fantasma voltou a assombrar o Brasil: pela primeira vez em 26 anos a taxa de mortalidade na infância (crianças até 5 anos) aumentou. Enquanto em 2015 o índice era de 14,3 mortes na infância para cada mil nascidos vivos, em 2016 esse número subiu para 14,9 (os valores de 2017 ainda não foram consolidados), uma alta de 4,19%. As informações foram compiladas pela Fundação Abrinq com base nos sistemas de informações sobre nascidos vivos e mortalidade do Ministério da Saúde.¹⁸

¹⁷ Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/sambas/paraíso-do-tuiuti-2008/>. Acesso em 16 set 2018.

¹⁸ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/um-velho-fantasma-volta-a-assombrar-o-brasil-as-mortes-de-criancas-djxo28bagulvkb25e7j3lqnm/>. Acesso em 18 set 2018.

Ainda que não seja nosso objetivo considerar a fundo esse cenário contemporâneo de retrocessos, foi ele o cotidiano concreto que vivemos ao longo desta pesquisa, iniciada em 2015 e desenvolvida entre os turbulentos anos de 2016-2018.

Discutir a infância da perspectiva crítica e pungente de dois dos nossos maiores escritores, tendo como pano de fundo um cenário de grave crise das instituições, crise profunda do “projeto nacional”, fez com que o pano de fundo se transformasse algumas vezes em figura. E, embora tenhamos nos empenhado para limar essa camada circunstancial, chegamos ao final convencidos de que avançamos pouco e algumas arestas, teimosas, resistiram.

Os dados que oferecemos até aqui, acerca da formação social brasileira e das instituições que tradicionalmente encarregaram-se das infâncias no Brasil, serão importantes para estabelecermos relações entre as personagens-crianças presentes em Graciliano Ramos e João Antônio – a partir dos *corpora* que apresentaremos no capítulo seguinte. Com base nessas relações estudaremos a crítica social como central ao projeto literário de ambos os autores, projetos cujas convergências exploraremos no terceiro capítulo.

2. “HISTÓRIAS INCOMPLETAS”:

***CORPORA*, EIXOS TEMÁTICOS E QUESTÕES DE GÊNEROS**

Conforme observaremos, as narrativas dos dois autores trazem situações em que as crianças estão em choque com a norma e a normatividade, numa dinâmica violenta em que os adultos, no esforço de fazerem valer sua voz de comando, agem arbitrariamente, gerando, nas crianças, receio da autoridade e aversão à ordem. A norma, mostrando-se injusta, produz desconfiança e deslegitima o lugar do adulto como “pai” na ordem social.

Antes de falarmos dos *corpora* e dos projetos dos autores, mencionemos, brevemente, um aspecto que consideramos estratégico para caracterizar as infâncias encontradas em ambos: a diferença de classe, relacionada, nos textos, aos vínculos familiares e, no caso das personagens mais pobres, à luta pela sobrevivência.

Podemos antecipar ao leitor que, a partir de nossa análise comparativa, uma divisão inicial foi-nos considerada estratégica para melhor compreender as personagens-crianças de ambos os autores: o pertencimento ao grupo socioeconômico, pois, embora todas estejam envolvidas em alguma medida na “violência estrutural” da sociedade brasileira, de hierarquias rígidas, em que o abuso e o arbítrio das autoridades (adultos) se faz presente de maneira decisiva para suas experiências, podemos notar diferenças importantes entre um primeiro grupo de personagens – como Luciana e o narrador de *Infância* –, crianças brancas e pertencentes à classe média e um outro, de personagens – como o moleque José e o protagonista de “Frio” – negras e marcadas pela exclusão social.

Aos dois grupos, no entanto, acreditamos importante o emprego do termo “menor”, como maneira provocativa de enfatizar o lugar ocupado por essas crianças nos contextos descritos.

Conforme já informado, não usamos como critério de escolha o gênero dos textos – na verdade, até buscamos contornar uma notória assimetria: enquanto Graciliano Ramos é basicamente um romancista, João Antônio é contista.

O hibridismo de gêneros e certas particularidades a respeito das publicações de seus textos, conforme procuraremos demonstrar, foram-nos estratégicos para contornar esse problema da disparidade de gêneros e, como fator relacionado, o da diferença de extensões.

2.1 “O espírito de jornada”

No caso do autor alagoano, temos como exemplo o célebre estudo de Antonio Candido, “Ficção e confissão”, que aponta para a cooperação entre esses dois elementos para a leitura mais profícua da obra do escritor e traz à tona a questão dos gêneros nos seguintes termos: a necessidade crítica e criativa de Graciliano não caberia apenas na ficção, mas a transbordaria para a abordagem mais direta da realidade.

Nas palavras do crítico:

(...) as reminiscências não se justapõem à sua obra, nem constituem atividade complementar, como se dá na maior parte dos casos. Pertencem-lhe, fazem parte integrante dela, formando com os romances um só bloco, pois são essenciais para a compreensão da mesma ordem de sentimentos e ideias, dos mesmos processos literários que observamos neles. A autobiografia foi um caminho que escolheu e para o qual passou naturalmente, quando a ficção já não lhe bastava para exprimir-se. (CANDIDO, 1999, p. 66)

Antonio Candido comenta sobre o processo de transformação na escrita de Graciliano, que envolve a questão da mudança de gêneros:

Temos, com efeito, a princípio, dois romances (*Caetés* e *São Bernardo*) construídos com objetividade, não levantando outros problemas senão os da ficção. Em seguida, outro (*Angústia*), em que sentimos clara a atitude de rejeição consciente da sociedade, condicionada por tantas reminiscências e impulsos profundos que pude falar em “autobiografia virtual”, mais ou menos no sentido de autobiografia de recalques. *Infância* é autobiografia tratada literariamente; a sua técnica expositiva, a própria língua parecem indicar o desejo de lhe dar consistência de ficção. *Memórias do Cárcere* é depoimento direto e, embora grande literatura, muito distante da tonalidade propriamente criadora. (CANDIDO, 1999, p. 64)

Embora um tanto categórico em alguns pontos, concordamos com Antonio Candido no essencial: a existência, na escrita de Graciliano Ramos, de um processo que vai do mais ficcional para o menos ficcional: dos romances, às memórias e aos textos propriamente não ficcionais.

É interessante notar que essa opinião acerca da transformação de gênero na evolução da escrita em Graciliano Ramos se mostra, em alguma medida, relacionada a dois momentos distintos de sua vida: antes e depois da prisão. Essas duas fases estão registradas na biografia

de Dênis de Moraes, que caracteriza os dois momentos como “Os anos de invenção” e “O testemunho do tempo”. (MORAES, 1993)

“Os anos de invenção” referem-se ao tempo anterior à prisão, quando Graciliano era um autor praticamente desconhecido e vivia no Nordeste, a maior parte do tempo em cidades alagoanas como Palmeira dos Índios e Maceió e outra posterior à prisão, quando se instalou no Rio de Janeiro e ali começou uma existência mais cosmopolita, com ampla interlocução entre a intelectualidade da época, chegando mesmo, já no fim da vida, a conhecer a União Soviética, a França e a Argentina.

Na primeira fase Graciliano é o humanista apertado, apenas simpático a ideias progressistas, concentrado em construir seus “bichos subterrâneos”, suas grandes obras de ficção em primeira pessoa: *Caetés*, *São Bernardo* e *Angústia*. Na segunda fase, é o simpatizante e o militante do PCB, autor de um romance em terceira pessoa e duas obras-primas da literatura memorialística: *Infância* e *Memórias do cárcere*, que mantêm a intensidade narrativa das obras de ficção, apenas tomando como protagonista a sua própria pessoa. Na primeira fase, Graciliano parece mais ocupado em conquistar seu espaço imaginativo, cultivando monstros pessoais, e depois, distanciado daquelas criaturas matutas, já contextualizado no ambiente urbano e fervilhante do Rio dos anos 1930, 1940 e 1950, parece olhar para o sertão de modo mais distanciado, mesmo em *Vidas secas*, que ele narra em terceira pessoa, e o gênero das memórias atende perfeitamente à necessidade de recordar e reconstituir o que já não é palpável.

Chama-nos a atenção que é somente nessa segunda fase, situado no Rio de Janeiro, que Graciliano Ramos dedica-se a trabalhar com ambientes e personagens mais tipicamente nordestinos, “regionais”, como ele se refere aos capítulos de *Vidas secas* que em que vinha trabalhando a seu tradutor argentino Benjamín de Garay: “Trabalho numa série de contos regionais”. (RAMOS, 2008, p. 57)

A segunda fase se inicia com *Vidas secas*, que Graciliano escreve em boa parte, recuperando elementos da sua infância, os anos correspondentes aos que ele registra em *Infância*, livro riquíssimo para a recuperação do cotidiano do Nordeste dos anos seguintes à Abolição. O livro pode ser lido como uma galeria de personagens – em alguns casos, retratos que o aproximam da crônica.

Podemos ainda considerar a importância da produção não ficcional de Graciliano Ramos a partir da edição recente de livros como *Cartas inéditas de Graciliano Ramos a seus tradutores argentinos* (EDUFBA, 2008), com introdução, ensaios e notas de Pedro Moacir Maia, títulos, da editora Record, também com inéditos do autor alagoano e *Garranchos* (2012),

com organização e prefácio de Thiago Mio Salla, e *Conversas* (2014), com organização e prefácio dele mesmo (Salla) e Ieda Lebensztayn.

Por fim, merece atenção particular a questão de gêneros com relação à composição de *Vidas secas*.

Partimos da expressão consagrada de Rubem Braga, “romance desmontável”, para em seguida relativizá-la, com o estudo de Leticia Malard “*Vidas secas* – aspectos da estrutura da narrativa” (MALARD, 1972, p. 64-95), em que a autora demonstra que o único texto que pode realmente ser considerado um “conto-capítulo”, em *Vidas secas*, é “Baleia”. Nas suas palavras:

Os capítulos de *Vidas Secas*, a exceção de *Baleia*, não podem ser considerados como contos, nem mesmo *grosso modo*, porque lhes faltam, entre outras, duas características básicas do conto: tensão interna que se enfraquece num epílogo sem possibilidade de continuação, e unidade dramática, que exige rigorosa concentração de efeitos e pormenores, sem digressões. (MALARD, 1972, p. 75)

Se a noção de conto-capítulo deve ser usada com restrição, por outro lado, é inegável que, ao menos do ponto de vista editorial, os textos de Graciliano Ramos receberam um tratamento mais “heterodoxo”, de tal modo que em livros como *Histórias incompletas*, de 1946, contos *de fato* como “Um ladrão” e “Luciana” aparecem ao lado do “conto-capítulo” “Baleia” e dos textos – de classificação difícil – como “Cadeia” ou “Festa”. Nesse caso, o trabalho editorial se encarregou de eliminar dúvidas acerca da classificação literária desde a escolha do título: por via das dúvidas, são todas “histórias incompletas”.

Já no caso de *Histórias agrestes*, publicado postumamente, em 1960, a reunião se dá em torno da afinidade temática. Como no outro caso, a antologia mistura contos *de fato*, como “Minsk”, com o “conto-capítulo” “Baleia” e trechos de romances e livros de memórias, como “Cadeia”, de *Vidas secas*, “O estribo de prata”, de *Histórias de Alexandre*, “Um incêndio”, de *Infância*, ou ainda “O advogado Nunes Leite”, de *Memórias do cárcere*.

Vidas secas e *Infância*, assim como as várias publicações realizadas em revistas argentinas, atestam o seguinte fato: se por um lado, como afirma Leticia Malard, esses textos não se encaixam na categoria de “conto-capítulo”, por não conterem determinadas características, atestam, por outro, certo grau de independência – ao serem editados como “histórias incompletas” ou “histórias agrestes”, ou seja, como elementos autônomos.

Chama-nos a atenção o fato de que Graciliano Ramos tenha escolhido publicar em um único livro narrativas que são “pedaços de romances”, o conto-capítulo “Baleia”, ao lado de outras, que serão publicadas inequivocamente como contos: “Ladrão” e “Minsk”. Indagamo-nos se não seria possível uma outra interpretação: a de que o próprio autor demonstra hesitação e que deixa em aberto para o leitor o projeto dessas narrativas no que diz respeito ao gênero.

Por que não considerar, por exemplo, a possibilidade de Luciana e Minsk figurarem como “pedaços de romances”?

Esse é um primeiro fato que tende a flexibilizar a ideia da dependência narrativa dos textos em questão.

O segundo tem a ver com a composição de dois livros: *Vidas secas* e *Infância*, os dois mais importantes em nossa pesquisa sobre as crianças em Graciliano Ramos.

Se nos detivermos um pouco nos processos memorialísticos a que o autor recorreu para compô-los, podemos concluir que, em alguns casos, partiram da mesma matéria. É o que nos mostra Pedro Moacir Maia em “Gênese e motivos de *Vidas Secas*” (2008), chamando a atenção para o fato de que o universo narrado em *Vidas secas* é, em grande medida, o mesmo que o escritor evoca, de modo memorialístico, em *Infância*.

Descrivendo o processo composicional de *Vidas secas*, Pedro Maia apresenta a sequência cronológica da produção dos capítulos, ao longo do ano de 1937:

O fato é que em 4 de maio de 1937 escreveu Graciliano “Baleia”; em junho, “Sinha Vitória”, “Cadeia” e “O menino mais novo”; no mês seguinte, o mais fértil, tomaram forma “O menino mais velho”, “Inverno”, “Mudança”, “Festa” e “Contas”; agosto viu nascer “Fabiano” e “O mundo coberto de penas”; em 6 de setembro, voltou “O soldado amarelo”, e, exatamente um mês depois, “Fuga” encerrava o ciclo.

Para erguer este mundo na caatinga, povoado desses pobres seres alquebrados pela miséria e pelas injustiças, Graciliano serviu-se também de alguns episódios da própria meninice. Já lhe tinham surgido, antes das histórias de *Vidas Secas*, as primeiras lembranças ou ideias para as memórias da *Infância*. (MAIA, 2008, p. 107)

O crítico refere-se ainda à carta que Graciliano envia à esposa em 1936, na qual o autor “enumera onze episódios, a escrever, de *Infância*, só publicado em 1945”. (MAIA, 2008, p. 107). A conclusão a que chega acerca do processo é a seguinte:

Durante um ano ou dois, então, povoaram a sua imaginação, cruzavam-se em seu espírito figuras e acontecimentos que vão resultar em dois livros. (MAIA, 2008, p. 107).

Maia chama a atenção para aspectos coincidentes nos dois livros, como o famoso episódio em que o menino pergunta à mãe o significado da palavra “inferno”, presente no capítulo “O menino mais velho”, de *Vidas secas*, e no capítulo “Inferno”, de *Infância*.

Além dos fatos expostos até aqui, é importante acrescentar que Graciliano desde muito jovem e ao longo de muitos anos escreveu para a imprensa e que a convivência de gêneros em sua escrita, portanto, é um dado biobibliográfico, o qual está expresso, por exemplo, no modo como publicou seu primeiro romance, *Caetés*, no ano de 1929: Graciliano Ramos enviou ao governador de Alagoas um relatório de prestação de contas do município esse documento, por suas qualidades literárias, chegou às mãos de Augusto Frederico Schmidt, poeta e editor, que, admirado com a escrita de Graciliano, pediu que o autor lhe enviasse um livro. Graciliano envia

Caetés, que a editora Schmidt publica no ano 1933. Acreditamos que esse reconhecimento de qualidade literária em um texto de natureza burocrática – marcando a estreia de Graciliano Ramos como autor de livros – seja emblemática da amplitude de gêneros no autor, e da validade de pensarmos textos, não apenas de diferentes gêneros, mas até de “*status*” desiguais com relação à sua autonomia como significante: considerando que, pelo critério de gêneros, apenas “Minsk” tem sentido autônomo, por estar identificado com a estrutura do conto. Mas, mesmo nesse caso, podemos nos enganar, porque o texto “Luciana”, integrado também ao volume *Insônia*, sugere comunicação entre as narrativas: são contos “de fato”, mas possuem elementos que coincidem o bastante para que possamos considerá-los como narrativas contínuas, tanto quanto certos capítulos de *Infância*.

Acreditamos ter conseguido evidenciar o caráter relativo da questão da unidade narrativa entre os textos de Graciliano Ramos e, desse modo, confirmar a validade de nossa seleção de textos, unidos pelo elemento temático da infância, pois abordar a temática da infância nos fez ainda mais pensar a obra de Graciliano com o “espírito de jornada”, conforme reivindicado por Antonio Candido:

Para ler Graciliano Ramos, talvez convenha ao leitor aparelhar-se do espírito de jornada, dispondo-se a uma experiência que se desdobra em etapas e, principiada na narração de costumes, termina pela confissão das mais vívidas emoções pessoais. Com isto, percorre o sertão, a mata, a fazenda, a vila, a casa, a prisão, vendo fazendeiros e vaqueiros, empregados e funcionários, políticos e vagabundos, pelos quais passa o romancista, progredindo no sentido de integrar o que observa ao seu modo peculiar de julgar e de sentir. De tal forma que, embora pouco afeito ao pitoresco e ao descritivo, e antes de mais nada preocupado em *ser*, por intermédio da sua obra, como artista e como homem, termina por nos conduzir discretamente a esferas bastante várias de humanidade, sem se afastar demasiado de certos temas e modos de escrever. (CANDIDO, 1999, p. 13)

Com tais considerações acerca de gêneros e unidades narrativas em Graciliano Ramos tivemos por objetivo, principalmente, justificar nossa escolha – temática – para análise da infância na obra do autor. Afinal, é nesse momento da vida que os referenciais éticos e afetivos se estruturam, por meio da educação e, desse modo, podemos ver, no processo de ensino-aprendizagem, os pontos da disputa simbólica e material que se desenvolvem como consequência da “violência estrutural”. (GORENDER, 2008)

2.2 Seções de textos

Também os textos de João Antônio escolhidos para análise não foram selecionados a partir da questão de gêneros e nem da unidade narrativa – aparentemente mais simples num autor de contos, uma vez que este gênero apresenta maior independência em relação aos livros

em que são publicados. Grosso modo, um conto pode figurar em diferentes livros e manter inalteráveis suas características principais, independentemente da circunstância editorial.

Azevedo Filho destaca a forte tendência para a fusão de gêneros na escrita do autor paulista, demonstrando como, de modo análogo ao que observamos em Graciliano Ramos, a mudança de gênero é inseparável do próprio desenvolvimento do projeto literário do autor.

Também em João Antônio podemos apontar para uma separação de sua escrita em duas fases, como já observado no escritor alagoano.

Após publicar seu primeiro livro, *Malagueta, Perus e Bacanaço*, em 1963, o autor trabalha para a grande imprensa, escrevendo para o “Jornal do Brasil” e para revistas como “Realidade”, “Cláudia” e “Manchete”.

Em 1975, ou seja, doze após a publicação de *Malagueta...*, lança, num único ano, duas novas obras: *Leão-de-chácara* e *Malhação do Judas Carioca*. O primeiro mantém-se, em linhas gerais, dentro do gênero contístico. É o segundo livro que apresenta as mudanças significativas que ocorrerão na prosa joãoantoniana, ou melhor, mudanças que ocorreram ao longo de sua experiência jornalística e que se materializam no texto “Cais”, publicado na revista *Realidade*, no ano de 1968.

Rodrigo Lacerda comenta sobre a importância da escrita jornalística na ficção do escritor:

Data do período em *Realidade* não apenas o ponto de fusão “joãoantoniano” entre literatura e jornalismo, mas também a consolidação do leque de gêneros com os quais o escritor trabalhava para a imprensa e que, depois, viria a compor, grande parte de sua obra publicada em livro. Com base nos eixos programáticos levantados no período *JB*, esse leque de gêneros se esboçou durante a passagem pela revista *Cláudia* (...) e ganhou forma definitiva em *Realidade*. (LACERDA, 2006, p. 399)

Lacerda descreve, então, os tipos de matéria jornalística em quatro grupos: “variedades”, “comportamento”, “paisagens”, “retratos”. E conclui o seguinte:

Esse leque de gêneros é a chave para compreendermos o mecanismo de organização interna da produção de João Antônio na imprensa e, a partir de 1975, de toda a sua produção em livro. Para compreendermos as fronteiras muito particulares de um território que foi, gradativamente, sendo despojado das fronteiras aceitas pela maioria. Sim, pois a verdadeira fusão (...) é entre ficção e jornalismo; conto e crônica, conto e reportagem. (LACERDA, 2006, p. 401)

Seções como essas são usadas pelo autor em *Malhação do Judas Carioca*: “Problema”, “Polícia”, “Conto-reportagem”, “Especial”, “Gente”, “Costumes”, “Futebol” (ANTÔNIO, 1976c). Exatamente na seção “Conto-reportagem” encontra-se o texto “Cais”, pela primeira vez publicado em livro, o terceiro de João Antônio, *Malhação do Judas Carioca*, sobre o qual Azevedo Filho comenta:

Trazendo a marca do hibridismo e da ruptura de gêneros, os textos de *Malhação...*, na verdade, indicam uma mudança de direção na obra de João Antônio, na qual ele incorpora ao jornalismo a experiência de contista e incorpora também à literatura as técnicas narrativas do jornalismo literário, em especial do *New Journalism*. (Azevedo Filho, 2008, p. 73)

O fato de o nome da seção ser o próprio gênero, “Conto-reportagem”, como não ocorre em nenhum outro caso, parece indicar o destaque que o autor procura destinar à estreia do novo gênero em sua escrita, embora acreditemos que seja possível utilizar essa definição para outros textos do livro, conforme discutiremos no capítulo cinco.

Vemos, portanto, a forte tendência, na escrita de João Antônio, à fusão ou mesmo à cooperação entre o livresco e o não livresco. Nas palavras de Rodrigo Lacerda:

Leão-de-chácara, o primeiro livro depois de *Malagueta*, *Perus e Bacanaço*, lançado em 1975, portanto doze anos após a estreia, é o último volume onde a ficção predomina. Mesmo assim, quase metade do livro, ocupada pela novela “Paulinho Perna-Torta”, fora portanto escrita em 1964, antes da entrada do jornalismo na vida, e no estilo, do escritor. Mas em seguida ele publica *Malhação do Judas Carioca*, que sem nenhum tipo de aviso ao leitor de “ficção pura”, do leitor de *Malagueta*, *Perus e Bacanaço*, por exemplo, reúne textos tipicamente de imprensa, alguns deles extraídos da própria *Realidade*, outros d’ *O Pasquim*. (LACERDA, 2006, p. 401)

Conforme nos lembra o crítico, o próprio João Antônio expressou, em carta a Caio Porfírio Carneiro, as mudanças pelas quais passava sua escrita:

Copacabana, 22 de dezembro de 1975.

Você já deve ter recebido, em remessa separada, um exemplar de meu filho mais novo, também chamado *Malhação do Judas Carioca*. Esse meu livro pertence, você verá, a uma nova fase minha em que aproveito uma série de experiências colhidas ao longo de tempos de jornalismo. Aproveito uma porção de deixas largadas por Norman Mailer, Vasco Pratolini e Truman Capote no novo jornalismo americano. (ANTÔNIO, 2004, p. 63)

A tal nova fase corresponderia, portanto, a uma necessidade do próprio processo literário de João Antônio, de seu próprio projeto literário, que será devidamente expresso – aliás, didaticamente – em “Corpo a corpo com a vida”, um epílogo ou anexo em forma de depoimento, sobre o qual comentaremos no capítulo três, uma vez que ele apresenta o projeto literário de João Antônio como um todo.

Quanto ao agrupamento de textos em seções com títulos específicos, sabemos que não se trata de novidade: desde sua estreia o autor havia recorrido a esse sistema, o qual repetiu em *Leão-de-chácara*.

Isso nos leva a considerar uma segunda flexibilização na categorização das narrativas de João Antônio, dessa vez referente à unidade textual, que pode ser observada na escrita de “Paulinho Perna Torta”, tomado para análise no capítulo cinco. Uma década antes de ser

publicado em *Leão-de-Chácara*, “Paulinho Perna Torta” havia saído na antologia *Os Dez Mandamentos*. Organizada por Ênio Silveira, a antologia, de corte temático, contou com a presença de autores como Campos de Carvalho, Carlos Heitor Cony e Orígenes Lessa e tinha como ponto de partida a escrita de um dos Dez Mandamentos, com o mesmo número de seções, cada qual intitulada com uma das máximas bíblicas: “Amar a Deus sobre todas as coisas”, tendo como conto correspondente “Sobre Todas as Coisas”, de Carlos Heitor Cony; “Não Tomar o Seu Santo Nome em Vão”, dessa vez, “Jeová de Souza”, de Orígenes Lessa. O último e décimo Mandamento – “Não Cobiçar as Coisas Alheias” – é representado por “Paulinho Perna Torta”, de João Antônio. (SILVEIRA, 1965)

Essa situação específica nos chama a atenção para uma maior independência dessa narrativa de João Antônio com relação ao livro no qual foi publicada na década seguinte – no qual, aliás, manteve-se isolado, numa seção ocupada apenas por ele, e agora, em vez de constar como Mandamento, aparece na seção “Um conto da boca do lixo”, chamando mais a atenção para a sua ambientação do que para a sua mensagem, o que, obviamente, altera o sentido do texto. Certos significantes, como, por exemplo, “Eu era um trouxinha que não sabia mandar o dinheiro do alheio” (ANTÔNIO, 1976b, p. 66), ao se deslocarem de sua situação original de publicação – o enquadramento religioso-filosófico que o tema dos Mandamentos pressupõe –, podem soar arbitrários e até inconvincentes ou então, no mínimo, reduzirem sua importância.

Como já afirmamos, essa é apenas uma das muitas vezes em que João Antônio republicou um conto em novo contexto.

Com esses comentários acerca de gêneros, unidades, rupturas e reciclagens literárias, tanto em Graciliano Ramos quanto em João Antônio, procuramos somente destacar o caráter instável e provisório das classificações, de modo a explicar nosso recorte específico – temático – das infâncias vividas pelas personagens nas narrativas que escolhemos e chamar a atenção para a possibilidade de pensarmos essas narrativas como “histórias incompletas” que se intercomunicam, não apenas dentro da obra de cada autor, mas na relação estabelecida entre os textos, e levando em consideração ainda a intertextualidade que estabelecem com outras narrativas, em cada um dos autores individualmente e também entre as duas obras. É o que apresentaremos nos capítulos 4 e 5, dedicados às análises dos textos. Por ora, ainda nos restam algumas páginas introdutórias.

2.3 Eixos temáticos

O juízo dos homens era esquisito. bem esquisito. Contudo esse julgamento absurdo acompanhou-me. Fixou-se, ganhou raízes.
Infância, Graciliano Ramos (RAMOS, 1970, p. 70)

Excluídas das conquistas materiais alcançadas pelas elites ao longo da história, as populações pobres, em sua maioria descendentes de africanos trazidos ao Brasil como escravos, tinham dois caminhos a seguir: o trabalho pesado, indigno e mal remunerado ou a criminalidade e, em consequência delas, em muitos casos, a prisão ou a morte precoce.

Esse seria o destino de um enorme contingente de crianças nascidas sob o signo da pobreza – “menores”, como seriam designados.

Benevides (2008) comenta sobre o uso dessa palavra:

Ao se analisar o termo *menor*, é possível recapitular todo um processo histórico de estigmatização dos filhos das camadas pobres da população e a própria separação de classe nele contida.
Classificações legais anteriores às do *Estatuto* distinguiram os *menores* quanto ao nível de abandono (material e moral) e quanto à periculosidade de seus comportamentos. (BENEVIDES, 2008, p. 62)

Esses *menores* são os filhos da população negra escravizada, caso do moleque José, retratado em *Infância*. Neto de escravos e filho de uma negra errante, o menino foi apadrinhado pela família de Graciliano Ramos. Comentaremos mais, no capítulo quatro, dedicado aos textos do autor alagoano, a respeito dessa personagem e sobre o adjetivo “moleque”, outro estigma, aliás, das crianças de famílias pobres.

Conforme nos explica Marcos Cezar de Freitas, “a ‘tomada de assalto’ da medicina legal em relação ao direito transformou a criança em ‘menor de idade’”, uma categoria que criminaliza a infância pobre brasileira. (FREITAS, 1997)

Os textos que escolhemos para realizar nossas análises obedeceram ao seguinte critério: deveriam ser narrativas em que as crianças tivessem papel preponderante e que fossem, ao mesmo tempo, personagens estratégicas para pensar as tensões próprias da formação social brasileira em sua tendência autoritária, violenta e desigual.

Procedendo às análises dos textos, confirmamos nossa hipótese de que, tanto na ficção de João Antônio quanto na de Graciliano Ramos, está explícita a tensão entre as crianças, de um lado, com seus anseios, interesses e desejos, e os adultos, de outro, como figuras decisivas para seu desenvolvimento e a sociabilidade, responsáveis pela sedimentação de valores, visão de mundo e constituição da subjetiva, de outro.

Em Graciliano Ramos os adultos predominam como instâncias responsáveis pelos cuidados das crianças e ao mesmo tempo como reprodutoras da “violência sistêmica”. No capítulo quatro, retomaremos essa questão. Já em João Antônio, as instituições formais ou

convencionas se apequenam e, em lugar delas, como a substituir as “figuras paternas” (ZENI, 2016), aparecem os malandros. Esses representam uma espécie de atalho ao mundo adulto, no qual se vive às margens da “ordem”.

De acordo com a moldura da ordem, os responsáveis pelas crianças são a família e a escola, instâncias de autoridade que, apesar opressoras como o sistema em que sobrevivem, garantem-lhe um mínimo bem-estar físico e, em algum nível, a inclusão à ordem por orientar para o mundo do trabalho.

O meio a que nos referimos são as instituições responsáveis pelas crianças: a família, em suas diversas formações, e o meio social, que podem ser os amigos do bairro, a escola, a rua, o bar ou até o bordel, estes últimos, ambientes de marginalidade, são frequentados pelos personagens infantis de João Antônio, os quais, via de regra, constroem sua sociabilidade dentro dos círculos malandros, adotando a moral da lei do mais forte. Analisaremos mais atentamente essa dinâmica de sociabilidade e formação subjetiva nos comentários sobre os textos ficcionais do autor paulista, no capítulo cinco.

Para esquematizar nossas conclusões a respeito das infâncias presentes em Graciliano Ramos e João Antônio, escolhemos alguns eixos de temas recorrentes e que são estratégicos para articular as experiências vividas pelas crianças em seus meios marcados pela “violência estrutural”.

Esses eixos temáticos são: a paternidade biológica e a “função paterna”; a família; a escola; o meio social; a polícia; o trabalho e a violência física e psicológica.

A discussão sobre a “função paterna” se apoiará numa noção mais ampla, englobando o subjetivo e o social, em consonância com estas palavras:

A análise dos diferentes significados que a função paterna exerce permite designá-la desde o lugar de um pai biológico até o lugar do representante simbólico da lei, dos valores e dos ideais de vida estabelecidos pelo sujeito. (FOLBERG; MAGGI, 2002)

A família, conforme procuraremos demonstrar mais adiante, é instituição decisiva nas narrativas com as quais trabalharemos. Instância imediata entre o sujeito e a realidade social, a família é o primeiro espaço de intersubjetividade da criança. São ela e, depois, a escola e a rua, os principais espaços de sociabilidade das personagens infantis de Graciliano Ramos e João Antônio.

No exercício pleno da “cultura senhorial” (CHAUÍ, 1996), a família tem papel decisivo nas narrativas em questão: é o primeiro contato com a hierarquia, com os valores de mando, a legitimidade, a justiça.

Claro que em cada texto, como em cada sujeito ou ator social, a família tem uma dinâmica específica, e uma diferença que pudemos observar nesse sentido foi uma presença maior de pais e familiares nas narrativas de Graciliano Ramos. Seja entre os paupérrimos retirantes de *Vidas secas*, seja entre os proprietários rurais de classe média e os comerciantes de *Infância*, a família se faz presente, tanto com sentido protetor quanto opressor.

Em João Antônio, as famílias têm menor presença, não na vida das crianças, mas na materialidade do texto, como uma “presença ausente”. Ou seja, as crianças e os adolescentes dos textos do escritor paulista ou aparecem mais próximas da figura do “menor abandonado” ou da do “Moleque de rua”, conforme o autor nomeou um dos intertítulos de “Paulinho Perna Torta”:

MOLEQUE DE RUA

Dei duro. Enfrentei.

Comecei por baixo, baixo, como todo sofredor começa. Servindo para um, mais malandro, ganhar. Como todo infeliz começa.

Já cedinho batucava.

– Vai um brilho, moço?

Repicar, na caixa, mandar os olhos nos pés que passavam. Chamar freguês. E depois me mandar no brilho dos sapatos. Fazer um barulhão com o pano atizar os braços finos, esperto ali.

Os dedos imundos não tinham sossego. Às vezes, cobiçava os pisantes dos fregueses; então, apurava mais o brilho. O tipo se levantava da cadeira, se arrumava todo; se empinava, me escorregava uma nota. Humilde, meio encolhido, eu recolhia a groja magra. Tudo pixulé, só caraminguás, uma nota de dois ou cinco cruzeiros. Mas eu levantava os olhos e agradecia.

Aguentava frio nas pernas, andava de tênis furado, olhava muito doce que não comia e os safanões que levei no meio das vendas, quando me atrevia a vontades, me ensinaram que o meu negócio era ver e desejar. Parasse aí.

Aguntei muito xingo, fui escorraçado, batido e dormi de pelo no chão. Levei nome de vagabundo desde cedo. (ANTÔNIO, 1982, p. 62)

A rua é o espaço predominante desses textos de João Antônio. Em “Frio”, a primeira família do protagonista é desconhecida; o menino vive com um adulto que exerce o papel de responsável, mas lhe impondo muitas restrições e trabalho. Em “Malagueta, Perus e Bacanaço”, o adolescente órfão vive com a tia e encontra em casa um ambiente hostil. Em “Mariazinha Tiro a Esmo”, a protagonista cresce num lar violento, onde é abusada pelo padrasto. O “Meninão do caixote” é o único, entre textos que estudamos, cujo protagonista convive com a mãe, embora o pai seja uma “presença ausente”. Seja como for, em todos esses casos, o lugar das ações principais dos protagonistas é a rua, onde desfrutam de alguma liberdade, mas reencontram a dinâmica violenta que os obriga a reviver seu lugar de “minoridade”, oprimido agora não pela violência ou abandono familiar, mas pela luta renhida pela sobrevivência, a disputa de comando, a luta pelo *status*, situações que colocam crianças e adolescentes em disputa direta com adultos, obrigando-as a adotar desde cedo uma postura de

desconfiança geral e a lógica da “lei do mais forte” ou então do “mais esperto”. São crianças cujas experiências infantis dizem pouco respeito à brincadeira desinteressada – podemos dizer que a brincadeira é convertida em trabalho e a diversão em sobrevivência, porque a jogatina e a viração só aparentemente dizem respeito à atividade lúdica. A esse respeito, é importante mencionarmos estas palavras de Vima Lia Martin:

(...) os malandros presentes na obra de João Antônio estão afastados da dimensão lúdica do jogo, já que a sua prática está ligada fundamentalmente à subsistência. A astúcia e o jogo, essenciais no universo malandro recriado por João Antônio, nunca constituem experiências desinteressadas. As intenções de Malagueta, Perus e Bacanaço, por exemplo, relativizam a gratuidade da sinuca, desconsiderando a situação dos adversários que são lesados durante o jogo. (MARTIN, 2006, p. 157)

Como não poderia ser diferente, o universo da malandragem reproduz a lógica competitiva e individualista das relações humanas estabelecidas a partir da exploração capitalista. Nas palavras de Vima Martin:

Nesse mundo perverso, uma ética específica regula a conduta daqueles que transgridem a norma. A “ética da malandragem” tem um código bastante particular, que visa à manutenção e à legitimação da própria prática da malandragem, impedindo que ela seja banida pelos poderes instituídos e garantindo sua ocorrência nas bases da farsa e da trapaça. Daí que a solidariedade entre os malandros tenha um espectro bastante restrito e termine justamente no momento em que um homem percebe que pode levar vantagem sobre outro. (MARTIN, 2006, p. 158)

A literatura de João Antônio, segundo a autora, abarca “toda a violência produzida no submundo da marginalidade”. (MARTIN, 2006, p. 158) Em palavras que convergem para as de Garbuglio sobre Graciliano Ramos, ela comenta ainda: “Encontramos nas histórias de João Antônio as marcas de uma sociedade autoritária e segregadora, ancorada principalmente na desumanização das relações”. (MARTIN, 2006, p. 158)

O próximo passo, antes de seguirmos para a análise dos textos, será o estabelecimento da comparação entre os dois projetos literários, vinculados, cada qual a seu modo, à perspectiva de crítica à violência e ao autoritarismo da sociedade brasileira, cujas crianças abandonadas e/ou submetidas à “violência estrutural” são sua dura metáfora.

3. PROJETOS LITERÁRIOS

Acreditamos que Graciliano Ramos e João Antônio sejam casos exemplares de escritores brasileiros que fizeram da compreensão e da crítica à realidade nacional os principais pilares de sua produção e que podem ser definidos como casos exemplares de escritores engajados.

A “tradição oratória” (BULHÕES, 1999) das letras nacionais, vinculada às elites de cultura europeia e a uma concepção de arte como estesia e “bom acabamento”, foi questionada por Graciliano Ramos, que defendeu uma literatura capaz de focalizar os problemas da realidade nacional: uma literatura que não fosse apenas para “enfeitar”. Algumas décadas mais tarde, João Antônio se ocupará de uma crítica semelhante ao que chamou de “brilhoso e eloquente” no discurso da imprensa hegemônica de sua época e mesmo a um certo tipo de literatura.

Em ambos, existe uma crítica contumaz contra o discurso aparatoso, visto como mistificador da realidade.

Os dois autores, de modo a seguir os objetivos de sua criação, mantiveram uma prática polígrafa, atuando simultaneamente como produtores de textos ficcionais e não ficcionais. Nos dois casos podemos observar uma segunda fase da escrita com maior predominância do documento, o retrato, o aspecto etnográfico. Essa busca pela documentação da realidade, obviamente, já esteve presente na primeira fase de ambos os autores – mas, nos dois casos, ela assume uma maior feição jornalística e/ou memorialística na segunda.

Procuraremos mostrar os posicionamentos dos dois a partir de textos em que eles declararam explicitamente suas concepções de literatura, que podem ser ilustradas por estas palavras de Antonio Candido:

Uma das coisas mais importantes da ficção literária é a possibilidade de “dar voz”, de mostrar em pé de igualdade os indivíduos de todas as classes e grupos, permitindo

aos excluídos exprimirem o teor da sua humanidade, que de outro modo não poderia ser verificada. (CANDIDO, 2004, p. 11)

Ou seja, a possibilidade de vocalizar, em alguma medida, os dramas vividos pelas populações pobres do Brasil. Essa vocalização foi trabalhada pelos dois autores não apenas por suas escolhas temáticas, como também pelas opções formais que escolheram e por seu questionamento do próprio manejo da língua como modo de enformar o real e de lhe atribuir sentido.

Nosso enfoque neste capítulo será, não a produção literária, mas textos de caráter predominantemente não ficcional, em que os autores expressaram sua concepção de literatura, em diálogo com aspectos importantes da história da cultura brasileira subjacentes às problematizações propostas pelos dois autores.

3.1 A “tradição oratória”¹⁹

A relação do Estado moderno brasileiro com as crianças pobres seguiu basicamente a lógica do autoritarismo, conforme podemos concluir por este comentário de um historiador:

(...) a República que se instaurava tinha inúmeros problemas de ordem social a combater, resultado daquela repentina expansão urbano-industrial. E, de fato, combate foi o termo mais apropriado. As medidas tomadas pelas autoridades caminhavam no sentido de reprimir a vadiagem, a embriaguez, a mendicância e a prostituição, ou seja, combater tudo o que não se enquadrava na lógica da produção e do trabalho, por meio do arrefecimento do controle social. “A questão social é uma questão de polícia”, dizia Washington Luís, primeiro secretário da Segurança Pública em 1906, deixando transparecer o tratamento que se deveria dar àquelas questões. Sobretudo a vadiagem tornara-se alvo deste combate, pois representava a antítese daquela sociedade calcada na produção capitalista. Os menores não escaparam daquelas políticas de repressão e contenção. Os novos padrões de convívio impostos entraram em choque com as formas habituais de ocupação dos espaços urbanos, resultando numa constante vigília e repressão das manifestações tradicionais de convívio. As brincadeiras, os jogos, as “lutas”, as diabruras e as formas marginais de sobrevivência daqueles garotos tornaram-se passíveis de punição oficial. Os meninos das ruas tornaram-se “meninos de rua”. (SANTOS, 1999, p. 229)

De um lado temos exclusão e abandono, condições que levaram sistematicamente as crianças pobres ao chamado mercado informal, como mão de obra barata, como serviçal das redes de tráfico e da prostituição, de outro lado encontramos as infâncias institucionalizadas pelas instâncias da “ordem” – desde a família até as forças armadas, passando pelo sistema de educação, o judiciário e o da saúde, com a permanência do gozo privilegiado das “elites do

¹⁹ Em nossa dissertação de mestrado (FFLCH-USP, 2015) abordamos também a crítica à “tradição oratória”, partindo da expressão empregada por Marcelo Magalhães Bulhões.

atraso” (SOUZA, 2017), sofisticando a sua hegemonia por meio da ostentação de um (suposto) cabedal acadêmico e uma (também suposta) inserção na cultura dos países ricos.

Seja qual for o nível e tipo de apropriação que as elites brasileiras fazem do legado cultural dos países ricos – aqueles que lhes ditam os parâmetros de “alta cultura” –, o fato é que a detenção praticamente exclusiva de experiências culturais consideradas acadêmicas ou canônicas por uma (difusa) tradição cultural configura, nas palavras de Ángel Rama, a “cidade das letras”: os grupos de intelectuais que atuaram a serviço das elites latino-americanas, de modo a sustentar sua hegemonia de classe. Por meio da produção intelectual e literária, esses intelectuais, em última instância, trabalharam a favor da legitimação do poder dessas elites, vinculando seus privilégios a um suposto “talento natural para mandar”, a um dom esmerado nas artes da gramática e da retórica, do “falar bem”.

Nas palavras do crítico uruguaio:

No centro de toda cidade, conforme diversos graus que alcançavam sua plenitude nas capitais vice-reinais, houve uma *cidade letrada* que compunha o anel protetor do poder e o executor de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais. Todos os que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções do poder (...) (RAMA, 1985, p. 43)

Esse “falar bem”, essa cultura retórica, conforme já procuramos discutir em trabalho anterior²⁰, é uma maneira de embuste, de revestimento sério ao que é, no fundo, defesa de privilégio pessoal e de classe, exercício de justificação de seu lugar de poder, selando a situação de hegemonia.

O acesso a bens culturais dos países ricos, privilégio de uma minúscula minoria, não era, como não é até hoje, apenas uma forma de demonstração de refinamento cultural; é também um atestado de “superioridade moral”, conforme observou Jessé de Souza (2016, p. 70), um *modus operandi* que é antigo na história das lutas de classes e permanece vivo nos dias de hoje.

Jessé de Souza escreveu o seguinte:

Os exemplos práticos são de fácil reconhecimento. Para quem dirige carros caros, usa roupas de marca e bebe vinhos especiais, esse tipo de consumo não significa apenas que se tem mais dinheiro que os outros que não possuem acesso a este tipo de bens. Significa, antes de tudo, que se tem “bom gosto”, o que implica uma superioridade não apenas estética, mas também moral. (...) tudo que associamos ao espírito tem uma ligação com o “divino”, e nada representa mais o espírito que o bom gosto estético. Quem não o possui é visto como mero “corpo” que possui necessidades como os animais, sendo, portanto, inferior nos sentidos estético e moral. (SOUZA, 2016, p. 70)

²⁰ Na dissertação intitulada *Vozes subterrâneas – embates discursivos em Angústia, de Graciliano Ramos, e Voz de prisão, de Manuel Ferreira*, exploramos mais detidamente a relação entre crítica social e combate à tradição retórica no escritor alagoano, sob orientação de Benjamin Abdala Jr. e com auxílio para pesquisa da CAPES.

Seja a escrita, seja a fala erudita, o que está em jogo é um “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989), responsável por dificultar a percepção das marcas da desigualdade material a partir de uma mistificação do “conhecimento” e da “cultura” como valores absolutos, marcadores de uma superioridade supostamente natural.

O que queremos destacar nos projetos literários de Graciliano Ramos e João Antônio é a preocupação, presente em ambos, de flagrar o caráter pretensamente falacioso do “falar bem”, assumido como forma de disfarce ou máscara, dissimulação do abuso de poder ou acobertamento de intenções perversas.

No Brasil colonial, a existência de um número exíguo de alfabetizados fez com que a transmissão de informações, inclusive de cunho livresco, se desse pela oralidade. Já no século XIX, encontramos um grande número de escritores e poetas que são estudantes de direito e que mantêm a tal “tradição oratória” pela própria cultura do meio, dotando a própria poesia romântica de expedientes da retórica.

No final do século XIX, Rui Barbosa pode ser considerado o grande ícone da “tradição oratória” nacional, “a encarnação de exímio orador”. (BULHÕES, 1999, p. 130)

Essa “tradição oratória” será predominante na literatura do final do século XIX às primeiras décadas do século XX e, sendo resistente inclusive às investidas que o Modernismo de 22 lhe aplica, renova-se ao longo do século e ganha novo fôlego no tom “brilhoso e eloquente” com que a imprensa nos anos 1970 tratará o “povo-meu-povo”, conforme João Antônio. (1976, p. 29)

Autores como Carlos Nelson Coutinho (2011) e Nicolau Sevcenko (1989) são unânimes em destacar a importância de Lima Barreto para o questionamento da “cidade das letras” no início do século XX, conforme podemos ver nas passagens abaixo:

Lima Barreto é [...] um divisor de águas na evolução literária brasileira. Rompendo radicalmente com as tendências esteticistas e escapistas predominantes em sua época, propôs teórica e praticamente um novo realismo. (COUTINHO, 2011, p. 138)

Todas as personagens [de Lima Barreto] trazem a marca do seu meio e constituem o objeto privilegiado da crítica social do autor. Nenhum aparece de forma inócua ou decorativa, todos concorrem para consagrar o destino “militante” de sua literatura. (SEVCENKO, 1989, p. 162)

Sua atenção escapa do cenário de mármore e cristal montado no centro da cidade e reservado para a convivência e sociabilidade dos beneficiados com as recentes transformações históricas, para deter-se – demoradamente – na realidade enfermiza que se oculta por detrás daquela fachada imponente. (SEVCENKO, 1989 p. 163)

João Antônio declarou-se filiado à “ótica à Lima Barreto” – expressão usada no texto “Pingentes” (ANTÔNIO, 1976c), o qual será abordado mais adiante –, filiação que o autor paulista manifestou de diversas maneiras em sua obra: na escrita de um livro dedicado ao

escritor carioca²¹, nas dedicatórias de seus próprios livros (nos quais consta o nome de Lima Barreto) e nas frequentes menções em seus textos.

A tal “ótica à Lima Barreto” diz respeito a uma disposição de João Antônio para abordar o cotidiano do brasileiro pobre e denunciar as dificuldades e injustiças a que se submete para conseguir sobreviver, uma disposição em afrontar a “cidade das letras”, fazendo da literatura espaço de problematização da realidade.

Nos anos 30 do século XX, uma literatura politizada, de matiz marxista, faz-se visível em países como Portugal, Itália, França, Inglaterra e Estado Unidos, que viveram a febre da “*littérature engagée*”, para usarmos expressão cara àquele momento (DENIS, 2002).

No Brasil, após o modernismo de 1920 cumprir seu papel de renovação estética, propondo uma relação de não submissão aos cânones europeus e um combate ao passadismo, o chamado “romance de 30” coloca a relação entre arte e política como central ao debate e ao fazer literário. Graciliano Ramos faz parte dessa geração e, como um homem de seu tempo, defendeu uma literatura empenhada e atacou duramente a tradição oratória como cultivadora do tal “ouro falso”. É o caso também de João Antônio, que, num novo contexto de acelerada modernização nacional, com o propalado “milagre econômico” da Ditadura de 1964 e outras atualizações da modernização conservadora, denunciará o tom “brilhoso” com que o discurso hegemônico aludirá o “povo-meu-povo”. (ANTÔNIO, 1976, p. 29)

Nosso próximo passo é observar como essa postura inconformista dos dois autores foi manifesta em alguns de seus textos não ficcionais, ocupando-nos, portanto, não da realização estética, e sim da *concepção de literatura* de cada um deles. Se os escritos ficcionais de Graciliano Ramos e de João Antônio apresentam uma metalinguagem questionadora do próprio *status* da literatura (Cf. BULHÕES, 1999 e MARTIN, 2008), os textos não ficcionais dos autores explicitam essa intenção, de modo a nos possibilitar a integração de um pensar sobre a literatura a um fazer literário.

3.2 “Ouro falso”

Acreditamos que esta declaração de Graciliano Ramos possa ser tomada como uma síntese de seu projeto literário e intelectual: “A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso. A palavra foi feita para dizer”²².

²¹ Referimo-nos a *Calvários e porres do pingente Afonso Henriques de Lima Barreto* (ANTÔNIO, 1977).

²² Segundo o site oficial de Graciliano Ramos, essas palavras foram usadas pelo autor na entrevista em que concedeu para Joel Silveira, em 1948. Cf. <http://graciliano.com.br/site/2012/11/em-entrevista-a-joel-silveira/>

Graciliano tem uma trajetória marcada pelo inconformismo. Travou batalha com a palavra oficial, o academicismo e o beletrismo brasileiros, contra os quais escreveu e se declarou de diversas maneiras e em diferentes situações. Graciliano brigava contra o “ouro falso”: os torneios vazios da tradição acadêmica à Rui Barbosa, nacionalista ufanista, retórica, impregnada de expedientes-clichês românticos e classicistas. (BULHÕES, 1999)

Linhas tortas, livro póstumo, publicado em 1962, reúne crônicas escritas por Graciliano entre os anos de 1915 e 1952. Dentre elas destacaremos, como importantes para nossas investigações, “Norte e sul”, “Os donos da literatura” e “O romance de Jorge Amado”: o primeiro publicado em 1935 e os dois outros em 1937.²³

Em “Norte e Sul”, Graciliano volta-se contra uma divisão, própria da crítica literária de seu tempo, entre os escritores do Norte e os do Sul. Nas palavras do autor:

Essa distinção que alguns cavalheiros procuram estabelecer entre o romance do norte e o romance do sul dá ao leitor a impressão de que os escritores brasileiros formam dois grupos, como as pastorinhas do Natal, que dançam e cantam filiadas ao cordão azul ou ao cordão vermelho.

Realmente a geografia não tem nada com isso. Não podemos traçar no mapa uma linha divisória dos campos onde os cordões cantam e dançam. (RAMOS, 2005, p. 191)

Usando de costumeiro tom sarcástico, como se pode observar, Graciliano defende a existência de uma outra separação, não de caráter geográfico:

O que há é que algumas pessoas gostam de escrever sobre coisas que existem na realidade, outras preferem tratar de fatos existentes na imaginação. Esses fatos e essas coisas viram mercadorias. O crítico, munido de balanças e outros instrumentos adequados, pode medi-las, pesá-las, decidir sobre a mão de obra e a qualidade da matéria-prima, até certo ponto aumentar ou reduzir a procura, mas quem julga definitivamente é o freguês, que compra e paga.

O fabricante que não acha mercado para o seu produto zanga-se, é natural, queixa-se com razão da estupidez pública, mas não deve atacar abertamente a exposição do vizinho. O ataque feito por um concorrente não merece crédito, o consumidor desconfia dele.

Ora, nestes últimos tempos surgiram referências pouco lisonjeiras às vitrinas onde os autores nordestinos arrumam facas de ponta, chapéus de couro, cenas espalhafatasas, religião negra, o cangaço e o eito, coisas que existem realmente e são recebidas com satisfação pelas criaturas vivas.

As mortas, empalhadas em bibliotecas, naturalmente se aborrecem disso, detestam o sr. Lins do Rego, que descobriu muitas verdades há séculos, escondidas no fundo dos canaviais, o sr. Jorge Amado, responsável por aqueles horrores da ladeira do Pelourinho, a sra. Rachel de Queiroz, mulher que se tornou indiscreta depois do *João Miguel*. (RAMOS, 2005, p. 191)

Entre os autores do segundo grupo, Graciliano destaca alguns nordestinos que, em diálogo com a realidade que observam, registraram em seus livros elementos como: “facas de

²³ Usamos como referência esta edição de *Linhas tortas*: Rio de Janeiro: Record, 2005.

ponta, chapéus de couro, cenas espalhafatosas, religião negra, o cangaço e o eito, coisas que existem realmente”. (RAMOS, 2005, p. 192)

Em “Os donos da literatura”, Graciliano Ramos apresenta também dois grupos distintos de autores. Um dos grupos seria o dos “donos” da literatura, isto é, os praticantes da “literatura honorária, escorada e oficial” e outro, o grupo marginalizado, sem condições financeiras.

Vejamos o início do próprio texto do autor, que aqui também faz uso de ironia e sarcasmo:

Um dia destes, à porta de certa livraria, um poeta queixava-se amargamente dos donos da literatura.

- Que donos? – perguntou alguém.

E surgiram na conversa alguns nomes, que não se reproduzem aqui porque isto seria indiscrição. Em todo o caso fica registrada a amargura do poeta.

Há realmente uns figurões que se tornaram, com habilidade, proprietários da literatura nacional, como poderiam ser proprietários de estabelecimentos comerciais, arranha-céus, usinas, charqueadas ou seringais. São muito importantes e formam um pequeno sindicato que representa a inteligência indígena lá fora, nos pontos em que ela precisa aparecer de casaca.

Impossível saber por que esses cavalheiros fingem adotar ofício tão ruim, podendo dedicar-se a negócios rendosos, a política por exemplo, ou outra qualquer indústria. É preciso admitir que ser literato é bonito, embora o tipo que se enfeita com este nunca tenha escrito coisa nenhuma.

Se não fosse assim, não se compreenderia que pessoas razoáveis, bons pais de família, com dinheiro no banco e muita consideração na praça, homens gordos, gordíssimos, escolhessem uma profissão excelente para matar a fome dos sujeitos que pretendem viver dela. Está claro que não ganham nada, isto é, ganham uma espécie de glória. Exatamente como se não ganhassem nada.

Mas é uma concorrência desleal, é uma desonestidade. O poeta que se lamentava na porta da livraria tem razão. (RAMOS, 2005, p. 139)

A contradição é a seguinte: o escritor que só produz por vaidade é abonado e pode se promover à vontade, enquanto o autor que tem relação genuína com a escrita não consegue sobreviver de sua literatura.

Eis mais um contraste entre as duas literaturas:

Há uma literatura que ninguém tem, que talvez nem tenha sido produzida, que se oferece ao estrangeiro, não em volumes, mas nas figuras de cidadãos bem educados, que falam com perfeição línguas difíceis e sabem frequentar embaixadas. Há outra, suada, ainda bem fraquinha, mas enfim uma coisa real, arranjada não se sabe como por indivíduos bastante ordinários.

A primeira comparece a sessões solenes e manifesta-se em discurso; a segunda atrapalha-se e mete os pés pelas mãos na presença de gente de cerimônia e só desembucha no papel.

A literatura honorária, escorada e oficial, vive sempre lá fora, chega aqui de passagem e quando aparece, é vista de longe, rolando em automóvel; a literatura efetiva, mal vestida e de segunda classe, mora no interior ou vegeta aqui, no subúrbio, e viaja a bonde, às vezes de pingente. (RAMOS, 2005, p. 139)

Conforme vemos no trecho acima, os “donos da literatura” não são necessariamente produtores de textos literários; talvez não tenham sequer talento para isso – o que eles têm, e que lhes confere autoridade literária, são disposições objetivas e simbólicas que lhes permitem outorgar-se o título (“bonito”) de literatos. (Cf. BOURDIEU, 2007)

Já o outro grupo, que se encontra em situação socialmente desfavorável, e enfrentando as adversidades, procuraria fazer algo, uma “coisa real” (RAMOS, 2005, p. 139), nas palavras do cronista.

A solução sarcástica é lançada pelo autor da crônica: para resolver o impasse, o escritor endinheirado deveria não escrever e sim custear a produção dos autores e esses, em paga, permitiram aos donos da literatura que estampassem seu nome na capa dos livros, de modo a saciarem sua vaidade.

Nas próprias palavras do autor, com as quais finaliza o texto:

Está errado tudo. Por que é que essas duas instituições, que não têm parentesco e usam o mesmo nome, não entram na combinação?

Já que a primeira, constituída pelos patrões, é bem alimentada e não produz, e a segunda, a da gatinha, trabalha com a barriga colada ao espinhaço, podiam entender-se. A primeira daria um salário (ou ordenado, que é o nome decente) à segunda, e esta faria livros que, com alguns consertos na ortografia e na sintaxe, poderiam ser assinados por ministro, conselheiro, desembargador e outros letrados deste gênero. (RAMOS, 2005, p. 139)

Também no texto “O romance de Jorge Amado” Graciliano recorre à divisão dos escritores em dois grupos diferentes:

Há uma literatura antipática e insincera que só usa expressões corretas, só se ocupa de coisas agradáveis, não se molha em dias de inverno e por isso ignora que há pessoas que não podem comprar capas de borracha. Quando a chuva aparece, essa literatura fica em casa, bem aquecida, com as portas fechadas. E se é obrigada a sair, embrulha-se, enrola o pescoço e levanta os olhos, para não ver a lama nos sapatos. Acha que tudo está direito, que o Brasil é um mundo e que somos felizes. Está claro que ela não sabe em que consiste essa felicidade, mas contenta-se com afirmações e ufana-se do seu país. Foi ela que, em horas de amargura, recebeu o sorriso como excelente remédio para a crise. Meteu a caneta nas mãos de poetas da Academia e compôs hinos patrióticos; brigou com os estrangeiros que disseram cobras e lagartos desta região abençoada; inspirou a estadistas discursos cheios de inflamações, e antigamente redigiu odes bastante ordinárias (...) Essa literatura é exercida por cidadãos gordos, banqueiros, acionistas, comerciantes, proprietários, indivíduos que não acham que os outros tenham motivo para estar descontentes.

- Vai tudo muito bem – exclamam, como o papagaio do naufrago.

Ora, não é verdade que tudo vá assim tão bem. Umas coisas vão admiravelmente, porque há literatos com ordenados razoáveis; outras vão mal, porque os vagabundos que dormem nos bancos dos passeios não são literatos nem capitalistas. Nos algodoais e nos canaviais no Nordeste, nas plantações de cacau e de café, nas cidadezinhas decadentes do interior, nas fábricas, nas casas de cômodos, nos prostíbulos, há milhões de criaturas que andam aperreadas. (RAMOS, 2005, p. 127)

Essa literatura que busca se preservar da realidade das ruas, da verdade do homem comum é entendida como “insincera” e “só usa expressões corretas”.

O outro tipo de literatura é assim caracterizado pelo cronista:

Os escritores atuais foram estudar o subúrbio, a fábrica, o engenho, a prisão da roça, o colégio do professor cambembe. Para isso resignaram-se a abandonar o asfalto e o café, viram de perto muita porcaria, tiveram a coragem de falar errado, como toda a gente, sem dicionário, sem gramática, sem manual de retórica. Ouviram gritos, pragas, palavrões, e meteram tudo nos livros que escreveram. Podiam ter mudado os

gritos em suspiros, as pragas em orações. Podiam mas acharam melhor pôr os pontos nos *ii*. (RAMOS, 2005, p. 129)

Aqui Graciliano faz uma alusão ao uso informal da língua, como elemento potencializador da crítica social – mais do que isso: o elemento mais eficaz, porque mais sincero, o que põe “os pontos nos *ii*”.

Nas três crônicas, encontramos a divisão de dois tipos de literatura: aquele que se envolve com a realidade e aquele outro que prefere mantê-la a distância, dedicando-se ao culto à personalidade ou à forma, mas, de qualquer modo, desligado dos problemas concretos da realidade nacional, afinal, como Graciliano registrou em *Norte e Sul*, “A miséria é incômoda. Não toquemos em monturos”. (RAMOS, 2005, p. 192)

Vejamos agora como João Antônio abordou essa questão, a partir de dois textos.

3.3 “Um corpo a corpo com a vida brasileira”²⁴

Comparativamente a Graciliano Ramos, a obra de João Antônio tem menor circulação entre o leitorado brasileiro.

Após um sucesso imediato de público e crítica com o seu primeiro livro *Malagueta, Perus e Bacanaço*, em 1963, o que lhe rendeu vários prêmios (o Jabuti, por exemplo), João Antônio volta a ser publicado somente em 1975, com os livros *Leão-de-chácara* e *Malhação do Judas Carioca*.

Este último, que será parcialmente abordado aqui, traz no final uma espécie de carta de princípios literários do autor: o texto “Corpo a corpo com a vida”. Nele, João Antônio faz críticas ao apego formal da literatura de seu tempo, julgando-o um modo de escapismo. A pesquisadora Jane Pereira define esse “corpo a corpo com a vida” como uma teoria joãoantoniana a partir da qual “o escritor salienta a impossibilidade em se dissociar vida e obra, realidade e literatura”. (PEREIRA, 2001, p. 42)

Como Graciliano Ramos, que foi, aliás, decisivo para sua formação literária²⁵, e com cujo filho – Ricardo Ramos – o autor paulista estabeleceu relação profissional e de amizade, João Antônio assumiu o compromisso de fazer da literatura um espaço de questionamento da

²⁴ Expressão presente em “Corpo a corpo com a vida”. (ANTÔNIO, 1976c, p. 146)

²⁵ Em “João Antônio, leitor”, Clara Ávila Ornelas chama a atenção para a “visão atenta quanto ao fazer literário de Graciliano” por parte do autor paulista. In: OLIVEIRA, Ana Maria Domingues et alii (org.) (2008).

realidade. Escolhemos explorar a questão a partir da análise de dois textos de *Malhação do Judas Carioca*²⁶: “Pingentes” e “Corpo a corpo com a vida”.

3.4 *Malhação do Judas Carioca*

Em “Pingentes”, João Antônio aborda a realidade dos passageiros da Central do Brasil, pessoas que, não encontrando espaço no interior dos vagões lotados dos trens, viajam dependuradas, do lado de fora. Para o autor, essas pessoas só são lembradas quando morrem acidentadas, pois, em geral, a grande imprensa pouco se importa em noticiá-las. João Antônio alerta para o fato de esse tipo de passageiro não ser novidade na cidade do Rio. Leiamos as próprias palavras do autor:

Pingentes. Os dependurados do Rio vêm de longe. Em dezembro de 1921 já não eram novidade nenhuma nos trens da Central do Brasil. E, embora naquela época nossos escritores estivessem preocupados com beletrismos e parnasianismos, um mulato pobre que não passou de funcionário miúdo do Ministério da Guerra (...), chamado Lima Barreto (...) denunciava num de seus romances (...) que “o subúrbio é o refúgio dos infelizes”.

Nos últimos dias de maio de 74, os jornais registravam, apenas naquele ano, mais de quinhentos casos de desastres com pingentes – trinta e seis mortos e quatrocentos e noventa e dois feridos.

Curioso como sobre todo o problema falta uma ótica à Lima Barreto. Ou melhor, como seus intérpretes, repórteres, escribas ou responsáveis conseguem imediatamente enxergar tudo sob o ângulo de quem não é passageiro da Central e vê o desastre do lado de fora. (ANTÔNIO, 1976c, p. 24)

Como nas crônicas de Graciliano Ramos, vemos nesse conto-reportagem uma divisão entre dois tipos de escritores: os que se preocupavam “com beletrismos e parnasianismos” e o “mulato pobre que não passou de funcionário miúdo do Ministério da Guerra”: Lima Barreto. Para o narrador-repórter, falta, na abordagem do drama vivido pelos passageiros-pingentes, uma “ótica à Lima Barreto”.

Na diferenciação de dois tipos de tratamento da realidade, vemos agora a oposição proximidade/distanciamento do fato em si: os “escribas” da grande imprensa observam os pingentes a distância, vendo “o desastre do lado de fora”, isto é, enxergando o problema de modo distanciado. Enquanto isso, uma “ótica à Lima Barreto” enxergará os pingentes sob o ângulo dos passageiros da Central. Esse distanciamento em relação à realidade remete-nos à crônica “O romance de Jorge Amado”, na qual Graciliano, com ironia, ataca a literatura que “fica em casa bem aquecida, com as portas fechadas” e faz alusão aos autores de atitude oposta,

²⁶ Usamos como referência esta edição: ANTÔNIO, João. *Malhação do Judas Carioca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976c.

que foram “estudar o subúrbio, a fábrica, o engenho, a prisão da roça, o colégio do professor cambembe”. (RAMOS, 2005, p. 127)

Os passageiros da Rede Ferroviária Federal de João Antônio – pingentes – constituem uma representação metonímica de todo o conjunto de cidadãos marginalizados dos centros urbanos brasileiros. Isso fica reforçado pelo trecho seguinte:

Homens, mulheres e crianças que viajam ao lado dos passageiros, em todos os horários dos trens, fazem parte de uma população à margem do Rio de Janeiro. Aleijados, pedintes de esmolas, drops, balas, amendoim, revistinhas e jornais, cegos e velhos, gente sem eira nem beira [...] (ANTÔNIO, 196c, p. 28)

Para João Antônio, essa dura realidade dos pobres, bem como outros aspectos da vida brasileira, foram, no começo do século XX, e continuavam sendo, no contexto do autor, tratados a partir de uma perspectiva “brilhosa”. Nas palavras do contista-repórter, com as quais ele conclui “Pingentes”:

(...) pela visão de Lima Barreto, as coisas talvez ficassem assim: toda a Zona Norte, o chamado Rio Esquecido não tem nenhuma representatividade política, tudo é feito e dirigido para a Zona Sul da cidade. (...) Tudo para a Zona Sul, o lado rico da cidade. Um dado – enquanto do lado de lá do Túnel Novo, entre Copacabana e Leblon, vivem cerca de quinhentas mil pessoas, na Zona Norte e no Grande Rio estão os que restam: cerca de três milhões e quinhentos mil. Exatamente aquelas pessoas a que os escribas e intérpretes agora chamam brilhosamente de povo-meu-povo. Lima não era brilhoso, nem eloquente e os chamava de infelizes. (ANTÔNIO, 1976c, p. 29)

Os escribas e os intérpretes referidos por João Antônio, com sua abordagem demagógica, assemelham-se aos romancistas denunciados por Graciliano em “Norte e sul”: “os inimigos da vida” que “não admitem as dores ordinárias, que sentimos por as encontrarmos em toda a parte, em nós e fora de nós”. (RAMOS, 2005, p. 192) Sua fala “brilhosa” e “eloquente” os aproxima dos palradores esnobes de “Donos da literatura”, “homens que frequentam sessões solenes e manifesta(m)-se em discurso”. (RAMOS, 2005, p. 139)

Em vez da demagogia e da eloquência, o que João Antônio defende é um “corpo a corpo” com a realidade, como será desenvolvido no “manifesto-depoimento” (AZEVEDO FILHO, 2008, p. 72) com que o autor encerra *Malhação do Judas Carioca* – o texto “Corpo a corpo com a vida”, no início do qual já se lê uma severa crítica aos “ismos” literários e à perpetuação do beletrismo entre nós:

A maioria dos depoimentos que tenho lido me parecem testemunhos de uma época em que quase todos estão preocupados com o acessório, o complementar, o supérfluo, ficando esquecido o fundamental, o essencial. Assim, grande parte dos escritores que depõem hoje sustenta preocupação vinculada à forma, sob a denominação de um “ismo” qualquer. Lamentável ou incrível. As posições beletristas não mudaram entre nós, sequer um milímetro, nos últimos quinze anos. (ANTÔNIO, 1976c, p. 143)

As características apresentadas nesse primeiro parágrafo são próprias do primeiro grupo de autores, os quais apresentam “(...) a gula pelo texto brilhoso, pelos efeitos de estilo, pelo salamaleque e flosô espiritual”. (ANTÔNIO, 1976c, p. 143)

João Antônio vai associar essa tendência da literatura com a subserviência aos modismos estrangeiros, em lógica semelhante ao do eurocentrismo dos “triunfadores” da *Belle Époque*, como vimos mais atrás.

O autor prossegue, propositivo:

O de que carecemos é o levantamento de realidades brasileiras, vistas de dentro para fora. Necessidade de que assumamos o compromisso com o fato de escrever sem nos distanciarmos do povo e da terra. (ANTÔNIO, 1976c, p. 144)

E faz menção a uma tradição literária no Brasil, que daria sustentação a tal projeto:

Afinal a literatura brasileira deixou uma seiva, antes de qualquer outra qualidade. Um compromisso com a coisa brasileira, sem retoques, imposturas e embelecões mentais. A que ficou e pode servir de exemplo foi sempre produzida por uma atitude de caráter, de análise crítica e crítica realista, de novas propostas, de atitudes modificadoras e renovadoras, de denúncia, revelação e participação. (ANTÔNIO, 1976c, p. 144)

Vemos aqui a defesa da literatura engajada, política e a crítica à “tradição oratória”. João Antônio mostra sua filiação a uma outra tradição, aos autores que

(...) brigaram e se consumiram nessa briga, homens que não aceitaram a literatura como um pó de vaidade, um ilustre, involuntário, cósmico bem divino e inútil. Que desemboca numa produção para a indiferença e o escárnio dos leitores. (ANTÔNIO, 1976c, p. 144)

A postura dos autores elogiados nos remete aos que Graciliano alude em “O romance de Jorge Amado”, aqueles que “Ouviram gritos, pragas, palavrões, e meteram tudo nos livros que escreveram”, os autores que “podiam ter mudado os gritos em suspiros, as pragas em orações. Podiam mas acharam melhor pôr os pontos nos *ii*”. (RAMOS, 2005. p. 129)

Novamente João Antônio menciona a existência de certa tradição engajada na literatura brasileira, à qual sugere filiar-se – mas agora refere os autores nominalmente:

Sendo um compromisso de caráter com a vida, o povo e a terra, ela [a literatura] já teve, entre nós (sic) uma frente de luta, questionamento, discussão, apelo, denúncia, busca de uma verdade brasileira. Oswald, Lima, Graciliano, José Lins do Rego, Manuel Antônio de Almeida se recusaram a produzir para a gloriuzinha, a vaidade e o riso inconsequente de uma sociedade. (ANTÔNIO, 1976c, p. 145)

É interessante destacar, entre os nomes, o de Lima Barreto e, para nossos propósitos, o de Graciliano Ramos.

Conforme nos mostra Rodrigo Lacerda, em *João Antônio: Uma Biografia Literária* (LACERDA, 2006), entre as influências decisivas na formação da sensibilidade artística de João Antônio, Graciliano Ramos recebe destaque, sendo a principal influência em seus primeiros contos:

(...) em prosa literária propriamente dita, para explicar esta índole profunda de seus primeiros contos, não há como escapar de Graciliano Ramos. Um dos primeiros contos do escritor, “Índios”, hoje desaparecido, é assumidamente escrito com o intuito de reproduzir o estilo de seu ídolo literário. Um romance como *Angústia*, por exemplo, ambientado no meio urbano, narrado em primeira pessoa, com toda a carga dramática que o mestre alagoano sabia conferir a seus personagens, está repleto de passagens que poderiam, também do ponto de vista estilístico, mas sobretudo emocional, ter sido escritas por João Antônio. Não existe a leveza flutuante de Mário ou Alcântara Machado, e o tom que predomina é bem outro, de uma melancolia desesperançosa, quase ranzinza. Chega a ser incrível, em todas as críticas que compuseram a recepção do livro (...) que o nome de Graciliano não seja mais frequentemente lembrado que os nomes dos dois pioneiros modernistas, cujas semelhanças literárias com João Antônio são tão mais superficiais. (LACERDA, 2006, p. 288)

Lacerda chama a atenção para aproximações de caráter estilístico:

A proverbial precisão narrativa de Graciliano, cujo estilo limpo, direto, parece ter servido de modelo para o de João Antônio nos primeiros contos. Bem como sua virilidade contida, de que se aproxima a voz literária moldada pelo jovem escritor. (LACERDA, 2006, p. 288)

Por nossa conta, chamamos a atenção para o uso de determinadas palavras, tão características de Graciliano Ramos, como “encalistrado” e “campanudo”, na prosa de João Antônio.

Com o que expusemos até aqui talvez seja possível concluir que os dois autores em foco apresentaram pontos de vista convergentes sobre a literatura: tanto a partir da negação de um modelo – a “cidade das letras”, a “tradição oratória” –, quanto da defesa de outro – a literatura que tem coragem de mexer nos “monturos”, a “ótica à Lima Barreto”. Os dois autores, cada qual em seus termos e em seu contexto de produção, combateram a literatura feita para “enfeitar”, “brilhar ouro falso”, a literatura “brilhosa e eloquente” e defenderam a literatura como “uma coisa real”, “corpo a corpo com a vida” – dessa maneira marcaram seu posicionamento como escritores empenhados na sustentação da literatura como fenômeno de transformação social e não por acaso, digamos de passagem, tiveram sua obra tão marcada pela intervenção e pela denúncia contra a injustiça, bem como pelo espaço aberto ao diálogo com a população pobre do Brasil, os “pingentes” de nossa modernização excludente. É o que podemos verificar em livros tão emblemáticos como *Vidas secas* e *Malagueta, Perus e Bacanaço*, para ficarmos em alguns.

É dentro dessa perspectiva crítica, de inconformismo e de denúncia das desigualdades profundas vividas na sociedade brasileira, que Graciliano Ramos e João Antônio abordaram as questões de crianças e adolescentes – sejam as do agreste nordestino, sejam as das ruas dos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

A partir das experiências infantis, vividas em ambos como “aprendizagem dolorosa”, na expressão do narrador e autor de *Infância*, percebemos como são incutidas, no momento de formação dos indivíduos, as bases da “cultura senhorial”, das relações fortemente hierarquizadas e da cultura autoritária, a partir das relações parentais ou com figuras paternas externas ao ambiente doméstico.

Graciliano mostra como, no próprio espaço familiar, supostamente protetor da criança, constroem-se relações de caráter autoritário, a partir da cultura da violência. A violência vivida no seio da tradição escravocrata, ambientada no sertão ou em pequenas cidades nordestinas, aparece como pano de fundo das relações sociais e intersubjetivas. A “criança-estorvo” é a que predomina em *Vidas Secas* e *Infância*.

Trata-se de um rasgo aberto dentro da realidade pequeno-burguesa para as chagas profundas do escravagismo. É o que vemos em “Moleque José”, texto decisivo para se pensar a convivência ambígua entre o menino Graciliano – filho de família remediada, inicialmente pequenos proprietários rurais, depois donos de comércio – e José, filho de uma escrava dos avós do escritor: por um lado são amigos, por outro vivem a relação assimétrica de menino-senhor e moleque-descendente de escravo. O leitor é colocado diante da hierarquia social, que separa brutalmente brancos-senhores de negros-escravos, no momento em que esse modelo é transmitido para as crianças, no espaço de educação familiar. Conforme veremos, nas páginas a seguir, o menino Graciliano Ramos é cúmplice e promotor da violência de seu pai, Sebastião Ramos, contra o moleque José. Ou seja, Graciliano flagra a si mesmo (como narrador memorialista) exercendo o lugar de opressor e provando, portanto, para o leitor, o funcionamento da educação para a violência.

Ou seja, exatamente durante a infância, em que se formam, pelos adultos, valores e referências acerca da lei e da justiça, momento em que o mundo adulto se mostra como parâmetro, as crianças são conduzidas a agirem conforme a ordem da continuidade dos valores da “tradição do isolamento” de que fala José Carlos Garbuglio:

Em Graciliano Ramos pode-se observar essa tendência ao isolamento e à camuflagem tanto nas obras pessoais (*Infância*, *Memórias do cárcere*, *Cartas*), quanto na ficção. Recorrentes e numerosos, os exemplos se tornam intercambiáveis e complementares, fazendo que ficção e experiência pessoal caminhem associadas para recriar as relações humanas numa sociedade impermeável, endurecida pelo tempo, calejada na e pela violência.

Recusando-se a qualquer alteração, à admissão do novo ou diferente, o patriarcado, os detentores do poder lutam vigorosamente pela manutenção dessa ordem, própria ao seu mando e aos seus privilégios. Manter tudo como está, como foi recebido e deve ser continuado, eis uma respeitável divisa. (GARBUGLIO, 1987, p. 367)

O leitor se defronta com o painel de absurdos próprios da “violência estrutural” (GORENDER, 2000) e da “cultura senhorial” (CHAUI, 1996), valores que desde cedo são inculcados nas crianças e que o narrador graciliânico trará como elemento de problematização:

O juízo dos homens era esquisito. bem esquisito.
Contudo êsse julgamento absurdo acompanhou-me. Fixou-se, ganhou raízes.
Indigno-me, quero extirpá-lo, reabilitar seu Afro e D. Maroca. Duas pessoas normais.
Penso assim. E desprezo-as, sinto-as decaídas. Impossível deixar de senti-las decaídas. Repito mentalmente os desconchavos de Padre João Inácio. (RAMOS, 1970, p. 70)

As lições de injustiça oferecidas pelos adultos se situam, nas narrativas de Graciliano Ramos, majoritariamente, no interior das famílias do Nordeste do final do século XIX e início do XX, ou seja, os anos seguintes à assinatura da Lei Áurea – um cotidiano atravessado pela rigidez das relações hierárquicas, marcas indeléveis da escravocracia.

Se as narrativas de Graciliano Ramos que temos como objeto analisar apresentam, com exceção de “Moleque José”, infâncias marcadas pela presença da família, em João Antônio observamos um relativo apagamento da presença dos pais, substituídos, como veremos, por figuras paternas encontradas fora de casa.

Tal situação aproxima os meninos de João Antônio dos antigamente nomeados “menores”: do menino do conto “Frio” até o “Paulinho Perna Torta”. São crianças que têm como desafio escolher entre dois caminhos: o da exploração da mão de obra barata – produto direto da relação com o trabalho e a servidão estabelecida pelo regime escravocrata – ou então o da malandragem, alternativa aparentemente libertadora mas que as personagens de João Antônio vão apresentar como trajetórias melancólicas e confirmadoras da rigidez dos vínculos hierárquicos.

A via da malandragem, ainda que convencionalmente uma “moleza”, “vida mansa”, livre de obrigações, na própria narrativa joãoantoniana tem essa imagem mítica “desconstruída”, conforme mostra Berthold Zilly em seu texto “João Antônio e a desconstrução da malandragem” (ZILLY, 2000). Segundo o autor:

João Antônio, que se dizia “abraçado ao meu rancor”, para citar o título de um dos seus últimos livros de contos, obviamente não construiu o malandro como tipo ideal nacional e possível figura de identificação para as diversas classes sociais. Ele quis, ao contrário, empreender a desmistificação do malandro, opondo-se à sua visão pitoresca e folclorizada que conhecia muito bem, como músico amador. Quis mostrar que a modernização da sociedade brasileira e as reformas urbanísticas de Getúlio Vargas até a ditadura militar obrigaram o malandro, que tinha descido do morro nos anos 20, a voltar para lá, confinado no seu espaço de origem, obrigando-o mais do que nunca à criminalidade ou à miséria.

Quanto às vertentes principais do samba dos anos 30, o samba lírico-amoroso, o samba malandro e o samba patriótico e construtivo, João Antônio as continuou todas as três e as negou ao mesmo tempo. Pois os seus malandros ao mesmo tempo são viradores espertos e atraentes, mas sem ser muito alegres, são sofrendores, um pouco sentimentais, mas pouco apaixonados, e se o seu narrador se preocupa com a sorte do

povo brasileiro, ele o faz sem nenhum nacionalismo. João Antônio se opõe à visão do malandro alegre, daquele que sobrevive a todas as vicissitudes com graça, com esperteza, com quase elegância, de um Wilson Batista, continuando ao contrário a crítica iniciada já por Noel Rosa, sobre o qual organiza um livro. Procura desmascarar o mito do malandro com um realismo cru, em nome da verdade. (ZILLY, 2000, p. 183)

Mas João Antônio, por outro lado, como observa ainda Berthold Zilly, cede, em alguma medida, à sedução provocada pela figura do malandro dentro do imaginário nacional. Nas palavras do crítico:

É de se perguntar porém se ele não acaba aderindo a ele, sem querer. Talvez o mito seja mais forte do que a vontade. (ZILLY, 2000, p. 183)

A biografia de João Antônio nos confirma um vínculo, efetivamente, profundo entre o escritor e o universo dos malandros, os quais conheceu nas rodas de choro com seu pai, conforme nos informa Rodrigo Lacerda:

Curiosamente a primeira incursão do futuro escritor João Antônio nas franjas da malandragem se dá pelas mãos de seu próprio pai. É nessa época, com aproximadamente 8 anos, que o Joãozinho começa a acompanhá-lo nas rodas de choro, os chorões. (LACERDA, 2006, p. 65)

O autor ainda ressalta que não era apenas a música que atraía João Antônio ao mundo dos malandros:

E não apenas a música fascinava o menino, mas também as pessoas daqueles ambientes e seus códigos todos especiais. Ele se torna, pouco a pouco, uma espécie de mascote dos grupos. (LACERDA, 2006, p. 66)

Rodrigo Lacerda comenta ainda um fato que, para os nossos objetivos, é particularmente importante: esses ambientes boêmios eram captados pelo escritor, desde cedo, a partir de sua ambivalência, a qual podemos explicar usando os termos de Vima Lia Martin: a “artimanha dos malandros”, ligada tanto à picardia do jogo quanto à elegância no traje. O *modus operandi* do malandro: aquele que ousou, pela “artimanha”, ter acesso a bens materiais que a sua condição proletária não permitiria. Do outro lado da ambivalência está a “perspectiva melancólica” de João Antônio, a partir da qual o leitor é capaz de captar que, longe de ser libertadora ou garantidora de alegrias, a experiência da malandragem reproduz aquela dinâmica da rigidez hierárquica das relações que apontamos em Graciliano Ramos: uma tendência, então, a repetir, no caminho marginal à ordem, a mesma dinâmica dela (a competitividade, a prepotência, o arbítrio, a covardia e – novamente ela – a violência). De tal modo, essas personagens infantis de João Antônio, crianças pobres suburbanas das grandes cidades, terminam por vivenciar na experiência da malandragem nada muito diferente do que encontravam em casa, seguindo aquela tendência, que Garbuglio apontou em Graciliano

Ramos, da repetição, de geração para geração e entre âmbitos diferentes, do autoritarismo como *modus vivendi*.

Nas suas palavras:

Para principiar, a criança se mantém afastada do mundo do adulto, aliás toda participação nele lhe é negada. Mas, vencidas certas etapas, cumpridas passagens obrigatórias, como se fossem ritos iniciáticos, a criança adquire novo estatuto e se transforma em outro adulto com estirpe e mentalidade equivalente. Tendo franqueada a integração naqueles valores, assume também sua defesa, com a prática ultimando o aprendizado.

Se sobre este quadro, nada lisonjeiro, se acrescentarem outros mecanismos separadores, entre os quais se podem incluir a ação da Igreja e da escola, referenciadoras daquela “educação” e respeitadoras daquela “educação” e respeitadores dos mesmos valores, o problema toma outro vulto e permite sentir o agravamento das consequências. Existe um esquema verdadeiramente institucionalizado que responde pelo condicionamento e deformação e que, para manter-se intacto, provoca graves lesões nas pessoas enquanto indivíduos. Assim, em função da origem e da educação recebida, as duas classes se distanciam por desencontros e pela ausência de solidariedade, convivendo num estado de precário equilíbrio, com atritos constantes e um ressentimento visível, sempre negados, como um hábito incorporado pela tradição, espécie de complemento necessário da atividade política colonialista. (GARBUGLIO, p. 367 – grifo nosso)

O “rito iniciático” – referido pelo autor – é o que buscamos examinar nas narrativas de Graciliano Ramos e João Antônio, nas quais as experiências da infância se mostram o espaço para imposição e transmissão de valores próprios de uma tradição de violência e servidão, em que as marcas hierárquicas são reforçadas, seja pela família, seja pela escola ou, ainda, como é o caso das personagens de João Antônio, pela própria dinâmica da malandragem.

4. INFÂNCIAS EM GRACILIANO RAMOS: APRENDIZAGENS DOLOROSAS

Num dos episódios mais emblemáticos do livro *Infância*, “Um cinturão”, o protagonista leva uma surra de seu pai injustamente.

O homem, não encontrando seu cinto de couro, acredita tratar-se de uma traquinagem infantil, acusa o filho e o agride. Segundo o narrador, que àquela altura “devia ter quatro ou cinco anos”, o caso violento deixou-lhe “funda impressão”:

Achava-me num deserto. A casa escura, triste; as pessoas tristes. Penso com horror nesse ermo, recordo-me de cemitérios e de ruínas mal-assombradas. Cerravam-se as portas e as janelas, do teto negro pendiam teias de aranha. Nos quartos lúgubres minha irmãzinha engatinhava, começava a aprendizagem dolorosa. (RAMOS, 1970, p. 48)

Mais adiante retornaremos às páginas de “Um cinturão”, procedendo à sua análise. Por ora, detenhamo-nos nesse trecho, especialmente nos dois últimos períodos: “Nos quartos lúgubres minha irmãzinha engatinhava, começava a aprendizagem dolorosa”. (RAMOS, 1970, p. 48)

Engatinhar pode ser entendido como um treino, o desenvolvimento da força e da habilidade necessárias para firmar os pés no chão e caminhar, tornar-se um bípede e, simbolicamente, “ingressar” na civilização; uma etapa preparatória, portanto, para a entrada na vida adulta. Além disso, a imagem da pequena que engatinha em outro cômodo simboliza o processo de desenvolvimento subjetivo, na família, como indivíduo, que aos poucos adquire autonomia e se aproxima do mundo adulto, e como cidadão, no mundo, como alguém que possui ideias e opiniões próprias. Ou seja, trata-se de um processo de aprendizagem: podemos entendê-lo no sentido mais estrito, como desenvolvimento de habilidades psicomotoras e, mais amplo, como entrada na cultura e na civilização. Essa entrada, conforme nos mostra Vigotski (2009) e Winnicott (2011), é feita com a mediação do adulto, e o modo como se dá tal mediação tem efeitos decisivos para o estabelecimento, na criança, de um sentido de cultura ou de civilização, e, conseqüentemente, o estabelecimento do que é bom e do que é mau.

O que observaremos, nesse episódio e como tendência geral da literatura de Graciliano Ramos, é uma forma autoritária de realizar essa passagem. O adulto em geral, insensível às demandas da criança, responde de modo agressivo e intolerante, às vezes cruel, de modo a produzir não apenas uma relação brutalizada entre pais e filhos, mas também de ensinar uma dinâmica social perpetuada por muitas gerações.

Aceitando-se e mantendo-se as regras do jogo, prescreve-se a divisão e a continuidade: o mundo do adulto e o da criança avançam paralelamente e constituem realidades compartimentadas, consagradas pelo uso e sem questionamentos mais

firmes sobre sua natureza e função. Assim, desde cedo as saídas se fecham, porque o ponto de partida é o (pre)conceito de que criança é bicho e precisa apenas de alimento, quando existe, e de pancada, quase sempre, para baixar o topete e conhecer o lugar que lhe está reservado. Visto com naturalidade e sem maiores constrangimentos, o procedimento se converte em norma. A curiosidade infantil, o anseio das descobertas não entram em consideração.

Pelo contrário, como incomodam e abalam certezas, tirando a segurança do adulto, é necessário evitá-los ou, o que é mais frequente, escondê-los. Nesse clima as relações somente se poderiam instalar sob a égide da desconfiança e do distanciamento, do princípio de que criança e adulto não cabem no mesmo espaço, onde as agressões se multiplicam. Na escola, pancada para desasnar (isto quando se tem escola), na vida diária, para indicar o caminho dentro da engrenagem que corta as asas e apara as arestas, enquanto a pessoa se prepara para o convívio com os civilizados. (GARBUGLIO, 1987, p. 367)

Seguindo essa lógica, as instâncias encarregadas pelo desenvolvimento das crianças – tais como a família, a escola e outros Estado – zelam também por essa tradição, conforme poderemos conferir em nossas análises dos textos de Graciliano Ramos, textos que acreditamos funcionarem como chave de leitura da representação crítica da infância em sua obra. São eles: “O menino mais novo”, “O menino mais velho”, presentes em *Vidas secas* (2004); “Um cinturão”, “O moleque José”, em *Infância* (1970) “Minsk”, em *Insônia* (1985d). De acordo com a conveniência, recorreremos também a outras narrativas do autor.

4.1 “O Menino Mais Novo”

Trata-se de um episódio de frustrações, desenvolvido a partir do momento em que o menino observa o pai amansando sua égua alazã. Fabiano, com a indumentária de vaqueiro e os gestos seguros, simboliza a força e a virilidade masculinas.

Impressionado com as qualidades que encontra no pai, o menino mais novo quer comunicá-las à mãe e à cachorra Baleia. Essa é a primeira de suas frustrações. A segunda diz respeito às limitações físicas que encontra ao tentar imitar a manobra de montaria de Fabiano, mas usando, em vez da égua alazã, um bode que bebia água no curral. Sabendo não possuir as qualidades do pai, consola-se com o fato de que o ciclo natural das coisas, a passagem do tempo, resolverá seus problemas: “Precisava entrar em casa, jantar, dormir. E precisava crescer, ficar tão grande como Fabiano, matar cabras a mão de pilão, trazer uma faca de ponta à cintura”. (RAMOS, 2004, p. 53).

Logo no início do texto surge a imagem heroica do pai: “Naquele momento Fabiano lhe causava grande admiração. Metido nos couros, de pederneira, gibão e guarda-peito, era a criatura mais importante do mundo”. (RAMOS, 2004, p. 47)

Cada um dos elementos que compõem a indumentária heroica do vaqueiro é destacado pelo menino: “As rosetas das esporas dele tilintavam no pátio; as abas do chapéu, jogado para trás, preso debaixo do queixo pela correia, aumentavam-lhe o rosto queimado, faziam-lhe um círculo enorme em torno da cabeça”. (RAMOS, 2004, p. 47)

O couro, a espingarda de pederneira, as rosetas das esporas e o chapéu são traços de masculinidade, de virilidade, marcantes na formação subjetiva da criança como modelo de vida adulta, admirado e até divinizado, segundo sugere o narrador, ao associar a silhueta do chapéu à imagem de uma auréola.

O menino assiste extasiado às ações de bravura do pai:

O animal estava selado, os estribos amarrados na garupa, e sinha Vitória subjugava-o agarrando-lhe os beijos. O vaqueiro apertou a cilha e pôs-se a andar em redor, fiscalizando os arranjos, lento. Sem se apressar, livrou-se de um coice: virou o corpo, os cascos da égua passaram-lhe rente ao peito, raspando o gibão. (RAMOS, 2004, p. 48)

O pai o impressiona com sua reação calma, destemida, tanto ao desviar-se do coice da égua alazã, quanto ao cair em pé depois de ela derrubá-lo. Era como se Fabiano fosse inabalável:

Trepado na porteira do curral, o menino mais novo torcia as mãos suadas, estirava-se para ver a nuvem de poeira que toldava as imburanas. Ficou assim uma eternidade, cheio de alegria e medo, até que a égua voltou e começou a pular furiosamente no pátio, como se tivesse o diabo no corpo. De repente a cilha rebentou e houve um desmoronamento. O pequeno deu um grito, ia tombar da porteira. Mas sossegou logo. Fabiano tinha caído em pé e recolhia-se banzeiro e cambaio, os arreios no braço. Os estribos, soltos na carreira desesperada, batiam um no outro, as rosetas das esporas tiniam. (RAMOS, 2004, p. 48)

Impressionado com as ações do pai, o menino anseia comunicar a alguém sua admiração, mas o que encontra à sua volta é indiferença:

Sinha Vitória cachimbava tranquila no banco do copiar, catando lêndeas no filho mais velho. Não se conformando com semelhante indiferença depois da façanha do pai, o menino foi acordar Baleia, que preguiçava, a barriguinha vermelha descoberta, sem vergonha. A cachorra abriu um olho, encostou a cabeça à pedra de amolar, bocejou e pegou no sono de novo. (RAMOS, 2014, p. 48)

Sua reação aos gestos da cachorra, conforme capta o narrador, demonstra uma relação de horizontalidade com o animal, considerando-o e julgando-o como se ele fosse um ser humano: “Julgou-a estúpida e egoísta, deixou-a, indignado”. (RAMOS, 2014, p. 48)

Essa horizontalidade está estabelecida pelo próprio narrador, que inicia *Vidas secas* justamente pelo conto-capítulo “Baleia”, aspecto já apontado na Introdução. Isso já demonstra a relevância dessa personagem no livro, o que se confirma pela conhecida ilustração de Aldemir Martins, que consagrou pictoricamente a narrativa dos retirantes.

Decepcionado com a cachorra, o menino procura então a atenção de sinha Vitória: “(...) foi puxar a manga do vestido da mãe, desejando comunicar-se com ela”. (RAMOS, 2014, p. 48)

Entretida com seus afazeres, a mãe repele o menino: “Sinha Vitória soltou uma exclamação de aborrecimento, e, como o pirralho insistisse, deu-lhe um cascudo”. (RAMOS, 2014, p. 48)

A agressão física, que é descrita como habitual, nem chega a espantar o menino. Isso não significa que a violência não lhe cause sofrimento, o que podemos verificar na sequência: “Retirou-se zangado, encostou-se num esteio do alpendre, achando o mundo todo ruim e insensato”. (RAMOS, 2014, p. 48)

Já tínhamos mencionado a importância da violência física (e não só física) nas narrativas de personagens infantis de Graciliano Ramos e João Antônio. Nesse caso específico e primeiro que tomamos para análise, encontramos uma infância enquadrada à lógica adultocêntrica, que entende a criança como “estorvo”.

Segundo Carmen dos Santos, na literatura de Graciliano Ramos, “O mundo estaria dividido em crianças e adultos. Ou melhor: entre crianças-estorvo e adultos dominadores”. (SANTOS, 2004, p. 74).

A criança como estorvo é a base da constituição do adultocentrismo, relacionado à produtividade, ao pragmatismo, em relação aos quais a criança se apresenta como insuficiente, inútil ou tola.

Aqui vemos sinha Vitória incomodada com a interrupção de sua tarefa. Ela se recusa ao pedido de comunicação do menino e se aborrece com a insistência dele, a ponto de meter-lhe um cocorote.

A situação apresentada é corriqueira: a mãe ocupada se irrita com a criança que “vem brincar na hora errada”.

Tanto na ficção quanto na vida real essa cena pode ser encontrada com frequência, de tal modo que o leitor pode até ignorar por um momento a condição específica, de pobreza material, da família. O que se vê é uma cena prosaica da vida familiar. Por conta disso, é possível dizer que nesse trecho nossa sensibilidade se inclina muito mais à dureza da infância incompreendida do que aos problemas sociais dos sertanejos, porque o leitor é levado a aderir ao campo de visão do menino, a partir da técnica da “onisciência prismática” (CASTRO, 1997, p. 52), e o que se destaca é a dificuldade enfrentada por ele.

Ao se divertir observando os bichos no chiqueiro, o menino consegue aliviar o incômodo causado pelas reações negativas ao seu entusiasmo: Aquilo era tão engraçado que o

egoísmo de Baleia e o mau humor de sinha Vitória desapareceram. A admiração a Fabiano é que ia ficando maior.

Como vemos, o elemento decisivo para que o menino não desanime e vá, ao longo do texto, relativizando os seus infortúnios é sua admiração por Fabiano.

O texto possui algumas marcas linguísticas que reforçam sua unidade, tais como as que grifamos:

A ideia surgiu-lhe na tarde em que Fabiano botou os arreios na égua alazã e entrou a amansá-la.

Não era propriamente ideia: o desejo vago de realizar alguma ação notável que espantasse o irmão e a cachorra Baleia. (RAMOS, 2014, p. 47 – grifos nossos)

Ergueu-se, deixou a cozinha, foi contemplar as perneiras, o guarda-peito e o gibão pendurados num torno da sala. Daí marchou para o chiqueiro – e o projeto nasceu. (RAMOS, 2014, p. 49 – grifo nosso)

A “ideia”, o “desejo vago” ou o “projeto” são os impulsionadores da ação do menino ao longo do capítulo e são todos provenientes da vontade que ele tem de imitar o pai.

O primeiro exemplo é a frase inicial do capítulo. A expressão sublinhada destaca a motivação em torno da qual se dará a ação principal. Mais adiante a narrativa apresenta um tipo de elemento coesivo – “projeto” –, marcando a unidade do texto e delimitando sua problemática: o desejo do menino em se fazer compreender em relação à admiração que sente pelo pai, o desejo de compartilhar essas suas sensações.

Podemos dizer que o garoto se impressiona menos com o pai físico e mais com os atributos da masculinidade, de modo que a indumentária de Fabiano parece ter vida própria:

(...) esfregou-se nas perneiras, tocou as abas do gibão. As perneiras, o gibão, o guarda-peito, as esporas e o barbicacho do chapéu maravilhavam-no. (RAMOS, 2014, p. 49)

Sem seus apetrechos de vaqueiro, Fabiano diminuía aos olhos do menino: “No chão, despidos os couros, reduzia-se bastante (...)” (RAMOS, 2014, p. 49)

Dissemos que se tratava de um episódio de frustrações. A primeira delas a incomunicabilidade que o menino mais novo encontra em relação à mãe, o irmão e a cachorra Baleia. A segunda diz respeito à sua dificuldade em executar a ação heroica e imitativa de montar o lombo de um animal, no caso, o bode. No momento mesmo em que o “projeto nasceu”, é tão grande intensidade de suas sensações que o menino não consegue comunicá-las e parece experimentar até certa vertigem:

Arredou-se, fez tenção de entender-se com alguém, mas ignorava o que pretendia dizer. A égua alazã e o bode misturavam-se, ele e o pai misturavam-se também. (RAMOS, 2014, p. 50)

A relação de proximidade com o pai é tal que o menino chega a fundir-se com ele – é *identificação*, no sentido que une o idêntico ao identitário. A maneira como o pai lida com o

corpo, a firmeza dos gestos e, sobretudo, o seu papel de chefe da família. Essa adesão do menino mais novo à forma de vida do pai indicam a continuidade da organização social tal como está colocada.

Em artigo intitulado “A presença do amor em *Vidas secas*”, Luís Bueno ocupa-se de mostrar aspectos antagônicos a essa visão da brutalidade generalizada entre os viventes de Graciliano em *Vidas secas*. O autor destaca elementos da narrativa que apontam para um convívio solidário no qual, apesar das durezas do real, o afeto se destaca como traço unificador das criaturas do livro.

As reflexões desse crítico, embora restritas a *Vidas secas*, ajudam a modalizar a presença da violência em Graciliano com a participação de outros elementos – mais solidários – que, no fim, não negam os traços autoritários da dinâmica hierárquica e brutalizada, que corresponde às linhas gerais da ficção graciliânica, mas convidam o leitor a uma observação mais detida dos vínculos humanos em sua literatura, o que em alguma medida corresponde com a percepção de Benjamin Abdala Jr. acerca do discurso contra-hegemônico como virtualidade na literatura de Graciliano. Essa não é, contudo, nossa ênfase neste trabalho.

A identificação com Fabiano leva o menino a superar todos os dissabores e incompreensões que encontrou pelo caminho. Frustra-se ao tentar comunicar seu entusiasmo, frustra-se ao tentar imitar o pai. Mas, conforme percebemos pelo fim do capítulo, esses fatos importam muito menos ao menino do que seu encantamento diante de Fabiano, encantamento que parece resultar de uma descoberta: a descoberta parece ser a da grandiosidade do mundo masculino, sua identificação com o pai, o reconhecimento entusiasmado de que um dia ele próprio poderia ser como Fabiano. A descoberta é a de que há futuro, sim, um futuro reservado para ele:

Subiu a ladeira, chegou-se a casa devagar, entortando as pernas, banzeiro. Quando fosse homem, caminharia assim, pesado, cambaio, importante, as rosetas das esporas tilintando. Saltaria no lombo de um cavalo brabo e voaria na catinga como pé-de-vento, levantando poeira. Ao regressar, apear-se-ia num pulo e andaria no pátio assim torto, de pernas, gibão, guarda-peito e chapéu de couro com barbicacho. O menino mais velho e Baleia ficariam admirados. (RAMOS, 2004, p. 53)

Podemos concluir, assim, que o pai, como representante da ordem e do trabalho, e a família, garantidora do senso de pertencimento e do estar-no-mundo, dão as condições necessárias para que o menino mais novo se sinta seguro, confiante e desejoso do futuro que espera para si, tendo como horizonte idealizado uma vida de homem adulto.

Sabemos bem, tanto pelo romance como pela história nacional, que seguir a sina de Fabiano representará para os meninos, no fim das contas, nada mais do que seguir “para o sul”,

para engrossar a mão-de-obra barata nordestina nos centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo. Nas palavras do crítico Alfredo Bosi:

O sonho, decifrado como ilusão, acorda na história meridiana do novo proletariado e revela a sua essência de cativeiro: chegariam a uma terra civilizada, mas ficariam presos nela. (GARBUGLIO et alii, 1987, p. 387)

A família do menino mais novo seguiria, como tantas outras, aquela ciclicidade apontada por Garbuglio, que está expressa nestas próprias palavras do narrador, um prognóstico da história do Brasil até o final do século XX:

Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinha Vitória e os dois meninos. (RAMOS, 2004, p. 128)

A ciclicidade estrutural de *Vidas secas*, garantidora da unidade do romance, é análoga ao processo histórico repetitivo que o livro representa: as sucessivas gerações de trabalhadores explorados se movendo do Nordeste para o Sudeste do Brasil, onde continuariam a ser explorados.

Pois é justamente esse caráter cíclico da vida do trabalhador pobre o que encontraremos na literatura de João Antônio, como se pode ver, por exemplo, na narrativa “Malagueta, Perus e Bacanaço”, ciclicidade que foi observada por Vima Lia Martin (2008) e por Bruno Zeni (2016), aspecto que estudaremos no próximo capítulo.

4.2 “O Menino Mais Velho”

Se em “O Menino Mais Novo” o sentido visual tem destaque por ser decisivo para as principais ações do menino, que nascem da imitação dos gestos do pai, com o objetivo de impressionar (visualmente) sua modesta plateia, no episódio do irmão mais velho destaca-se a linguagem verbal, fenômeno que é problematizado sistematicamente na escrita de Graciliano Ramos (Cf. BULHÕES, 1999). Essa diferença diz respeito às habilidades características das faixas etárias: a criança mais velha tende a se organizar mais pela fala e fazer mais uso dela em suas interações com os adultos. (Cf. VIGOTSKI, 2007)

Não apenas o domínio, como também o questionamento da linguagem, da valia do signo, são os elementos que impulsionam as principais ações do menino mais velho no episódio, situado imediatamente depois de “O Menino Mais Novo”, de modo a sugerir ao leitor as fases sucessivas da infância, com seus desafios e habilidades específicos.

As primeiras palavras do capítulo são as seguintes:

Deu-se aquilo porque sinha Vitória não conversou um instante com o menino mais velho. (RAMOS, 2004, p. 55 – grifo nosso)

Novamente, um termo dirige o leitor (“aquilo”), apontando-lhe o assunto principal do texto: o diálogo decepcionante entre o menino e sinha Vitória, um dos episódios mais conhecidos de *Vidas secas*, inclusive pelo fato, já comentado, de que a história foi também publicada em *Infância*.

Esse episódio também trata de frustrações – dessa vez do menino mais velho –, e pode ser resumido da seguinte maneira: intrigado com o significado da palavra “inferno”, o garoto consulta a mãe a respeito, com perguntas que acabam por irritá-la e, como o mais novo, é agredido com um cascudo. Eis o fato indicado pela palavra “aquilo”, na primeira linha do texto, antecipando os infortúnios.

Considerando a linguagem verbal como uma instância de poder e característica do mundo adulto, sua mera curiosidade sobre o significado do termo, seu exercício metalinguístico, é reprimido pela mãe. A questão se complica quando levamos em conta que sinha Vitória e Fabiano pertencem a uma realidade de baixo grau de letramento, na qual a escrita e o conhecimento formal não circulam.

O personagem de *Vidas secas* que podemos entender como representante do mundo das letras e dos livros é seu Tomás da bolandeira. Pois o que pensam dele Fabiano e sinha Vitória? Apesar de admirarem sua sabedoria e reconhecerem sua generosidade, julgam-no um fracassado e sentem pena do homem, porque sabem que de nada valeriam seus conhecimentos frente aos problemas concretos da seca e da fome.

Podemos ver isso no trecho abaixo, do capítulo “Fabiano”, no qual o narrador descreve o pensamento do protagonista com relação a seu Tomás:

Lembrou-se de seu Tomás da bolandeira. Dos homens do sertão o mais arrasado era seu Tomás da bolandeira. Por quê? Só se era porque lia demais. Ele, Fabiano, muitas vezes dissera: – Seu Tomás, vossemecê não regula. Para que tanto papel? Quando a desgraça chegar, seu Tomás, igualzinho aos outros.” Pois viera a seca, e o pobre do velho, tão bom e tão lido, perdera tudo, andava por aí, mole. Talvez já tivesse dado o couro às varas, que pessoa. (RAMOS, 2004, p. 22)

Voltando à situação inicial do capítulo, encontramos o menino instigado em querer saber o significado da palavra “inferno”. Consulta sinha Vitória, que, distraída, descreve vagamente como “certo lugar ruim demais”. O menino pede mais detalhes e não os obtém, a mãe “encolheu os ombros” (RAMOS, 2004, p. 55). Recorre ao pai, mas Fabiano também não lhe responde.

Procura novamente pela ajuda da mãe:

(...) voltou à cozinha, foi pendurar-se à saia da mãe:
– Como é?
Sinha Vitória falou em espetos quentes e figueiras.

– A senhora viu?
Aí sinha Vitória se zangou, achou-o insolente e aplicou-lhe um cocorote.
(RAMOS, 2004, p. 56)

Repete-se a cena de impaciência, a agressividade vem como resposta à dificuldade de diálogo. Mas o caso traz esse elemento extra da relação sobre a linguagem, sobre o questionamento da realidade, que é trazido pela pergunta do menino.

Aqui quem ocupa o lugar de preservador da ordem e de símbolos paternos é sinha Vitória. Sua hostilidade frente à pergunta diz respeito à preservação da verdade religiosa, sagrada, dominada pelos adultos e que é, segundo a tradição, transmitida para as crianças. Esse papel de conservadora da tradição, portanto, coloca sinha Vitória no lugar simbólico do pai: o guardião da ordem.

Podemos afirmar que a reação diz respeito ao orgulho ferido por não ser capaz de responder logicamente à questão colocada e se mostrar, portanto, uma figura de autoridade falível ou frágil diante da criança.

Não é apenas isso: a pergunta do menino sobre a possível presença de sinha Vitória no inferno representa um desacato ao sagrado, a ameaça a um tabu que é, prontamente, protegido pelo gesto agressivo da mãe. Há ainda a possibilidade de ler o episódio como uma ironia – manipulada pelo narrador, um tanto sarcasticamente – que põe em jogo a questão: será o inferno tão diferente do que lugar em que estão os retirantes, os “infelizes” de *Vidas secas*?

Seja qual for exatamente o incômodo de sinha Vitória, novamente a violência física volta a atuar como forma de resposta na dinâmica entre adultos e crianças, reprimindo questionamentos e impondo uma relação passiva com a vida social.

Garbuglio (1987) recupera esse episódio e, a seu respeito, comenta:

A tempestade, seguida de castigo, se desencadeia apenas porque a criança teve a curiosidade de perguntar o significado de uma palavra, por acaso considerada tabu. Desacostumado, o adulto vê na atitude insolência e desrespeito. Nesse jogo de regras marcadas, a força do hábito é mais forte que a possibilidade de gerar qualquer atitude compreensiva capaz de a superar. Conversar com a criança, aliás, não só com a criança, é visto como forma de concessão que contraria o normativo, no universo em que as relações se regem pela força da ordem, pela vontade dos mandantes e obediência dos mandados. Significando fraqueza e perda de autoridade, diálogo e tolerância se excluem por princípio, dentro do esquema. (GARBUGLIO, 1987, p. 368)

Essas palavras nos remetem à noção de “cultura senhorial”, de Marilena Chaui (2000), e trazem à tona aspectos da formação social brasileira – tais como a escravidão negra, por exemplo – que serão considerados mais detidamente ainda neste capítulo.

A sequência dos acontecimentos em “O Menino Mais Velho” é um campo profícuo para o estudo da personificação da personagem Baleia, cujas ações e reações, filtradas pelo

narrador, orientam o olhar do leitor para as tensões presentes no interior da família, como se pode ver no trecho abaixo:

Naquele dia a voz estridente de sinha Vitória e o cascudo no menino mais velho arrancaram Baleia da modorra e deram-lhe a suspeita de que as coisas não iam bem. (RAMOS, 2014, p. 56).

São impressões que confirmam a tensão presente na família, conferindo à cachorra a capacidade de interpretar o comportamento humano. São vários os aspectos que conferem humanidade à Baleia neste capítulo, os quais, no entanto, não caberiam abordar neste trabalho.

O menino, triste, procura consolo na amiga:

O pequeno sentou-se, acomodou nas pernas a cabeça da cachorra, pôs-se a contar-lhe baixinho uma história. Tinha um vocabulário quase tão minguaado como o do papagaio que morrera no tempo da seca. Valia-se, pois, de exclamações e de gestos, e Baleia respondia com o rabo, com a língua, com movimentos fáceis de entender. (RAMOS, 2004, p. 57)

Fica evidente a integração do menino com a cadela, considerada com alguma presença de espírito pelo narrador. Esses movimentos na narrativa – de empatia, ou de lirismo – são frequentes e nos remetem às singularidades do universo infantil, considerado de um ponto de vista metafórico, apanhados de experiências ou percepções que a infância, como abertura para a novidade, propicia.

O menino mais velho avança, ao longo do capítulo, com suas indagações. Se o mais novo maravilha-se com suas descobertas sobre o mundo adulto, e tem como maior ambição estar um dia preparado para poder assumir esse lugar simbólico de pai, o mais velho questiona a ordem e a confronta: ao denunciar a incompatibilidade de entendimentos, entre ele e a mãe, quanto à palavra “inferno”, demonstra resistir à visão de mundo imposta pelo adulto – pede explicação, pede justificativa. Exige lógica. O mundo fechado adultocêntrico – assim como o meio em que esses adultos foram forjados como sujeitos sociais – não aceita indagações. O menino reserva-as para si mesmo, ou as compartilha com sua cachorra.

A esse respeito, comentou Garbuglio:

Ao proceder assim, sinha Vitória responde, ela também, aos estímulos acumulados, pelos quais condicionou e modelou suas reações, obediente à prática em que crescera. Mais que um desafio, a pergunta “insolente” é uma alteração do estabelecido, que invade seu universo desacostumado a dar respostas e provoca a reação intempestiva. Reproduzindo o comportamento adquirido, o gesto copia os atos ordinários do meio e ajuda assim a manter aquele distanciamento, que se sustenta e prolonga sem despertar a consciência do fato.

Há nisso tudo um ensinamento prático de suma importância. Desde cedo a criança aprende que qualquer tentativa, que contrarie a realidade estabelecida resulta em ameaça ou castigo que freia o movimento e inibe outras tentativas. A sequência dos acontecimentos e as reações que eles provocam deixam claro, na experiência de cada um, a existência de uma forte estrutura hierarquizante que funciona segundo uma ordem implícita por ninguém questionada. Dividindo as pessoas em classes e as classes, neste primeiro momento, em faixas etárias estanques e somente ultrapassadas

através de verdadeiros ritos de passagem, fica assegurada a continuidade. Esferas separadas de poder e ação, esta ordem traz cada uma em seu caminho, palmilhando trilhos desde sempre abertos, conduzindo as pessoas “sem erro” do nascimento à morte inalterados os costumes e a situação, este doloroso sistema de incompreensões e brutalidade perdura intacto, enquanto a autoridade se impõe pelo temor e pelo terror, com a garantia do mesmo mando. (GARBUGLIO, 1987, p. 369)

Com base no que o narrador absorve em seu discurso indireto livre, sabemos que a principal indignação do menino é com o modo como se deu a agressão de sinha Vitória, arbitrariamente, sem o devido merecimento:

Se ela houvesse dito que tinha ido ao inferno, bem. Sinha Vitória impunha-se, autoridade visível e poderosa. (RAMOS, 2004, p. 59)

Ou seja, caso a mãe confirmasse que tinha ela própria, empiricamente, conhecido o tal “lugar ruim demais”, ele acreditaria em sua explicação; caso contrário, continuaria desconfiado, desaprovando uma suposta falta de lógica no raciocínio de sinha Vitória:

Não acreditava que um nome tão bonito servisse para designar coisa ruim. E resolveu discutir com sinha Vitória. (RAMOS, 2004, p. 59)

O menino parece procurar por um sentido que corresponda à imagem que havia feito de “inferno”, possivelmente com base em sua visão otimista da realidade:

Todos os lugares conhecidos eram bons: o chiqueiro das cabras, o curral, o barreiro, o pátio, o bebedouro – mundo onde existiam seres reais, a família do vaqueiro e os bichos da fazenda. Além havia uma serra distante e azulada, um monte que a cachorra visitava, caçando preás, veredas quase imperceptíveis na catinga, moitas e capões de mato, impenetráveis bancos de macambira – e aí fervilhava uma população de pedras vivas e plantas que procediam como gente. Esses mundos viviam em paz, às vezes desapareciam as fronteiras, habitantes dos dois lados entendiam-se perfeitamente e auxiliavam-se. (RAMOS, 2005, p. 58)

Apesar de acreditar na existência do mal, julgava que o bem sairia vitorioso:

Existiam sem dúvida em toda parte forças maléficas, mas essas forças eram sempre vencidas. E quando Fabiano amansava brabo, evidentemente uma entidade protetora segurava-o na sela, indicava-lhe os caminhos menos perigosos, livrava-o dos espinhos e dos galhos. (RAMOS, 2005, p. 58)

Dois aspectos importantes sobre esse trecho: primeiramente uma recusa em acreditar em uma forma de mal que fosse perpétua – como o inferno –, afinal as “forças maléficas” sempre terminavam sendo derrubadas; em segundo lugar, a percepção de que todos – inclusive os adultos – estão submetidos a uma “entidade protetora”. Essa segunda observação diz respeito a um contraponto ao primeiro capítulo: se o menino mais novo tem uma relação mistificadora em relação ao pai, o segundo parece apostar que Fabiano, como todos os outros viventes, estava subordinados a forças maiores.

Refletindo sobre as diferenças entre os dois meninos, Alfredo Bosi escreveu em “Céu, Inferno”:

O menino mais novo acalenta imagens que nascem do seu enlevo pelo pai: o seu mal vem da desproporção entre a fantasia e os seus próprios recursos de criança. O menino mais velho move-se no rumo de outro horizonte. Ele quer ir além dos signos opacos, vividos cegamente pelos pais, quer ver de perto e tocar o imaginário do adulto (...) (In: GARBUGLIO, 1987, p. 389)

Esse poder superior, para o menino, era capaz de corrigir os erros do mundo e devolver a paz aos viventes, como se vê no trecho abaixo, no qual ele parece diferenciar duas fases da sua vida:

Naquele tempo o mundo era ruim. Mas depois se consertara, para bem dizer as coisas ruins não tinham existido. No jirau da cozinha arrumava-se as mantas de carne-seca e pedaços de tocinho. A sede não atormentava as pessoas, e à tarde, aberta a porteira, o gado miúdo corria para o bebedouro. (RAMOS, 2004, p. 57)

Podemos ver nos pensamentos do menino os dois momentos da vida da família dos retirantes: aquele em que peregrinam famintos e o outro, em que têm um teto, água e alimento.

Há no menino o desejo de confirmar a positividade do mundo, o que o deixa revoltado com a associação entre “inferno”, palavra que ele considerava um “nome tão bonito”, com a imagem de um “lugar ruim demais”:

Ele tinha querido que a palavra virasse coisa e ficara desapontado quando a mãe se referira a um lugar ruim, com espetos e fogueiras. Por isso rezingara, esperando que ela fizesse o inferno transformar-se. (RAMOS, 2004, p. 57)

O menino parece discordar, não apenas da explicação de inferno como “lugar ruim demais”, mas da própria maneira como sinha Vitória se coloca em relação ao assunto: julgando-se detentora de um saber que prescindiria de comprovação, algo próximo, portanto, do pensamento religioso, que dispensa a explicação com base na realidade. Para o menino, no entanto, a mãe não é detentora de tanto poder – não está à altura do sagrado – e precisaria, portanto, convencer para provar sua autoridade: “Se houvesse feito menção de qualquer autoridade invisível e poderosa, muito bem”. (RAMOS, 2004, p. 59)

A agressividade em si, como no caso do menino mais novo, não é tratada como um problema, conforme podemos ver:

Achava as pancadas naturais quando as pessoas grandes se zangavam, pensava até que a zanga delas era a causa única dos cascudos e puxavantes de orelhas. Esta convicção tornava-o desconfiado, fazia observar os pais antes de se dirigir a eles. (RAMOS, 2004, p. 59)

Para o mais velho, tanto a força (no caso de Fabiano) quanto a sabedoria (sinha Vitória) são falíveis e merecem questionamento. Sua esperança não está projetada para o futuro, tempo em que se tornaria adulto (como é o caso do irmão), mas depositada na certeza de que existem “entidades protetoras”, as quais se responsabilizam por consertar os males do mundo.

Antes de passarmos para a próxima análise, seria interessante registrar, ainda que de passagem: assim como Fabiano, também a personagem de sinha Vitória não deve ser definida apenas como reprodutora da opressão do autoritarismo patriarcal de seu meio; no caso dela, também, seguindo o que já expusemos, valendo-nos dos comentários de Luís Bueno. Ou seja, também como o marido, sinha Vitória apresenta, em outros episódios de *Vidas secas*, atitudes contrárias à rispidez e hostilidade, como no episódio da morte de Baleia, em que procura a todo custo poupar os filhos do sofrimento de verem Fabiano executar o doce amigo familiar. É um dos momentos mais trágicos do romance, mencionado por muitos leitores como o mais marcante de todo o livro. É, sabemos, o episódio original do livro, seu ponto de partida. Não podemos ignorar, portanto, a necessidade de complexificar a caracterização de sinha Vitória, levando em conta seu senso de proteção, companheirismo e dedicação aos cuidados dos familiares. Ainda assim, como já defendido no caso de “O menino mais novo”, a violência está presente e naturalizada como um fato corriqueiro. Como já observamos, essa é uma importante vertente na literatura de Graciliano Ramos e, conforme mostraremos no capítulo três, também em João Antônio.

Passaremos agora aos textos do livro *Infância*.

4.3 Um cinturão

Começamos por comentar que “Um cinturão” é capítulo-chave para se pensar a violência do meio em que Graciliano se desenvolveu, meio esse marcado pelo autoritarismo do patriarcado nordestino, entre os fins de XIX e início do XX.

Nele o menino, que àquela altura não tinha mais do que cinco anos, é surpreendido por um ataque de fúria de Sebastião Ramos, presente no trecho abaixo:

Meu pai dormia na rede armada na sala enorme. Tudo é nebuloso. Paredes extraordinariamente afastadas, rede infinita, os armadores longe, e meu pai acordando, levantando-se de mau humor, batendo com os chinelos no chão, a cara enferrujada. Naturalmente não me lembro da ferrugem, das rugas, da voz áspera, do tempo que ele consumiu rosnando uma exigência. Sei que estava bastante zangado, e isso me trouxe a covardia habitual. (RAMOS, 1970, p. 46)

A tal “covardia habitual” é um traço característico do personagem, que vai assimilando e vendo como coisa normal a maneira agressiva como o tratam: “Batiam-me porque podiam bater-me, e isto era natural”. (RAMOS, 1970, p. 45)

O episódio em questão, porém, tem um conteúdo mais marcante para o menino do que a violência em si: o tema da justiça é o ponto crucial do capítulo, o que fica explícito logo na

introdução: “As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão”. (RAMOS, 1970, p. 45)

Nas palavras de Garbuglio:

No sentido mais amplo, o espaço educativo compõe o primeiro componente do processo. Impondo formas de segregação, sobretudo no interior das famílias de maiores recursos, faz sentir desde cedo a rigidez hierárquica, que indica nessa sociedade o lugar de cada um, como se uma lei inelutável regesse a vida das pessoas, sem permitir discrepâncias. Esse sistema de coerções é modo comprovado de enfraquecimento das resistências, assim como meio eficaz para imprimir o sinal de classe que define e identifica as pessoas. De acordo com as origens, duas posições se destacam com nitidez. De um lado se podem colocar o patriarcado rural e a pequena burguesia, do outro, a massa anônima, indistinta e constituinte da grande maioria. Em ambas, o mesmo processo sustenta a continuidade e assegura a orientação dos iniciantes pelos caminhos conhecidos e sancionados. (GARBUGLIO, 1987, p. 367)

Desse modo, a instância da educação formal e o próprio objeto de aprendizagem são também enquadrados dentro da mesma lógica de coerção violenta para cumprimento da “lei inelutável”. (GARBUGLIO, 1987, p. 367)

Voltando à situação do cinturão, lembramos que o menino, ao ver o pai em fúria, sequer consegue explicar-se, esclarecer que não tem culpa pelo sumiço do cinturão. Mas Sebastião Ramos não fazia uma acusação explícita – bradava enfurecido apenas – e o menino, apesar disso, sabia que poderia ser punido: “O homem não me perguntava se eu tinha guardado a miserável correia: ordenava que a entregasse imediatamente”. (RAMOS, 1970, p. 47)

Sebastião segue adiante em sua fúria:

A mão cabeluda prendeu-me, arrastou-me para o meio da sala, a fôlha de couro fustigou-me as costas. Uivos, alarido inútil, estertor. Já então eu devia saber que rogos e adulações exasperavam o algoz. Nenhum socorro. (RAMOS, 1970, p. 48)

Essa surra é caracterizada pelo narrador como uma das mais marcantes em sua vida. Entre os elementos apresentados, destacamos a menção à irmãzinha que engatinhava em um dos cômodos da casa. Ganhar maior independência corporal, com a habilidade de andar, desenvolver-se, crescer adquire, na narrativa, um sentido negativo.

A negatividade se verifica também no modo como o menino Graciliano se relaciona com o ingresso no mundo das letras, processo que é visto pelo narrador como uma espécie de suplício. Comentando sobre a surra recebida pelo pai, o narrador observa: “Talvez as vergastadas não fossem muito fortes: comparadas ao que senti depois, quando me ensinaram a carta de A B C, valiam pouco”. (RAMOS, 1970, p. 48)

Como podemos ver, estamos novamente diante da relação problematizadora de Graciliano Ramos com a linguagem, relação essa que marca também o projeto literário de João Antônio. Retornaremos a ela mais adiante.

Ainda com relação à situação da surra, notamos que a esperança do pequeno Graciliano era o aparecimento de algum adulto que pudesse lhe socorrer da situação: “Só queria que minha mãe, sinha Leopoldina, Amaro e José Baía surgissem de repente, me livrassem daquele perigo”. (RAMOS, 1970, p. 46)

Considerava que a presença de um adulto pudesse intimidar o pai, de modo a contornar sua agressividade:

Desejei vê-lo dirigir-se a minha mãe e a José Baía, pessoas grandes, que não levavam pancada. Tentei ansiosamente fixar-me nessa esperança frágil. A força de meu pai encontraria resistência e gastar-se-ia em palavras. (RAMOS, 1970, p. 46)

Interessante notarmos aqui o destaque para a “superioridade” física e cognitiva dos adultos, que aparece tanto em relação à altura (“pessoas grandes”) quanto em relação à capacidade da fala ou do diálogo.

Isso nos remete de volta à metalinguagem e à observação da língua como ferramenta decisiva nas trocas e disputas sociais. Aqui o menino espera que outros adultos – sua mãe, José Baía – intervenham a seu favor pelo uso da fala adequada à situação.

Fica patente que, num caso como aquele, sua fala infantil (do ponto de vista etimológico, *infans* é aquele que não fala) era uma desvantagem. O mesmo podemos dizer em relação ao menino mais novo e ao menino mais velho.

As palavras do infante não produzem mudança alguma, não têm qualquer efeito transformador sobre a ordem estabelecida – ao contrário, produzem reações agressivas, palavras ríspidas, repelões e cocorotes.

Sabemos que, no desenrolar do episódio, ninguém vai em socorro do protagonista. O nível de violência aumenta, a situação do menino é agônica:

Ninguém veio, meu pai me descobriu acorrido e sem fôlego, colado ao muro, e arrancou-me dali violentamente, reclamando um cinturão. Onde estava o cinturão? Eu não sabia, mas era difícil explicar-me: atrapalhava-me, gaguejava, embrutecido, sem atinar com o motivo da raiva. Os modos brutais, coléricos, atavam-me; os sons duros morriam, desprovidos de significação. (RAMOS, 1970, p. 46)

Ele, por sua vez, não é capaz de interromper as ações do pai. As marcas dessa surra acompanharão o menino para sempre, como declara mais de uma vez o narrador.

Chamamos a atenção para o fato de que a palavra “justiça” aparece nas frases de abertura e encerramento do capítulo. A primeira é: “As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão”. (RAMOS, 1970, p. 45). E a frase final – “Foi esse o primeiro contato que tive com a justiça”. (RAMOS, 1970, p. 49) – parece reforçar a particularidade do episódio, negando o plural da frase de abertura: naquele caso, o narrador usa “primeiras relações”, sugerindo uma sucessão de acontecimentos que apresentam injustiça

equivalente; já na frase final o narrador particulariza a surra do cinturão, apontando para um grau maior de injustiça nela contido.

Tal atribuição de singularidade, por parte do narrador, talvez se deva, ainda que parcialmente, à reação de Sebastião Ramos, que se mostra arrependido.

Vejamos a descrição do narrador:

Solto, fui enroscar-me perto dos caixões, coçar as pisaduras, engolir soluços, gemer baixinho e embalar-me com os gemidos. Antes de adormecer, cansado vi meu pai dirigir-se à rede, afastar as varandas, sentar-se e logo se levantar, agarrando uma tira de sola, o maldito cinturão, a que desprendera a fivela quando se deitara. Resmungou e entrou a passear agitado. Tive a impressão de que ia falar-me: baixou a cabeça, a cara enrugada serenou, os olhos esmoreceram, procuraram o refúgio onde me abatia, aniquilado. (RAMOS, 1970, p. 49)

Para o menino, fica evidente que o pai reconhecera o próprio erro. Sebastião, no entanto, mostra-se incapaz de confessar sua falha, e não consegue expressar seu arrependimento.

O que esse “primeiro contato” ensina, então, ao narrador-personagem? Que a lei é dos mais fortes, dos que mandam. Ensina também que a brutalidade predomina sobre a lógica, subvertendo o próprio sentido de *ordem* da qual o pai, do ponto de vista psicanalítico, é a figura representativa.

Em seu estudo sobre *Infância*, intitulado *A infância pelas mãos do escritor*, Taísa Vliese de Lemos (2002) afirma:

Ao fazer uma incursão pelas narrativas do livro *Infância*, torna-se claro que os processos de memorização, rememoração e esquecimento são construídos socialmente. O narrador do livro rememora sua infância a partir das experiências que vivenciou com as pessoas que faziam parte do seu ciclo de convivência: sua família, os vaqueiros que frequentavam o alpendre do pai, os professores e demais protagonistas que imprimiram uma substancialidade às suas lembranças. Assim, o livro retrata o processo mnemônico como uma tensão entre o social e o individual, em que há a internalização dos episódios acontecidos através de várias vozes que se misturam, se transformam e se tornam lembranças singulares da infância vivida. (LEMOS, 2002, p. 57)

Nessas considerações, vemos a interdependência entre o sujeito e o meio, o que revela a linha teórica – vigotskiana – da autora, como já se enuncia pelo próprio subtítulo de seu trabalho: *Um ensaio sobre a formação da subjetividade na psicologia sócio-histórica*.

É a partir dessa base reflexiva que a autora debate sobre o livro *Infância* de Graciliano Ramos, chamando a atenção para a importância do meio nordestino autoritário e escravagista para a formação da subjetividade e da escrita do autor, relatando por exemplo que: “(...) com o livro de Graciliano Ramos foi possível compreender que o contexto cultural não é apenas um pano de fundo para a constituição da memória, mas é verdadeiramente sua matéria”. (LEMOS, 2002, p. 57)

Explorando essa relação entre memória e matéria, a autora comenta sobre o livro de Graciliano:

No livro *Infância*, família e comunidade são como diferentes lados de uma mesma moeda, pois ambas as instâncias sociais estavam assentadas sobre os mesmos pilares de dominação: as mesmas ideologias, o mesmo material simbólico.

Na família, as relações sociais conservavam uma rigidez tão expressiva que nem sempre permitiam às crianças o direito à contrapalavra e ao questionamento. Enfim, uma infância em que figurava, irrestritamente, a autoridade paterna. (...)

Uma infância em que as perguntas ficavam sem respostas, pois não era dado o direito de perguntar às crianças. (LEMOS, 1992, p. 70)

Os elementos de brutalidade e violência acompanharam o narrador pela vida toda, conforme ele próprio confessa. O leitor de Graciliano é convocado a mover-se entre essa infância de “aprendizagem difícil” e o pesadelo do sistema carcerário vivido e narrado, também de modo memorialístico, em *Memórias do cárcere*. A prisão vivida pelo autor durante o Estado Novo – sem sequer receber uma acusação formal da justiça – é prova enfática do arbítrio e da tradição de violência que comentamos até aqui.

As violências vividas na infância acompanharam Graciliano como memória e foram renovadas, em vida adulta, na violência de Estado praticada contra o escritor.

Mais um cenário de autoritarismo e barbárie perpetradas pelo Estado, as classes dominantes e as forças armadas: o regime de exceção da Ditadura Vargas. A tradição de violência e totalitarismo sociais, inerentes a uma sociedade que se formou para e pela escravidão, como mão de obra barata e como mercadoria para o grande capital estrangeiro. Nunca é demais lembrar que o próprio nome do país se origina de uma mercadoria, a qual justificou, inicialmente, a exploração deste território e foi razão de ser das terras ainda mal conquistadas pelos portugueses. Como em todo processo de dominação, a desumanização do dominado se faz necessária para legitimação e justificação.

Essa relação criada a partir da rígida hierarquia, em que o nativo é menosprezado, visto como menos importante, “inútil” ou “atrasado”, aparece tonificada no vínculo familiar, agora não mais a partir de uma hierarquia étnico-cultural, mas sim com base no adultocentrismo.

As primeiras experiências de Graciliano Ramos com as leis e a sua ilegitimidade – seu caráter autoritário – são reforçadas pelas que teve na vida adulta em relação à justiça.

Por fim, antes de encerrarmos os comentários sobre “Um cinturão” e a violência familiar vivida pelo menino Graciliano, julgamos importante acrescentar uma breve observação.

É verdade que ao longo de *Infância* Sebastião Ramos dá boas mostras de afetividade e generosidade para com o filho, manifestando-se orgulhoso do talento intelectual do menino, e

ainda de se apresentar como um paciente e talentoso mestre para o pequeno, conforme observa Ieda Lebensztayn em *Graciliano Ramos e a Novidade: o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis*, no qual destaca a importância do pai no processo de introdução à leitura do menino:

(...) em “Os astrônomos” surge a imagem do texto escrito como uma estrada penosa a ser percorrida obstinadamente, neste caso pelo menino ainda analfabeto aos nove anos, guiado pelas mãos de ordinário rudes do pai. Note-se como a gradação de gerúndios, sinalizando supressões e repetições de sílabas e de linhas, expressa o difícil caminho do garoto para conseguir ler, feito de terror e desejo de acertar (“Mastigando as palavras, gaguejando, gemendo uma cantilena medonha”, “saltando linhas e repisando linhas”). Sofrida embora, essa leitura não interrompida por repreensões o surpreendeu: habitual era o ambiente opressivo e raros os momentos de satisfação. Da escola, ele fixara a imagem terrível dos alunos como mortos sentados nos bancos, com moscas a lhes roerem o canto dos olhos. Junto a isso, a palmatória, usada pelo pai e pela maioria dos professores, e a imposição de obras inadequadas para introduzir as primeiras letras (*Os Lusíadas* e as cartilhas do Barão de Macaúbas) haviam definido o contato do menino com os livros como momento de alteridade máxima. No entanto, essa mesma atmosfera angustiante levava a criança a sonhar personagens de um mundo outro, a “engenhhar bonecos de barro”. Já se surpreendera certa vez, quando o pai, “Tentador, humanizado”, o consultara sobre aprender a ler – dominar “armas terríveis”. Mas desconfiara da “excelência do papel impresso”, pois os “traços insignificantes” em três colunas de um folheto não pareciam perigosos feito armas; além disso, era-lhe um “inferno” distinguir as letras e, a um tempo, entender diferenças e semelhanças entre maiúsculas e minúsculas, “maldades grandes e pequenas” (“Leitura”). Eis que, tempos depois, o pai (negociante que certamente naquele dia “recebera uma dívida perdida”) abriu para o menino de nove anos o encontro com o mundo dos livros, para fechá-lo (aparentemente) logo em seguida. Assim, configurando as tensões e o prazer dessa mediação da distância entre o pequeno leitor e o texto escrito, o capítulo “Os astrônomos” delinea os passos da formação da sensibilidade e da consciência de Graciliano Ramos em relação às palavras e ao outro social. O narrador adulto dialoga consigo mesmo revivendo a “noite extraordinária” em que o pai o chamou, menino de nove anos quase analfabeto, para ler um romance, explicando-lhe do que tratava, traduzindo-lhe “em linguagem de cozinha” as expressões literárias. Animada, a criança reconhecia que havia “alguma coisa no livro”, entretanto difícil de entender totalmente: “E uma luzinha quase imperceptível surgia longe, apagava-se, ressurgia, vacilante, nas trevas do meu espírito”. Alheio a brinquedos e à escola, viveu com as personagens do livro, que, perseguidas por lobos, lhe agitaram o sono: a literatura ajudava-o a habitar o mundo. (LEBENSZTAYN, 2009, p. 258)

Essa ambiguidade do pai – que é também característica do narrador – faz com que o livro de Graciliano ganhe muito em verossimilhança: as oscilações das personalidades relativizam os rótulos, suspendem os juízos fixos, permitindo ao leitor uma relação problematizadora com a convivência humana.

Na totalidade do livro, a imagem que o narrador nos oferece tanto da paternidade e das relações familiares quanto da própria experiência da infância é, sem dúvida, mais ampla do que a “aprendizagem difícil” que defendemos aqui. Apenas esse é o aspecto que nos interessa observar do ponto de vista de uma escrita literária, a de Graciliano, que se caracteriza pela dura crítica do real, a partir da sondagem das paixões humanas e respeitando a complexidade das experiências intersubjetivas.

Desse modo, o leitor, que tende a identificar-se com o protagonista em seu relato, confirma na voz do próprio narrador a sua percepção de que a ambivalência caracteriza as relações. Sebastião Ramos, portanto, mostra-se uma pessoa amável e também detestável. Não se trata, portanto, de neutralidade – os erros e acertos são apontados como tais – mas de respeito à complexidade das experiências e das interações humanas.

Nas próximas páginas, procuraremos explorar a lógica da ambivalência tanto na figura do narrador-protagonista de Graciliano quanto na relação entre as personagens.

Tomaremos para análise o capítulo “Moleque José”, um dos mais importantes para pensarmos as relações de poder e a naturalização da violência nas infâncias capturadas por Graciliano Ramos.

4.4 “O moleque José”

O termo “moleque” tem origem no quimbundo (*mu'leke*) e significa “menino ou rapazote”. Em português, pelo menos desde o século XVIII, tem o sentido de “indivíduo sem palavra ou sem seriedade”, “canalha, velhaco, patife” ou ainda “engraçado, pilhérico, trocista”. (CUNHA, 1982, p. 528)

A diferença entre os termos expressa a desigualdade social existente entre as duas crianças: se, como pudemos ver, a infância de Graciliano foi opressiva e violenta, como as que observamos nos outros textos, o que diremos sobre a vulnerabilidade do moleque José, neto de ex-escravos, menino pobre e negro?

O moleque está aos ditames de um cotidiano atravessado pelo regime escravocrata, recém-abolido formalmente, mas marcante, ainda, das relações sociais constituídas em torno da divisão hierárquica que separa a população entre senhores brancos da casa-grande e escravos negros da senzala, com gradações complicadoras, mas tendo essa oposição como base. Levando em conta a criticidade histórica que permeia a literatura de Graciliano Ramos, o capítulo “O moleque José” certamente merece destaque.

O moleque José e a moleca Maria vivem no esquema do favor na propriedade de Sebastião Ramos. São netos da preta Quitéria e filhos de Luísa, que se agregou ao avô materno de Graciliano.

Abaixo, uma descrição do narrador:

O moleque José, tortuoso, sutil, falava demais, ria constantemente, suave e persuasivo, tentando harmonizar-se com todas as criaturas. Repelido, baixava a cabeça. Voltava, expunha as suas pequenas habilidades sem se ofender, jeitoso, humilde, os dentes à mostra. Não era alegre. Os olhos brancos ocultavam-se, frios e

assustados, os beijos tremiam às vezes, mas isto se disfarçava numa careta engraçada que amolecia a cólera das pessoas grandes. E José se escapulia, escorregava, brando e gelatinoso, das mãos que o queriam agarrar. Apanhado na malandragem, mentia, inocente e sem-vergonha. Juntava os indicadores em cruz, beijava-os: “Por Deus do céu, pelas cinco chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo, por esta luz que nos alumia.” Franzino, magrinho, achatava-se. Uma insignificante mancha trêmula. (RAMOS, 1970, p. 86)

O narrador apresenta José como uma figura heroica, quase mítica:

Nunca o vi chorar. Gemia, guinchava, pedia, soluçava infinitas promessas, e os olhos permaneciam enxutos e duros. Enchia-me de inveja, desejava conter as minhas lágrimas fáceis. Tomava-o por modelo. E, sendo-me difícil copiar-lhe as ações, imitava-lhe a pronúncia (...) (RAMOS, 1970, p. 86)

O menino Graciliano não era um moleque. Ele sabia disso; envergonhava-se, sentindo-se fraco e covarde. Curiosamente, em alguma medida, José, neto de escravos, mostra-se mais “forte” que o menino branco e filho de pequeno proprietário, embora saibamos que o choro contido é um dos processos simbólicos pelos quais injustiças históricas se perpetuam, mas também é: a mistificação do narrador em torno da figura de José; a resistência física e aparente tranquilidade psicológica que caracteriza o comportamento de pessoas que foram obrigadas a conviver com um nível elevado de tensão violenta, ameaça de agressão física e humilhações verbais ou silenciosas constantes, como é o caso de uma criança como o moleque José.

Mas apesar disso, como já observamos, o menino Graciliano admira, chega quase a idolatrar o moleque José – “Enchia-me de inveja”, “Tomava-o por modelo” – e é nesse contexto de admiração pelo outro que o narrador menciona a vergonha que sentia em cumprir uma norma social de tratamento entre as pessoas: havia ordem expressa para que o moleque José chamasse o menino Graciliano de “senhor”:

Haviam obrigado o moleque a tratar-me por senhor, não admitiam que me reconhecesse indigno, me privasse voluntariamente daquele respeito miúdo. José, insensível às minhas desvantagens, perseverava na obediência, modesto, a proteger-me. (RAMOS, 2004, p. 97)

O menino se vê, nesse momento, com a honra ameaçada, sentindo-se covarde por trás daquele título de superioridade, como que protegido, “café com leite”. Tem efeito cômico o uso de “desvantagens”, por se tratar de uma interpretação curiosa das relações de poder por parte do menino e narrador das memórias – “desvantagem” seria, ao contrário, um privilégio social que tem, inclusive, uma importante finalidade prática: pronomes de tratamento, assim como vestimentas e domínio da língua, são traços de pertencimento de classe de cunho simbólico e conferem, por isso, um ar de naturalidade a relações que estão, pelo contrário, construídas a partir de dados objetivos. Estamos falando da “cultura senhorial”, na qual os vínculos pessoais se dão a partir de hierarquizações.

O modo como quer se provar igualmente forte para o colega de infância, no entanto, faz com que o menino Graciliano inverta a lógica das vantagens. Para o menino branco e protegido, a “liberdade” de José parece uma vantagem.

Após apresentar sua idolatria por José, o narrador vai ao fato central do capítulo, que, como em “Um cinturão”, é a violência contra a criança.

Eis a narração do fato principal:

Lembro-me perfeitamente da cena. Era de noite, chovia, as goteiras pingavam. Na sala de jantar meu pai arguia o pretinho, que se justificava mal. Nenhum indício de tempestade e violência, pois a culpa era leve e meu pai não estava zangado: contentar-se-ia com algumas injúrias. Achando-se disposto a absolver, aceitava facilmente as explicações. A um desconchavo do acusado, a voz áspera se amaciava, um riso grosso estalava – a calma se restabelecia. Atravessávamos, porém, momentos difíceis: não podíamos saber se ele ia abrandar ou enfurecer-se. E o nosso procedimento o levava para um lado, para outro. Acertávamos ou falhávamos como se jogássemos o cara-ou-cunho. Se os fregueses andavam direito na loja, obtínhamos generosidades imprevistas; se não andavam, suportávamos rigor. (RAMOS, 2004, p. 100)

Novamente o narrador chama a atenção para o caráter arbitrário da autoridade de Sebastião Ramos: não é possível prever suas reações, que oscilam conforme o humor. Mas atentemos para o fato de que o narrador coloca José e a si mesmo numa situação de cumplicidade: os verbos colocados no plural – “atravessávamos”, “acertávamos” etc. – unem os dois como vítimas do mesmo poder, o do pai-patrão, em relação ao qual ambos vivem na condição de “leva-pancadas”. (FREITAS, 1997, p. 261)

A situação desenvolve-se de modo desfavorável ao moleque José:

Naquela noite José, como de costume, negou uma traquinada insignificante. Apertado na inquirição, continuou a negar. Vieram provas, surgiu a evidência. O negro estava obtuso, não percebeu que devia soltar ao menos uns pedaços de confissão e defender-se depois, jurar por esta luz, pelas chagas de Cristo, não reincidir. Perdeu o ensejo - e a autoridade se arrenegou, não por causa da falta, venial, mas pela teimosia, agravada talvez com a recordação de fatos estranhos. Agora o infeliz precisava resignar-se ao castigo. E resistia, procurava atenuar a raiva esmagadora. A infração inchava, confundia-se com outras mais velhas, já perdoadas, e estas cresciam também, tornavam-se crimes horríveis. (RAMOS, 2004, p. 100)

E a cena que se segue pode ser colocada ao lado de outras páginas antológicas que, em nossa literatura, registraram a brutalidade cotidiana da escravidão negra e, conseqüentemente, de nossa formação social. Trata-se do momento em que Sebastião Ramos, mais uma vez tomado de fúria, agride o moleque José: “Quando meu pai se tinha irado bastante, segurou o moleque, arrastou-o à cozinha”. (RAMOS, 1970, p. 100)

Além do fato em si, descrito de modo descarnado, devemos considerar a participação do narrador-personagem, que é bastante reveladora da dinâmica social que estamos procurando aqui caracterizar.

O que move o narrador-personagem é a curiosidade e uma improvável “sede de justiça”, improvável por ter como “aplicador” ninguém menos que Sebastião Ramos, aquele que, no passado, proporcionara ao filho uma experiência notavelmente traumática com a justiça.

O fato é que o menino trai o moleque, como o próprio narrador relembra: “Segui-os, curioso, excitado por uma viva sede de justiça. Nenhuma simpatia ao companheiro desgraçado, que se agoniava no pelourinho, aguardando a tortura”. (RAMOS, 1970, p. 100)

Graciliano adota a vantagem de ser “senhor”, vantagem essa que, por uma questão de conveniência e vaidade, ele recusou.

O moleque José apanha de chicote, como há alguns capítulos apanhara o próprio narrador:

De repente o chicote lambeu-lhe as costas e uma grande atividade animou-a. Pôs-se a girar, desviando-se dos golpes. E as palavras afluíam num jorro:
– Por esta luz, meu padrinho. Pelas cinco chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo.
(RAMOS, 1970, p. 101)

E o aspecto descarnado atinge então o ápice, pois o autor-narrador faz aqui uma autodenúncia, ao registrar este seu feito horroroso:

Aí me veio a tentação de auxiliar meu pai. Não conseguiria prestar serviço apreciável, mas estava certo de que José havia cometido grave delito e resolvi colaborar na pena. Retirei uma acha curta do feixe molhado, encostei-a de manso a uma das solas que se moviam por cima da minha cabeça. (RAMOS, 1970, p.101)

A atitude, repugnante em si, não tem efeitos concretos imediatos: “Na verdade apenas toquei a pele do negrinho. Não me arriscaria a magoá-lo: queria somente convencer-me de que poderia fazer alguém padecer.” (RAMOS, 1970, p. 101)

O relato nos leva a considerar a possibilidade de o menino, ainda que inconscientemente, desejar vingar sua honra e autoestima em relação ao outro, de modo a provar para José que ele também era capaz de crueldade – tendo em vista o que essa representava em termos de descoberta e ousadia.

Mas o narrador apresenta a sua própria análise:

O meu ato era a simples exteriorização de um sentimento perverso, que a fraqueza limitava. Se a experiência não tivesse gorado, é possível que o instinto ruim me tornasse um homem forte. Malogrou-se - e tomei rumo diferente. (RAMOS, 1970, p. 102)

O que se opera nesse processo é a intenção de Graciliano em fazer de si mesmo um caso de estudo, tomando sua própria infância como testemunho de um período, que o adulto sabia ser altamente revelador acerca da realidade nacional. Recusando apresentar-se como um exemplo de comportamento, mas antes registrando suas ações como mais um exemplo da tendência histórica brasileira, o testemunho de Graciliano Ramos não omite fatos que,

conforme podemos encontrar em seus biógrafos, ele desaprovava. Em *Memórias do cárcere*, por exemplo, registra a sua luta política pela promoção escolar de crianças negras e pobres, o que teve o seguinte resultado: “Quatro dessas criaturinhas arrebanhadas nesse tempo, beiçudas e retintas, haviam obtido as melhores notas nos últimos exames”. E depois comenta, ironicamente, com uma colega: “– Que nos dirão os racistas, d. Irene?” (RAMOS, 1985, p. 47)

Voltando ao narrador de *Infância*, podemos observar um movimento de destituição da exemplaridade, movimento com o qual esse narrador – seguindo, aliás, o temperamento autocrítico do próprio Graciliano Ramos – usa a si mesmo como prova de sua tese sobre a realidade brasileira, numa aposta de grande radicalidade.

Novamente recusando a construção de um autorretrato digno de vanglória, e apresentando, ao contrário, uma ação assumidamente covarde, o narrador chega ao auge de confessar que não se tornou um verdugo convicto por faltar-lhe talento para o uso da própria força.

Conclui, de modo cético e anti-heroico, que fracassara ao tentar cometer maldades:

O meu ato era a simples exteriorização de um sentimento perverso, que a fraqueza limitava. Se a experiência não tivesse gorado, é possível que o instinto ruim me tornasse um homem forte. Malogrou-se – e tomei rumo diferente. (RAMOS, 1970, p. 102)

O pai, percebendo o oportunismo maldoso do filho, abandona o moleque e passa a repreendê-lo:

Meu pai abandonou-o. E, vendo-me armado, nem olhou o ferimento: levantou-me pelas orelhas e concluiu a punição transferindo para mim todas as culpas do moleque. Fui obrigado a participar do sofrimento alheio. (RAMOS, 1970, p. 102)

É esta a lição do moleque José, a qual Graciliano havia mencionado pouco antes: “José deu-me várias lições. E a mais valiosa marcou-me a carne e o espírito”. (RAMOS, 1970, p. 99)

Ao comentar sobre sua atitude, o narrador não procura se defender por trás de figura heroica fabricada; pelo contrário, empresta a si mesmo para análise, como caso passível de revelações sobre a realidade, mesmo em suas brutais contradições.

Vemos aqui o cotidiano violento da formação escravocrata, na qual conviviam filhos de senhores e pequenos escravos. O próprio narrador, sem querer declarar-se livre de culpa, apresenta-se, pelo contrário, como mais um influenciado e replicador da cultura senhorial. Não há a menor intenção em Graciliano, no texto, de alimentar mistificações sobre a sua pessoa. Apresenta-se como sujeito da história, por isso mesmo passível da reprodução da violência que está por ali, o tempo todo, à espreita. Nesse caso mal podemos falar em herança escravocrata,

pois a Abolição tinha se dado havia menos de dez anos – uma interrupção, diga-se de passagem, de nada menos que três séculos de regime.

A realidade vivida pelo menino, examinada e reorganizada pela escrita do adulto, conserva algumas marcas significativas da escravidão: isso se expressa claramente por meio da oposição radical que existe entre Graciliano Ramos e o moleque José.

O intelectual Graciliano Ramos, adulto, oferece ao leitor um quadro de aparente crueza e consegue, a partir de um movimento radical de dessacralização de sua imagem de autor, àquela altura nacionalmente renomado, com livros traduzidos em vários países, chamar a atenção para os suplícios vividos pelas crianças negras e pobres, como o moleque José, sem se omitir nos fatos.

Esse episódio desnuda o relativismo moral com que são forjadas a mente e a sensibilidade da criança, ao longo de seu desenvolvimento, de modo a adequar-se à “violência estrutural”. (GORENDER, 2000) Como demonstrou Álvaro Lins, em “Valores e misérias das vidas secas” (GARBUGLIO, 1987), esse relativismo é importante também em outros livros do autor, como *Angústia* e *São Bernardo*.

4.5 “Minsk”

*Insônia*²⁷, mais do que um livro, é uma reunião de textos escritos e publicados de maneira espaçada por Graciliano Ramos entre 1937 e 1945, dentre os quais se situa o conto “Minsk”²⁸.

O texto gira em torno de Luciana, menina de família pequeno-burguesa cercada de adultos que não lhe dão atenção e, mais do que isso, desprezam e buscam reprimir suas brincadeiras de criança: a “criada negra, rabugenta, estúpida, grunhia” (RAMOS, 1985d, p. 73); a mãe metia-lhe “cocorotes e puxões de orelha” (RAMOS, 1985d, p. 70); o pai era um homem que “sumia-se de manhã, voltava à noite, lia o jornal” ” (RAMOS, 1985d, p. 70); (RAMOS, 1985d, p. 74); tio Severino envolvia-se em seu próprio “falatório difícil” (RAMOS, 1985d, p. 70).

A narrativa oscila entre a retomada de elementos do passado e a apresentação da situação presente. A retomada do passado é, em poucas palavras, a caracterização de Luciana

²⁷A edição que tomamos aqui como referência é a seguinte: “Minsk”, In RAMOS, Graciliano. *Insônia*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1985. (p. 69-77). Aludiremos ao texto “Minsk” por meio da abreviatura M.

²⁸ “Minsk” foi publicado também de modo independente, como livro infantojuvenil, em 2013, pela editora Record.

como menina travessa e imaginativa e a consequente reação agressiva ou de desprezo de seus familiares. A situação presente – o acontecimento da narrativa – é a chegada do periquito, o breve tempo entre o deslumbramento em que a garota convive com ele e a morte do bicho.

Sobre essa visão da criança como “estorvo” na literatura de Graciliano Ramos, Carmen Sevilla Gonçalves dos Santos comenta, em seu artigo “A concepção social de infância na obra de Graciliano Ramos”²⁹: “O mundo estaria dividido em crianças e adultos. Ou melhor: entre crianças-estorvo e adultos dominadores”. (RAMOS, 1985d, p. 74)

Luciana convive também com Maria Júlia, sua irmã mais velha, que, embora criança, demonstra adesão ao universo adulto, com seu comportamento contido e “sorriso desenxabido”. (RAMOS, 1985d, p. 69)

Como reação a esse desprezo, Luciana busca diálogo com seu Adão carroceiro, homem pobre e marginalizado, o qual procurava, embora sem sucesso, entender as fantasias da menina: “arredondava os bugalhos brancos, estirava o beijo grosso, coçava o pixaim, desanimado”. (RAMOS, 1985d, p. 74)

Luciana, então, apegase a seu mundo interno, criando amigos imaginários e brincando de representar D. Henriqueta da Boa-Vista, “a personalidade que Luciana adotava quando se erguia nas pontas dos pés, a boca pintada, as unhas pintadas, bancando moça”. (RAMOS, 1985d, p. 73).

Sobre essa fantasia de ser adulta, Ana Cristina Pinto Bezerra comentou:

Essa construção revela o desejo da garota de sair de sua condição desfavorável, revestindo-se da imaginação para suplantar a visão infante, tornando-se adulta e, por essa razão capaz de responder aos ditames maternos com firmeza (...). A imagem adulta conferia a (sic) menina o poder que não possuía e de algum modo tornava sua voz audível, mesmo que fosse pela sua construção fantasiosa (...) (BEZERRA, 2012, p. 11)

Essa situação se transforma consideravelmente quando lhe é dado, pelas mãos de seu tio Severino, um periquito grande de penas verdes e amarelas. Desde que ganha o animal, Luciana deixa de lado alguns hábitos: fugir de casa para brincar e conversar com seu Adão, estabelecer diálogo com amigos imaginários. Sua atenção volta-se inteiramente para o periquito, que é batizado com o nome de Minsk, a cidade soviética que teve participação fundamental na Segunda Guerra³⁰, tendo sido quase inteiramente destruída.

Luciana apresenta a Minsk seu novo lar, os cômodos da casa, o gato de estimação, a quem a menina procura convencer a não comer Minsk. O bichano já estava velho e gordo, tinha

²⁹ <http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/1424/1102> (Dados completos na seção de “sites consultados”)

³⁰ Minsk hoje é capital da Bielorrússia ou República da Belarus.

perdido o faro e “queria viver em paz com todas as criaturas” (RAMOS, 1985d, p. 70), mas Luciana sentia-se orgulhosa por acreditar ter mudado o instinto do bicho, o qual “aguentava paciente as bicoradas na cabeça” (RAMOS, 1985d, p. 70) dadas pelo periquito. A narrativa destaca a sensação lisonjeira de vitória que a menina sentia por “supor ter vencido o instinto carnicheiro da pequena fera” (RAMOS, 1985d, p. 70), para, logo em seguida, chamar a atenção para o fato de que “O instinto de mamãe é que não se modificava: de quando em quando lá vinham arrelias, censuras, cocorotes e puxões de orelha”. (RAMOS, 1985d, p. 70) Ou seja, o narrador faz questão de contrastar a reação generosa de um animal – o gato – com a estabilidade do comportamento agressivo de um ser humano – a mãe da menina –, de modo a sugerir maior cumplicidade e camaradagem entre a menina e os animais do que entre ela e sua própria mãe – cuja rispidez é indomável como um instinto. Para o leitor familiarizado com a escrita de Graciliano Ramos, esse traço “humano” no animal não é novidade – a cachorra Baleia, de *Vidas secas*, é dotada também de qualidades humanas e possui uma cumplicidade com os meninos que se assemelha à que existe entre Luciana e seus bichos.

Nesse sentido, chama a atenção que uma característica marcadamente humana – a fala – seja atribuída a Minsk, ainda que apenas pelo uso da interjeição “Eh! eh!”, a qual, cabe ressaltar, guarda pouca diferença com a fala dos humanos que se referem à menina na narrativa.

Observemos que “A criada (...) grunhia: ‘Hum! hum!’” (RAMOS, 1985d, p. 73). As outras falas, em discurso direto marcado por travessão, correspondem a um texto diminuto. As falas de Maria Júlia são compostas apenas por uma palavra: “Minsk” e “É” (RAMOS, 1985d, p. 70). As da mãe da menina são estas três, igualmente compostas por um único vocábulo: “Minsk” (RAMOS, 1985d, p. 70), “Luciana!” e “Luciana”! (RAMOS, 1985d, p. 73)

A criada não fala; grunhe. Os familiares, quando se dispõem a falar, fazem-no por solicitação da protagonista (todas as falas da irmã e a primeira da mãe) ou então para lançar ordem e repreensão à Luciana (as duas outras falas da mãe). Ou seja, as falas, quando dirigidas à menina, cumprem uma função nada solidária: são apenas respostas às suas perguntas; são lançadas a ela em tom agressivo – são, desse modo, menos fala e mais atitude que manifesta, em todos os casos, desinteresse e desprezo por Luciana.

Poderíamos ainda acrescentar que, no caso de seu Adão Carroceiro e da criada negra, a ausência de fala se dá por outra razão: trata-se de figuras marginalizadas socialmente e, portanto, seres de fala inaudível³¹. Essa correspondência entre poder de fala e prestígio social

³¹ Num plano mais geral, poderíamos apontar o direito à palavra como um privilégio de classe ao longo da história do Brasil: não só pelo analfabetismo estrutural que caracteriza nossa história, mas pelo pouco ou nenhum interesse que a “tradição oratória” (BULHÕES, 1999) conferiu aos pobres brasileiros em seu discurso, procurando em geral

pode ser observada no conto a partir da figura de tio Severino, um homem “considerado” e que “falava difícil” (RAMOS, 1985, p.74). A discussão sobre a linguagem e as tensões providas de sua hierarquização (fruto da hierarquia social) é um tema poderoso em Graciliano Ramos: tanto no que diz respeito ao maior poder de fala por parte dos mais poderosos, como no que tange à desigualdade dos registros (formal e informal; erudito e popular etc.). Marcelo Magalhães Bulhões em seu estudo *Literatura em campo minado* (1999) aponta para a problematização da linguagem e mesmo da literatura como elemento crucial na prosa do escritor alagoano:

(...) a leitura da obra de Graciliano Ramos (...) flagra, a todo instante, manifestações (...) de tensão, de reflexão a respeito da linguagem e da literatura. Toda a sua obra está impregnada de momentos metalinguísticos, ou melhor, a metalinguagem é aspecto indissociável de sua produção literária. (BULHÕES, 1999, p. 13)

A “fala” como direito, tanto no sentido literal – o direito de ser sujeito da situação interlocutiva –, quanto no sentido simbólico – o direito à equidade no trato social – é negada a Luciana pelos seus familiares. Como processo compensatório, a menina recorre à imaginação: “inventava interlocutores, fazia confidências às árvores do quintal e às paredes”. (RAMOS, 1985d, p. 74) Essa busca por interlocutores tem fim com a chegada de Minsk.

A cumplicidade de Luciana com o periquito fica evidente quando vemos a menina confidenciando ao animal assuntos a que normalmente “ninguém ligava importância” e eram “repelid[o]s com aspereza”. (RAMOS, 1985d, p. 73).

A amizade de Minsk absorve Luciana. O bicho a procura para receber carícias antes mesmo de a menina despertar, como vemos neste trecho:

Antes de amanhecer estalava na casa o grito agudo que aperreava mamãe. Uma ponta da coberta descia da cama da menina. O periquito se chegava banzeiro, arrastando os pés apalhetados, segurava-se ao pano com as unhas e o bico, subia. Os braços magros da menina curvavam-se sobre o peito chato, formavam um ninho. E os dois cochilavam um ligeiro sonho doce. (RAMOS, 1985d, p. 74)

O afeto ganha até mesmo ares de sensualidade:

Entrava sem-cerimônia, dava buscas, voltava triunfante, com o vagabundo no ombro. Virava o rosto, enviava-lhe beijos. Minsk se equilibrava agarrando-se à alça da camisa dela, metia a cabeça no cabelo revoltado, bicava delicadamente as orelhas e o couro cabeludo. (M, p. 75)

A presença do bicho inaugura um novo campo de liberdade para a menina, que parece reverter sua condição de criatura solitária e desprezada. O leitor vai se convencendo de que a

representar o Brasil a partir dos interesses e do campo de referência das classes dominantes. Tal dinâmica pode ser verificada em dois livros, cujas referências completas se encontram no final deste trabalho: *Literatura como missão*, de Nicolau Sevcenko, e *Literatura em campo minado*, de Marcelo Magalhães Bulhões.

situação inicial de Luciana poderia ser mudada pela companhia do bicho ou, no mínimo, de que o periquito lhe serviria de consolo, como um “sonho doce”. (RAMOS, 1985d, p. 74)

Eis que, num momento de distração, Luciana, caminhando de costas e de olhos fechados, sente que pisou num objeto mole e ouve um grito. Descobre então que matara seu animal de estimação.

O final trágico da narrativa nos faz pensar na impossibilidade de Luciana ter uma vida autêntica, isto é: desfrutar à vontade de sua imaginação infantil. Se o animal funcionara como essa abertura, sua morte significa exatamente a resistência do real frente à liberdade da imaginação infantil.

É Graciliano Ramos mais uma vez apresentando as formas de “emparedamentos” sociais – a expressão é de Benjamin Abdala Jr. (2012) – que limitam a existência. Abdala ainda menciona a tensão presente, nas narrativas de Graciliano, entre a aspiração de liberdade e os limites colocados pela hegemonia, de modo que “configurações hegemônicas se debatem com tendências contra-hegemônicas” (ABDALA JR., 2012, p. 126), de tal forma que o leitor, em contato com os opressivos limites da realidade, pode também experimentar um sentimento de resistência à hegemonia. Nas palavras do ensaísta:

Graciliano Ramos coloca suas personagens em tensão com um contexto situacional configurado hegemonicamente por linhas articulatórias voltadas para a manutenção desse campo. As ações dos sujeitos do enunciado se explicam pela ação predominantemente centrípeta desse campo situacional. O futuro já é um espaço de aspiração – efeito (...) que a enunciação procura no leitor. Não que esse leitor vá ter uma visão do paraíso terrestre – um mundo idílico oposto às mazelas vividas pelas personagens de Graciliano Ramos. Não, o efeito desejado é outro, de ordem crítica: uma visão processual e mais totalizadora das origens das carências, de seus emparedamentos, que pode abrir ao leitor a possibilidade de romper com esses limites da convenção estabelecida, exercitando e desenhando, pela criticidade, redes articulatórias, tendentes a outros horizontes. (ABDALA JR., 2012, p. 143)

Os limites para Luciana viver autenticamente seus desejos de infância são claramente apresentados para o leitor: Minsk, que representa a esperança de reversão da situação da menina, é morto, e ela, nesse caso, experimenta uma dor completamente nova, a qual, comparada às outras, parecia-lhe muito pior – conforme se lê, em discurso indireto livre:

Horível semelhante enormidade arrumar-se no coração da gente. Por que não lhe tinham dito que o desastre ia suceder? Não tinham. Ameaças de pancadas, quedas, esfoladuras, coisas simples, sofrimentos ligeiros que logo se sumiam sob tiras de esparadrapo. O que agora havia se diferenciava das outras dores. (RAMOS, 1985d, p. 76)

Se a menina até então era julgada e dirigida pelos adultos – a mãe, por exemplo, que lhe grita reprimendas e lhe dá “cocoletes” –, como se estivessem sempre alerta quanto aos desastres que ela poderia causar, na ocasião do acidente ela se encontra abandonada pela

orientação dos adultos e lamenta essa desatenção: “Por que não lhe tinham dito que o desastre ia suceder? Não tinham”. (M, p. 76) No momento em que a atenção dos adultos poderia significar proteção, ela desaparece. Essa maneira exclusivamente austera como a autoridade aparece para a criança é abordada com destaque na narrativa *Infância*, no capítulo “Cinturão”, em que o narrador, após relatar uma surra tomada pelo pai, conclui: “Foi esse o primeiro contato que tive com a justiça”. (RAMOS, 1970, p. 49)

Minsk morre e, com ele, certamente um tanto da esperança da menina.

É-nos irresistível registrar ainda a escolha desse topônimo para nomear o periquito. Pensando aqui em Graciliano Ramos como autor-implícito, é inevitável pensar em sua adesão (com ressalvas, Cf. MORAES, 1993) à União Soviética e, assim, considerar que o pássaro da menina, como a cidade comunista, significava ao mesmo tempo resistência e esperança, fragilidade e destrutibilidade. Chama-nos a atenção, como reforço dessa hipótese, estas palavras da narrativa: “as penas amarelas, verdes, vermelhas, esmoreciam por detrás de um nevoeiro branco”. (M, p. 77) A imagem funde as cores da bandeira brasileira com a da URSS no momento em que o pássaro morre – pela nossa analogia, no momento em que a névoa da destruição da cidade bombardeada toma conta da paisagem.

Essa hostilidade contra as experiências infantis, em Graciliano Ramos, tem como grande metáfora a morte do pássaro Minsk, o qual é pisoteado, acidentalmente, pela própria Luciana, pisoteado como a sensibilidade infantil.

5. A INFÂNCIA-PINGENTE EM JOÃO ANTÔNIO

“Olho, olho aí o país, o da gente assim aturdido. Mais parece uma criança em que todos, os de dentro e os de fora, batem.”

João Antônio, “Abraçado a meu rancor”

A infância em João Antônio é o lugar da exclusão, da perambulação nas ruas, da caminhada errante pelo centro e subúrbio. É a infância de dentes estragados, de frio, de mendicância.

A visão de infância em João Antônio muda radicalmente entre os anos 1960, quando inicia sua produção, para os anos 1970, quando retoma as publicações, após mais de dez anos de intervalo.

No primeiro caso, temos o livro *Malagueta, Perus e Bacanaço*, publicado em 1963. Nele, o autor explora o tema da infância, seja diretamente, por meio dos protagonistas-crianças, seja indiretamente, por meio da memória ou do devaneio de narradores adultos, que rememoram a infância ou a revivem, de alguma maneira, em seu modo de relacionar-se com a realidade: a do trabalho, a da família, imposições e obrigações da vida adulta pequeno-burguesa que eram trocados pela boêmia, o devaneio, a errância solitária pelas ruas. Esses narradores-personagens adultos também apresentam uma relação melancólica com a perda de suas referências da infância a partir, basicamente, dos processos de modernização das cidades.

Sabemos que no Brasil a industrialização, vinculada à migração e urbanização, seguiu a lógica de todos os processos de modernização no país: a lógica que exclui a imensa maioria de negros descendentes de escravos, além de indígenas, e privilegia os pequenos grupos ricos brancos e mandantes, que historicamente se acumpliciaram no interesse em manter a qualquer preço a concentração de riqueza, de modo a gozar, não obstante a precariedade do seu entorno – por vezes miserável –, as benesses de uma vida de padrões primeiro-mundistas. A desigualdade é vista, de modo geral, com complacência hipócrita por parte das elites.

João Antônio escolhe observar o Brasil a partir da estação Central, na cidade do Rio de Janeiro dos anos 1970, na qual observa:

Homens, mulheres e crianças que viajam ao lado dos passageiros, em todos os horários dos trens, [que] fazem parte de uma população à margem do Rio de Janeiro. Aleijados, pedintes de esmolas, meninos vendedores de drops, balas, amendoim, revistinhas e jornais, cegos e velhos, gente sem eira nem beira, importunando os passageiros de marmita embrulhada debaixo do braço, exigindo-lhes atenções e trocados ou surrupiando-lhes carteiras, sacolas, bolsas e dinheiro. Os pivetes, os gatunos e os batedores de carteiras proliferam. Quando em quando, suas trampolinagens pulam para as primeiras páginas dos jornais – dão falsos sinais de alarma, assaltam, deixam mulheres sem roupa, atiram nos que resistem. (ANTÔNIO, 1975, p. 27)

“Pingentes”, texto que já comentamos anteriormente, entre outras coisas, é uma denúncia da brutal desigualdade econômica, política e social no Brasil, como podemos ver pelo seu primeiro parágrafo:

Passageiro da Central do Brasil só chega a notícia quando é pingente. E pingente morto, desastrado ou causador de desastres. Fora disso, passageiro da Central não existe. Quando pingente e morto vira alvo até de promoções posteriores do tipo de reeducação do povo em termos social, econômico, político e técnico. Morto o pingente, começa-se a reconhecer que o carioca vive, afinal, numa cidade a refletir a animalização a que chegou o seu homem na simples luta para sobreviver. (ANTÔNIO, 1975, p. 24)

Esses pingentes representariam, de acordo com Ligia Chiappini (2000), a própria forma de ser da massa de excluídos do país.

Conforme pretendemos demonstrar nas análises a seguir, a exclusão social se faz notar pela própria maneira como as personagens de João Antônio vivem a experiência da infância, em textos como “Frio”, “O Meninão do Caixote”, “Malagueta, Perus e Bacanaço”, “Paulinho Perna Torta” e “Mariazinha Tiro a Esmo”.

Bastante diversas, as narrativas guardam um elemento comum entre si: relatam uma experiência de afastamento das experiências infantis em função das demandas da vida adulta, ou seja, da experiência da infância ocupada com brincadeiras e livre de obrigações ligadas à subsistência, atividades próprias da vida dos adultos. Nas narrativas em questão, essas crianças estão afastadas dos pais, especialmente do pai biológico, que é compensado por uma figura substituta, que aparentemente preenche requisitos da função paterna, por possuir alguns de seus símbolos emblemáticos: como esperteza, iniciativa, ousadia e virilidade.

Essas personagens, por outro lado, perdem sua legitimidade como figuras paternas, ao se colocarem numa posição ambígua na relação com a criança ou com o adolescente: são adultos que, por um lado, oferecem uma relação de aparente horizontalidade com os mais novos, liberando-os de proibições e maçadas da rotina, próprias da vida regrada dos “otários”.

O declínio da figura paterna, conforme observa Marinina Benevides, partindo de Adorno e Horkheimer, é decisivo na constituição da família moderna.

Afirma a autora:

Adorno e Horkheimer (1981) reforçam a tese de que a periferia paterna implica sérias consequências para a coesão e adaptabilidade da família às exigências que lhes são impostas. Para eles, a delinquência pode ser explicada em função da representação de pai. Entendem que a família vive uma crise, tendo em vista que a função de instrução e educação que lhe foi delegada é cada vez menos cumprida e que o fenômeno da delinquência infantil reforça o estado de crise em que a família se encontra. Segundo o pensamento desses teóricos da Escola de Frankfurt, a família é importante agência socializadora e formadora da personalidade dos indivíduos. No exercício do seu papel conservador e possuindo um elemento de dominação presente na autoridade do pai

sobre os filhos, estes nela aprendem a relação burguesa com autoridade. (BENEVIDES, 2008, p. 112)

Podemos dizer que esse modo de enxergar a família, como tendo um papel decisivo na transmissão de valores e de formação de um modo de pensar a realidade, corresponde, na lógica brasileira, à continuidade do circuito autoritário que José Carlos Garbuglio (1987) e outros autores localizaram na dinâmica de nossa sociedade: a tendência a deslegitimar a vontade do conjunto da população, em preterir os mais vulneráveis e que tiveram, historicamente, menores condições de se constituírem como autênticos cidadãos, com direitos e deveres, numa vivência baseada em pactos, mediadas por instituições e com participação plena de todos. À cultura política estruturada a partir de “golpes pelo alto”, que exclui a maioria da população, corresponde uma tradição familiar marcada pela rigidez das relações, hierarquizadas, e pelo esvaziamento da infância como espaço de imaginação e gestação de futuro. Essa gestação de futuro pode corresponder, no imaginário de um povo, à luta por uma comunidade política autêntica, cujos líderes efetivamente expressem a necessidade e a vontade das majorias, contribuindo para a promoção de sua cidadania.

Garbuglio (1987) registrou enfaticamente a presença do individualismo e da segregação, na literatura de Graciliano Ramos, como análoga à sociedade brasileira:

Chega a impressionar o número de fatores que criam, ajudam a manter ou permitem a separação e o isolamento dentro desse universo. Com facilidade se levantam barreiras a todo tipo de trânsito, em especial na escala social, denotando a presença de um rígido corpo de relações, responsável pela preservação e inalterabilidade do princípio. (GARBUGLIO, p. 366)

A infância, como etapa de formação de valores, é destacada por Garbuglio (1987) como elemento central para entender a dinâmica das relações familiares e também sociais em Graciliano Ramos:

No sentido mais amplo, o espaço educativo compõe o primeiro componente do processo. Impondo formas de segregação, sobretudo no interior das famílias de maiores recursos, faz sentir desde cedo a rigidez hierárquica, que indica nessa sociedade o lugar de cada um, como se uma lei inelutável regesse a vida das pessoas, sem permitir discrepâncias. Esse sistema de coerções é modo comprovado de enfraquecimento das resistências, assim como meio eficaz para imprimir o sinal de classe que define e identifica as pessoas. De acordo com as origens, duas posições se destacam com nitidez. De um lado se podem colocar o patriarcado rural e a pequena burguesia, do outro, a massa anônima, indistinta e constituinte da grande maioria. Em ambas, o mesmo processo sustenta a continuidade e assegura a orientação dos iniciantes pelos caminhos conhecidos e sancionados. (GARBUGLIO, 1987, p. 367)

Assim, as crianças experimentam e apreendem, a partir de sua posição de não-sujeito no interior de famílias organizadas por um rígido senso hierárquico, o autoritarismo da vida social. A plutocracia é ensinada em casa, a partir da lógica patriarcal adultocêntrica, a partir da convivência baseada em modelizações paternas duvidosas, que em vez de promoverem a

liberdade e conduzirem para a autonomia, constituem verdadeiros empecilhos para o desenvolvimento intersubjetivo e da cidadania: é o caso dos “moleques” de João Antônio, que vivem o “rito de passagem” mencionado por Garbuglio (1987) a partir de sua interação com malandros, pessoas que cumprem a função paterna em lugar do pai biológico, que está ausente – seja por morte, abandono ou ausência.

A lógica da competição, do individualismo e da hierarquia também são características das vias informais do capitalismo, como a malandragem, que, a partir da perspectiva melancólica de João Antônio, acaba por revelar sua face trágica e de continuidade da tradição opressora.

Se a ginga, a pompa e a malícia são características desses malandros de João Antônio, a melancolia talvez seja a marca fundamental que o autor lhes imprime, mostrando como nenhum dos dois caminhos – nem a malandragem, nem a submissão à mão de obra superexplorada – é uma via para a dignidade e a satisfação do mínimo necessário.

Conforme aponta Vima Lia Martin, João Antônio apresenta uma

percepção melancólica de que, no Brasil, a exclusão é um dado estruturante da sociedade e, por isso mesmo, dificilmente alterável. (MARTIN, 2008, p. 30)

Isso nos remete às palavras de Garbuglio sobre Graciliano Ramos:

Movendo-se dentro de uma rígida estrutura, a personagem/pessoa tende a permanecer a mesma, no mesmo lugar e com a mesma função de começo a fim, seguindo sem qualquer alteração o caminho já batido pelos seus ascendentes e renunciando o trilha dos sucessores. As ações se definem pela imitação, com gestos copiados dos mais velhos, e aludem a uma situação de inalterabilidade. (GARBUGLIO, 1987, p. 375)

Contrariamente a uma cidadania autêntica, o que constituiu” a formação social brasileira foram a escravidão, transformada mais tarde em trabalho braçal mal remunerado, ou em marginalização social, prática de delitos, malandragem. A população carcerária do Brasil, imensa, confirma essa ideia de não inclusão social, já que o número de presos é maior do que o espaço destinado a eles. A imensa maioria, constituída por afrodescendentes, atesta a experiência do cárcere como análoga à que os escravos viviam nos navios negreiros e nas senzalas. A prática do encarceramento, outro traço de nossa “cultura senhorial” (CHAUI, 1996), está registrada nos textos de Graciliano Ramos e de João Antônio: por exemplo, em “Cadeia” (RAMOS, 2004) e em *Memórias do cárcere* (RAMOS, 1985c) e na seção chamada “Caserna” do livro *Malagueta, Perus e Bacanaço* (ANTÔNIO, 1996).

Vemos aqui exclusão social, perseguição ao pensamento divergente e rigidez da vida militar, ou seja, modos diferentes de encarceramento. E essa palavra, em sentido figurado, é a marca da literatura dos dois autores: os impasses e os “emparedamentos”, como escreveu

Benjamin Abdala Jr. acerca da literatura de Graciliano Ramos (ABADALA JR., 2012, p. 143) estão por toda parte: na ausência da escola (e, quando há escola, na truculência dos professores), no cocorote súbito, na humilhação, na violência física e psicológica, em casa e na rua, nas mãos de malandros ou policiais – de um modo ou de outro, os “menores” dos textos que examinaremos encontram-se em situação de emparedamento ou de impasse.

5.1 “Frio”

O texto, originalmente publicado no volume de contos *Malagueta, Perus e Bacanaço*, em 1963, foi selecionado na reputada antologia *O conto brasileiro contemporâneo*, de Alfredo Bosi, de 1975.

No conto “Frio”, João Antônio apresenta um menino que luta pela própria sobrevivência, servindo como “aviãozinho” do tráfico para seu melhor amigo, um homem velho chamado Paraná, figura ambígua, porque é ao mesmo tempo protetor e explorador do trabalho do garoto, pondo mesmo em risco até sua própria integridade física. O leitor acompanha a caminhada aflita que o pequeno faz a pé pelo centro e subúrbio da cidade, e os devaneios com que busca despistar os seus medos.

Paraná, além de ser malandro experimentado e agir de maneira acolhedora com o menino, era branco:

Pequeno, feio, preto, magrelo. Mas Paraná havia-lhe mostrado todas as virações de um moleque. Por isso ele o adorava. Pena que não saísse da sinuca e da casa daquela Nora, lá na Barra Funda. Tirante o que, Paraná era branco, ensinara-lhe engraxar, tomar conta de carro, lavar carro, se virar vendendo canudo e coisas da cesta de taquara. E até ver horas. (ANTÔNIO, 2004, p. 97)

A sensação térmica intensifica o desconchego do menino, afinal o calor está identificado com a proximidade física. Paraná poderia ser pego, sumir pela cidade, os dois poderiam nunca mais se encontrarem. O menino perderia seu único adulto protetor, poria em risco a própria sobrevivência na selva da cidade.

“Frio” é um recorte, um flagra no cotidiano de um menino que, aparentemente órfão, encontra no “trambiqueiro” uma figura que cumpre a chamada função paterna. Em “Meninão do Caixote”, a figura paterna também aparece como decisiva para a introdução da criança no mundo adulto, via entrada forçada, tornando-se precocemente um trabalhador ou um *virador*, desde cedo procurando dominar as artes do negaceio, do truque, da artimanha ou os ritos mecânicos e ordeiros da rotina dos “otários”.

5.2 Meninão do Caixote

O caso de “Meninão do Caixote” é emblemático com relação à “maturidade forçada” das crianças em razão de seu ingresso precoce no mundo do trabalho. A adultização da infância no caso do Meninão faz que esse substitua o pai ausente por Vitorino, com um processo de entrada na vida adulta - que o afasta da escola e outras atividades próprias da infância assistida – não apenas precoce, mas também veloz; na adolescência o Meninão já aparece como uma “lenda viva”. É para isso que Vitorino o educa, e não de maneira desinteressada: para Vitorino, o Meninão é um investimento, assim como o era para Parará o menino de “Frio”.

Subir num caixote de leite condensado para alcançar a mesa de sinuca e enfrentar, a dinheiro, adultos calejados no jogo, levando sobre eles vantagem, é o que faz o Meninão do Caixote, personagem clássico da galeria de heróis de João Antônio.

O garoto que se vale de uma caixa de madeira para alcançar o mundo dos adultos metaforiza a própria dinâmica da malandragem: cidadãos miúdos que se empetecam para imitar os grã-finos, exagerando nos adornos e andando na ginga, valendo-se do furto e da trapaça miúda para sobreviver.

A imagem do menino sobre o caixote faz-nos pensar também na presença da infância na obra de João Antônio, a partir de seus personagens emblemáticos dessa dinâmica de sobrevivência por meio das vias ilícitas ou tentativas de ascensão social: o protagonista de “Frio”, um menino de dez anos que faz papel de aviãozinho do tráfico; Perus, o adolescente que se alia a malandros mais velhos para tentar o sucesso no jogo de sinuca; Paulinho Perna Torta, que cresce em ambiente de marginalidade e se torna cafetão (ANTÔNIO, 2012); e ainda Mariazinha Tiro a Esmo (ANTÔNIO, 1976), que na infância é abusada pelo padrasto e na adolescência prostitui-se.

Não a malandragem, mas a submissão ao trabalho braçal e mal-remunerado: é esse o sistema de sobrevivência adotado pela maioria esmagadora do povo pobre brasileiro, o qual vive à margem dos direitos básicos, como alimentação de qualidade, saúde e educação. Seja por sua orientação moral, seja pelo medo de atentar contra a ordem, o fato é que o cidadão pobre brasileiro em maioria não adota a criminalidade como forma de sobrevivência ou de ascensão.

De qualquer forma, as personagens de João Antônio vivem profundamente esse dilema entre aceitar a ordem ou se voltar contra ela.

Vima Lia Martin, considerando o conjunto de textos do primeiro livro de estreia de João Antônio, escreveu que:

(...) todos os contos de *Malagueta*, *Perus* e *Bacanaço* são, de alguma maneira, perpassados pela tensão entre norma e conduta. Os protagonistas (...) vivem profundamente as contradições inerentes aos incômodos papéis que ocupam, equilibrando-se para sobreviver num espaço psico-social marcado pela marginalidade. (MARTIN, 2008, p. 159)

A angústia entre virar malandro e ser “otário” pode ser entendida como o dilema estrutural do narrador-protagonista de “Meninão do Caixote”.

Publicado primeiramente em jornal, o conto estreou em livro em 1963, com *Malagueta*, *Perus* e *Bacanaço*. Foi posteriormente traduzido para várias línguas e relançado em diversas antologias do autor paulistano, o qual, como é sabido, tinha o hábito de republicar seus textos.

A história do Meninão do Caixote se situa entre as décadas de 40 e 50 do século XX (Cf. MARTIN, 2008), período do nacional-desenvolvimentismo, marcado pelo investimento na indústria automobilística e a abertura de estradas. A presença do caminhão G.M.C., usado pelo pai do narrador, caminhoneiro, é um dos signos desse momento histórico no texto, momento em que o futuro do Brasil é visto com otimismo.

Com a aceleração da produção de mercadorias e a necessidade de entregá-las de modo ágil, abundam as ofertas de trabalho para motorista de caminhão no país, o que está relacionado também com o *boom* automobilístico.

Uma vez situado o contexto histórico no qual se dão os eventos da narrativa, trataremos agora de alguns de seus aspectos estruturais.

O primeiro deles que gostaríamos de destacar é a separação do texto em trechos, de tamanhos diversos, variando entre “microcapítulos” que têm a extensão de alguns parágrafos e capítulos de umas três páginas. São onze, ao todo.

Outro aspecto que gostaríamos de destacar é a estruturação do tempo da narrativa, que se organiza a partir de uma tripa temporalidade.

O primeiro é o *tempo principal*, que ocupa a maior parte do texto. Esse tempo contém os fatos estruturais do enredo: a trajetória do Meninão do Caixote, desde seu cotidiano de tédio na Lapa, seu primeiro contato com a sinuca, até o momento em que decide largar a jogatina, abandonando o bar Paulistinha e seguindo para casa de mãos dadas com a mãe. É o tempo que consiste no começo, meio e fim da trajetória do Meninão do Caixote como figura pública no “joguinho”, cujo auge pode ser representado pela frase: “Minha vida ferveu”. (ANTÔNIO, 1983, p. 34)

Outro tempo, secundário no plano narrativo, mas muito importante para o sentido geral do conto, é composto pelas reminiscências do narrador sobre a época em que morava na Vila Mariana – *o tempo na Vila Mariana*. Conforme mostraremos mais adiante, trata-se de um tempo idealizado, visto como idílico. Por dizer respeito a uma infância mais tenra da personagem, trata-se de um ponto estratégico para nosso propósito de refletir sobre a infância em João Antônio³².

Por fim, há *o tempo da enunciação*, do qual o narrador conta sua história e do qual resgata suas memórias. Esse tempo está representado no primeiro trecho do conto (de quatro parágrafos), a partir de onde o narrador-protagonista se alicerça para julgar a própria vida, ou pelo menos parte dela, a parte que foi escolhida para ser “passada a limpo”.

Esse passar a limpo, conforme veremos, é iniciado em tom irônico, com a abordagem de Vitorino, um dos personagens mais importantes da narrativa.

O narrador começa a história com a seguinte frase: “Fui o fim de Vitorino”. (ANTÔNIO, 1983, p. 26)

E completa: “Sem Meninão do Caixote, Vitorino não se aguentava”. (ANTÔNIO, 1983, p. 26)

Nesse primeiro capítulo, composto por não mais do que três parágrafos (extensão total entre dez e quinze linhas), o narrador concentra o seu discurso na “desconstrução” ou “rebaixamento” de Vitorino, processo que só pode ser compreendido como tal após a leitura completa do conto, no qual o narrador descreve sua convivência com o malandro Vitorino, malandro que tenta ganhar a vida no “joguinho”. Desde o primeiro dia em que se encontraram, apresenta-o de modo mitificado, quase inumano e ambíguo: atraente e repulsivo ao mesmo tempo – mas de qualquer modo colocado acima das pessoas comuns.

Após declarar-se, entre perverso e orgulhoso, como responsável pela queda do homem, o narrador chega a assumir um tom sarcástico, ao contar que Vitorino chegou a vender maconha e que foi preso por isso:

(...) deu para jogar em cavalos. Não deu sorte, só perdeu, decaiu, se estrepou. Deu também para a maconha, mas a erva deu cadeia. Pegava xadrez, saía, voltava... (ANTÔNIO, 1983, p. 26)

Ao final do capítulo, o tom humorístico cede então espaço para o melancólico:

E assim, o corpo magro de Vitorino foi rodando São Paulo inteirinho. Terminou como tantos outros, curtindo fome quietamente nos bancos dos salões e nos botecos. (ANTÔNIO, 1983, p. 26)

³² A pesquisa que estamos realizando tem caráter comparativo e baseia-se na análise de narrativas de Graciliano Ramos e de João Antônio, a partir do tema da infância, o qual se faz presente na literatura de ambos os autores como forma estratégica de analisarem, criticamente, a sociedade brasileira.

E, com essa imagem decadente de Vitorino, o autor encerra o primeiro capítulo.

Já o segundo traz os acontecimentos principais da narrativa, desenvolvidos em torno da adesão do menino ao jogo de sinuca, quando ocorrem grandes transformações em sua vida, uma espécie de rito iniciático para entrada no universo adulto.

Portanto, diferentemente do modo como Vitorino é caracterizado ao longo de toda a narrativa, neste primeiro capítulo o narrador trata-o como uma figura decaída, empregando um tom de chiste e, em última análise, vingativo.

A partir do segundo capítulo, a narrativa abandona o tempo enunciativo e inicia o longo *flashback*, que ocupa todo o resto do texto.

O estado inicial do protagonista é de tédio e de saudade; tédio de seu cotidiano atual, saudade da Vila Mariana, local onde viveu seus primeiros anos de infância e que acabou se transformando em sua fantasia escapista:

Fiquei pensando nas coisas boas da Vila Mariana. Eram muito boas as coisas da Vila Mariana. (ANTÔNIO, 1983, p. 26)

Certos elementos do cotidiano daquele tempo são apresentados e, dentre eles, destaca-se o principal, seu primo Duda:

Carrinho de rodas de ferro (carrinho de rolimã, como a gente dizia), pelada todas as tardes, papai me levava no caminhão... E eu mais Duda íamos nadar todos os dias na lagoa da estrada de ferro. Todos os dias, eu mais Duda. (ANTÔNIO, 1983, p. 26)

Esse tempo na Vila Mariana é apresentado de modo idealizado e com alegria pueril:

Puxa vida! A gente virava a roupa inteirinha, trepava no barranco e “tchibum” – baque gostoso do corpo na água. Caía aqui, saía lá, quatro-cinco metros adiante. (ANTÔNIO, 1996, p. 27)

Já a Lapa, para onde se muda, é descrita negativamente:

Na rua vazia, calada, molhada, só chuva sem jeito. (p. 26)
Agora, na Lapa, numa rua sem graça... (p. 27)

O bairro de tradição industrial é visto pelo menino como um “não-lugar”, o que fica caracterizado por considerações do tipo “rua vazia”, “rua sem graça”, designando um espaço pobre de experiências ou, no mínimo, de possibilidades lúdicas para o seu corpo e imaginação infantis.

Mas a perda da companhia de Duda é a mudança que mais parece pesar sobre o menino, uma vez que, ao lado do primo, talvez até mesmo o marasmo da Lapa pudesse ser superado:

Se Duda estivesse comigo eu não estaria bobeando, olhando a chuva. A gente arrumaria uns botões, eu puxaria o tapete da sala, armaria as traves. Duda, aquele meu primo, é que era meu. Capaz de fazer trinta partidas, perder as trinta, e não havia nada. (ANTÔNIO, 1983, p. 27)

Em tal estado de harmonia, como podemos ver na citação, nem o jogo é propriamente jogo – uma vez que o outro, Duda, não está apto para a disputa e nem representa propriamente rivalidade, pois é capaz de perder a partida para preservar a amizade, em atitude contrária à atividade competitiva:

Capaz de fazer trinta partidas, perder as trinta, e não havia nada. Nem raiva, nem nada. (ANTÔNIO, 1983, p. 27)

Nesse momento, pode-se dizer que o primo se neutraliza como adversário. Ele é quase uma extensão do narrador, de seu desejo: a harmonia da amizade é tamanha, que não há oposição entre eu-outro. Não há jogo, portanto, no sentido da disputa: apenas brincadeira livre, em que o eu se realiza e o outro passa a ser a extensão de seu desejo.

São essas as lembranças de que o menino se nutre em seus devaneios infantis e também as armas com as quais enfrenta a realidade, com novidades que lhe assustam. O narrador vive um luto frente à perda de referências valiosas de outra fase da sua vida, que ele acredita ter deixado na Vila Mariana e com Duda, naquele tempo idílico, no qual não havia disputas.

O narrador descreve sua nova situação, na Lapa:

Agora, na Lapa, numa rua sem graça, papai viajando no seu caminhão, na casa vazia só os pés de mamãe pedalavam na máquina de costura até a noite chegar. E a nova professora do grupo da Lapa? Mandava a gente à pedra, baixava os olhos num livro sobre a mesa. (ANTÔNIO, 2002, p. 27)

É uma amplitude de desvantagens a nova vida na Lapa: o pai está mais distante do que nunca, rodando pelo país meses a fio:

E papai que viajava no seu caminhão, e quando viajava se demorava dois-três meses. (ANTÔNIO, 1983, p. 28)

A vida social do menino é insossa, ao que tudo indica: o menino não comenta sobre a existência de amigos, nem chega a falar sobre os colegas de escola.

Da vida escolar, aliás, o narrador destaca, basicamente, o comportamento hostil da professora. Mais uma adulta que não parece se importar com suas aflições.

O pai, embora admirado pelo menino, está sempre distante, comunicando abandono e desamor, ainda que sua imagem heroica se mantenha – até certa altura, conforme veremos. A mãe, angustiada com a vida instável e solitária que o marido lhe proporciona, não tem escuta para os problemas do menino.

Como caminhoneiro, o pai do protagonista circula por outras regiões do país (o narrador menciona Patos, município do interior paraibano), tendo contato com pessoas e situações diversas. A mãe, em contraste, mantém-se em casa, e é costureira. Ela se mostra incomodada com o comportamento do marido, sua ausência prolongada e seu modo irresponsável de criar

o filho, fazendo o papel clássico (machista) do pai que goza dos bons momentos ao lado da criança mas não é firme na educação, na criação, na lida com o corpo e com os desafios cotidianos (a escola, por exemplo), o que caracteriza uma relação com pouco vínculo, em que o adulto tem a criança como uma espécie de lazer esporádico, formando uma paternidade oscilante que sinaliza para o abandono.

O narrador comenta, a certa altura:

Papai vivia de brincadeira e de caçoada quando estava em casa, e eu o ajudava a caçoar de mamãe, do que ele muito gostava.
(ANTÔNIO, 1983, p. 127)

O pai usa a camaradagem que tem com o filho como estratégia para provocar a esposa, como se os dois, ele e o menino, formassem uma dupla contra a mulher. É visível o desconforto dela em relação a isso:

Mamãe não gostava daquele jeito de papai, jeito de moço folgado, que sai e fica fora o tempo que bem entende. Também não gostava que ele me fizesse todos os gostos, pois, estes ele fazia mesmo. Era só pedir.
(ANTÔNIO, 1983, p. 126)

Esse é o único momento do texto em que os três familiares estão juntos no mesmo ambiente, convivendo.

Mamãe ia aguentando, aguentando, com aquele jeito calmo que tinha. Acabava sempre estourando, perdia a resignação de criatura pequena, baixinha, botava a boca no mundo:
– Dois palermas! Não sei o que ficam fazendo em casa.
(ANTÔNIO, 1983, p. 127)

O narrador não se refere a um caso específico; com o passado imperfeito, sugere uma continuidade de situações semelhantes: “a mãe ia aguentando”, “acabava sempre estourando”, “perdia a resignação”, “botava a boca no mundo”.

Não é a descrição de um fato ou até mesmo de fatos, é a descrição de um funcionamento familiar, de um cruzamento de subjetividades. Nesse cruzamento, o pai seduz o menino, ganha sua amizade, vale-se dela para provocar a esposa, a qual demonstra acumular mágoas do marido e se mostra irritadiça. No modelo opressor patriarcal, o marido pode viajar, cruzar o país, enquanto à mulher cabe aguardar em casa. Quando o marido retorna, sua presença é festejada pelo menino, como um acontecimento excepcional: o menino endeusa o homem, e este, em parte por afeto ao filho, em parte em causa própria, procura fazer-se próximo, abrindo espaço para uma relação falsamente horizontal, isto é, sem poderes fixos. O caráter falso fica evidente quando o pai, assim que precisa ou quer, sai de casa sozinho, sem dar qualquer satisfação.

No trecho abaixo temos uma sequência exemplar da dinâmica afetiva do pai com relação ao filho:

Papai virava-se, achava mais divertido. E sorríamos os dois.
– Ora, o quê! Pajeando a madame.
Eu achava tão engraçado, me assanhava em liberdades não dadas.
– Exatamente.
Então, o chinelo voava. Eu apanhava e papai ficava sério e saía. Ia ver o caminhão, ia ao bar tomar cerveja, conversar, qualquer coisa. Naquele dia não falava mais nem com ela, nem comigo.
(ANTÔNIO, 1983, p. 127)

A brincadeira que o pai faz com o lugar de poder não é, nesse sentido, honesta: o homem seduz o menino para a possibilidade de uma relação mais próxima, mas no fundo, mostra-se unicamente preocupado em garantir a sua própria independência individual, sua posição de não-comprometido ou de não-participante dos problemas da família. Afinal de contas, quando “o chinelo voava”, o pai, em silêncio, simplesmente saía de casa.

Os atritos entre o pai e a mãe afetam diretamente a criança, que é obrigada a viver em meio ao fogo cruzado de uma relação agressiva, sofrendo com a ausência do pai e com a hostilidade da mãe. Então, o círculo em que se encontra o menino no primeiro estágio da narrativa – sem amigos, com pai ausente, e mãe e professora hostis, com saudades do passado idílico – é ameaçado. Isso acontece quando o menino entra pela primeira vez no bar Paulistinha, conhece a sinuca e tem seu primeiro contato com Vitorino.

É importante chamar a atenção para esses momentos que antecedem a chegada do menino ao Paulistinha.

Tudo começa com um pedido da mãe: “Menino, vai buscar o leite”. (ANTÔNIO, 1983, p. 29)

O menino, com preguiça, resiste: “Mas está chovendo”... (ANTÔNIO, 1983, p. 29)

A mãe reage com rispidez. O menino obedece prontamente, mas lamenta consigo mesmo: “Mamãe nervosa comigo, por que sempre nervosa? Quando papai não estava, os nervos de mamãe ferviam. Tão boa sem aqueles nervos...” (ANTÔNIO, 1983, p. 29)

Mais uma vez o narrador chama a atenção para a influência negativa dos conflitos do casal sobre o bem-estar de seu filho.

No entanto, em meio à hostilidade e à sensaboria cotidiana, a imaginação do garoto se fixa em alguns signos, os quais lhe servem de consolo: “eu pensava num G.M.C. carro-tanque e no boné de couro de papai”. (ANTÔNIO, 1983, p. 29)

Essas duas imagens – “o carro-tanque” e “o boné de couro de papai” – são símbolos de virilidade que metaforizam o lugar de poder do adulto masculino, lugar que o menino ambiciona para si. Seu pai, embora distante, é ainda a figura que representa a segurança masculina.

O menino é interrompido pela mãe exatamente no momento em que desfilam por sua mente essas imagens. Ou seja, ele é subitamente trazido de volta à realidade, “acordado” pela mãe para comprar leite exatamente no momento em que sua mente se ocupa de memórias agradáveis e de segurança emocional vinculadas ao pai. O narrador coloca um fato ligado ao outro: no momento exato em que precisa apagar as imagens positivas do pai como protetor e figura modelar, o menino recebe a ordem de ir buscar leite e, não o encontrando no comércio de costume, vê-se obrigado a seguir para o Paulistinha.

O bar é referido, logo a princípio, misteriosamente, como local onde o menino “nunca havia entrado”. (ANTÔNIO, 1983, p. 29)

O narrador faz certo suspense para contar os fatos, destacando a brincadeira que o garoto faz com a lama que encontra pelo seu caminho: “Na rua brinquei, com a lama brinquei. O tênis pisava na água, pisava no barro, pisava na água, pisava no barro, pisava na água, pisava no barro, pisava...” (ANTÔNIO, 1983, p. 29)

Mas a intenção do narrador não é apenas criar suspense; é adicionar referências infantis nesse momento da narrativa, de modo a contrastá-las com uma nova fase que se inicia na vida da personagem a partir do momento em que pisará no Paulistinha, no qual iniciará sua conversão, de menino de família para o Meninão do Caixote, o lendário jogador de sinuca.

A produção do suspense, no entanto, também é perceptível: “pararam os pés no pedal”, “parei o passeio no dedo da cartografia”. (ANTÔNIO, 1983, p. 29) A chuva é insistente e o pedido da mãe parece despropositado. Mas os “nervos dela ferviam”. (ANTÔNIO, 1983, p. 29) Além do quê, na situação o menino se mostra cheio de medo:

Tão boa sem aqueles nervos... Sem eles não era preciso que eu ficasse encabulado, medroso, evitando irritá-la ainda mais, catando as palavras, delicado, tateando. Ficava boçal, como quando ia limpar a fruteira de vidro da sala de jantar, aquele medo de melindrar, estragar o que estava inteiro e se faltasse um pedaço já não prestaria mais. (ANTÔNIO, 1983, p. 29)

Em nenhum outro momento da narrativa o menino expressa tanto receio em lidar com a mãe. E isso, queremos enfatizar, ocorre instantes antes da primeira entrada do menino no bar Paulistinha.

O texto, então, oferece, nesse momento, um claro contraste entre as duas fases do menino: 1) aquela em que tem a família como parâmetro de valores; o pai, como pessoa do mesmo gênero, é a figura de referência central de adulto – os símbolos que o menino valoriza são metonímias do pai: seu carro, seu boné de couro; 2) o momento em que Vitorino preenche as lacunas de afeto e atenção que o pai ausente não pode preencher, passando a ocupar o lugar do pai como modelo de conduta masculina e adulta.

As instituições da família e da escola, como sabemos, dizem respeito à norma de vida burguesa. São instâncias que ocupam o “polo da ordem” (MARTIN, 2002, 131). A adesão do menino à jogatina corresponderá à passagem ao polo oposto, onde está o caminho da marginalidade, e da construção de uma persona social, o Meninão do Caixote, que o próprio menino não sabia existir.

Na chegada ao Paulistinha, surgem novos elementos de suspense e mistério: “Quando entrei, a chuvinha renitente engrossou, trovão, trovão, um traço rápido cor de ouro lá no céu”. (ANTÔNIO, 1983, p. 30)

Desde a irritação extra da mãe até a chuva torrencial, que obriga o menino a esperar no Paulistinha, são todos elementos que conferem um caráter de inevitabilidade para a situação: como se “o destino” tivesse se encarregado de levar a personagem para fora do polo da ordem.

A inevitabilidade, no entanto, é ilusória, sabemos: a palavra “destino” é a forma encobridora da desigualdade por excelência. É dentro dessa estrutura, humanamente constituída, que o garoto forma sua subjetividade.

Enquanto espera no Paulistinha, ele toma contato, acidentalmente, com o ambiente de jogo. E a figura de Vitorino, correspondendo à atmosfera que envolve o episódio, aparece envolta em mistério:

No Paulistinha havia sinuca e só então eu notei. Pedi uma beirada no banco em volta da mesa, ajeitei o litro de leite entre as pernas.

– Posso espiar um pouco?

Um homem feio, muito branco, mas amarelado ou esbranquiçado, eu não discernia, um homem de chapéu e de olhos sombreados, os olhos lá no fundo da cara, braços finos, tão finos, se chegou para o canto e largou um sorriso aberto:

– Mas é claro, garotão!

Fiquei sem graça. Para mim, moleque afeito às surras, aos xingamentos leves e pesados que um moleque recebe, aquela amabilidade me pareceu muita. (ANTÔNIO, 1983, p. 30)

Já na primeira vez em que se dirige ao menino, como vemos, Vitorino utiliza de seu poder de fala, sua “charla macia” (ANTÔNIO, 1983, p. 36) para fazer com que o recém-chegado se sinta acolhido no ambiente. É uma expressão evidente de sua intenção principal para com ele: a de adotá-lo como parceiro de jogo.

O tratamento “garotão”, que lisonjeia o garoto, tem o objetivo de seduzir. Notemos que “garotão” antecipa o codinome antológico “meninão”, e tem o mesmo efeito simpático e jovial.

A fala de Vitorino, aliás, é um dos elementos de grande sedução, como vemos o narrador destacar nesta passagem: “Aquela fala diferente mandava como nunca vi. Picou-me aquela fala”. (ANTÔNIO, 1983, p. 31)

O verbo “picar” expressa o forte poder que têm as palavras de Vitorino sobre o menino, como se elas o perfurassem. Este se vê extasiado com a figura daquele: “Um interesse pontudo pelo homem dos olhos sombreados. Pontudo, definitivo”. (ANTÔNIO, 1983, p. 31)

Ainda que não propriamente erótica, a atração que o homem exerce sobre o menino é evidente. Mesmo definindo-o como feio, tem um verdadeiro fascínio por ele.

Desse a primeira visita ao Paulistinha, o garoto observa que o “joguinho” envolve dinheiro.

Termina o segundo capítulo do texto e no terceiro, logo no início, o narrador descreve as suas experiências de frequentador assíduo do Paulistinha, como uma espécie de *voyeur* da sinuca:

Depois das cortinas, a boca do inferno ou a bigorna, gramado, campo, salão... Era isso o Paulistinha.

As tardes e os domingos no canto do banco espiando a sinuca. Ali, ficar quieto, no meu canto, como era bom! (ANTÔNIO, 1983, p. 32)

Essa ainda é a fase de “namoro” com a sinuca.

O capítulo quarto, com dois parágrafos apenas, traz essa declaração cabal do narrador: “Para mim, Vitorino abria uma dimensão nova”. (ANTÔNIO, 1983, p. 32)

No último parágrafo, de apenas uma oração, o narrador informa: “Um dia peguei no taco”. (ANTÔNIO, 1983, p. 32)

No capítulo seguinte, o narrador conta como se transformou em um hábil jogador de sinuca, tendo Vitorino como tutor: “Joguei, joguei muito, levado pela mão de Vitorino, joguei demais”. (ANTÔNIO, 1983, p. 33)

O fato de ser uma criança – e aparentar inocência e inexperiência –, “jogava sem medo” (ANTÔNIO, 1983, p. 33), com desenvoltura, fazia com que evoluísse rápido. Em pouco tempo se mostrou um hábil jogador. Para compensar a estatura baixa – “Eu era baixinho como mamãe” (ANTÔNIO, 1983, p. 33) –, Vitorino arruma-lhe um caixote de leite condensado.

O menino tinha um jogo próprio, que envolvia e enganava os adversários, levando-os a derrotas surpreendentes: “Porque não se mostrasse, meu jogo iludia, confundia, desnorteava”. (ANTÔNIO, 1983, p. 33)

Por essa época recebeu o apelido “Meninão do Caixote”, o qual rodou muitos bairros, ganhou fama, porque, por onde passava, impressionava com seu jogo certeiro.

Conforme o narrador informa, nessa época, quando sua fama está perto do auge, o Meninão não passava de “menino, não tinha quinze anos” (ANTÔNIO, 1983, p. 33)

Pelo que pudemos apreender do enredo, alguns anos se passam entre a primeira entrada do garoto no Paulistinha e esse momento em que já é conhecido pelos bairros. Esse tempo

corresponde, mais ou menos, à saída da pré-adolescência para a adolescência propriamente dita.

A saudade do *tempo na Vila Mariana*, a essa altura – com Duda e as brincadeiras em que “não havia nada” –, desaparece. O apreço pelos signos de virilidade relacionados ao pai, igualmente, desaparece. Nesse momento, de fato a infância foi deixada para trás. Não há espaço para o tédio do cotidiano, uma vez que a vida – “Minha vida ferveu” (ANTÔNIO, 1983, p. 34) – passa a ser uma euforia constante.

Prossegue a ascensão do jogador-mirim, que continua a fazer fama pelas mesas da cidade:

Nas rodas do joguinho, nas curriolas, apareceu uma frase de peso, que tudo dizia e muito me considerava.
– Este cara tá embocando que nem Meninão do Caixote. (ANTÔNIO, 1983, p. 35)

Um outro divisor de águas na vida do menino foi seu contato com “a primeira mina” (ANTÔNIO, 1983, p. 34), outro elemento marcador de sua passagem para a vida adulta.

Por esse tempo o Meninão enfrentou adversários de peso, e circulou por muitos bairros para topar páreos duros: “Combati, topei paradas duras. Combati (...) com os maiores tacos do tempo, nas piores mesas do subúrbio, combati e ganhei”. (ANTÔNIO, 1983, p. 35)

Triunfa, e obviamente fica orgulhoso e realizado, feliz consigo mesmo. Se o mundo da ordem lhe fechou as portas, é no submundo da atividade ilícita que o menino encontra atenção, louvor, admiração. É apenas nesse mundo que experimenta prazer e alegria, embora, veremos a seguir, por pouco tempo.

Afinal o Meninão não tem, o que deve ser bem assinalado, nenhuma criatura que escute ou acolha suas dores. Essa ausência faz-nos pensar na situação geral de crianças pobres brasileiras que, muitas vezes vivendo em situação de maior precariedade e vulnerabilidade que o protagonista do conto, não encontram interlocutores com quem compartilhar suas aflições e dificuldades.

Voltando ao momento de glória, por essa época o menino mal via o pai, que continuava em suas viagens de longa duração. A mãe, de temor, passa a receber piedade do menino, que vive procurando se esconder dela, envergonhado, cheio de culpa e de dó:

Mamãe me via chegar e às vezes fingia não ver. Depois, de mansinho, eu me deitava. E depois vinha ela e eu fingia dormir. Ela sabia que eu não estava dormindo. Mas mamãe me ajeitava as cobertas e aquilo bulia comigo. Porque ia para o seu canto, chorosa. (ANTÔNIO, 1983, p. 37)

Mamãe, coitadinha. (ANTÔNIO, 1983, p. 37)

Os trechos fazem-nos pensar, entre outros aspectos, na sensação de impotência e vergonha da mãe, que, ciente das ações do filho, não era forte o suficiente para se contrapor às escolhas dele, embora, por outro lado, envergonhe-se delas. Por isso sua opção é o silêncio.

No trecho equivalente ao capítulo 9, o narrador declara que inúmeras vezes procurou abandonar a vida do “joguinho”, mas sem obter sucesso. A decisão durava pouco, logo cedia à “tentação” do jogo:

Larguei uma, larguei duas, larguei muitas vezes o joguinho.
Entrava nos eixos. No colégio melhorava, tornava-me outro (...)
(ANTÔNIO, 1983, p. 37)

O sujeito que portava a mensagem da tentação, como uma figura diabólica, era Vitorino:

Vitorino arrumava um jogo bom, me vinha buscar. Eu desguiando, desguiando, resistia. Ele dando em cima. Se papai estava fora, eu acabava na mesa. (ANTÔNIO, 1983, p. 37)

Fica evidente a relação entre descuido ou ausência paterna e adesão do rapaz à jogatina.

Por esse tempo, o Meninão encara um dos tacos mais respeitados do submundo: Tiririca. O Meninão vence, mas Tiririca quer a forra. O protagonista, que a essa altura “não queria mais nada” (ANTÔNIO, 1983, p. 38), procura a todo custo evitar Vitorino, inutilmente:

Do lado de lá da rua, em frente ao colégio, Vitorino estava parado. Passavam ônibus, crianças, passavam mulheres, bondes, Vitorino ficava. Dois meses sem vê-lo e ele era o mesmo. Eu lhe explicaria bem devagar que não queria mais nada com o joguinho. As coisas passavam de novo. Vitorino ficava, ficava, ficava. (ANTÔNIO, 1983, p. 39)

O episódio é explícito com relação aos dois caminhos existentes para o adolescente e chama a atenção para a persistência de Vitorino. Enquanto pai e mãe se ausentam, ele está presente, com sua “charla macia”, seduzindo. Vitorino passa, de parceiro, a patrão. Todo o processo de ascensão do menino é devidamente gerenciado pelo homem, que é empresário do jogador. O que ele faz é lutar com todas forças que tem – sua fala persuasiva, seus gestos amigáveis, seu modo perfeito de convencer o menino a querer brilhar novamente numa grande partida.

No trecho de número 11, último do conto, narra-se a peleja antológica: o Meninão do Caixote enfrenta Tiririca, para realizarem a desforra. Com contornos dramáticos, levando os jogadores à extenuação, a partida é vencida pelo mais jovem.

Então vem o clímax da narrativa: ao final do jogo, nosso herói, exaurido de cansaço, nota uma presença no salão: “Vinha chorosa de fazer dó, mamãe surgindo na cortina verde, vinha miudinha, encolhida, trazendo uma marmita”. (ANTÔNIO, 1983, p. 42)

E a figura da mãe, humílima, contrastada com o ambiente de jogatina e ações interesseiras, traições, explorações, vaidades, gera uma angústia incontrolável no rapaz, que, numa espécie de *catarse*, tem a atitude sincera e ao mesmo tempo infantil de chorar.

Está óbvio que a mulher não está ali para julgar o filho, mas para deixar claro que ele pode contar com a ajuda dela, seja qual for sua escolha.

A presença da mãe suscita e ao mesmo tempo viabiliza a *catarse* do adolescente. Sua presença tem impacto sobre o comportamento do menino, que já estava convencido a abandonar a sinuca – faltava-lhe força para resistir à “charla macia” de Vitorino.

E esse ponto nos leva a uma indagação que acreditamos ser importante apresentar a respeito da narrativa. Se o menino abandonou a jogatina e aderiu ao “polo da ordem”, por que razão o narrador nos oculta completamente o interregno de sua vida, entre os quinze anos de idade, quando supostamente abandonou a jogatina, e o *tempo da enunciação*?

Nossa hipótese é que João Antônio tenha deixado essa questão em aberto. Ela pode ser formulada da seguinte maneira: se nenhum dos dois polos contenta o menino, qual será o seu futuro?

A vida do narrador, *no tempo da enunciação*, está paralisada na ideia de uma infância que, não sendo vista e atendida como tal, não se efetiva e, por isso mesmo – por não atingir o termo de um processo de maturação (para o que se pressupõe um mínimo de atenção e cuidado) – não pode ser superada.

À questão que João Antônio deixa em aberto – *qual foi o futuro do Meninão do Caixote?* – não cabe a nós aqui responder.

5.3 “Malagueta, Perus e Bacanaço”

A história singular da composição e publicação do livro *Malagueta, Perus e Bacanaço*, e não apenas o texto homônimo, é conhecida dos biógrafos e dos estudiosos do autor.

Nas palavras de Rodrigo Lacerda:

(...) no fatídico dia 12 de agosto de 1960, um incêndio destruiu, completamente, a casa dos Ferreira. Não sobrou nada. Foram-se todos os pertences da família, os móveis, as roupas, o bandolim feito por Romeu di Giorgio, a coleção de *O Crisol*, e, pior que tudo, foram-se os originais de todos os contos de João Antônio, inclusive do inédito “Malagueta, Perus e Bacanaço”. (LACERDA, 2006, p. 117)

Lacerda comenta, então, sobre o processo vivido pelo autor em busca da recuperação de seus escritos:

A perda dos originais do livro e do conto “Malagueta, Perus e Bacanaço” leva o jovem escritor ao desespero. Um dos amigos que o incentivou a reescrevê-los foi o poeta,

jornalista e editor Mário da Silva Brito. Não se sabe ao certo como os dois haviam se conhecido, mas tudo indica que por meio dos contos enviados por João Antônio, durante os anos de 1958 e 1959, ao jornal *Estado de São Paulo*, onde Mário da Silva Brito era um dos colaboradores. Tendo nascido em 1916, Silva Brito era quase vinte anos mais velho que João Antônio, e ao que se percebe nas cartas e na interpretação dos fatos, tornou-se, por admiração sincera ao talento do jovem escritor, e tendo em vista as dificuldades com que se defrontava, uma espécie de conselheiro e protetor.

Graças aos incentivos de Silva Brito, João Antônio retomou a escrita de “Malagueta, Perus e Bacanaço” e publicou aquele que seria um dos textos mais destacados de sua obra.

Diferentemente dos outros do autor trabalhados aqui, nesse caso o personagem mais jovem não é o protagonista exclusivo da história, mas é sobre ele que recairão nossos comentários.

Perus é apresentado como menino em sua primeira aparição: “Bacanaço se levantou, estirou uma nota ao menino”. (ANTÔNIO, 2004, p. 149)

Já no primeiro capítulo, percebemos a relação ambígua que existe entre os dois. São parceiros e se complementam, conforme indicam frases como esta: “Um, o martelo; o outro era o cabo”. (ANTÔNIO, 2004, p. 150)

Mas o senso hierárquico das relações, já observado nas narrativas de Graciliano Ramos e João Antônio estudadas até aqui, predomina, conforme podemos notar na seguinte passagem, já no início:

Contava Bacanaço que sabia muito bem das coisinhas da façanha. O menino Perus também sabia. Mas era um menino diante de Bacanaço e por isso ouvia quieto, só meneando a cabeça e de acordo com tudo. Para final – Bacanaço era taco melhor, jogando maduro, ladino perigoso da caixeta, do baralho e da sinuca, moreno vistoso e mandão, malandro de mulheres. (ANTÔNIO, 2004, p. 154)

A ambiguidade fica explícita de uma vez nesta passagem: “Andar com Bacanaço, seguilo, ouvi-lo, servi-lo, fazer parceria, era negócio bom”. (ANTÔNIO, 2004, p. 154 – grifo nosso) Perus segue os passos de Bacanaço, toma-o por modelo, tendo-o, portanto, como referência paterna. É o que fica claro nos dois primeiros verbos em destaque: “seguir” e “ouvir”.

Já o terceiro verbo – “servi-lo” – adiciona um conteúdo hierárquico que não diz respeito à ideia do adulto como cuidador ou responsável pelo mais novo, mas nos devolve ao senso hierárquico estabelecido, ao adultocentrismo.

Acrescentemos ao tema do adultocentrismo a relação singular que essas figuras de adultos malandros oferecem às crianças ou adolescentes que lhes têm como modelos masculinos e chegaremos a um dos elementos centrais do que, para nós, constitui o lugar das crianças nas narrativas de João Antônio: ao menos nos textos que até aqui examinamos, a infância é vista, negativamente, como fase a ser superada. As exigências impostas para que pertençam ao mundo dos malandros, segundo a “ética da malandragem” (MARTIN, 2008), são

todas ligadas à superação da condição de “criança”, que é quase sinônimo de “otário”: a coragem, a valentia, a picardia e esperteza são códigos usados por adultos calejados pela marginalização social, que têm na malandragem a possibilidade de reverter sua condição de trabalhador explorado (otário), embora se mostrem, sistematicamente, em João Antônio, fracassados. Isso porque, dentro da lógica “da desconstrução da malandragem” (ZILLY, 2000), João Antônio, apesar de corroborar parcialmente a visão majestática do malandro, apresenta seu reverso trágico, o qual é conclusivo nas narrativas.

Conforme Vima Lia Martin:

A despeito de um certo mito nacional dos heróis malandros que sempre se dão bem e confirmam um modo de sobrevivência bem sucedida no campo da informalidade, fora do espectro da norma e da lei burguesas, as (des)venturas vividas pelos malandros recriados pelo escritor paulistano não são acompanhadas pelo riso e pela bonomia que costumam caracterizar as peripécias típicas da malandragem. (MARTIN, 2008, p. 157)

Esses adultos são as figuras paternas que ocupam o vazio, físico e emocional, dos pais biológicos e das figuras paternas familiares.

No caso do conto “Frio”, Vima Lia Martin comentou:

A função paterna é (...) cumprida pelo malandro que ensina ao menino como enfrentar a vida, orientando-o e aconselhando-o inclusive a partir de sua própria história. Quando Paraná ganhava dinheiro na sinuca, por exemplo, impedia o seu protegido de engraxar e os dois celebravam a vitória juntos, estreitando sua amizade. (MARTIN, 2008, p. 116)

Mas a autora observa também a ambiguidade desses adultos malandros: exercem camaradagem por um lado e exploração por outro. Segundo ela, “exploração e proteção, dureza e afeto misturam-se na relação do malandro com seu aprendiz. (...) o adulto impele a criança à malandragem, abreviando-lhe a infância (...)” (MARTIN, 2008, p. 157)

São adultos responsáveis pelo tal “rito iniciático” (GARBUGLIO, 1987) dos meninos, que corresponde, em muitos aspectos, à entrada precoce no mercado de trabalho, uma vez que – ilícito ou aparentemente mais “livre” – trata-se, de qualquer modo, de *trabalho*, no sentido de sustento e responsabilização pela própria sobrevivência.

No processo de “conversão à malandragem”, os “menores” de João Antônio precisam comprovar que possuem determinadas características, tais como a esperteza, o sangue-frio ou até a crueldade. Só com o domínio das “virações”, das jogatinas, da picardia, enfim, seria possível ser respeitado. Com sorte temido.

A ideia de se tornar celebridade, de formar legendas em torno de si, é o objetivo final de todo malandro: “Destino de malandro é virar lenda”, conforme Bruno Zeni escreveu.

De modo análogo ao que vimos nos textos de Graciliano Ramos, em João Antônio encontramos a dinâmica da opressão social refletida na familiar. Conforme observou Bruno Zeni:

O universo da família, tão importante nos textos de “Contos gerais”, foi deslocado do centro da ação narrada para uma área de menor destaque (a volta ao ambiente doméstico e a reconciliação familiar vividas pelos protagonistas dos primeiros contos não estão no horizonte dos personagens de “Malagueta, Perus e Bacanaço”). Apesar de o universo da família ser apenas aludido em “Malagueta, Perus e Bacanaço”, as relações verticais de autoridade são mantidas. Podemos, assim, averiguar como a malandragem e o alargamento social que marca esse conto é, na verdade, uma consequência e um desdobramento do esquema familiar que se anunciava nos contos iniciais do autor. Desse modo, família e malandragem mantêm uma relação de correspondência, compondo também o jogo de disfarce e dissimulação necessários para sobreviver na situação que o conto narra. (ZENI, 2016, p. 216)

A valentia e a esperteza de Bacanaço seduzem o rapaz, que, conforme se vê abaixo, demonstra certa subserviência em relação ao mais velho:

Era quem primeiro cantava de galo. Bacanaço não olhava na cara dos desconhecidos. Impunha-se-lhes oprimindo, apequenando. Mandava primeiro, uma ruga nas sobrancelhas, sempre abespinhado. Desses que quando a conversa não interessa vão mandando para a casa do diabo. E se houver reaproximação já batem, já xingam, já correm o pé, dão cabeçada, deixam o sujeito estirado na calçada. Agora, se gostasse, gostava. Era igual, amigão. Ninguém botasse a mão em amigo seu. Porque seria como mexer com sua cara ou bulir com amiga sua. Assim era Bacanaço com o menino Perus. E por isso o menino o admirava. (ANTÔNIO, 1996, p. 154 – grifos nossos)

O narrador destaca a postura prepotente e o temperamento agressivo de Bacanaço, o modo como esse personagem se impõe, entre os dois outros comparsas, como líder. Também é importante, sem dúvida alguma, o fato de que o bando só pôde empreender sua peregrinação noite adentro, atrás de uma boa vitória – que seria a forma de devolver a honra e recompensar, financeira e moralmente, a “noite perdida” – porque Bacanaço tornou isso possível, empenhando seu relógio, conforme veremos.

Esse é um momento oportuno para reforçar a importância que tem, nos contos de João Antônio, a perambulação das crianças e jovens, em contraste com o ambiente doméstico que predomina em Graciliano Ramos, tanto para os “infelizes” de *Vidas secas* quanto para as famílias remediadas de “Minsk” e *Infância*.

Em “Frio”, a perambulação, em forma de itinerário pré-estabelecido, tem papel central na narrativa: focalizando o deslocamento do menino pelas ruas, o narrador “adentra os seus pensamentos e podemos então conhecer um pouco de seu cotidiano, de suas carências e de suas fantasias”. (MARTIN, 2008, p. 115)

Como pudemos observar, em “Meninão do caixote”, os bares, também uma zona de marginalidade, são mais importantes do que as ruas. Mas em “Malagueta, Perus e Bacanaço”

(a exemplo de “Paulinho Perna Torta” e em “Mariazinha Tiro a Esmo”, o que procuraremos demonstrar adiante) as ruas predominam.

Retornando a “Malagueta, Perus e Bacanaço”, nele encontramos uma rígida relação hierárquica, quase naturalizada entre os parceiros de jogo; a rigidez observada nos textos de Graciliano Ramos, por meio do adultocentrismo ou da relação escravocrata propriamente dita, reaparece sob a aparência da negação da ordem, representada pelo malandro.

O que tentamos mostrar é que, apesar da diferença espaço-temporal – pequenas cidades e vilas do Nordeste da virada do século XIX, em Graciliano Ramos, e bairros industriais e comerciais, avenidas do centro de São Paulo, favelas do Rio de Janeiro, nas décadas de 1950 até 1970, no caso de João Antônio –, encontramos, nos dois autores, situações próprias da tradição de violência e exclusão social que caracterizam a sociedade brasileira.

O lugar de poder ocupado por Bacanaço enuncia-se no seu próprio apelido: equivalente a “bacanaço”, ideia expressa pelo sufixo *-aço*, marcador de intensidade e de aumentativo.

A hierarquia das relações está também determinada por fatores materiais: o dinheiro, ou, na falta dele, um objeto de valor, o relógio Movado de Bacanaço, o qual, vendido a um motorista conhecido do malandro, possibilitou a jornada do trio noite adentro, em busca da partida gloriosa, como dissemos, um modo de compensar o investimento empreendido: “Empenhar-se-ia o Movado a Cornélio, motorista de praça da rua do cinema, camarada de Bacanaço. Por baixo, baixo, renderia quinhentos cruzeiros. Uma quina. O de que precisavam”. (ANTÔNIO, 2004, p. 163)

E essa era a possibilidade de se lançarem pela noite da cidade atrás do jogo, o jogo bom, aquele em que triunfariam como parceiros, garantindo não apenas a sobrevivência, mas um sentimento de orgulho, ainda que pequeno. Seguiam animados, “afiados como piranhas”.

Assim afirma o narrador:

O Movado para Cornélio e uma quina para Bacanaço. E os três iriam firmes, à grande e de enfiada E os três iriam firmes, à grande e de enfiada, afiados como piranhas. Bacanaço chefiando. Vasculhariam todos os muquinfos, rodariam Água Branca, Pompeia, Pinheiros, Mooca, Penha, Limão, Tucuruvi, Osasco... Rodariam a se atirariam e iriam lá. Três tacos, direitinhos como relógios, levantariam no fogo do jogo um tufo de dinheiro. Tinham a noite e a madrugada. Virariam São Paulo de pernas para o ar. (ANTÔNIO, 2004, p. 163)

A empreitada envolve os três, unindo-os em torno de uma mesma causa.

Como nosso foco é observar o personagem Perus, retomemos aqui o modo como o narrador o apresenta: “(...) ele com dezenove anos de idade, morador em Perus com a tia, donde lhe veio o apelido... (ANTÔNIO, 2004, p. 159).

Após essas brevíssimas referências a respeito do rapaz, o narrador acrescenta:

(...) mas a tia tem um amásio e isto entorta tudo, porque o homem e ele se atacam muitas vezes. Grudam-se, se socam, rebolam como bichos, que a coisa ali por bem não vai. Por uma e outra se atacam os dois. Por causa dos muitos porres do amásio da tia e da vida errada do menino. (ANTÔNIO, 2004, p. 159)

Tendo em vista a péssima relação que estabelecia com a figura de um adulto do sexo masculino e, em certo sentido, com a ideia de paternidade, Perus faz o mesmo movimento que vimos até aqui detectando nas personagens infantis de João Antônio: vimos, em “Frio” e em “Meninão do Caixote”, que, à ausência do pai biológico, corresponde a presença de um pai substituto, o qual exerce função de mestre.

Como Paraná (no caso de “Frio”) e Vitorino (no caso de “Meninão do Caixote”), Bacanaço será o mestre de Perus.

O narrador destaca a qualidade deste último como jogador: “O menino Perus que tem seu lugar de taco, confiança de alguns padrões de jogo caro, devido à habilidade que na sinuca logrou desenvolver nas difíceis bolas finas, colocadas em diagonal na mesa”. (ANTÔNIO, 2004, p. 159)

Essas habilidades do menino, como no caso do Meninão do Caixote, podem ser consideradas o passaporte para a vida adulta, pois a esperteza, a picardia, são a força de trabalho que o malandro tem a oferecer.

São essas habilidades, de malandros precoces, que os adultos malandros admiram nesses personagens infantis. Essa admiração, por ser genuína, cativa esses “menores”, engendrando um vínculo afetivo real entre adulto e criança, como Vima Martin observou, a respeito de “Frio”, um vínculo em que “exploração e proteção, dureza e afeto misturam-se”. (MARTIN, 2008, p. 157)

Se as personagens infantis de Graciliano Ramos vivem a violência física e psicológica de adultos que as veem como “crianças-estorvos”, as de João Antônio são aquelas a quem é sonogada a tutela, ou seja, a responsabilidade adulta pela sua sobrevivência. Entre as personagens de Graciliano Ramos, conforme vimos, o moleque José constitui um caso à parte: diferentemente dos personagens pequeno-burgueses dos textos do autor alagoano, estamos diante de um descendente direto da escravidão.

Em *Infância* temos também a personagem da moleca Maria, que, embora menos importante para pensarmos a formação do narrador-autor, é um dos incontáveis casos de crianças negras, filhas ou netas de escravos, criaturas que desde a tenra infância são exploradas pelo trabalho braçal a favor das famílias brancas, minimamente remediadas ou das classes médias nordestinas.

Certas passagens que descrevem a moleca Maria – como aquelas que vimos envolvendo o Moleque José – constituem, segundo nosso entendimento, registros fundamentais para se pensar o desenvolvimento da sociedade brasileira a partir dessa orientação hierárquica que, nas palavras de Garbuglio (1987), “isolam” as criaturas e as mantêm separadas pela possibilidade ou pela prática efetiva da violência.

O livro *Infância*, que pode ser visto como crônicas do cotidiano violento dos anos logo após a Abolição, traz retratos antológicos, para a história nacional, sobre a exploração do povo negro, conforme podemos ver no trecho abaixo, em que o narrador, comentando sobre a religiosidade superficial do avô, narra o seguinte:

A religião de meu avô era segura e familiar. Revelava-se diante do oratório erguido na sala, sobre a mesa coberta de pano vistoso. Na gaveta desse altar guardavam-se macetes, chifres de veado, sovelas, cera, pregos, torqueses, pedaços de couro em que se pulverizava fumo torrado. Em cima, na luz, entre fitas e flores secas, litografias piedosas, figurinhas santas esculpidas por imaginários rudes. O velho se ajoelhava na esteira, persignava-se, batia no peito, ouvia a ladainha que Maria Melo, sacerdotisa e mulher do vaqueiro, cantava numa espécie de latim. Ali agachado e contrito, perto da negra Vitória e de Maria Moleca, voluntariamente escravas porque não tinham em que empregar a liberdade, reduzia-se muito, não se diferenciava quase de Ciríaco, pastor de cabras. Finda a cerimônia, recuperava a grandeza e o comando:

– Ó negra!

Maria Moleca trazia a gamela de água, vinha lavar-lhe os pés, de cócoras, enxugá-los na toalha encardida. Essa posição era natural. De cócoras preparava a comida, temperava a panela, atiçava o fogo na trempe de pedras. De cócoras varria a casa com um molho de vassourinha cortado no fundo do terreiro, onde o muçambê e o velame desbotavam. Dormia de cócoras, arrimada à parede, sob as cortinas de pucumã que desciam do teto. (RAMOS, 1970, p. 148 – grifo nosso)

O trecho grifado evidencia o caráter “natural” da posição social de Maria Moleca. A postura acorçada corresponde à posição subalterna de grande parte da população brasileira, a maioria herdeira da exclusão social que, como uma regra absoluta da história de nosso país, permitiu que um século após a Abolição da escravatura essa naturalização do lugar servil ocupado pelo negro se mantivesse quase inabalável segundo o ponto de vista que as elites propagam pelos seus meios de informação, a “mídia conservadora no seu papel de ‘partido político da elite do dinheiro’” (SOUZA, 2016, p. 88), citação já apresentada no início deste trabalho, lógica segundo a qual existiriam “cidadãos de segunda categoria”.

A postura de servidão de Maria Moleca não é natural, obviamente, mas naturalizada, vista como normal e incontornável à medida que os gestos do cotidiano, em geral maquinais ou inconscientes, confirmam a necessidade de se separarem as pessoas a partir de uma hierarquia rígida regrada a cocorotes, pisadelas, ou, no caso de jovens que entram para o mundo do crime – como Paulinho Perna Torta, conforme veremos mais adiante – por meio de safanões e surras.

O narrador ainda descreve outros aspectos da vida de Perus que nos interessam retomar aqui. Um deles diz respeito à sua condição de desertor do serviço militar. O jovem Perus abandonou o serviço militar. E agora, andando pela rua ao lado dos malandros, “mal e mal se aguenta – fugido do quartel, foge agora de duas polícias. A Polícia do Exército e a polícia dos vadios”. (ANTÔNIO, 2004, p. 160).

Esse dado é relevante para considerarmos a questão do vínculo entre crianças e instituições, tão importante na ficção dos autores, agora a partir da instância militar.

Lembramos que uma das seções do livro *Malagueta, Perus e Bacanaço* chama-se “Caserna” e, entre outros aspectos, retrata a corrupção e a arbitrariedade da vida nos quartéis, instituição que se revela, como a família e a escola, mantenedoras da cultura de servidão do *status quo* de brutal desigualdade.

Graciliano Ramos, como podemos ver em *Memórias do cárcere*, questiona a moral da polícia e do exército, a partir do simples desmascaramento de suas práticas – as arbitrariedades cometidas contra inocentes, o desrespeito a princípios básicos dos Direitos Humanos, expressos na frase do carcereiro que recebia os prisioneiros na Ilha Grande, segundo estas palavras contundentes que o escritor registrou como o conjunto de suas memórias da prisão:

Virei-me, enxerguei um tipinho de farda branca, de gorro branco, a passear em frente às linhas estateladas. Era vesgo e tinha um braço menor que o outro, suponho. Não me seria possível afirmar, foi impressão momentânea. Um sujeito miúdo, estrábico e manco a compensar todas as deficiências com uma arenga enérgica, em termos que me arrisco a reproduzir, sem receio de enganar-me. Um bichinho aleijado e branco, de farda branca e gorro certinho, redondo. Parecia ter uma banda morta. O discurso, incisivo e rápido, com certeza se dirigia aos recém-chegados:

– Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande esqueça-se disto. Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que têm protetores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer.

Embora não me restasse ilusão, a franqueza nua abalou-me: sem papas na língua, suprimiam-nos de chofre qualquer direito e anunciavam friamente o desígnio de matar-nos. Singular. Constituíamos uma sociedade numerosa, e não tínhamos nenhum direito, nem ao menos o direito de viver. Esquisita afirmação. Várias pessoas estavam ali sem processo, algumas deviam quebrar a cabeça a indagar porque (sic) as tratavam daquele jeito; não havia julgamento e expunham claro o desejo de assassiná-las. Não nos faziam ameaça vã, como notei depois. Atenazavam-me as palavras do caolho: todos iguais, nenhum direito, os soldados podiam jogar-nos impunemente no chão, rolar-nos a pontapés. E finar-nos-íamos devagar. Isso me trouxe ao pensamento a brandura dos nossos costumes, a índole pacífica nacional apregoadas por sujeitos de má fé ou idiotas. Em vez de meter-nos em forno crematório, iam destruir-nos pouco a pouco. Certamente era absurdo responsabilizar o Brasil, quarenta milhões de habitantes, pela sentença do zarolho. Ali dentro haveria criaturas bem intencionadas (sic), mas não nos valeriam muito na engrenagem que nos agarrava. (RAMOS, s/d, p. 69)

Vemos aqui a ênfase dada aos traços físicos, desvantajosos ou cômicos, do funcionário. O narrador o faz como forma de ridicularizar a figura, contrapondo a pequenez do indivíduo

ao seu ímpeto violento. Um registro parecido desse tipo de “pequena autoridade”, em Graciliano Ramos, já aparece na figura do soldado amarelo de *Vidas secas*.

O cômico, no entanto, se considerarmos a tragédia histórica envolvida, converte-se em ironia ácida, sarcasmo diante do absurdo: a percepção de que os agentes do Estado, que o encarnam, expressam desprezo e até ódio pessoal pelos condenados, somando uma carga extra à violência imposta pelas forças armadas e policiais: justamente o lugar ocupado pelo menino Graciliano em seu lugar de pequena autoridade, cúmplice e atuante na violência contra o mais fraco no episódio do “Moleque José”. Naquela situação, o narrador-autor colocou-se da seguinte maneira em suas memórias da infância: talvez se o menino obtivesse sucesso, mostrando-se eficaz em seu “teste de maldade”, possivelmente se tornaria um adulto violento e opressor, conforme este trecho, já citado anteriormente:

O meu ato era a simples exteriorização de um sentimento perverso, que a fraqueza limitava. Se a experiência não tivesse gorado, é possível que o instinto ruim me tornasse um homem forte. Malogrou-se – e tomei rumo diferente. (RAMOS, 1970, p. 102)

No trecho de *Memórias do cárcere* reproduzido temos, ainda, um fato que torna a situação ainda mais trágica: “Várias pessoas estavam ali sem processo”, “não havia julgamento”, ou seja, temos aqui a situação radical em que o Estado se volta arbitrariamente contra seus cidadãos; “e expunham claro o desejo de assassiná-las”. Neste outro trecho do mesmo livro, podemos observar as conexões entre o menino que é educado segundo tradição servil e a violência estrutural que caracteriza sua “aprendizagem dolorosa”:

Falavam-me também num terceiro chefe da sedição, o mais importante, conservado em Natal por não se poder ainda locomover: seviciado em demasia, aguentara pancadas no rim e, meses depois da prisão, mijava sangue. Arrepiava-me pensando nisso. Achava-me ali diante de criaturas supliciadas e, conseqüentemente, envilecidas. A minha educação estúpida não admitia que um ser humano fosse batido e pudesse conservar qualquer vestígio de dignidade. Tiros, punhaladas, bem: se a vítima conseguia restabelecer-se, era razoável andar de cabeça erguida e até afetar certo orgulho: o perigo vencido, o médico, a farmácia, as vigílias de algum modo a nobilitavam. Mas surra – santo Deus! – era a degradação irremediável. Lembrava o eito, a senzala, o tronco, o feitor, o capitão-do-mato. O relho, a palmatória sibilando, estalando no silêncio da meia-noite, chumaço de pano sujo na boca de um infeliz, cortando-lhe a respiração. E nenhuma defesa: um infortúnio sucumbido, de músculos relaxados, a vontade suspensa, miserável trapo. Em seguida o aviltamento. É assim na minha terra, especialmente no sertão. Vivente espancado resiste: em falta de armas, utiliza unhas e dentes, abrevia o suplício e morre logo, pois, se sobreviver, estará perdido. Nunca mais o tomarão a sério. (RAMOS, 1985c. p. 141)

O narrador descreve, assim, a brutalidade do Estado sobre o indivíduo, já comentando, em seguida, a cultura de violência do meio em que foi criado, em alguma medida confirmando nossas considerações acerca de *Vidas secas* e *Infância*.

Tanto em *Memórias do cárcere* quanto em “Cadeia”, temos a denúncia sobre o arbítrio dos funcionários do Estado, representado pela pequena autoridade, figuras que representam a lei mas não a seguem. Corrompendo o uso de sua função, atuando, portanto, como corruptos, elas (policiais ou militares) são basicamente desmoralizadas nesses textos de Graciliano Ramos, que considera com ironia e desprezo a “disciplina militar”, na qual, afirma o autor:

(...) o rigor é superficial, imagino. Indispensável estarem os sapatos cuidadosamente engraxados, os fuzis brilhantes à custa de lixa e azeite, os colarinhos mais ou menos limpos, todos os botões metidos nas casas, os espinhaços tesos. As pernas direitas devem mover-se simultaneamente, depois as pernas esquerdas, e nenhum dedo se afasta dos outros na continência. É preciso olhar vinte passos em frente, e os passos, em conformidade com a marcha, têm o mesmo número de centímetros. Certo há outros deveres, mas desse gênero, tendentes à mecanização do recruta. Decoradas certas fórmulas, apreendidos os movimentos indispensáveis, pode o soldado esquecer obrigações, até princípios morais aprendidos na vida civil. O essencial é ter aparência impecável. Desapareceu-lhe o cinturão? Falta grave, embora ele em vão remexa os miolos para saber como a desgraçada correia se sumiu. É obrigado a apresentar-se com ela na formatura. Com ela ou com outra qualquer. Nesse ponto convém desapertar, isto é, agarrar o cinturão do vizinho, que, sendo inábil, será punido, pois o maior defeito do soldado é ser besta. Desenvolvem-se a dissimulação, a hipocrisia, um servilismo que às vezes oculta desprezo ao superior, se este se revela incapaz de notar a fraude ou tacitamente lhe oferece conivência. (RAMOS, 1985c, p. 77)

Assim como a religiosidade, flagrada como superficial no avô do narrador de *Infância*, vemos em *Memórias do cárcere* a crítica, com uma ironia corrosiva, do meio militar como espaço de “disciplina aparente” e de formação do comportamento competitivo. Esses aspectos da “cultura” militar e dos agentes polícia – marcada pela hipocrisia, a dissimulação, o oportunismo e o abuso de poder – foi também observado por João Antônio na seção “Caserna” de seu livro, cuja epígrafe é esta:

Uma definição:
Soldado é aquilo que fica debaixo
da sola do coturno do sargento. (p. 63)

No conto “Natal na cafua”, por exemplo, o narrador-protagonista se depara com o autoritarismo mesquinho do “sub” Moraes:

E eu aturando aquele homem nas viagens diárias, boçalidades, xingamentos. Aturando um homem que nem os sargentos conseguiam aturar. Metia-se a entender de tudo – motor, tração, explosão, desnorteava a mecânica, a garagem, tudo. E fosse alguém responder, argumentar... Era cadeia.
– Isto não se justifica.
Para qualquer conversa, eram suas palavras finais. Quem ouvisse, que calasse. Senão, era cadeia. E dera para me acompanhar nas viagens diárias à subsistência. Mais chato que a chateação.
– Me espera, lambão!
Era o bom dia que me dava. E era com aquele jeito de olhar de lado, de falar gritado, xingando, o cigarro no bico. (ANTÔNIO, 2004, p. 79)

Os contos de “Caserna” são, nas palavras de Vima Lia Martin:

(...) histórias que falam da sensível experiência de jovens que, ao se subordinarem à tutela direta do Estado, são duramente atingidos pelo poder burocrático e arbitrário dos comandantes do exército brasileiro. (ANTÔNIO, 2004, p. 99)

Tais experiências e tais jovens relacionam-se com a própria biografia de João Antônio, que prestou serviço militar e, como Graciliano Ramos, teve sua atenção voltada para a corrupção da vida na caserna, o uso arbitrário das leis e o abuso de autoridade como *práxis* das instituições militares e policiais.

Mencionemos, ainda que de passagem, que Graciliano Ramos e João Antônio viveram, cada um deles, uma das duas ditaduras do século XX no Brasil: a do Estado Novo, instaurado em 1937, por Getúlio Vargas, cujo regime de perseguição transformou o próprio escritor alagoano em presidiário; e a ditadura civil-militar iniciada em 1964, com o recrudescimento da repressão a partir de 1968 e os chamados “Anos de chumbo”. A intensificação da violência policial é registrada pelo autor, conforme demonstraremos, em “Paulinho Perna Torta”.

Também em “Malagueta, Perus e Bacanaço”, aparece a figura do policial corrupto: Lima, tira aposentado. Nas palavras do narrador:

Lima, tira aposentado, vivia nas rodas do joguinho e, por último, comparecia ao Joana D’Arc e ali se encafuava enquanto o jogo durasse. Às vezes, do quarto da Água Branca onde morava só, saía mesmo de pijama ali pelas duas da tarde e se enfiava no muquinfo. Ali jogava, ali jantava sanduíches, ali mesmo ele ficava, plantado feito um dois de paus, os chinelos rodando, ganhando as malícias das mesas, reaprendendo uma verdade – o joguinho se aprende jogando, tudo o mais é ilusão, engano, embandeiramento, onda de otário.

Nem era um malandro, nem era um velho coiô. Nem era um velho acordado como Malagueta e outros, sem aposentadoria, sem chinelos, sem pijama, sem quarto onde pousar e que têm de seu a cara e a vontade. (ANTÔNIO, 2004, p. 166)

Nas palavras de Vima Lia Martin, “a ambiguidade presente na atuação do velho Lima é emblemática da tensão entre norma e conduta que se presentifica na sociedade brasileira”. (MARTIN, 2008, p. 141)

Em “Malagueta, Perus e Bacanaço”, há ainda o personagem Silveirinha, policial que os três parceiros encontram no bar Paratodos e que impõe uma enorme pressão psicológica sobre Perus, a quem chama, significativamente, de “moleque”:

No Paratodos, o homem da caixa media os homens, atrás dos óculos de aros de ouro. Mesas esquecidas, luz só no balcão. Nada fazia o homem da caixa senão espiar. Assim eram todas as madrugadas do Paratodos, ponto de Silveirinha. Surgisse malandro desconhecido, cara ignorada, o tira ia ao ataque, exigia com firmeza. Fácil, fácil. Era o comum das noites, e o homem da caixa apenas olhava. Assim era o natural.

Os acintes cara a cara. Pirraçava, achincalhava. Os tacões não comprimiam mais os pés do menino e Silveirinha reconduzia os desacetos.

– Cadê o tutu, moleque? (ANTÔNIO, 2004, p. 192)

Além da evidente corrupção do servidor público, fica expresso um sentimento de prazer em oprimir. O policial parece se deliciar com a possibilidade de ter o outro sob ameaça, ameaça que pode ser bastante grave, porque, tendo a lei (corrompida) a seu favor, o funcionário da segurança impõe ao outro a mais desabrida ofensa:

Pequenos passos de passeio à volta do menino e os risos seguidos. Perus abotoava os olhos espantados em Bacanaço e os pensamentos embaralhavam-se, a testa quente, um peso na testa.

O quê? Viera dar com o lombo no Paratodos a troco de quê? Catar esbregue, confusão, Diabo. E Silveirinha à sua frente, espezinhando. Negro, todo lustrava – pele, sapato, camisa de seda, gravata, terno branco de linho cento e vinte, unhas, dente de ouro... Diabo. Estava na boca daquele lobo e desabrigado, feito bezerro enjeitado. Os dedos se esfregavam com atropelo, a voz não vinha.

– Meu moleque...

Abraçou o menino e era uma tentativa aberta de surrupiar-lhe a carteira como fazem os batedores e o geral dos lanceiros. O tira, mais alto e mais forte e os ombros de Perus se encolhiam, o menino suave no blusão de couro, se defendia arqueando-se com dificuldade. (ANTÔNIO, 2004, p. 192)

Agindo como “lanceiro”, o policial quer surrupiar Perus. O menino se desespera. Vem à tona uma marcante característica sua: o uso restrito da palavra. Perus em geral é calado, o que se relaciona ao seu lugar subalterno na relação com Bacanaço e que expressa, metaforicamente, seu lugar de “minoridade”: mais frágil fisicamente e sem a “charla” dos malandros mais vividos, Perus apela com os olhos pela ajuda de Bacanaço.

O fato de Silveirinha ser negro faz-nos pensar na contradição de essa personagem, por um lado, ter marcada em sua pele a história de injustiça de um povo e, por outro, exercer de modo abusivo o lugar de autoridade, violando a lei ao se favorecer pessoalmente de seu poder como funcionário da ordem.

Perus fica à espera de uma reação de Bacanaço. Sua dificuldade de falar é apontada já nas primeiras páginas do texto: “(...) era um menino diante de Bacanaço e por isso ouvia quieto, só meneando a cabeça (...)” (ANTÔNIO, 2004, p. 154)

Também em Graciliano Ramos, conforme descreve José Carlos Garbuglio, o silêncio dos personagens é fundamental:

O mutismo das pessoas (...) é forma de reação e defesa, pela sabedoria experimentada de que a fala, como meio de afirmação, provoca a ira dos poderosos. Nesta esfera não existe ação isenta de reação, pois a simples suposição de que o normativo possa ser violado desencadeia as sanções que têm o fim expresso de impedir a quebra do estatuído e do consagrado. A garantia de continuidade do privilégio, do direito de voz e domínio encontra assim explicações históricas que ajudam a compreender melhor os sobressaltos da atualidade, em que o silêncio da grande maioria corresponde ao grito e à mentira dos que estão encastelados no poder e se negam a ouvir qualquer outra voz que não seja o eco da que proferem. (GARBUGLIO, 1987, p. 369)

A associação que se dá aqui entre silêncio – ou silenciamento – e opressão é evidente. A “criança-estorvo”, se não se cala, deve – essa é uma demanda do meio familiar, escolar e

social – comunicar-se com parcimônia, sem estardalhaço e, de preferência, não fazer perguntas e muito menos apresentar questionamentos.

De modo análogo às “manobras ‘pelo alto’” (COUTINHO, 2011, p. 20), históricas em nossas elites, as quais mantiveram o povo sem voz, na hierarquia adultocêntrica os adultos submetem as crianças ao lugar subalterno e de passividade.

Essa dinâmica é ensinada pelo meio, já nos primeiros contatos com a justiça: o modo de “aprendizagem dolorosa” de Graciliano, também presente em João Antônio, conforme se evidenciará ainda mais a partir das personagens de Paulinho Perna Torta e Mariazinha Tiro a Esmo, que examinaremos a seguir.

Por ora, continuemos a explorar a questão do mutismo em Perus, personagem que é, conforme observou Bruno Zeni, um “infante entre velhos malandros” (ANTÔNIO, 2016, p. 271). Interessa-nos aqui retomar a relação etimológica entre infância e ausência de fala, considerando-a na perspectiva de ferramenta de comunicação e também revelação de *status* nas relações sociais. O lugar de fala diz respeito ao tempo e ao espaço concedidos para a fala enquanto expressão dos desejos e dos pontos de vista dos indivíduos, fala como forma de pertencimento à comunidade humana, como liberdade. O silenciamento da fala infantil é, nos textos de Graciliano e João Antônio, uma expressão direta e facilmente identificável da tendência autoritária da sociedade brasileira cuja denúncia é um dos pilares dos projetos literários de ambos os autores.

Como “infante”, sem voz e frágil, Perus não tem a “charla” dos malandros chefes, aos que dominam “a boa conversa”. Segundo o narrador:

O menino tinha um bolo na garganta, feito espeto atravessado. Queria pensar em coisas diferentes, longínquas, estupidamente caçava atar um fio que começava pela mesma ideia e se estraçalhava logo e tornava ao começo. (...) O bolo na garganta. Enviava os olhos suplicantes para Bacanaço, mudamente pedia socorro, as mãos paradas, os músculos da cara parados, a coisa na garganta engordando. Adoraria falar! Mas naquele seu quieto humilhado não engrolava nada. (ANTÔNIO, 2014, p. 191)

Ser “menino” em “Malagueta, Perus e Bacanaço”, como nos outros textos do autor que até aqui abordamos, é desvantajoso no universo de valores por onde circulam as personagens, o meio machista carregado de competição e individualismo violentos. Ser “menino”, nesse cenário, é lidar com a escassez de cuidados e senso protetor, é amolar o adulto, é ser um empecilho para a sobrevivência. Há, portanto, todo um incentivo para que a criança se converta em nova peça no círculo produtivo, que os meninos de Fabiano sejam vaqueiros preparados para a exploração ou, então – para a dissolução do horizonte esperançoso que poderá representar a mudança da família de *Vidas secas* para “o sul” – mão de obra barata das grandes

capitais do Sudeste, os trabalhadores explorados das grandes cidades, os “pingentes” de João Antônio, dependurados para o lado de fora do trem do “progresso” nacional.

Serão isso ou “viradores”, pequenos malandros, menores de rua.

A juventude de Perus (como a questão etária de maneira geral) é um dado muito importante na narrativa, tão importante que nos faz entender a radicalidade dessa questão em outros textos do escritor, à medida que, em “Malagueta, Perus e Bacanaço”, fica patente a imagem negativa da infância como uma fase em que se é sonhador, frágil ou mesmo tolo.

A “aprendizagem dolorosa”, observada em Graciliano Ramos, a partir de experiências vividas pelas crianças em seu ingresso na vida familiar, social e escolar, também está presente em João Antônio: mas, neste caso, as principais aprendizagens narradas se dão na rua. Esse diferencial entre os autores se deve, entre outros, ao fato de que as famílias estão ausentes ou têm presença reduzida nos textos de João Antônio que temos em foco neste trabalho. De todos eles, na verdade só “Meninão do Caixote” apresenta interações entre a personagem infantil e seus pais – o pai como figura inatingível, simbolizando o desprezo pelo vínculo afetivo; a mãe frágil e resignada.

Também em “Malagueta, Perus e Bacanaço”, a infância aparece tratada como incapacidade, segundo podemos observar em trechos a exemplo deste: “O menino se desengonçava um tanto quando solicitava jogo. Não se intrometia ainda com o cinismo de Bacanaço, Malagueta e outros malandros maduros. Ficava meio torto, como quem vai e não vai, feito um menino”. (ANTÔNIO, 2004, p. 165)

Mais do que redundância sintática ou truísmo – afinal o narrador afirma que “o menino” agia “feito um menino” – vemos aqui uma preocupação em reforçar a diferença etária como um fato que não se explica por si mesmo, mas que aponta para a hierarquização das idades, segundo a qual os mais novos, os “meninos”, têm como maior desejo, entre todos, o de deixarem de ser meninos.

Em “Meninão do Caixote”, o garoto procura compensar sua estatura fazendo uso do caixote e sendo, assim, bom jogador. A habilidade lhe garantia prestígio diante dos adultos, os quais lhe davam a atenção que não encontrava em casa. Com Perus ocorre algo semelhante. Por ser mais velho e mais alto, não precisava do caixote, ou seja, em altura ombreava os adultos, mas também tem habilidade com o taco e com isso conquistou algum respeito entre os jogadores.

O narrador prossegue a descrever a humilhação sofrida por Perus, a qual incomoda Bacanaço: “A aperreação sobre o menino já fora a bem mais do que devia, era muita folga”. E, em seguida, temos uma nova denúncia, agora da perspectiva de um malandro de arraia miúda,

a confirmar nossas observações acerca dos representantes da lei e da ordem na obra dos dois autores:

Assim faziam os homens da lei quando exigiam. Machucavam à vontade, satisfaziam-se, as aporrinhações só vagabundo sabe. (...) E são abusados e desbocados e têm apetite de aproveitadores. Piranhas esperando comida. Pisando o menino, azucrinando, tentando surruiar o menino. Os tais da lei. (ANTÔNIO, 2004, p. 193)

O ambiente da jogatina, do crime e da prostituição é frequentado por policiais, que são cúmplices ou praticantes de delitos: “Tiras decaídos, tiras atuantes, gente da Força Pública compareciam contemporizados à malandragem”. (ANTÔNIO, 2004, p. 186)

Neste outro trecho vemos, inclusive, a identificação física do malandro com o policial:

O malandro e o tira eram bem semelhantes – dois bem-ajambrados, ambos os sapatos brilhavam, mesmo rebolado macio na fala e quem visse e não soubesse, saber não saberia quem ali era polícia, quem ali era malandro. Neles tudo sintonizava. (ANTÔNIO, 2004, p. 196)

A imagem que o narrador oferece atribui aos dois, aliás, um caráter negativo. A participação e anuência ao crime, por parte dos policiais, são manifestações do caráter ilegítimo e arbitrário que ganham, no conluio e na exploração na indústria do crime, as leis e as pessoas e instituições que as representam.

Já o malandro se mostra, na hora do aperto, da necessidade, menos um aliado do que um inimigo, confirmando a tendência ao isolamento entre as pessoas, como observa Garbuglio (1987), ao individualismo e à competição encarniçada.

Após andarem muito pela cidade e não conseguirem nenhum resultado favorável no jogo, estavam, os três, desiludidos e desanimados, em Pinheiros, os três se mostram ensimesmados. Na falta de um jogo para valer, começaram a jogar entre si, em princípio como mero passatempo. Logo a vontade de vencer fala mais alto e, em pouco tempo, de parceiros se tornam contumazes rivais, como se lê nos seguintes trechos:

E naquele leite de pato que deu em joguinho sério, um começava a medir o outro com intenções, e safadezas no pensamento começavam a bailar, tímidas, nascendo, roendo, devagar. (ANTÔNIO, 2004, p. 212)

As safadezas cresciam, incluíam arrumações, dissimuladas, trapças grossas. (ANTÔNIO, 2004, p. 213)

A gana picava-lhes, crescia muda, ganhava malícias, ficava sutil, se escondia num disfarce. Reaparecia, violenta, numa bola sete difícil. Ia, frouxa; voltava dobrada em tamanho. Momentos em que lhes parecia uma vontade estúpida, errada, desnecessária. Noutros, à malandra, chegava risonha, cínica, traquinagem natural do jogo.

Egoísmo é fatal no jogo, um jogador sabe. E o malvado cresceu-lhes a pouco e pouco, minando, fez negaças, manhas, rodeou, rodeou... ficou agressivo, certo, definido, total. E exigiu.

Malagueta, Perus e Bacanaço preparavam-se para se devorar. (ANTÔNIO, 2004, p. 212)

Perus vive o drama das personagens de João Antônio apresentado por Vima Lia Martin: a necessidade de escolher entre a vida de “otário” ou de malandro. Conforme o narrador, Perus logo cedo ingressou no mundo do trabalho, ou seja, no mundo da ordem dos “otários”: (...) quando o menino Perus era um menino (...) trabalhava no brilho de um sapato, (...) sua viração era engraxar (...) (ANTÔNIO, 2004, p. 203).

O narrador nos conta que Perus era azarado, não tinha sorte:

Assim sempre, pensava Perus, trabalhando para os outros, curtindo as atrapalhadas dos outros. Papagaio come milho, periquito leva a fama. Como um pé-de-chinelo, como um dois de paus. Para que pretender os joguinhos caros e bons de Vila Alpina? (ANTÔNIO, 2004, p. 203)

Podemos dizer que Perus vive uma crise de identidade, hesitando entre os dois caminhos. Por conta de sua inabilidade, pensa na saída extrema do suicídio, como se vê no trecho abaixo: “O menino Perus achava que seria sempre um coió-sem-sorte, sofredor amansando a vida deste e daquele. E lhe chegava a ideia velha, solução pretendia, única saída dos momentos de fome. Um dia eu me apago”. (ANTÔNIO, 2004, p. 203)

Reconsidera a possibilidade de aderir à “vidinha estúpida” porque “malandragem não dera pé”:

Roubaria uma grana, se enfiaria num trem para Perus, onde ficaria quieto, para de lá não sair mais. Aturaria a tia, o amásio bêbado, a vidinha estúpida e sem jogo, a enorme fábrica de cimento de um lado, o casario mesquinho do outro. E iria se fanar com uma ocupação na fábrica, com uma enxada, com o diabo. Sua hora de dormir seria dez horas. Lá em Perus, o menino não curtiria madrugadas e fome, nem se atiraria como um desesperado à primeira viração que surgisse. Malandragem não dera pé. (ANTÔNIO, 2004, p. 204)

Essa vontade de abandonar a vida de malandro, a viração do “joguinho”, como em Meninão do Caixote, aparece agora em Perus. Também em ambos os textos o gosto pela jogatina se aproxima da adição, ou dependência, conforme podemos observar no seguinte trecho: “Mas o joguinho virava, sorria, chamava, dava-lhe um parceirinho fácil em duas partidas de duzentos e cinquenta cruzeiros. Os pensamentos bons iam embora, arranjava um patrão, caía na sinuca”. (ANTÔNIO, 2014, p. 204)

O sistema hierarquizado das relações na malandragem, que vimos em “Frio” e “Meninão do Caixote”, está presente também na narrativa dos três malandros.

Outro aspecto que convém destacar é o do enfoque para a transmissão de valores. Como vimos nos textos de Graciliano Ramos, também nos de João Antônio a questão da diferença e da desigualdade etária (que em “Malagueta, Perus e Bacanaço” é quase um apelo ao leitor) é muito importante, porque possibilita a leitura do processo por meio do qual se dão os ensinamentos dos valores que circulam de geração para geração.

5.3 “Paulinho Perna Torta”

Nesse caso temos uma narrativa centrada num protagonista-narrador, cuja trajetória é apresentada inteiramente, como se reunisse em si aquelas três fases da vida dos malandros que estão representadas, como alegorias, em Perus, Bacanaço e Malagueta, aos quais corresponderiam, respectivamente, a infância, como fase de inocência e despreparo, a vida adulta, como ápice e voz de comando e, por fim, a velhice, como decrepitude e fraqueza. Arma-se, desse modo, uma hierarquia com três partes, não apenas pautada na oposição crianças e adultos. Conforme já declarado, nosso objetivo, contudo, é explorar mais a bipolaridade adulto – criança/adolescente (o “menor), de modo a apresentar as tensões vividas nessa relação como exemplares da dinâmica da sociedade brasileira, entendida pelos dois autores como violenta e arbitrária.

A narrativa “Paulinho Perna Torta”, conforme já registramos, foi originalmente escrita para integrar a antologia *Os Dez Mandamentos*, organizada por Ênio Silveira, em 1965, mais tarde vindo a entrar no livro *Leão-de-chácara*, em 1975.

Como no caso do “Meninão do Caixote”, o texto é narrado em primeira pessoa e, como ainda neste caso e também no de “Malagueta, Perus e Bacanaço”, apresenta grande extensão e separação em capítulos.

Outra semelhança com “Meninão do Caixote” é o fato de a narrativa apresentar um introito em tempo presente, marcando a enunciação e atribuindo, assim, um caráter memorialístico, o que aproxima essas narrativas ao memorialismo do próprio Graciliano, como também o de seus narradores-personagens. Neste caso – mas não apenas pelos motivos aqui apresentado – críticos como Abdala Jr. (2007) e Clara Ornellas (2014) desenvolveram considerações comparativas entre Paulinho Perna Torta e Paulo Honório, de *São Bernardo*.

Como abertura aos três capítulos do conto – “Moleque de rua”, “Zona” e “De 53 para cá” – o introito oferece ao leitor uma relação de proximidade com o narrador, uma vez que o tempo é o presente e a voz é em primeira pessoa.

Nesse primeiro contato com o narrador-personagem, o leitor encontra um *éthos* irritadiço, defensivo, agressivo:

Que essa cambada das curriolas, que esses ratos da polícia e esses caras dos jornais, gente esperta demais com seus fricotes, pé-ré-pé-pés, espalha que espalha mais brasa do que deve.
Sei que deram para gostar ultimamente de encurtar o nome de Paulinho numa Perna Torta.
Paulinho numa Perna Torta. Paulinho da Perna Torta. Apenas.
Nos jornais, nas revistas. Também na televisão já vi essas liberdades. Leio e ouço por aí. E assim, São Paulo inteiro acabará me chamando de Perna Torta.
Não gosto. (ANTÔNIO, 1976b, p. 61)

O narrador já se mostra prepotente e vaidoso em suas primeiras palavras, comentando sobre o seu destaque na imprensa, da qual desconfia.

O capítulo “Moleque de rua” se inicia apresentando a condição do típico “menor de rua”: “Comecei por baixo, baixo, como todo sofredor começa. Servindo para um, mais malandro, ganhar. Como todo infeliz começa”. (ANTÔNIO, 1976b, p. 61)

A ideia de “aprendizagem dolorosa” aparece fortemente nos primeiros momentos da vida do personagem, sobre cujos pais não temos notícia, nem de qualquer parente seu. Essa “aprendizagem” não se dá, portanto, no meio familiar ou escolar, mas na rua, como trabalhador desde criança:

Aguentava frio nas pernas, andava de tênis furado, olhava muito doce que não comia e os safanões que levei no meio das vendas, quando me atrevia a vontades, me ensinaram que o meu negócio era ver e desejar. Parasse aí.
Agentei muito xingo, fui escorraçado, batido e dormi de pelo no chão. Levei nome de vagabundo desde cedo. (ANTÔNIO, 1976b, p. 62)

Desde cedo, o narrador foi ensinado a lidar com safanões e com as barreiras impostas pelos mais fortes: formas de violência simbólica e física contra as crianças. Como vemos a seguir:

A gente caía para a rua. Catava que catava um jeito de se arrumar. Vender pente, vender jornal, lavar carro, ajudar camelôs, passar retrato de santo, gilete, calçadeira... Qualquer bagulho é esperança de grana, quando o sofredor tem a fome. Vontade, jeito? A fome ensina. A gente nas ruas parecia cachorro enfiando fuça atrás de comida. (ANTÔNIO, 1976b, p. 62)

As crianças pobres sem família são obrigadas desde cedo a definirem suas própria forma de sobrevivência, com as “leis da selva”, aprendendo a “ética da malandragem” (MARTIN, 2008).

Referindo-se a si mesmo novamente como uma lenda, Paulinho Perna Torta comenta:

Outra coisa errada que em meu nome corre é que comecei na zona. Que nada, que nada... Zona foi vida boa. Foi depois de Laércio Arrudão me apadrinhar e me ensinar o riscado do balcão, pra cima e pra baixo, servindo cachaça, fazendo sanduíche e tapeação nos trocos; misturando água nas bebidas quando, noite alta, as portas do bar desciam e Laércio ia fazer a fêria e eu as marotagens nas garrafas. Sim. Mas antes dessa coisa de zona, me rebentei por aí. (ANTÔNIO, 1976b, p. 63 – grifo nosso)

Novamente, como nos três outros textos de João Antônio comentados até aqui, temos a figura paterna substitutiva do malandro: neste caso Laércio Arrudão, que, nas palavras do narrador, o “apadrinhou” e ensinou as artimanhas para ter mais lucro no atendimento aos clientes, de modo a dar continuidade a uma prática que, independentemente de sua razoabilidade ética, é transmitida ininterruptamente dos mais velhos, os mestres, aos mais novos, os aprendizes.

Acompanhamos a trajetória de Paulinho Perna Torta do início de sua educação para a malandragem até a sua decadência, o fim da linha, o que nos dá a oportunidade de observar todo o desdobramento do processo de formação do malandro: da ascensão à queda da “lenda”, bem ao gosto do cinema da Nova Hollywood, como podemos ver no *remake* do clássico *Scarface*, de 1983, dirigido por Brian de Palma e escrito por Oliver Stone, que narra a história de Tony Montana, que, como Paulinho, também começou “por baixo” e, também como ele, chegou ao topo.

Como em “Meninão do Caixote”, a temporalidade do texto oscila entre dois passados, um que é mais recuado, no qual estão contidas informações sobre o tempo mais pregresso na vida do personagem, e outro no qual se concentra a ação principal do texto.

Como ápice dessa ação principal encontramos, nas duas histórias, a ideia da “fervura”, de uma vida ardente, entusiasmante, excitante e eufórica: “minha vida ferveu” é uma ideia que aparece nos dois textos.

Essa excitação ou fervura está relacionada ao sucesso nos negócios, e é exatamente ele que entra em declínio no momento da decadência do malandro – é essa a sua ruína.

Como no caso de Perus, a infância está associada à inexperiência e covardia. É a infância-otário o que vemos nesses textos, de algum modo também enquadrando a infância como “estorvo” à maneira como faziam os adultos incomodados com as traquinagens das crianças em “Minsk”, “O menino mais novo” e o “O menino mais velho”.

A inexperiência infantil, a falta de malandragem expressa na origem “otária” do narrador, expressa em suas palavras como “Eu era um trouxinha que não sabia mandar o dinheiro do alheio”. (ANTÔNIO, 1976b, p. 67).

O menino descreve o cotidiano de trabalho pesado e de abuso sofrido por adultos:

Enfrentava a graxa, a escova e o pano; dia inteirinho alisando e polindo sapato de bacana, de pilantra, de bandido, do que desse e viesse. Ainda me tomavam a metade. Aquilo me deixava mordido, queimado, mordidinho.
O dinheiro do cara era gordo, era um tufo. Com aquilo, eu faria gato e sapato, mil e uma presepadas, me arrumaria a vida. Ferveria. (ANTÔNIO, 1976b, p. 67 – grifo nosso)

Aqui vemos a presença do verbo “ferver” como representativo da glória – até então uma glória apenas desejada. Retornaremos a esse ponto adiante, ao abordarmos o apogeu da trajetória de Paulinho.

Por ora, ao tentar romper com esse lugar de “otário” ou “trouxinha”, com a dinâmica de “ver e desejar”, Paulinho enfrenta a violência:

Mandeí a mão na maçaroca de grana. O sujeito me pilhou com os dedos na coisa e me plantou a mão na cara. O bofete quase me cata a orelha em cheio, aqui de lado, abaixo da costeletta. Doe, estalou.

Ele estava à minha frente e eu meio agachado, pelo vão das pernas, podia ver os outros engraxates. Cada um no seu lugar, olhando parado, não se dizia nada. Ninguém se mexia. (ANTÔNIO, 1976b, p. 67)

O narrador nos apresenta a vida dura, a “aprendizagem dolorosa” pela qual passou:

A Júlio Prestes dava movimento e éramos explorados por um só. O jornalista. Dono da banca dos jornais e das caixas de engraxar, do lugar e do dinheiro, ele só agarrava a grana. Engraxar, não; ele lá com seus jornais. (ANTÔNIO, 1976b, p. 63)

Pé pisando no chão. Magrelo na camisa furada. Pálido, encardido, dei para bater perna de novo, catando virações pelos cantos e pelos longes da cidade. Vasculhei, revirei, curti fome quietamente, peguei chuva e sol no lombo; lavei carro, esmolei nos subúrbios fui guia de cego, pedi sanduíches nas confeitarias e nos botecos, corri bairros inteiros. Mooca, Penha, Cambuci, Tucuruvi, Jaçanã... (ANTÔNIO, 1976b, p. 68)

A “lei da selva” é desde cedo apresentada ao menino e ele rapidamente percebe a necessidade de aderir a ela para dentro dela atuar, garantindo sua sobrevivência.

A narrativa destaca, como nenhuma até aqui estudada, o caráter coletivo do trabalho infantil pesado. O narrador se descreve como “mais um”, isto é, mais um caso na série histórica de multidões despossuídas, desalojadas, sem família e sem presença do Estado que vão à luta por conta própria pela sobrevivência, como se vê nos trechos abaixo, com grifos nossos:

Comecei por baixo, baixo como todo sofredor começa. (ANTÔNIO, 1976b, p. 61)
A gente caía para a rua. (...) A gente nas ruas parecia cachorro enfiando a fuça atrás de comida. (ANTÔNIO, 1976b, p. 62)
Aquela molecada farroupa com quem eu me virava (...) (ANTÔNIO, 1976b, p. 63)

Vemos que o sentido de análise social ganha mais força no texto. Além de um cuidado maior na descrição e denominação das ruas, com a toponímia em geral e outras informações factuais como datas (o título do terceiro capítulo, como já referimos, é “De 53 para Cá”), o caráter de denúncia está garantido também pela inclusão de um elemento narrativo que já mencionamos: a alusão às informações da imprensa, com as quais o narrador se destaca como “assunto” ou “problema”, termo que João Antônio emprega para a primeira seção de seus contos-reportagens no livro *Malhação do Judas Carioca*. O termo “problema”, característico da abordagem jornalística, poderia bem ser aplicado a “Paulinho Perna Torta”. Essa busca por uma escrita cada vez mais próxima do relato ou do registro pode ser explicada como um desdobramento da necessidade do escritor em estabelecer uma relação menos mediada com o real. O mesmo movimento, aspecto já comentamos, é observado também em Graciliano Ramos: uma abordagem mais verista e documental da sociedade nordestina, a partir da tal segunda fase, comparativamente a seus três livros em primeira pessoa, nos quais a realidade é tratada com maior mediação dos elementos ficcionais.

O que João Antônio nos apresenta em “Paulinho Perna Torta” é, portanto, uma narrativa com intenso diálogo com os textos de *Malhação do Judas Carioca*, livro publicado em 1975, e que, segundo Carlos Alberto Farias de Azevedo Filho (2008), apresenta uma mudança importante na carreira do autor, trazendo “a marca do hibridismo e da ruptura de gêneros”.

O interesse pela abordagem “sociológica” busca os detalhes cotidianos da sobrevivência do “menor”:

(...) me enfiei nos buracos e muquinhos mais esquisitos, onde nem os ratos da polícia chegam, ajudei nos ferros-velhos, me juntei a pipoqueiros, nos portões do Pacaembu e lá no Hipódromo de Cidade Jardim sapequei muita charla, servi a mascates lá nas portas do mercado da Lapa, me dei com gente de feira, vendi rapadura, catei restolhos de batata às beiras do Tamanduateí, morei na favela do Piqueri, me virei com jornais nos trens suburbanos da Sorocabana; malandrei e levei porrada, corri da polícia, mudei não sei quantas vezes, dei sorte, dei azar, sei lá, fuzei e remexi. Andando por aí como um bicho, decorei os nomes de todos esses becos, praças, largos, ruas. Minhas mãos ficaram quadradas como mãos de pedreiros. (ANTÔNIO, 1976b, p. 68)

Comentando sobre o cotidiano de sua labuta sofrida, o narrador destaca, entre os dados ordinários, a figura do “mulato muito falado nas rodas da malandragem”, Laércio Arrudão, que é logo apresentado ao leitor como criatura de destaque:

Há negócios grandes e também há os engraxates na Paranapiacaba. E foi lá. Engraxando lá uns tempos nas caixas da entrada da barbearia, que eu conheci, bem ajambrado, e já senhor, no terno claro de brilhante inglês, que fazia a gente olhar, mão luzindo um chaveiro e dentes brancos muito direitinhos, um mulato muito falado nas rodas da malandragem, professor de picardias, dono de suas posses e ô simpatia, ô imponência, ô batida de lorde num macio rebolado! Laércio Arrudão. (ANTÔNIO, 1976b, p. 71)

O termo “professor” chama-nos a atenção pelo fato de remeter a uma nova figura substitutiva da função paterna – dessa vez, a do professor de escola do ensino formal pelo “professor de picardias”.

Pois se, conforme demonstramos, a presença da escola em Graciliano Ramos, representada pelo processo terrível de contato com a leitura e a escrita, é mais um dos signos da “aprendizagem dolorosa”, o fato é que em João Antônio a escola, nos raros momentos em que aparece, é para justamente se apresentar como uma via negada pelas personagens – como é o caso, já apresentado do Meninão do Caixote, que, em determinada situação da narrativa, coloca-se literalmente entre frequentar a escola e seguir os passos do “professor de picardias” – Vitorino.

Como as outras instituições, em Graciliano Ramos a escola é um sistema opressivo de transmissão de valores, uma instituição indigna de respeito por praticar, em lugar da autoridade reconhecida pela capacidade profissional, o abuso de autoridade, a arbitrariedade – o autoritarismo.

Em suma, se a escola é vista com tal negatividade nos textos de Graciliano Ramos, em João Antônio ela está esvaziada de sentido, ausente na maior parte do tempo da vida das crianças das narrativas em questão.

A relação entre Perus e Bacanaço é ambivalente, baseada, sob o ponto de vista de Vima Martin, na “exploração e proteção, dureza e afeto”, relação na qual “o adulto impele a criança à malandragem, abreviando-lhe a infância”. (MARTIN, 2008, p. 157) Usamos já essas mesmas palavras da autora para discutir a situação de Perus e Bacanaço, e as repetimos aqui com o objetivo de ressaltar o fato de que elas valem, em alguma medida, para todos os textos que abordamos e, conforme demonstraremos logo adiante, para “Mariazinha Tiro a Esmo”, o último dos *corpora*. Em todas essas narrativas a figura do pai postiço aparece como símbolo de adesão ao polo da marginalização, um salto para fora da “ordem”, figurando como alternativa de vida para crianças em cujas famílias não encontram afeto, compreensão ou diálogo. Quando há família. No caso de Paulinho Perna Torta – para retomarmos nossa análise – não há.

Os sentidos de pertencimento e de proteção – sentidos que preenchem, ainda que parcialmente, a ideia de um “lar” – são encontrados pelo menino, ironicamente, numa “zona”. Chega até ela com a ajuda de Laércio Arrudão: “Laércio Arrudão me topou e me deu uma luz, me carregando para empregado lá na zona, no boteco da Alameda Nothmann”. (ANTÔNIO, 1976b, p. 71)

Sobre a zona declara o seguinte: “Pela primeira vez eu morava em algum lugar”. (ANTÔNIO, 1976b, p. 71)

A certa altura, Paulinho conhece Ivete, com quem desenvolve uma relação que é a expressão acabada da educação que recebeu – aquela que explicita a “ética da malandragem”. Por meio das ações de Paulinho com a parceira, o leitor vai conhecendo o outro lado agora do protagonista: o adulto que se tornou, seguindo as lições de seu “professor de picardias”.

Laércio Arrudão acompanhou e apoiou o menino desde quando ele conheceu Ivete. Vejamos:

Um dia, tomando samba-em-berlim na Boca do Arrudão, quem me conversou foi ela. Não sabia o que era uma mulher e fiquei zonzo, um medo me correu. Laércio me deu o empurrão. Procurasse a piva na madrugada, à hora em que a zona se esvazia. O mulato me cutucou a barriga com o indicador e piscou. (ANTÔNIO, 1976b, p. 76)

A situação mostra a cumplicidade que havia entre os dois, e também o lugar que cada um ocupa no vínculo estabelecido: um é o mestre, o outro o aprendiz.

Maior cumplicidade ainda ocorre no momento em que Paulinho se mostra insatisfeito. Inexperiente, ele não sabe como se comportar frente ao comportamento abusivo da namorada, que o ofende e o agride.

O narrador descreve as primeiras atitudes de Ivete que o incomodam:

Começou, mandando, folgando na minha cara; exigia exclusividades bestas, armava quizumbas com suas vizinhas e enfarruscava-se comigo, metia-me a língua ou pedia a todo o resto da zona que me tomasse conta. Espalhava um isto e um aquilo. Quem ouvisse e não soubesse, pensaria que eu era o maior perigoso.
– Meu modelo é um gato ladrão, um pilantra mulherzeiro. Olho vivo nele.
(ANTÔNIO, 1976b, p. 77)

E então, com os maus tratos constantes e a violência física, Paulinho fica indignado, mas sem reação:

Ivete estalava de nervos, se metia a me bater. Eu entendia mal aquela mal todo aquele movimento. Ficava como um moleque bocó arriado à beira da cama. Aguentando a gritaria...
– Por onde foi que andou, cadelinho? – com aquele ar canalha me gozando no canto da boca.
Uma criança. (ANTÔNIO, 1976b, p. 77 – grifos nossos)

Vemos aqui palavras do campo semântico da infância – “moleque”, “criança” – empregadas negativamente pelo narrador para caracterizar suas próprias atitudes. Ele associa infância a despreparo, intimidação, medo, insegurança – um empecilho à coragem e à altivez exigidas pela viração.

Sem saber como agir, preocupado, o rapaz pede ajuda a seu mentor:

Um dia de cabeça quente, boquejei com Laércio, pedi-lhe uma luz.
O mulato me zombou e ouvi xingo, esculhambação, desconsideração. Fiquei desengonçado como um papagaio enfeitado. Entendendo nada.
(...)
Arrudão arrastou este aqui para um canto e ensinou.
– Você vai deixar de ser um pivete frouxo. Vou te levantar a crista pra você dar uma ripada nessa gringa – e me olhou dos pés à cabeça – porque você é gente minha.
(ANTÔNIO, 1976b, p. 77)

A palavra “pivete” confirma a infância como dado negativo na ética da malandragem, fase a ser superada pela aquisição de habilidades e atitudes a serem aprendidas pelo rapaz a partir dos ensinamentos de Laércio Arrudão, o qual, apesar da severidade com que inicia a conversa de aconselhamento, mostra-se afetuoso e acolhedor com Paulinho, definindo-o como “um dos seus” e dizendo “Você é gente minha”.

Os conselhos fornecidos por Laércio Arrudão são, em síntese, um libelo misógino. Prega com naturalidade a superioridade masculina, a qual é destacada como condição de ser do malandro. Com os olhos afetuosos e tom de cumplicidade, ele seduz o menino e o convence, pelo afeto, a aceitar suas palavras:

O brilho de simpatia nos olhos de Laércio Arrudão começou por me ensinar que quem bate é o homem. E manda surra a toda hora e fala pouco. Quem chega tarde é o homem. Quem tem cinco-dez mulheres é o homem – a mulher só tem um homem. Quem vive bem é ele – para tanto, a mulher trabalha, se vira e arruma a grana. Quem impõe vontades, nove horas, cocorecos, bico-de-patos e lero-leros é o macho. Homem grita, manda e desmanda, exige, dispõe, põe cara feia e pede pressa. A mulher ouve e não diz um a, nem sim, nem não, rabo entre as pernas. Mulher só serve para dar dinheiro ao seu malandro. Todo o dinheiro. Por isso, entre os malandros da baixa e da alta, as mulheres se chamam minas.

Laércio Arrudão me ensinou. (ANTÔNIO, 1976b, p. 78 – grifos nossos)

O verbo “ensinar”, que aparece duas vezes no fragmento, evidencia a função pedagógica de Laércio Arrudão.

Já os verbos “gritar”, “mandar”, “desmandar”, “exigir” etc. aparecem como habilidades essenciais para o bom desempenho da masculinidade segundo esse modelo de virilidade e supremacia de um sexo sobre outro.

E os conselhos se sucedem:

– Mulher lava os pés do seu homem e enxuga com os cabelos.

Laércio Arrudão me ensinou.

– Outra coisa: duas ondas bestas podem perder um homem. Gostar e mulher bonita. Malandro que é malandro se espanta e evita tudo isso. (ANTÔNIO, 1976b, p. 78)

A relação prevista como ideal, portanto, é aquela que exclui o companheirismo, a cumplicidade e a união dos amantes. É uma relação confirmadora, portanto, da rígida hierarquia das relações que Garbuglio (1987) e Gorender (2000) observaram na sociedade brasileira.

De um modo sedutor e agradável, facilitando assim a aceitação de seus argumentos, Laércio Arrudão prossegue em seu papel de tutor com Paulinho, conforme vemos abaixo:

Pousando as duas mãos nos meus ombros, falando baixo e sério um português bem clarinho, Laércio começava a me escolar que quem gosta da gente é a gente. Só. E apenas o dinheiro interessa. Só ele é positivo. O resto são frescuras do coração. Eu precisava tomar uns pontos na ignorância. (ANTÔNIO, 1976b, p. 78 – grifos nossos)

Os trechos grifados explicitam a relação de mestre-aprendiz estabelecida entre os dois. O conhecimento é tratado como regra de sobrevivência, num sistema de valores em que vigora a lei do mais forte e o individualismo é a saída exclusiva para o sucesso.

A lição é apreendida prontamente, segundo o narrador revela:

À noite, à toa, à toa, meti-lhe um sopapo na caixa do pensamento. Ela caiu e quis pôr a boca no mundo. Chapotei-lhe mais um muquete e se aquietou.

– Fale baixo comigo.

Agora, ganha porrada toda a mão que tenta uma liberdade. (ANTÔNIO, 1976b, p. 78)

O efeito desejado é atingido: Paulinho passa a ser considerado valente em seu meio: “Então meu nome se espalha e começa a ganhar tamanho na zona. Boquejam à boca pequena: – Um valente ponta firme”. (ANTÔNIO, 1976b, p. 79)

Outro efeito importante é atingido: Ivete se satisfaz, se sente valorizada e orgulhosa por estar com um autêntico malandro: “Ivete se sente mulher de malandro e me agrada mais. Vem se aninhar como uma cachorra. Sou temido e presenteado”. (ANTÔNIO, 1976b, p. 79)

Paulinho se envolve no trabalho do botequim, fazendo seus truques no balcão, enganando os fregueses para aumentar a margem de lucro. Ao mesmo tempo, aproxima-se de Ivinho Americano e Jonas, irmãos de Laércio Arrudão, aprofundando seus vínculos pessoais, mostrando-se seguro: “Se me enfiar numa quizomba, posso ir firme; os dois vão pra fogueira comigo”. (ANTÔNIO, 1976b, p. 82)

Laércio Arrudão acompanha de perto o menino, chamando-o novamente para ouvir conselhos: agora era preciso dar um salto maior, ser mais ambicioso. É tratado como “meu padrinho” pelo narrador, o que podemos ver no trecho abaixo, no qual Arrudão se mostra bastante atento e preocupado com os rumos da vida do rapaz:

(...) Arrudão me cata com um chamamento, me leva para um canto. Laércio Arrudão, meu padrinho. Deu agora, nas últimas noites, para me chamar de lado, falar baixo, pedir atenção e olho vivo na sua prosa. Quando o movimento acaba e desço as portas do muquinfô, a gente conversa. O mulato me esquentava a cabeça, me bota umas dúvidas na caixa do juízo... Vai falando baixo, balangando macio, com a malícia de quem estivesse piscando mas não mexesse os olhos, uma picardia no canto da boca. A conversa é maneira, antes de insinuar que fala. Mas é feroz, corta. Corta. Tenho um pouco de medo dela. Arrudão também está nervoso quando me fala e ajeita um dos pés sobre a caixa de cervejas, procurando uma posição melhor para me enfiar as coisas na cabeça. Ganho um frio. Ele estala os dedos. Ouço apenas, nem sequer concordo, nem engrolo uma palavra. Os ensinamentos de Arrudão ganham força, me amolam por dentro, abalam o que sei. O mulato para de vez em quando, para conferir o efeito. – Viu? – o indicador me espeta a barriga. E é como se ele me passasse o seu vício de piranha. Crítica. Que malandro sou eu? O nervoso de suas mãos continua. Joga-me na cara que sou um trouxa, um coitão muito pacato, tenho uma mulher só, perco tempo andando na magrela pra baixo e pra cima, tenho essa mania besta de namorar meninas honestas que trabalham nas lojas da rua José Paulino, não me cuido de arrumar mais grana nas virações da zona. E que nunca serei um malandro, não tenho ambição... (ANTÔNIO, 1976b, p. 85)

Como vemos, Laércio Arrudão chega a ser hostil com o rapaz, que fica abatido. Mas logo em seguida, como forma de compensação, o homem manifesta o tom amistoso e protetor:

Meus olhos ficam no azulejo gasto do boteco. Arrudão se despede, o tapa no meu ombro. Muda o tom, a ruga some da cara, já outro Arrudão, já brinca. O Laércio que eu prefiro: – Meu Paulinho duma Perna Torta, meu moleque... O ensino de Arrudão quer o meu bem. A ele só interessa é furtar, roubar, roubar, beliscar, morder, recolher, entortar, quebrar, tomar, esfaquear. Laércio Arrudão me quer vivo e cobra como ele, a cobiçar e tomar todas as coisas alheias. (ANTÔNIO, 1976b, p. 85)

A conclusão da lição é esta: Laércio Arrudão chega até a ser hostil com o menino, mas é em nome da exigência que tem em relação a seu futuro, procurando assegurar-se de que o

mais jovem está devidamente apropriado dos ensinamento transmitidos. A atitude é própria de um professor rigoroso, mas justo, que exige e apoia ao mesmo tempo, e que consegue, com isso, a adesão efetiva aos princípios que ensina, como fica claro nesta afirmação do narrador: “O ensino de Arrudão quer o meu bem”.

No momento em que celebra sua consagração entre os malandros, ao relatar a origem de sua alcunha, Paulinho comenta:

Como outros malandros grandes e pequenos de São Paulo, eu ganhava um nome de guerra. Que ia se exagerar e virar lenda na boca das curriolas, nas ocorrências da polícia e na mentirada dos jornais. Como Saracura, como Bola Preta, Ivinho Americano, Diabo Loiro, Marrom e como tantos outros. (ANTÔNIO, 1976b, p. 87)

Podemos dizer, então, que as lições do mestre, bem apreendidas, mudaram de fato o *status* social do menino: de simples pivete engraxate a malandro notável, podemos dizer agora que a vida de Paulinho atingira a “fervura”.

Ele segue obstinado as lições de malandragem do “padrinho”, caminha decidido em direção ao que deseja: “E belisco e mordo, cobiçando e tomando as coisas dos outros, como é do ensino de Laércio Arrudão”. (ANTÔNIO, 1976b, p. 87) Além da notabilidade, tinha adquirido também algum capital, comenta: “meu capital sobe na Caixa Econômica da Praça da Sé”. (ANTÔNIO, 1976b, p. 88)

Paulinho Perna Torta não se contenta em explorar apenas uma “mina”: “Ivete foi a primeira. Mordo agora duas minas na zona. Vou mamando”. (ANTÔNIO, 1976b, p. 88)

O narrador comenta sobre Valquíria, menina que ele conduz à prostituição. Em suas palavras:

Sou de Valquíria também. Lá numa das poucas e caras casas da Ribeiro da Silva. Mulata, novinha, me dá tudo o que ganha. Era doméstica e foi comigo que caiu pela primeira vez. Charlei, abusei. Saquei a mina do emprego. Deflorei. Dormimos uma semana num hotel da Alameda Glete. Preparei aquela criança, ensinei a lidar com homem na cama. E meti na vida. (ANTÔNIO, 1976b, p. 88)

Podemos dizer que agora um ciclo se completou: o aprendiz virou mestre, foi ele dessa vez quem iniciou a adolescente numa profissão marginalizada, marcada por inúmeros riscos à saúde e à integridade físicas.

Se em seu passado de “moleque de rua” foi o menino vulnerável aos interesses dos adultos, o adulto que perverte a infância e explora o corpo feminino da adolescente é o próprio Paulinho.

Por essa época, além da atividade de rufião, participa de assaltos:

Faço um conluio com a curriola de assaltos de Bola Preta. Mão armada, máquina na mão. Assalto, surrupio carteira, Colt 45, vou gatunando por aí. Cinco passagens na Delegacia de Furtos. A Captura já farejou atrás de mim. Carrego cinco processo no

ombro, de que o Doutor Aniz Issará cuida a bom preço. Trato Aniz de você, me impondo – e ele é o maior especialista do crime em São Paulo. Mas estou fichado apenas como ladrão e assaltante. Rufianismo, vadiagem e jogo, não. (ANTÔNIO, 1976b, p. 89)

Eis que a história muda de rumo, conforme o narrador:

Estou falado e meu capital subindo, quando um boato varre São Paulo todo, estremecendo todas as rodas da baixa e alta malandragem, bulindo, abalando. Por tantos crimes de morte, por tantas estripulias pelos vícios e perturbações, as curriolas todas vão cair do cavalo.
O governo vai fechar a zona. (ANTÔNIO, 1976b, p. 90).

Um novo cenário se cria na narrativa. A violência policial emerge:

São Paulo está comendo quente.
No primeiro tiroteio, os milicos ligados aos guanacos trabalharam na crocodilagem de emboscar. Encachorrados e campanando na espreita, fisgaram e apagaram o malandro Saracura.
Os jornais pintaram a briga, e os tiras, adulados, ganharam moral. Então, os ratos partiram para o terror. Estão ansiosos e funcionando, com vontade de apresentar folha de serviço. Faz dez dias. Batida geral, as peruas da justa farejam todas as bocas da cidade em diligências, guardando de supetão sessenta e cinco sofredores.
Os malandros se apavoram. As mulheres choram e se embebedam.
– Hoje tem *blitz*.
É só o que se boqueja desesperando por aí. E é essa pixotada que as curriolas têm de meter ainda mais fogo na panela:
– E da brava.
(ANTÔNIO, 1976b, p. 90)

Paulinho, após comentar sobre o avanço da ação policial sobre o crime, com os consequentes prejuízos para suas atividades e a de seus comparsas, novamente se refere de modo negativo à imprensa hegemônica: ela inflama ainda mais a situação, dando visibilidade para a polícia. Ainda vemos, no trecho, a indignação de Paulinho com a reação dos seus conhecidos, o qual desaprova sua atitude temerosa e desesperada. Para o protagonista, falta esperteza a essas pessoas:

Será que não se mancam? Que o negócio bom seria fintar a polícia, partindo para um gelo, para uma onda de calma? Não, não. Essa cambada de vagabundos não tem a menor asa de barata de picardia. Uns apavorados, uns cóios-sem-sorte!
E a polícia fica sendo a força da guerra, é claro. Mas claro-marinheiro – a fraqueza das curriolas é a fortaleza da polícia. (ANTÔNIO, 1976b, p. 90)

E novamente condena a imprensa, que ele diz acobertar os erros da polícia e heroificá-la: “E os jornais, querendo fazer uma presença para as famílias da cidade, tocam confete na polícia. E tudo se entorta. Pudera...” (ANTÔNIO, 1976b, p. 90)

Apesar da tentativa de acordo com a polícia, a qual Paulinho consegue, com dinheiro, acalmar por um tempo, a situação se complica: “Mas a zona está azoadada demais. Os homens da polícia, afiados, fincam, fincam pé no terror. As mulheres levam pancada e mal e mal podem trabalhar; os malandros se espantam e tomam chá de sumiço”. (ANTÔNIO, 1976b, p. 92)

O cenário de terror e sanguinolência, que não tem antecedente na literatura de João Antônio, põe o leitor em contato com a violência do Estado:

A polícia em massa. Toda a rataria – Força Pública, Exército, Corpo de Bombeiros, Cavalaria, Aeronáutica, até o DST, os civis, os guanacos, os cabeça-de-penicós, até a rapaziada da PE.

Os cavalos pisam também. Empinam-se no ar e atropelam as infelizes. Vão pisando. As mulheres engolem depressa tubos de tóxicos e despejam álcool no corpo. Os corpos pelados, sem pressa pelas ruas, vão às labaredas, ardendo como bonecos de palha. O horror é uma misturação. Gente, cantoria, grito; é esguicho d'água, é tiro, correria, desnorçada. Xingação, berreiro, choro alto e arrastado, cheiro de carne queimada e fumaça. (ANTÔNIO, 1976b, p. 93)

Em meio à confusão e à truculência, inclusive Ivete acaba morrendo:

Voa de tudo pelas janelas. Quebram cama, cadeira, oratórios... Sangue se espirra no lixo da rua.

Sujam, quebram o trato do nosso arrego. Capturam Bola Preto (sic) e Diabo Loiro, metem algemas, lá vão os dois cobras cuspidos e correndo o pé, em resistência. Dão pesadas. São casseteados, Bola Preta cai e chutam-lhe os rins.

(...)

Meteu-se fogo também. Ivete está morrendo devagar na rua Aimoré, há cinquenta metros meus. (ANTÔNIO, 1976b, p. 93)

Sem considerar juízos morais e, sim, nos atentando aos dados históricos concretos: o que vemos é a fragilidade física dos marginais frente à força do Estado e o espírito punitivista-vingativo que determina suas ações.

A questão ética, se entra na discussão, deve levar em conta o conluio existente entre agentes do Estado e o tráfico, a prostituição e outras práticas que, apesar de criminosas, são formas de sobrevivência alimentadas pelo próprio modo de organização social vigente, legitimadas pelo Estado e consentidas, quando não financiadas, pelas camadas que concentram as riquezas.

A abordagem ética deveria levar em conta, inclusive, o espaço de lazer e diversão boêmia que representam os meios marginais do tráfico e da prostituição para os policiais, que são seus ativos frequentadores.

Essas zonas de marginalidade, em João Antônio, incluem ainda a malandragem e a jogatina, da qual a polícia é cúmplice também, conforme pudemos ver no tira aposentado Lima, em “Malagueta, Perus e Bacanaço”.

Consideramos que esses adultos, que representam oficialmente a lei e a ordem, são usurpadores do lugar paterno, o qual foi atribuído, historicamente, ao Estado. Se Adorno e Horkheimer (1981 apud BENEVIDES, 2008, p. 112) falam em declínio da função paterna na modernidade, acreditamos que temos aqui uma recusa ou negação de uma determinada função paterna: aquela que visa a zelar pela garantia do bem comum e pela equidade de direitos.

No capítulo final de “Paulinho Perna Torta”, “De 53 para Cá”, o narrador declara ter passado pela prisão e demonstra, nas últimas páginas da narrativa, estar no terceiro estágio do malandro – após o rito iniciático e a fervura, vem ela: a ruína.

Mostrando-se desolado, Paulinho demonstra reconhecer sua frágil condição no tecido social: “A gente não é ninguém, a gente nunca foi. A gente some, apagado, qualquer hora dessas, em que a polícia ou outro mais malandro nos acerte”. (ANTÔNIO, 1976b, p. 101)

Esse lamento condiz com suas sensações de solidão, abandono e também medo, uma vez que a ascensão social o separou dos pobres e incutiu-lhe o medo típico dos ricos em países de extrema desigualdade, fazendo comentários como este: “Mas hoje, eu tenho medo até de sair à rua sozinho”. (ANTÔNIO, 1976b, p. 102)

Paulinho Perna Torta, aos trinta anos de idade, sente-se velho, declarando-se melancolicamente, fracassado.

Arrepende-se por ter abandonado a vida pacata dos passeios de bicicleta pela cidade e as namoradinhas ingênuas do comércio pequeno-burguês – a vida próxima da de um “otário” –, tornou-se célebre malandro, mas seu desencanto com “a fervura” é explícito nestas suas palavras:

Eu me refinei e cada vez mais, amanhã precisarei de alguma novidade, senão já não serei o mesmo. Precisarei mais grana. E quando tiver, ainda assim, descontente e encabulado, irei vazio por dentro. Cobiçando e inventando novas nove-horas. (ANTÔNIO, 1976b, p. 105)

Vive, então, a fase terceira da malandragem – a ruína:

Trinta e um anos faço pelo São João. E nem Jonas, nem Ivinho Americano e nem Laércio Arrudão estarão aqui para uma champanha comigo. Tenho a impressão de que me preguei uma mentirada enorme nestes anos todos. (ANTÔNIO, 1976b, p. 105)

Procura reagir com a bravura e o heroísmo de sempre – “Mas não vou parar. Atucho-me de tóxico e sigo de me aguento”. (ANTÔNIO, 1976, p. 105) No entanto, ele próprio sabe que seu “reino” está ameaçado: “Eu só posso continuar. Até que um dia desses, na crocodilagem, a polícia me dê mancada, me embosque como fez a tantos outros. E me apague”. (ANTÔNIO, 1976, p. 105)

Entre outros aspectos que gostaríamos de destacar em “Paulinho Perna Torta”, fiquemos com a questão, particular ao texto, da misoginia e da exploração das mulheres, desde cedo, pelos malandros. Além da própria atenção dedicada ao tema da reificação do corpo feminino, tratado como mercadoria, vemos aqui, como elemento exclusivo da perda da infância, no caso das meninas, a violação ou erotização precoce – para satisfação e/ou exploração sexuais.

A infância explorada a partir da particularidade da reificação do corpo feminino tem, em “Paulinho Perna Torta”, o primeiro texto, entre todos dos *corpora*.

Veremos agora, para finalizar nossas análises de narrativas, esse tema da exploração do corpo feminino a partir da personagem Mariazinha Tiro a Esmo, mais uma criança-malandra, mais uma infância devastada pela dureza da necessidade material, da ausência de proteção familiar e do Estado.

5.5 “Mariazinha Tiro e Esmo”

A desilusão é um forte componente desse pequeno texto de João Antônio, no qual o autor paulista apresenta o retrato de uma paupérrima moradora do Rio de Janeiro da década de 1970. A palavra “moradora” não é adequada, uma vez que Mariazinha não tem habitação certa: “Não se pode dizer que tenha tido um lar, mas morou ou se escondeu num barraco de uma favela, a Catacumba”. (ANTÔNIO, 1976c, p. 6).

Dos textos de nossos *corpora*, “Mariazinha Tiro a Esmo” é o que mais se enquadra à “marca do hibridismo e da ruptura de gêneros” que caracterizam o livro *Malhação do Judas Carioca* (Azevedo Filho, 2008, p. 73) e embora acreditemos que, sob uma série de aspectos, ele também possa considerado como crônica, levamos em conta as observações de Azevedo Filho e empregamos o termo “conto-reportagem”.

Um dos resultados impactantes desse recurso textual é o modo como a personagem é apresentada: temos a impressão de que se trata de uma depoente, pois, no texto em terceira pessoa, vez por outra sua voz irrompe, com comentários marcados pela gíria urbana carioca e o tom sarcástico de quem apanhou muito da vida.

E é assim, mesclando a fala da personagem/depoente e a do narrador/repórter, que o texto sintetiza a vida de uma adolescente de catorze anos, retomando o processo pelo qual ela se tornou quem é: uma “olheira” de um “trecho de Copacabana” e “responsável por seis meninas pedintes, que vão esmolar e vender coisas miúdas entre Nossa Senhora de Copacabana e praia”. (ANTÔNIO, 1976c, p. 6)

O texto não apresenta a trajetória da menina em ordem cronológica. Mas tentaremos oferecer aqui essa ordem ao leitor.

Mariazinha era filha de um ferroviário e de uma prostituta. Nasceu pobre. O primeiro crime que viu foi ainda aos sete anos de idade: uma mulher morta a facadas.

A mãe vivia fora de casa e o padrasto era bêbado e batia na menina: “Pouco viu a mãe” e “o pai só via já calibrado, braseado, bebido de tantas cachaças da birosca”. (ANTÔNIO, 1976c, p. 8)

A menina sobrevivia catando restos de comida do lixo dos moradores da classe-média – trocava esses restos por um prato de comida. Aos doze anos foi assediada pelo padrasto e decidiu fugir de casa.

Por essa época amigou-se com um homem de quarenta anos, “mistura de padrasto e amante prepotente” (ANTÔNIO, 1976c, p. 8), e se vendia a outros homens. Por conta do ciúme do amante, fôgiu para a Praia do Pinto, convivendo com as “bandidetes” (ANTÔNIO, 1976c, p. 8) e trabalhando ainda como prostituta.

Entre suas andanças, arrumou brigas, e usava a navalha para se defender. Aos treze anos “já se mexia bem como sambista num bloco de Catumbi” (ANTÔNIO, 1976c, p. 8) e atraía a atenção dos homens com o seu corpo magro.

No tempo presente do conto-reportagem, Mariazinha aparenta ter dezenove anos, embora tenha catorze. Seus traços físicos são estes: pele branca, esguia, “nenhuma gordura na barriga lisa” (ANTÔNIO, 1976c, p. 5); “Os cabelos andam na moda, escorridos, longos, matizados de sol e sem tintura. Os cílios enormes, sem postiços”. (ANTÔNIO, 1976c p. 6)

À primeira vista, é uma menina de boa aparência: “É, para os leigos, apenas atraente e bronzeada (...) Para os distraídos e pacatos, para fariseus ou não iniciados em malandragem dos morros e dos becos do Rio, mais uma garota bonita em Copacabana”. (ANTÔNIO, 1976c, p. 5) Mas um traço físico da menina compromete essa beleza: “Alguns dentes podres, é o ponto fraco, vive chupando bala de hortelã para esconder o mau hálito”. (ANTÔNIO, 1976c, p. 6)

Essa diferença entre o que se pode ver a distância – a beleza da menina – e o que se pode notar de perto – os dentes podres – correspondem, a nosso ver, à contradição comportamental que a personagem apresenta: aparentemente, tem bom humor e maturidade, mas também ressentimento e fragilidade, sendo esta última repelida de modo agressivo, conforme vemos neste trecho:

Se Mariazinha Tiro a Esmo perceber que está causando pena, baixa os olhos. Mas tem um repente. Repele, incisiva. Encara:
– Que é que é, ô bicho? Ainda não viu gente assim, não, é? (ANTÔNIO, 1976c, p. 8)

Se o comportamento da menina é, em geral, bem-humorado, e ela ironiza o seu próprio destino – tirando sarro do alcoolismo do padrasto, por exemplo –, não é possível deixar de notar nesse sarcasmo uma compensação, uma forma de ressentimento, o qual aparece,

entremeado ao riso, em falas como esta: “Eu até gostei de ver a morte da dona, sabe? Uma boa vaca, que nem minha mãe”.

A ambivalência da menina aparece também neste comentário do narrador-repórter: “O rosto, quando ela se abandona de suas trampolinagens na faina malandra, é suave. Mas é agressivo, burlão, quase sempre”. (ANTÔNIO, 1976c, p. 8)

Mariazinha Tiro a Esmo foi assim batizada “lá pelos altos encardidos da Favela da Rocinha”. (ANTÔNIO, 1976c, p. 5) E agora que ela é mais “dura, vivida, já usada” e “tem dormido em soleiras de portas, entrada de edificios, botequins” (ANTÔNIO, 1976c, p. 8) os “iniciados em malandragem costumam chamá-la de pivete, carro novo, bandidinha, mini-*girl*, leoa, bandidete, piranha, filhinha, piniqueira” (ANTÔNIO, 1976c, p. 8), termos de caráter pejorativo em relação aos quais a menina demonstra não se incomodar – e responde: “Sou piranha, e daí? Eu tenho culpa? Acho que não gostaria de ser”. (ANTÔNIO, 1976c, p. 8) Essa fala aponta uma falta, uma fragilidade, uma fissura na menina-mulher que necessita sempre mostrar-se forte, juntando “todo seu humor carioca – antes uma forma de driblar os percalços, do que de fazer graça (...)” (ANTÔNIO, 1976c, p. 8), uma forma de manter-se equilibrada. Mas a força cede, e o narrador-repórter consegue flagrá-lo: “A fala é de caráter. Mas o sorriso, abrindo dentes arruinados, mostra nos cantos da boca um traço cínico, acanalhado, sinistro”. (ANTÔNIO, 1976c, p. 7)

Luciana e Mariazinha, embora se identifiquem pelo fato de serem, entre as personagens trabalhadas por nós, as únicas do sexo feminino, fazem parte de contextos diferentes e têm infâncias bem distintas uma da outra.

Em ambos os casos, notamos uma falta de atenção ou cuidado por parte dos pais ou responsáveis pelas duas personagens. Também notamos o lugar do infante como ser “sem fala”, embora em Mariazinha mais pela dimensão simbólica de fala no sentido de direito à escuta e à atenção, o qual lhe foi negado pela família.

A figura paterna se liquefaz no alcoolismo do pai e assume a forma monstruosa no abusador sexual, seu padrasto. O próximo pai substitutivo será o misto de “padrasto e amante prepotente”. (ANTÔNIO, 1976c, p. 8)

De qualquer maneira, a falta de diálogo existe, e a resposta de ambas as criaturas é a evasão – Luciana adentrando-se no universo fantasioso que a protege da brutalidade do meio e Mariazinha pulando etapas do desenvolvimento, de certo modo rompendo com o lugar de infância para, dada a urgência das situações, igualar-se aos adultos, não apenas no campo da fantasia, como Luciana fazia com a adoção da personalidade de D. Henriqueta da Boa-Vista. A violência vivida por Luciana, mais intensa no campo psicológico, talvez fosse compensada

por meio de uma reorganização interna produzida pela imaginação. Já para Mariazinha, os recursos da fantasia parecem menos viáveis, pois alguns aspectos de sua infância – certamente não ela toda – foram muito cedo “abortados”.

Crescida num ambiente que tende a expor os pequenos aos desafios da vida adulta, tornando-os, compulsória e prematuramente, responsáveis por deveres como o de cuidar da própria sobrevivência, seja catando restos de lixo, seja vendendo seu corpo, Mariazinha precisa dar conta da dureza do real como desafio inadiável. Tendo como modelos adultos que demonstram dificuldade em responder ao chamado da responsabilidade – trabalhar, administrar o cotidiano, cuidar de uma criança –, Mariazinha arranja ela própria recursos para sobreviver e crescer.

Essas palavras de Gomes e Pereira (2003) ajudam a ilustrar a condição psíquica e social do menor que decide evadir-se de casa:

Nas famílias marcadas pela fome e miséria, a casa, para os adolescentes, representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade. As privações de que são objeto estes adolescentes se refletem fortemente na sua formação psicossocial. A questão da família pobre aparece como a face mais cruel da disparidade econômica e da desigualdade social que se instaurou no país.

Os reflexos da crise econômica, à qual está sujeita a família pobre, precipita a ida do adolescente para a rua. (GOMES; PEREIRA, 2003, p. 110)

É bom lembrar – para não cairmos num maniqueísmo ingênuo – que, se essa entrada precoce no mundo adulto traz suas dores, possibilita também, por outro lado, uma série de prazeres. Ou seja, se ela atribui deveres pesados, também permite direitos ao deleite, deleites que só podem ser vividos plenamente na rua, ou seja, na saída ou na longa ausência da casa dos pais.

Assim, o maniqueísmo ingênuo que enquadraria a experiência das ruas como uma vivência inteiramente lacrimosa ou entediante não funciona para as narrativas de João Antônio, nas quais a ambivalência da maturação precoce aparece com insistência, apresentando crianças e adolescentes que lutam pela própria sobrevivência e se expõem a situações de risco, mas encontram, nesse processo, sensações de liberdade, gozo, vaidade e orgulho – como vemos nos protagonistas de “Meninão do Caixote”, o Perus de “Malagueta, Perus e Bacanaço” e o Paulinho de “Paulinho Perna Torta”.

São vidas riscadas, desde cedo, da possibilidade de segurança, educação, cuidado, enfim, da preservação de seu lugar como sujeitos vulneráveis aos ditames da vida adulta – o trabalho, a sexualidade, a criminalidade ou a violência, mas que têm, por outro lado, ainda que

por ingenuidade, certa honra em se construir por conta própria, independentemente de como o leitor julga essa construção.

Se Mariazinha simbolicamente é também um ser “sem fala”, como já foi apontado, na prática vemos que a menina conquistou, ainda que por vias tortuosas, o lugar de adulta, e é consciente desse lugar que ocupa. Isso fica claro no modo como lida com os “xingamentos” que lhe são atirados pelos homens – aos quais se mostra impermeável.

Os dois pais substitutos que aparecem na narrativa representam perigo para a “menor” e, como no caso dos outros personagens de João Antônio aqui estudados, correspondem à dinâmica apontada por Vima Martin sobre o comportamento dos adultos malandros e seus aprendizes. Repetimos aqui as palavras já citadas da autora: “exploração e proteção, dureza e afeto misturam-se na relação do malandro com seu aprendiz. (...) o adulto impele a criança à malandragem, abreviando-lhe a infância (...)” (MARTIN, 2008, p. 157)

Com o padrasto que lhe batia e a desejava sexualmente e o amante mais velho, que era enciumado e violento – “Um dia tem de fugir com medo dos ciúmes do protetor” (ANTÔNIO, 1976c, p. 8) –, Mariazinha parece ter aprendido esperar muito pouco dos homens e por isso desdenha de seus xingamentos. Voltaremos a isso depois.

Por ora, julgamos importante lembrar que, se Luciana é-nos apresentada como uma menina com mais ou menos seis anos – quase a idade que Mariazinha tinha quando presenciou pela primeira vez um homicídio –, a protagonista-depoente de João Antônio tem a infância já como passado, pois é uma menina em fase de puberdade ou adolescência, ou seja, alguém cujo corpo já se desenvolveu minimamente para a vida sexual. Como seria de se esperar, portanto, Mariazinha Tiro a Esmo é uma personagem mais sexualizada do que Luciana.

Retomando, então, aqueles xingamentos atirados contra Mariazinha, ou, dizendo de outro modo, os rótulos que os homens lhe atribuíam, gostaríamos de nos concentrarmos agora na resposta da menina, que é a seguinte:

– Sou piranha, sim, e daí? Eu tenho culpa? Acho que não gostaria de ser. Seria bom ter um homem só com um carro só. Parece que seria legal. Mas está aí uma coisa que os homens não querem. (ANTÔNIO, 1976c, p. 9)

Já comentamos sobre o modo despojado como ela comenta sobre sua condição de “piranha”, e o fato de dizer que chegou a isso inclusive por falta de opção – que é o que podemos ver, depois de conhecer sua trajetória. Em seguida vem uma manifestação no texto de um desejo da menina: “ter um homem só com um carro só”. Um pressuposto dessa fala é: ela anda/transa/tem vários homens. Outro pressuposto: ela se contentaria com apenas um carro, ou seja, com alguém que não necessariamente fosse rico ou que ostentasse riqueza – levando

aqui em conta o fato de que o carro era e ainda é, para grande parte da sociedade brasileira, um importante símbolo de destaque.

Mariazinha nos leva a crer que já aventou ou até que por vezes ainda aventava essa possibilidade de mudança de vida. Um homem e ela, numa vida simples, mas estável.

Mas, como vemos pela sua conclusão – e talvez já a esperávamos pelo que sabemos de seu passado –, a menina não tem ilusões em relação aos homens, e o que temos como desfecho, como o pássaro sangrando à beira da morte em “Minsk”, é mais uma vez a perda da esperança.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela diversidade de infâncias que os textos contemplam, julgamos interessante separá-las em dois grupos, buscando diferenciar as crianças presentes nos textos de Graciliano Ramos daquelas dos contos de João Antônio.

Os conflitos vividos pelas crianças em Graciliano Ramos ocorrem, basicamente, no interior das famílias, seguindo aquela lógica definida por Carmen dos Santos: o mundo dividido entre “crianças-estorvos” e “adultos dominadores”. (SANTOS, 2004, p. 74)

O menino mais novo, em seus primeiros contatos com a linguagem da violência, vê em Fabiano a promessa de um futuro de glórias. Seu irmão mais velho já não vê isso: repousa sua esperança em instância maior, sobrenatural, porque a falibilidade dos adultos já lhe é conhecida. Não é neles que aposta suas esperanças, mas nos seres de outros lugares, na cachorra Baleia e, acima de todos os seres, na “entidade protetora”, que garantia a harmonia do mundo. O menino mais velho, portanto, encontra um sentido maior que organiza e consola sua visão de mundo: uma força superior, capaz de pôr em concerto o caos do mundo. Podemos dizer que os dois meninos, camponeses isolados das outras crianças, constroem seu horizonte de expectativas a partir das poucas criaturas que conhecem.

No caso de Luciana, do conto “Minsk”, basta lembrar que todos os conflitos ocorrem no interior da casa da família. O caso do menino Graciliano Ramos é praticamente o mesmo. Como Luciana, ele pertence à classe média dos proprietários rurais ou do comércio do interior do Nordeste, com suas práticas escravocratas.

O menino tem o “azar” de encontrar o pai colérico e, por isso, ser agredido. A cena marcaria sua vida para sempre, segundo ele próprio, o que nos levou a considerar outros desdobramentos, na obra do autor, da questão da arbitrariedade do Estado brasileiro, que encarcerou Graciliano sem acusação formal.

Nesse caso podemos fazer quase imediatamente uma vinculação entre a violência vivida pela criança – aparentemente apenas um “estorvo” – e os sofrimentos que o autor, adulto, enfrenta, pois o próprio narrador parece sugerir a relação, com a costumeira ironia, afirmando que aquele havia sido o seu primeiro contato com a “justiça”.

Nos textos dos meninos de *Vidas secas* acreditamos que também possa ser feita uma relação semelhante: o silenciamento e a repressão vividos pelos meninos ultrapassam os problemas domésticos e metaforizam a série histórica – uma sociedade autoritária, movida pela violência.

Mas é o caso do moleque José o que mais nos chama a atenção para a violência cometida em espaço privado, a propriedade de Sebastião Ramos, na qual o menino morava, como enteado, filho de ex-escrava e, portanto, também serviçal da fazenda.

O espaço continua sendo doméstico, mas a violência agora claramente extravasa o problema dos adultos dominadores e das crianças que estorvam sua paciência: ela está ali presente, mas vinculada a uma questão que nos remete diretamente a um dos traumas nacionais, a escravidão negra, cuja dinâmica naturalizada o narrador captura, embora, pelo próprio fato de denunciar a si mesmo, não deixe de sugerir algum espanto frente à barbárie que expõe ao leitor. É no espaço doméstico, no *lar*, que se desenvolvem essas cenas de truculência histórica.

Circula muito no Brasil de hoje, século XXI, um discurso de supervalorização da família, chegando à essencialização de seus valores, tidos como “sagrados”, o que podemos subentender, em geral, como “cristãos”.

Neste mesmo país, no entanto, pesquisas apontam a violência doméstica como uma realidade alarmante. O estupro doméstico, particularmente, mostrou-se sistemático, conforme as informações trazidas pelo Atlas da Violência de 2018:

Trouxemos dados estarrecedores sobre esse fenômeno bárbaro [o estupro], em que 68% dos registros, no sistema de saúde, se referem a estupro de menores e onde quase um terço dos agressores das crianças (até 13 anos) são amigos e conhecidos da vítima e outros 30% são familiares mais próximos como pais, mães, padrastos e irmãos. Além disso, quando o perpetrador era conhecido da vítima, 54,9% dos casos tratam-se de ações que já vinham acontecendo anteriormente e 78,5% dos casos ocorreram na própria residência. (CERQUEIRA, 2018, p. 4)

Pelo que pudemos observar nos textos dos dois autores abordados aqui, o espaço doméstico, mais do que protetor ou acolhedor, é ambiente de violência arbitrária contra a criança, de silenciamento de sua voz e da educação em si para o silêncio, como forma de evitar questionamentos ao *status quo*. É o que vemos nos cocorotes levados pelo menino mais velho por perguntar à sinha Vitória se ela conhecia pessoalmente o inferno. É também o que vemos na perversidade de um padraсто como o de Mariazinha Tiro a Esmo, que abusou sexualmente da menina.

Ao contrário de “santa” ou “sagrada”, a instituição familiar, vista pelos narradores dos textos de Graciliano Ramos e de João Antônio contemplados neste trabalho, provou-se lugar de duras brutalidades.

Na maior parte dos casos, as experiências dos personagens infantis de João Antônio se dão fora de casa. À ausência sistemática dos membros da família – exceção feita à mãe do Meninão do Caixote –, corresponde a presença dos adultos malandros que representam, como já observamos, as figuras paternas de meninos que, sendo acolhidos e admirados por esses

adultos, procuram neles uma alternativa à vida de trabalhadores “otários”, frustrando-se, mais tarde, no entanto, por reconhecer, na “ética da malandragem”, a repetição de vários elementos próprios da sociedade capitalista, como o individualismo e a competitividade, operando, como ela, a partir da lógica de todos contra todos.

As infâncias de João Antônio funcionam, conforme já demonstrado, na lógica das crianças-pingentes, identificadas com os “menores de rua”, como já o foi efetivamente Paulinho Perna Torta.

As crianças de João Antônio saíram de casa para se livrarem da brutalidade ou da indiferença dos pais ou outros seres que habitam o espaço doméstico, como o “amásio” da tia de Perus, que é um dos responsáveis pelas perambulações do menino para fora de casa, em busca não só de melhores condições, mas também de respeito e de liberdade.

Em “Frio” não temos sequer informações sobre a família do protagonista. Seu “pai substitutivo” é Paraná.

A situação é um tanto diferente em Meninão do Caixote, pelo fato de que, neste caso, podemos acompanhar o processo de passagem, da parte do protagonista, da vida de “otário” – por frequentar escola e dever satisfações para a mãe – para a vida da malandragem. De qualquer modo, há esvaziamento da figura do pai, que mal fica em casa, e um movimento de aproximação cada vez maior do menino com a figura de Vitorino.

Encontramos uma dinâmica semelhante em “Malagueta, Perus e Bacanaço”, cujo enredo tem suas ações todas fora do espaço doméstico. A figura equivalente ao pai substituto, no caso, é Bacanaço.

Em “Paulinho Perna Torta” temos um caso radical de marginalização equivalente aos de “Frio” e “Mariazinha Tiro a Esmo” – nos três, há crianças que não vivem com os pais, sendo que, nos dois primeiros, não temos sequer informações sobre os familiares e sobre a ideia de uma residência. Talvez o caso mais gritante dessa realidade seja o de Paulinho Perna Torta, que encontra pela primeira vez a ideia de um “lar” na zona de meretrício.

A figura equivalente ao “pai substitutivo”, desta vez, é Laércio Arrudão. A relação entre esses dois personagens é reveladora do viés pedagógico das relações entre malandros e “menores”.

Paulinho Perna Torta traz também outra particularidade importante: na própria narrativa vemos o protagonista passar, de menor seduzido, a maior sedutor: de modo a demonstrar a sistematicidade e a continuidade das práticas de exploração de um indivíduo pelo outro.

A via da prostituição reaparece em “Mariazinha Tiro a Esmo”, mais um caminho encontrado como solução para a sobrevivência entre os “menores” de João Antônio. A

adultização da infância, expressa na erotização do corpo da menina, também se mostra pelo seu próprio apelido. Um nome de guerra. Como ocorre com Meninão do Caixote e Paulinho Perna Torta. Se os meninos de Fabiano e sinha Vitória se mostram anulados na rigidez hierárquica do adultocentrismo, como seres de menor importância e sem singularidades, no caso dos de João Antônio ocorre uma adultização. Suas personagens são batizadas na “viração” e na malandragem, no frege, na gíngua, na vida dura. São nomes-troféus, marcadores de habilidades, coragem ou vivência. Mas não são nomes de crianças.

Como podemos concluir, todas as experiências infantis retratadas nas narrativas analisadas neste trabalho recebem a tônica da negatividade. Os motivos, como vimos, não são os mesmos: obedecem a critérios subjetivos e a pressões sociais, ou a ambos simultaneamente, diversos. Mas em todos os casos podemos dizer que as infâncias e as crianças são tratadas como “menores”, no sentido de “menos importantes”, podendo tanto ser submetidas às paixões dos adultos – desejo sexual, impaciência, vaidade, preguiça – quanto à sua indiferença.

A necessidade de diálogo, sede de conhecimento e amor pelo pensar, são, de pronto, refutadas em *Vidas secas*. A sensibilidade e a imaginação são perigosos atrativos que podem interromper os principais objetivos da luta pela sobrevivência. Ou então do equilíbrio psíquico, como é o caso com sinha Vitória, que se recusa a discutir sobre a palavra e o lugar chamado “inferno”.

Novamente afirmamos reconhecer a importância dos comentários de Luís Bueno (2006) acerca da solidariedade em *Vidas secas*, e reconhecemos a relevância de se acrescentar esse aspecto à fortuna crítica do autor alagoano. Nosso foco, no entanto, conforme declarado, foi a violência e o autoritarismo nas relações entre adultos e crianças. Registramos ainda o fato de que Luís Bueno observa a totalidade do romance, diferentemente de nosso recorte, dos dois textos.

A violência comparece sistematicamente nas narrativas de Graciliano Ramos. Nos textos ficcionais e nos memorialísticos. Buscamos mostrar como ela aparece nas relações entre adultos e crianças e o que elas comunicam sobre a moralidade dos primeiros, ou seja, o que elas flagram no seu discurso normativo e corretivo.

Qual é a lição que os adultos ensinam em suas relações com as crianças? Ao fim e ao cabo: que pensar, dialogar e questionar devem ser banidos. Que a criança deve permanecer muda e obediente. Afinal de contas, questionar a realidade é questionar os próprios adultos.

Graciliano parece nos dizer que esses pais reproduzem, na relação com seus filhos, o interesse em manter a realidade como é, sem produzir modificações.

No que se refere aos camponeses pobres sinha Vitória e Fabiano, a ordem subliminar é a de não ameaçar o poder dos mais fortes. Esse é o medo que os mobiliza.

No que concerne às famílias de classe média, o pavor é o da proletarização. O medo de ser confundido, de não se distinguir do cidadão de segunda categoria – que é como são vistas as populações pobres, em geral descendentes de africanos, no Brasil. O medo de se “misturar” e a necessidade de legitimar o seu poder é o que mobiliza a pequena burguesia do conto “Minsk”. Observemos com que receio a família considera a relação de amizade da menina com Seu Adão Carroceiro, criatura de “segunda categoria”. Gente de outra laia.

O moleque José também é evidentemente tratado como cidadão de segunda categoria – tendo servido o seu próprio corpo como alvo de testes pessoais, o que nos explica o próprio narrador, que desejava aproveitar o momento em que o moleque José levava uma surra de Sebastião Ramos para promover um teste pessoal. Esse momento faz saltar aos olhos a vulnerabilidade e a coisificação dos corpos historicamente oprimidos dos povos negros que vieram como escravos para o Brasil.

Mais do que isso, a passagem nos mostra como se constrói, didaticamente, no interior do “lar”, a diferenciação entre cidadãos de primeira e segunda categoria. A legitimação da violência contra os negros se aparece de modo nu e cru para o leitor.

Da passagem do século XIX para o XX, de onde vêm as memórias de Graciliano Ramos, avançamos para meados do século XX, época em que se dão as ações do protagonista de “Frio”. Quantos outros descendentes do moleque José não precisaram, como o pequeno que perambula pela noite gelada de São Paulo, ocupar esse espaço marginal, de cidadão de “segunda categoria”? Quantos ainda não precisarão?

Nesse sentido, a leitura comparativa de Graciliano Ramos e de João Antônio faz-nos pensar numa linha contínua dos dissabores vividos pelas crianças negras, cuja opressão social mantém-se muito semelhante com o passar do tempo.

A respeito da continuidade ou repetição dos problemas em nossa história, escreveu Renato Janine Ribeiro:

O Brasil (...) pode ser dito um país traumatizado. Ele jamais ajustou as contas com suas dores terríveis, obscenas, a da colonização e a da escravatura. A condição colonial significou viver na mais franca heteronomia, sem o autogoverno que nas partes inglesas do continente então se praticava, e na mais decidida ignorância, sem o ensino universitário, que nas regiões hispânicas da América se ministrava, e tudo isso como uma terra destinada ao esgotamento de sua natureza vegetal e à exaustão de sua natureza mineral: sofreu, pois, a predação do invasor português. Já a escravatura desdobrou ou completou a obra da colonização: o feticídio, se assim podemos chamar o assassinato da natureza, e a heteronomia colonial exigiram também que o trabalho fosse praticado sob o modo do esgotamento e da destituição, no caso, do negro africano. Ora, nosso problema não eram os nativos que ocupavam a região de Porto Seguro quando aportaram as naus de Cabral, mas não deixa de ser

altamente simbólico que pertencesse a essa tribo, que hoje ali reside, o índio que foi assassinado cruelmente quase na hora aniversária da invasão europeia de 1500. Repetimos, assim, obsessivamente os traumas das mais radicais desigualdade e iniquidade. (RIBEIRO, 1999, p. 11)

Ribeiro, quando fala dos dois traumas do país, faz-nos pensar na ideia de “minoridade” aplicada a este próprio: na nação apequenada em objetivos, minoritária, diminuta nos planos possíveis para seu futuro. O país paralisado, preso ao passado. Conforme Garbuglio (1987), há uma tendência no país a manter suas tradições autoritárias. Jeanne Marie Gagnebin, em seu texto sobre a ditadura de 1964, comenta acerca da tendência ao esquecimento coletivo em torno da barbárie perpetrada pelo Estado brasileiro:

Esse passado que insiste em perdurar de maneira não reconciliada no presente, que se mantém como dor e tormento, esse passado não passa. Ele ressuscita de maneira infame nos inúmeros corpos torturados e mortos, mortos muitas vezes anônimos, jogados nos terrenos baldios ou nas caçambas de lixo, como foi o caso dos três jovens do morro da Providência do Rio, em julho de 2008. (GAGNEBIN, 2010, p. 185)

Com essas palavras encerramos nosso trabalho.

São Paulo, novembro de 2018

7. REFERÊNCIAS

De Graciliano Ramos

- RAMOS, Graciliano. *Conversas*. Organização de Thiago Mio Salla e Ieda Lebensztayn. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- _____. *Garranchos*. Organização de Thiago Mio Salla. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- _____. *Cartas inéditas de Graciliano Ramos a seus tradutores argentinos Benjamín de Garay e Raúl Navarro*. Introdução, ensaios e notas de Pedro Moacir Maia. Salvador: EDUFBA, 2008.
- _____. *Linhas tortas*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- _____. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. *Caetés*. Rio de Janeiro: Record, 1985a.
- _____. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 1985b.
- _____. *Memórias do cárcere – Volume 1*. Rio de Janeiro: Record, 1985c.
- _____. *Memórias do cárcere – Volume 2*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, s/d.
- _____. *Insônia*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1985d.
- _____. *Cartas / Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- _____. *Angústia*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record/As, 1975.
- _____. *Infância*. São Paulo: Martins, 1970.
- _____. *Histórias incompletas*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1946.

Sobre Graciliano Ramos

- ABDALA JR., Benjamin (Org.) *Graciliano Ramos: muros sociais e aberturas artísticas*. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- _____. “Graciliano Ramos e as esferas da totalidade”. In: *Literatura comparada e relações comunitárias, hoje*. São Paulo: Ateliê, 2012, p. 125-170.
- _____. “Ideologia e linguagem nos romances de Graciliano Ramos”. In: GARBUGLIO, José Carlos et alii. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987, p. 398-406.
- BOSI, Alfredo. “Céu, inferno”. In: GARBUGLIO, José Carlos et alii (Org.) *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987.

- BRUNACCI, Maria Izabel. *Graciliano Ramos: um escritor personagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BULHÕES, Marcelo Magalhães. *Literatura em campo minado: a metalinguagem em Graciliano Ramos e a tradição literária brasileira*. São Paulo: Annablume, 1999.
- CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.
- CARELLI, Fabiana Buitor. *Porões da memória: ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos*. São Paulo: Dissertação de mestrado, USP, 1997.
- CARVALHO, Lúcia Helena. *A ponta do novelo: uma interpretação de Angústia, de Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1983.
- CASTRO, Dácio Antônio de. *Roteiro de leitura: Vidas secas, de Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1997.
- CONRADO, Regina Fátima de Almeida. *O mandacaru e a flor: a autobiografia Infância e os modos de ser Graciliano*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “Graciliano Ramos”. In: *Cultura e sociedade no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 141-194.
- COUTINHO, Fernanda. *Imagens da infância em Graciliano Ramos e Antoine de Saint-Exupéry*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.
- FELDMANN, Helmut. *Graciliano Ramos: reflexos de sua personalidade na obra*. Fortaleza: UFC; Casa José de Alencar; Programa Editorial, 1998.
- GARBUGLIO, José Carlos; BOSI, Alfredo e FACIOLI, Valentim. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987.
- GARBUGLIO, José Carlos. “Graciliano Ramos: a tradição do isolamento”. In: GARBUGLIO, José Carlos; BOSI, Alfredo e FACIOLI, Valentim. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987.
- LEBENSZTAYN, Ieda. *Graciliano Ramos e a Novidade: o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis*. São Paulo: Tese de doutorado, USP, 2009.
- LEITÃO, Cláudio. *Líquido e incerto: memória e exílio em Graciliano Ramos*. Niterói: EdUFF; São João Del-Rei: UFSJ, 2003.
- LEMOS, Taísa Vliese de. *Graciliano Ramos: a infância pelas mãos do escritor – um ensaio sobre a formação da subjetividade na psicologia sócio-histórica*. Juiz de Fora: Editora UFJF / Musa Editora, 2002.
- LINS, Álvaro. “Valores e misérias das vidas secas”. In: GARBUGLIO, José Carlos et alii. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987, p. 261-268.

- MAIA, Pedro Moacir. “Gênese e motivos de *Vidas Secas*”. In: RAMOS, Graciliano. *Cartas inéditas de Graciliano Ramos a seus tradutores argentinos Benjamín de Garay e Raúl Navarro*. Introdução, ensaios e notas de Pedro Moacir Maia. Salvador: EDUFBA, 2008.
- MALARD, Leticia. *Ensaio de literatura brasileira: ideologia e realidade em Graciliano Ramos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, s/d.
- MARTINS, Wilson. “Graciliano Ramos, o Cristo e o Grande Inquisidor”. In: RAMOS, Graciliano. *Caetés*. São Paulo: Record / Martins, 1976.
- MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte, Editora UFMG, 1992.
- MORAES, Dênis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- RAMOS, Ricardo. *Retrato fragmentado*. Rio de Janeiro: Globo, 2011.
- SANTIAGO, Silviano. In: *Angústia*. Rio de Janeiro: Record (Edição Especial 75 Anos), 2011, pp. 287-300.
- SEEL, Antoine; COLI, Jorge. “Préface”. In: *Mémoires de prison*. Graciliano Ramos. Paris, Gallimard, (s/d).
- VIANA, Vivina de Assis (Org.) *Graciliano Ramos*. São Paulo: Abril Educação (Literatura Comentada), 1981.

Textos sobre Graciliano Ramos encontrados em sites

- BEZERRA, Ana Cristina Pinto. “Um olhar sobre as ‘infâncias’ nas narrativas de Graciliano Ramos”. Revista Desenredos – ano 4 – número 14. Teresina, 2012.
(ARTIGO)
Disponível em
<http://desenredos.dominiotemporario.com/doc/14-Artigo-AnaCristina-Infancias-GracilianoRamos.pdf>
Acesso em 30 out. 2016
- BUENO, Luís. “A presença do amor em *Vidas secas*”. Teresa – Revista de Literatura Brasileira. (ARTIGO)
Disponível em

<http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/115420>

Acesso em 15 jul. 2018

BOAVENTURA, Cristiana Tiradentes. “*Viver em paz com a humanidade inteira*”:

Infância, de Graciliano Ramos, e a construção de si. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013. (TESE)

Disponível em

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-07012014-100125/pt-br.php>

Acesso em 11 de set. 2017

GARCIA, Érica de Lima Melo. “Graciliano Ramos e a experiência da infância”. Belo

Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2010. (ARTIGO)

Disponível em

http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_36/erica_lima.pdf

Acesso em 30 out. 2016

LEBENSZTAYN, Ieda. “A influência da primeira leitura da infância de Graciliano

Ramos”. *Estadão – Aliás*, 26 de Agosto de 2017 (ENSAIO)

Disponível em

<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,a-influencia-da-primeira-leitura-da-infancia-de-graciliano-ramos,70001950407>

Acesso em 22 jul. 2018

PEREIRA, Wellington Gustavo. *Infância, de Graciliano Ramos: um Relato Dentro do*

Período pós-Abolição. (DISSERTAÇÃO)

Disponível em

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-09032010-104242/pt-br.php>

Acesso em 22 nov. 2017

RIBEIRO, Gustavo Silveira. *Abertura entre as nuvens: uma reinterpretação de*

Infância, de Graciliano Ramos. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 2008. (DISSERTAÇÃO)

Disponível em

http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-7BSELV/abertura_entre_as_nuvens_disserta_o.pdf?sequence=1

Acesso em 22 nov. 2017

SANTOS, Carmen Sevilla Gonçalves. “A concepção social de infância na obra de Graciliano Ramos”, 2004. (MONOGRAFIA)

Disponível em

<http://docplayer.com.br/43596178-A-concepcao-social-de-infancia-na-obra-de-graciliano-ramos-53.html>

Acesso em 22 nov. 2017

Vídeos sobre Graciliano Ramos

REIS, Zenir Campos. “Vidas secas”. UNIVESP – Literatura, 8 de abril de 2016.

(ENTREVISTA)

Disponível em

https://www.youtube.com/watch?v=rSUVf_q89f8

Acesso em 12 jul. 2018.

De João Antônio

ANTÔNIO, João. *Contos Reunidos*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

_____. “João Antônio”. In: STEEN, Edla van. *Viver e escrever – I*. São Paulo: L&PM, 2008. (Entrevista)

_____. *Malagueta, Perus e Bacanaço*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

_____. *Abraçado ao meu rancor*. São Paulo: Cosac Naify, 2001a.

_____. *Ô, Copacabana!* São Paulo: Cosac Naify, 2001b.

_____. *Patulêia: Gentes da rua*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Um herói sem paradeiro: vidão e agitos de Jacarandá, poeta do momento*. São Paulo: Atual (Série Transas e Tramas), 1993.

_____. *Zicartola: e que tudo mais vá pro inferno!* São Paulo: Scipione (Série Diálogo), 1991.

_____. *Meninão do Caixote*. São Paulo: Atual, 1983.

_____. *Dedo-duro*. Rio de Janeiro: Record, 1982.

- _____. *Calvários e porres do pingente Afonso Henriques de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977a.
- _____. *Lambões de caçarola (Trabalhadores do Brasil!)*. Porto Alegre: L&PM Editores (Série Ilustrada – Volume 1), 1977b.
- _____. *Casa de Loucos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976a.
- _____. *Leão-de-chácara*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976b.
- _____. *Malhação do Judas Carioca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976c.
- _____. “Paulinho Perna Torta”. In: SILVEIRA, Ênio (Org.) *Os Dez Mandamentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Sobre João Antônio

- AGUIAR, Flávio. “Evocação de João Antônio ou do purgatório ao inferno”. In: CHIAPPINI, Ligia et alii (Org.) *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp; Boitempo, 2000. p. 145-155.
- AZEVEDO FILHO, Carlos Aberto. *Hibridismo e ruptura de gêneros em João Antônio*. Assis: Tese de doutorado, UNESP, 2008.
- CANDIDO, Antonio. “Na noite enxovalhada”. (Prefácio). In: ANTÔNIO, João. *Malagueta, Perus e Bacanaço*. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 5-12.
- CHIAPPINI, Ligia. “O Brasil de João Antônio e a sinuca dos pingentes”. In: CHIAPPINI; DIMAS; ZILLY (Org.) *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp/Boitempo, 2000, p. 156-172.
- LACERDA, Rodrigo. “Ele está de volta” (Apresentação). In: ANTÔNIO, João. *Contos Reunidos*. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 13-40.
- LACERDA, Rodrigo. *João Antônio: uma Biografia Literária*. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2006.
- LAFETÁ, João Luiz. “João Antônio e sua estética do rancor”. In: *A dimensão da noite*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004 (organização de Antonio Arnoni Prado).
- MARTIN, Vima Lia. *Literatura e marginalidade: um estudo sobre Malagueta, Perus e Bacanaço de João Antônio e Luuanda de Luandino Vieira*. São Paulo: Alameda, 2008.
- OLIVEIRA, Ana Maria Domingues; ORNELLAS, Clara Avilla e SILVA,

- Telma Maciel da (Org.) *Papéis de escritor: leituras sobre João Antônio*. Assis: FLC-Assis-UNESP-Publicações, 2008.
- ORNELLAS, Clara Ávila. *O conto na obra de João Antônio: uma poética da exclusão*. São Paulo; Linear B; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2008.
- PEREIRA, Jane Christina. *Estudo crítico da bibliografia sobre João Antônio (1963-1976)*. Dissertação de mestrado, UNESP, 2001.
- RIBEIRO NETO, João da Silva (Org.) *João Antônio*. São Paulo: Abril Educação (Literatura Comentada), 1981.
- SILVA, Mylton Severiano da. *Paixão de João Antônio*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2005.
- ZENI, Bruno. *Sinuca de malandro: ficção e autobiografia em João Antônio*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- _____. *Sinuca de malandro – Narradores, protagonistas e figuras paternas em João Antônio*. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada (DTLLC), FFLCH-USP, 2012.
- ZILLY, Berthold. “João Antônio e a desconstrução da malandragem”. In: CHIAPPINI; DIMAS; ZILLY (Org.) *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp/Boitempo, 2000, p. 173-194.

Textos sobre João Antônio encontrados em sites

- ALVES; MILAN. “A infância submetida à violência da metrópole em ‘Frio’ e em ‘Mariazinha Tiro a Esmo’ de João Antônio”. Revista Científica SMG, v. 3. número 1, 2015
- Disponível em
<http://www.alvoradamaringa.com.br/revista/index.php/smg/article/view/39/41>
Acesso em 30 out. 2016.
- MORAES, Vaniucha. “A construção do escritor João Antônio”. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 30, no 62, p. 681-700, setembro-dezembro, 2017
- Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862017000300681
Acesso em 11 nov. 2018

ORNELLAS, Clara Ávila.. Graciliano Ramos e João Antônio em diálogo possível. *Revista USP*, (102), p. 111-124, 2014

Disponível em

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i102p111-124>

Acesso em 17 nov. 2018

Geral

ABDALA JR., Benjamin. *Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

_____. *De voos e ilhas: literatura e comunitarismos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

_____. “De voos e ilhas – imagens utópicas e o mito de Ícaro, em recortes clássicos e contemporâneos”. In: *Veredas 2 – Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1999, pp. 289-305.

_____. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

_____.
BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BAKHTIN, Mikhail (Volochninov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BEZERRA, Cristina Simões. “Cultura e hegemonia: a construção do debate cultural em Gramsci e os desafios contemporâneos.” In: *Gramsci e a formação política*. Guararema: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2012, pp. 109-163. (Cadernos de Estudos ENFF – 5).

BOSI, Alfredo; FACIOLI, Valentim e GARBUGLIO, José Carlos. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987.

BOURDIEU, Pierre. “A gênese dos conceitos de *habitus* e de *campo*”. In: *O poder*

- simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo; Campinas: Edusp; Unicamp, 2006.
- CANDIDO, Antonio. “A revolução de 30 e a cultura”. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 2000a, pp. 181-198.
- _____. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro, 1997.
- _____. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 2000b, pp. 199-217.
- _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000c.
- _____. “O direito à literatura”. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995, pp. 235-263.
- CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura comparada*. São Paulo: Ática. (Série Princípios), 2003.
- _____ e COUTINHO, Eduardo F (Org.) Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASALECCHI, José Ênio. *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*. São Paulo: Contexto (Repensando a História), 2013.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.
- CLETO, Murilo; DORIA, Kim, JINKINGS, Ivana. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Bauru: EDUSC, 2002.
- EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: Unesp, 2011.
- _____. “A psicanálise”. In: IDEM. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. “História da infância no pensamento social brasileiro. Ou, fugindo de Gilberto Freyre pelas mãos de Mário de Andrade”. In: IDEM (Org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013.
- FRIEDMAN, Norman. “O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico”. São Paulo: Revista USP, n. 53, março/maio 2002, p. 166-182.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. “O preço de uma reconciliação extorquida”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. (p. 177-186).
- GONÇALVES, Signorini Hebe. *Infância e violência no Brasil*. Paulo de Frontin, Rio de Janeiro: Nau; FAPERJ, 2003.
- GORENDER, Jacob. *Brasil em preto e branco: o passado escravista que não passou*. São Paulo: Editora Senac (Série Livre Pensar), 2000.
- _____. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KONDER, Leandro. *Os sofrimentos do “homem burguês”*. São Paulo: Editora Senac (Livre Pensar), 2000.
- LAFETÁ, João Luís. *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- LAJOLO, Marisa. “Infância de papel e tinta”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997 (p. 229-250).
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, s/d.
- MAIA, Janaina Nogueira. *Concepções de criança, infância e educação dos professores de educação infantil*. Campo Grande: Dissertação de mestrado, Universidade

- Católica Dom, 2012.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática (Série Princípios), 1998.
- MATTA, Roberto da. *O que é o Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco (coleção Cidadania), 2004.
- NAPOLITANO, Marcos. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NAZAR, Maria Teresa Palazzo. (Org.) *Psicanálise e pesquisa: a função paterna*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud / Escola Lacaniana de Psicanálise, 2008.
- NETO, Lira. *Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. (Org.) *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), 2000.
- PRETI, Dino. *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1994.
- RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RIBEIRO, Renato Janine. “A dor e a injustiça”. (Prefácio) In: COSTA, Jurandir Freire. *Razões públicas emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- SAID, Edward. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.
- _____. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b.
- _____. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SANTILLI, Maria Aparecida. *Paralelas e tangentes entre literaturas de língua portuguesa*. São Paulo: Arte e Ciência, 2003.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* São Paulo: Ática, 2004.
- SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. Curitiba: UFPR, 2007.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. São Paulo: Atual/ Campinas: Editora da UNICAMP (Discutindo História), 1986.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- _____. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense (Coleção Tudo é História), 1982.
- VIGOTSKI, Lev Semenovitch. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- _____. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WINNICOTT, D. W. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Textos encontrados em sites

- ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. “Tecendo os fios da infância”. *Educação Infantil: discurso, legislação e práticas institucionais* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- Disponível em
<http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-06.pdf>
Acesso em 30 out. 2016
- BENTES, Ivana. “Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo”. In: Revista Alceu – revista de comunicação, cultura e política, número 15: Rio de Janeiro, 2007 (versão digital), p. 242-255.
- Disponível em
http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu_n15_Bentes.pdf,

Acesso em 18 dez. 2015

CARVALHO, José Murilo. “Chumbo grosso: assassinato e tortura eram práticas comuns da polícia política durante a ditadura de Getúlio Vargas”.

Revista de História da Biblioteca Nacional (versão digital), 30/jan/2015

Disponível em

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/chumbo-grosso>

Acesso em 30 out. 2016

CERQUEIRA, Daniel. Atlas da Violência 2018 – Ipea e FBSP

Disponível em

http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf

Acesso em 27 nov. 2018

FIGURELLI, Roberto. “Sartre e a literatura engajada”. In: Revista Letras – volume 36, Curitiba (versão digital), 1987.

Disponível em:

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/view/19255/12544>

Acesso em 05 dez. 2012

KAMINSKI, J. Menores e crianças: uma breve análise da história da infância e adolescência no Brasil. Akropolis Umuarama, v. 20, n. 2, p. 81-92, abr./jun. 2012.

Disponível em

<http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/4644/2767>

Acesso em 05 set. 2018

SARMENTO, Manuel Jacinto. “Imaginário e culturas da infância”, 2003.

Disponível em

http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_infancia/Cultura%20na%20Infancia.pdf

Acesso em 30 out. 2016

_____. “Sociologia da infância: correntes e confluências”, 2008.

Disponível em

<http://www2.fct.unesp.br/simposios/sociologiainfancia/T1%20Sociologia%20da%20Infancia%20Correntes%20e%20Confluencias.pdf>

Acesso em 30 out. 2016

_____. “As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade.

Disponível em

<http://proferlaotrabalhosalunos.pbworks.com/f/AS%2BCULTURAS%2BDA%2BINFANCIA%2BNA%2BENCruzilhada%2BDA%2BSEGUNDA%2BMODERNIDADE..pdf>

Acesso em 30 out. 2016

_____. “Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância”.

Disponível em

<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a03v2691.pdf>

Acesso em 30 out. 2016

EMÍDIO, Thassia Souza. “O pai e a psicanálise: um estudo sobre a função paterna e suas configurações no mundo contemporâneo”. Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão – Presidente Prudente - Colloquium Humanarum, vol. 11, n. Especial, Jul–Dez, 2014, p. 1212-1220. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Departamento de Psicologia Clínica, Assis – SP.
<http://www.unoeste.br/site/enepe/2014/suplementos/area/Humanarum/Psicologia/O%20PAI%20E%20A%20PSICAN%C3%81LISE.pdf>

FOLBERG, M. & MAGGI, N. (2002). “Declínio da função paterna e dialética da simbolização”. *Estilos Da Clinica*, 7(13), 2002, p. 92-99

Disponível em

<https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v7i13p92-99>

Acesso em 14 ago. 2018

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. “Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes”. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. (1995)

Disponível em

<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos>

Acesso em 23 ago. 2018

MARTINS, Rodrigo. “Menor bom é menor preso?”. Carta Capital (versão digital), 27 de dezembro de 2013.

Disponível em

<http://www.cartacapital.com.br/revista/765/menor-bom-e-menor-presos-436.html>

Acesso em 16 nov. 2015

“Deputados aprovam redução da maioria penal”. Jornal Zero Hora (versão digital)

Disponível em

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/07/deputados-aprovam-reducao-da-maioridade-penal-4793477.html>

Acesso em 16 nov. 2015

PASSARINHO, Nathalia. “Após manobra, Câmara aprova proposta para reduzir maioria”. G1 – Globo, 02 de julho de 2015

Disponível em

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/apos-rejeitar-pec-camara-aprova-novo-texto-que-reduz-maioridade.html>

Acesso em 16 nov. 2015

PASSONE, Eric Ferdinando; PEREZ, José Roberto. “Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil”. In: Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010.

Disponível em

<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf>

Acesso em 21 dez. 2015

PEREIRA, Elcimar Dias. “Adolescência: um jeito de fazer”. Revista da UFG, vol. 6, nº1, 2004.

Disponível em

http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/juventude/adoles.html

Acesso em 21 dez. 2015

SACCHETTA, Paula. “Quanto mais presos, maior o lucro”. Agência Pública – 27 de maio de 2014.

Disponível em

<http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/>

Acesso em 16 nov. 2015

VITORINO; Artur José Renda; EUGÊNIO, Kátia Maria. “A luta pelo reconhecimento e a Lei 10.639/03 no combate ao racismo institucionalizado brasileiro”. Revista Ambiente Educação – v. 6, nº 2, 2013

Disponível em

<http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/67>

Acesso em 31 jul. 2018

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012 – crianças e adolescentes no Brasil. (REPORTAGEM)

Disponível em

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Criancas_e_Adolescentes.pdf

Acesso em 16 nov. 2015

“Até onde vai a violência contra as crianças no Brasil?”. In Toda Criança Pode Aprender – 25 de março de 2015

Disponível em

<http://www.todacriancapodeaprender.org.br/ate-onde-vai-a-violencia-contra-as-criancas-no-brasil/>

Acesso em 17 nov. 2015

“Maioria da sociedade é a favor da redução; governo é contra”. In Agência

Câmara Notícias – Direito e Justiça – 21 de julho de 2015

Disponível em

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/492614-MAIORIA-DA-SOCIEDADE-QUER-REDUCAO-DA-MAIORIDADE-PENAL-GOVERNO-E-CONTRA.html>

Acesso em 17 nov. 2015

Vídeos

DUNKER, Christian. “Totem e tabu na psicanálise”. Falando Nisso 151– 13 de

outubro de 2017

Disponível em

<https://www.youtube.com/watch?v=SADA6zOkdrE&t=5s>

Acesso em 12 jul. 2018

_____. “Por que a ênfase na figura paterna em Freud?”. Falando Nisso

42 – 31 de julho de 2016

Disponível em

<https://www.youtube.com/watch?v=ZAFcYrEDy-Y&t=40s>

Acesso em 12 jul. 2018

SCHILLER, Paulo. “Ser pai”. Café Filosófico – CPFL – 12 de maio de 2018

Disponível em

<https://www.youtube.com/watch?v=aR3UHBQINfs>

Acesso em 12 jul. 2018

“Quanto mais presos, maior o lucro.” Reportagem Pública

(DOCUMENTÁRIO)

Disponível em

<https://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/>

Acesso em

12 jul. 2018